



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO POPULAR

JULYANNA DE OLIVEIRA BEZERRA

EDUCAÇÃO E MEMÓRIA EM SAPÉ: O ESPERANÇAR DA LUTA.

João Pessoa/PB
2022

JULYANNA DE OLIVEIRA BEZERRA

EDUCAÇÃO E MEMÓRIA EM SAPÉ: O ESPERANÇAR DA LUTA.

Tese apresentada para ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba como cumprimento de requisito para a obtenção do título de Doutora em Educação na Linha de Pesquisa em Educação Popular.

Orientadora: Professora Doutora Maria de Nazaré Tavares Zenaide.

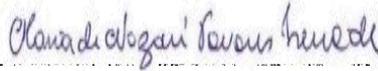
João Pessoa/PB
2022

JULYANNA DE OLIVEIRA BEZERRA

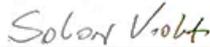
EDUCAÇÃO E MEMÓRIA EM SAPÉ: O ESPERANÇAR DA LUTA.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Maria de Nazaré Tavares Zenaide – Orientadora
Universidade Federal da Paraíba



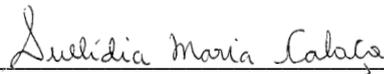
Prof. Dr. Solon Annes Viola – Avaliador Externo
Universidade do Vale dos Sinos



Profa. Dra. Maria Eliete Santiago – Avaliadora Externa
Universidade Federal de Pernambuco



Profa. Dra. Rita de Cássia Cavalcanti Porto – Avaliadora Interna
Universidade Federal da Paraíba



Profa. Dra. Suelidia Maria Calça – Avaliadora Interna
Universidade Federal da Paraíba



Prof. Dr. Severino Bezerra da Silva – Avaliador Interno
Universidade Federal da Paraíba

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B574e Bezerra, Julyanna de Oliveira.
Educação e memória em sapé : o esperançar da luta /
Julyanna de Oliveira Bezerra. - João Pessoa, 2022.
267 f. : il.

Orientação: Maria de Nazaré Tavares Zenaide.
Tese (Doutorado) - UFPB/CE.

1. Educação. 2. Memória. 3. Ligas Camponesas. 4.
Educação popular. 5. Trama conceitual freireana. I.
Zenaide, Maria de Nazaré Tavares. II. Título.

UFPB/BC

CDU 37(043)

*À minha família, em especial a minha Vó Natiódália
(In memoria) e a todos e todas que lutaram e ainda
lutam por uma vida mais justa no campo, inclusive
as que sucumbiram (não em vão!), diante da
repressão e violência do latifúndio.*

Dedico!

AGRADECIMENTOS

À Deus pelos obstáculos superados.

Aos meus pais por todo amor, carinho, incentivo e apoio incondicional em todos os momentos de minha vida.

Às minhas irmãs Ana Kelly e Anna Claudia, e as minhas sobrinhas Giovana, Gabriela e Grazielly, e ao meu sobrinho João Pedro pelo amor e carinho, que nos momentos de minha ausência dedicados ao estudo, sempre fizeram entender que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente, e aos meus cunhados Guilherme e Divanilson, pela amizade.

Às minhas avós Natiodália Félix e Virgília Alves (In memoriam), aos meus avôs Cícero Bezerra, e Luiz Gonzaga de Oliveira (In memoriam), e aos meus tios e minhas tias, e em especial a minha tia Marília Félix por todo amor, incentivo e preocupação durante esses quatro anos de muito estudo e dedicação, a minha prima/afilhada Nathalia Racquel pela força, incentivo, carinho e alegrias durante a caminhada.

Agradecimento especial a minha orientadora Profa. Dra. Maria de Nazaré Tavares Zenaide, por ter aceitado me orienta/conduzir, pela confiança, e amizade, pelo carinho, e suporte durante todo esse tempo, pelas suas correções e incentivos. Mais do que uma professora orientadora, ela foi uma segunda mãe, sem ela não teria conseguido chegar até esse momento. Não se trata apenas de reconhecer as leituras atentas, críticas, sugestões e esclarecimentos em momentos fundamentais da escrita deste trabalho, mas a sensibilidade, generosidade e confiança estabelecida em nossa relação de trabalho que também considero de amizade e na qual desejo me espelhar nas futuras relações. Muito obrigada!

Ao Prof. Dr. Severino Bezerra da Silva, professor e amigo, por cada palavra de incentivo nos momentos mais difíceis dessa etapa, por acreditar no meu trabalho e me apoiar todas as vezes que necessitei de sua ajuda, e de seus conselhos.

À Profa. Suelidia Calaça, que acompanhou de perto todo o percurso e sempre me ouviu e me abraçou com seu carinho e amizade.

À Profa. Rita Porto por ser essa incentivadora e eterna orientadora, por me ouvir e me abraçar com sua alegria contagiante e carinho.

Ao Prof. Solon Viola que de forma generosa colocou-se à disposição para a leitura atenta de meu trabalho e empréstimo de livros, trazendo preciosas contribuições e me tranquilizando.

À Profa. Eliete Santiago por ter aceitado o convite de participar da banca de defesa e por toda amorosidade que sempre me transmitiu.

À Profa. Bernardina Freire pelo incentivo e carinho com que me mostrou como o caminho pode ser leve quando colocamos o coração no que fazemos e transformamos o peso do dia a dia em poesia.

Ao meu amigo e companheiro de caminhada de doutoramento José Cleudo com quem muito dividi incertezas, mas também muitas alegrias.

À Rosalinda Falcão e Maria Selma irmãs na amizade pelo incentivo e carinho, e aos Grupos GEPMSEP e GEPPF pelos momentos de estudos, de troca de experiências e compartilhamento de saberes, e aos professores e colegas da turma 38 do Programa de Pós-Graduação em Educação, pelas trocas e reflexões neste tempo de aprendizado

À Escola Municipal José Luiz Gonçalo e Memorial das Ligas e Lutas e Camponesas por ter acolhido nossa pesquisa com tanta atenção e cuidado.

À CAPES, pela confiança e apoio à minha pesquisa.

Enfim, os meus sinceros agradecimentos e reconhecimentos a todos/as que mesmo não sendo citados fizeram-se presentes contribuindo de alguma forma com a realização desse trabalho.

Elegia para o camponês morto da Fazenda Miriri

Entre hectares de terra, Grão de milho e correnteza, um camponês passeando Ignorância e tristeza. Entre hectares de terra dos tempos de sua alteza Imperial de Ultramar,
Um lerdo e rude campanha, por capataz conhecido dos hectares de terra dos tempos de Sua Alteza, passeia a gula e procura carteiras de bravos sócios de uma Liga Camponesa.

Na verdistância da várzea onde o suor é legume.
No azul cansaço de fome da Fazenda Miriri, nos calos da mão pousada sobre a farpa concentrada de quilômetros de arame, um camponês dessas terras contando espigas de quebra na roça amarga de um sonho.
Pousados na solidão os olhos de um zé-do-mato perdidos no antigo chão que por vermelho é diverso do chão de barro cozido das levadas do Sertão.

No vento da terra grande, na verde quilometragem das terras de Sir Patrão,
Movem-se coisas, palavras, homens magros e lagartas, sonhos de adeus ao cambão, pedras e açúcar, alpercatas, rastros de jovens famintas, ausências de sindicatos, vargens verdes de feijão. Zune o vento sobre as vagens como zune no perdão de milho, nas águas das lajes, nas cordas de um violão dependuradas nas folhas verdes de arroz e feijão.
O vento canta nas cordas, o camponês, no serão.

Na verde quilometragem da Fazenda Miriri enterros de anjos ao longo da morte pedindo bis, despida de flores, missas e céus de nylon na mão, parando coisa, palavras, planícies sem sindicatos e grãos de milho em perdão. Nos sulcos da terra grande um homem que não tem nome, conformado com o batismo da terça dentro da fome, do pinicar das enxadas, das doenças e emboscadas diárias de Sir Patrão.

Na verde quilometragem da Fazenda Miriri o sol brilhando nos cascos de um bom cavalo alazão todo equipado de arreios, rifles, balas e ódio vão. Luzindo o sol nos arreios de um capataz conhecido por fulano Pereirão. Depois um tiro, outro tiro, e o sol luzindo nos olhos de um zé-do-mato tombado envolto em sangue, no chão.

Nos descaminhos da terra plantada por zé-do-mato, a fuga de um carrapato, a queda de um carrapato que travestido de homem ou Capataz de alazão, vai levando para o inferno seu remorso de bandido e o remorso do patrão.

- Por que morreis Zé-do-Mato? Alfredo do Nascimento, Zé da Silva, Antônio, João? Nós morremos pro plantar em terras abandonadas, verdemente abandonadas, uns alqueires de feijão.

-Por que viveis, Zé-do-Mato, Alfredo do Nascimento, Zé da Silva, Antônio, João?

Nós vivemos por morrer diariamente na enxada fazendo choro nos olhos dos nossos filhos sem pão. De Alfredo do Nascimento monologa a escuridão. “Eu vivi só por morrer de botar dólar nos bolsos do Patrão do meu patrão que não me deu nesse mundo nem terra, nem macacão, mas que me deu toda a vida, e ainda dá para vocês miséria, terra e cambão.”

Alfredo do Nascimento, por Zé-do-Mato chamado pelo Patrão do patrão, é Alfredo do Nascimento desse recado guardado, há muitas léguas de tempo, na dura imaginação dos mil Alfredos tombados pelo alfanje do cambão.

Mas todos os filhos dele, a viúva o irmão do irmão, ouviram, juntos, sem medo, o recado sem palavras que Alfredo disse com os olhos brilhando dentro do sol, envolto em sangue, no chão.

Alfredo do Nascimento pulsando no coração, no sacrifício e na fome de todos os zés-do-mato que entenderam o seu recado de sol luzindo nos olhos, de sol luzindo nos dentes e na lâmina de um facão.

Jomar Morais Solto, 1996.

RESUMO

A Tese trata de uma experiência singular de educação popular e educação para a memória com o Memorial das Lutas e Ligas Camponesas e educadores da rede de ensino em Sapé-Pb. O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar como a história e a memória das Ligas Camponesas tem sido objeto de ações educativas realizadas no/com o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas e a Escola Municipal Luiz José Gonçalo, município de Sapé/PB. Como objetivos específicos, pretendeu-se: traçar os elementos teóricos-conceituais e metodológicos do Diálogo entre a Educação Popular e da Educação para Nunca Mais; examinar e contextualizar a política de esquecimento durante o período de 1964-1985 e a política de memória e verdade ao longo do processo democrático; compreender a formação do movimento das Ligas Camponesas no Nordeste e na Paraíba no período histórico de 1954 a 1964; identificar as ações desenvolvidas com/pelo Memorial das Ligas e Lutas Camponesas; caracterizar a Escola Municipal Luiz José Gonçalo enquanto espaço de produção de conhecimento, construindo processos educativos sobre a Educação para Nunca Mais junto com os(as) Educadores (as) Populares. Tomamos como referencial teórico de análise a Educação Popular e os Estudos da Memória numa abordagem crítico-dialética. Trata-se de uma pesquisa qualitativa envolvendo a pesquisa documental e a entrevista semiestruturada. Como técnica de análise dos dados foi utilizada a construção da trama conceitual freiriana a partir da análise de conteúdo das entrevistas. O território das Ligas Camponesas tem se constituído num lugar de memória e educação para nunca mais, envolvendo movimentos sociais, sindicatos e assentamentos rurais e escolas da rede municipal e estadual de Sapé. Experiências de educação para a memória têm sido realizadas pelo Memorial das Ligas e Lutas Camponesa e as escolas públicas que inseriram no calendário socioeducativo. A identidade camponesa atravessada de violência e processos de silenciamento tem na experiência de educação para nunca mais, a possibilidade de ser reconhecida e descriminalizada.

Palavras Chaves: Educação para Nunca Mais. Educação Popular. Memória. Ligas Camponesas. Trama Conceitual Freireana.

ABSTRACT

The Thesis deals with a singular experience of popular education and education for the memory with the Memorial of the Peasant Leagues and the educators of the education network in Sapé-Pb. The general objective of the research is to analyze how the history and memory of the Peasant Leagues have been the object of educational actions carried out in/with the Memorial of the Peasant Leagues and Struggles and the Luiz José Gonçalo Municipal School, municipality of Sapé/PB. As specific objectives, we intended to outline the theoretical-conceptual and methodological elements of the Dialogue between Popular Education and Education for Never Again; examine and contextualize the policy of forgetting during the period 1964-1985 and the policy of memory and truth throughout the democratic process; understand the formation of the Peasant Leagues movement in the Northeast and Paraíba in the historical period from 1954 to 1964; To identify the actions developed with/by the Memorial of the Peasant Leagues and Struggles; to characterize the Luiz José Gonçalo Municipal School as a space of knowledge production, building educational processes about Education for Never Again together with the Popular Educators. We took as theoretical reference of analysis the Popular Education and Memory Studies in a critical-dialectical approach. This is a qualitative research involving documentary research and semi-structured interviews. As a technique for data analysis, we used the construction of the Freirian conceptual framework from the content analysis of the interviews. The territory of the Peasant Leagues has been constituted in a place of memory and education for never again, involving social movements, unions and rural settlements and schools of the municipal and state network of Sapé. Experiences of education for the memory have been carried out by the Memorial of the Peasant Leagues and Struggles and the public schools that inserted it in the socio-educational calendar. The peasant identity, crossed by violence and silencing processes, has the possibility of being recognized and decriminalized through the experience of education for never again.

Key words: Education Never Again. Popular Education. Memory. Peasant Leagues. Freirean Conceptual Weaving.

RESUMEN

La Tesis trata de una experiencia única de educación popular y educación para la memoria con el Memorial das Lutas y Ligas Camponesas y educadores del sistema escolar de Sapé-Pb. El objetivo general de la investigación es analizar cómo la historia y la memoria de las Ligas Campesinas han sido objeto de acciones educativas realizadas en/con el Memorial das Ligas e Lutas Camponesas y la Escuela Municipal Luiz José Gonçalo, en la ciudad de Sapé /PB. Como objetivos específicos se pretendió: rastrear los elementos teórico-conceptuales y metodológicos del Diálogo entre Educación Popular y Educación para Nunca Más; examinar y contextualizar las políticas del olvido durante el período 1964-1985 y las políticas de la memoria y la verdad a lo largo del proceso democrático; comprender la formación del movimiento de Ligas Campesinas en el Nordeste y en Paraíba en el período histórico de 1954 a 1964; identificar las acciones desarrolladas con/por el Memorial das Ligas e Lutas Camponesas; caracterizar la Escuela Municipal Luiz José Gonçalo como un espacio de producción de conocimiento, construyendo procesos educativos sobre Educación para Nunca Más junto a los Educadores Populares. Tomamos la Educación Popular y los Estudios de la Memoria como marco teórico de análisis en un enfoque crítico-dialéctico. Se trata de una investigación cualitativa que involucra investigación documental y entrevistas semiestructuradas. Como técnica de análisis de datos se utilizó la construcción de la trama conceptual freireana a partir del análisis de contenido de las entrevistas. El territorio de las Ligas Campesinas se ha convertido en un lugar de memoria y educación para nunca más, involucrando movimientos sociales, sindicatos y asentamientos rurales y escuelas de la red municipal y estatal de Sapé. Las experiencias de educación de la memoria han sido realizadas por el Memorial das Ligas e Lutas Camponesa y las escuelas públicas que han sido incluidas en el calendario socioeducativo. La identidad campesina atravesada por procesos de violencia y silenciamiento tiene, en la experiencia de la educación para nunca más, la posibilidad de ser reconocida y despenalizada.

Palabras clave: Educación para Nunca Más. Educación Popular. Memoria. Ligas Campesinas. Tejido Conceptual Freireano.

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|------------------|--|-----|
| Figura 1 | – Estação Ferroviária de Sapé/PB..... | 36 |
| Figura 2 | – Processo da Trama Conceitual Freireana..... | 66 |
| Figura 3 | – Participação na II Conferência nacional dos lavradores e Trabalhadores Agrícola..... | 120 |
| Figura 4 | – Principais áreas de conflito no Brasil nos anos 50/60..... | 123 |
| Figura 5 | – Grupo Escolar Gentil Lins..... | 125 |
| Figura 6 | – Mapa de ações das Ligas Camponesas durante o Governo de João Goulart (1961-1964)..... | 130 |
| Figura 7 | – Memorial das Lutas e Ligas Camponesas..... | 154 |
| Figura 8 | – Semana das Ligas Camponesas..... | 155 |
| Figura 9 | – Bandeira das Ligas Camponesas..... | 156 |
| Figura 10 | – Parte interna do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas..... | 160 |
| Figura 11 | – Casa de João Pedro Teixeira e Elizabeth Teixeira..... | 160 |
| Figura 12 | – Capela João Pedro Teixeira..... | 163 |
| Figura 13 | – Dom José Maria Pires com Irmã Marlene e Irmã Tonny..... | 167 |
| Figura 14 | – Projeto de Leitura, coordenado pela educadora Jandira..... | 204 |
| Figura 15 | – Oficina de Podcast do Projeto Ciranda Literária..... | 205 |
| Figura 16 | – Jornal O Gonçalves, 2ª edição..... | 206 |
| Figura 17 | – Desenho da Trama Conceitual Freireana..... | 212 |

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** – Distribuição das Teses e Dissertações por Estado da Região Nordeste sobre a Educação Popular.....112
- Gráfico 2** – Temáticas investigativas nas pesquisas sobre a Educação Popular na Pós-Graduação em Educação da Região Nordeste (1977 – 2020).....114

LISTA DE QUADROS

| | | |
|-----------------|--|-----|
| Quadro 1 | – Bases de dados indexadas..... | 90 |
| Quadro 2 | – Corpus inicial da pesquisa..... | 91 |
| Quadro 3 | – Chaves conceituais por tipo de produção..... | 92 |
| Quadro 4 | – Rede Latino-Americana e do Caribe de Sítios de Memória..... | 96 |
| Quadro 5 | – Produção bibliográfica sobre Educação Para Nunca Mais (1969-2021)..... | 99 |
| Quadro 6 | – Programas de Pós-Graduação do Nordeste..... | 109 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|---|
| ACR | – Animação Cristã no Meio Rural |
| ANPED | – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação |
| ANPHU | – Associação Nacional de História |
| CAPES | – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CCV | – Comissão Camponesa da Verdade |
| CDDPH | – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana |
| CNV | – Comissão Nacional da Verdade |
| CEAAL | – Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe |
| CEDOP | – Centro de Comunicação, Educação e Documentação Populares |
| CEMDP | – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos |
| CEPLAR | – Campanha de Educação Popular |
| CEVPM/PB | – Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba |
| CFMDP | – Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos |
| CLAMOR | – Comitê pelos Direitos Humanos no Cone Sul |
| CLT | – Consolidação das Leis do Trabalho |
| CNPq | – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| CNV | – Comissão Nacional da Verdade |
| CODH | – Centro de Orientação dos Direitos Humanos |
| CPC | – Centro Popular de Cultura |
| CPT | – Comissão Pastoral da Terra |
| EJA | – Educação de Jovens e Adultos |
| FJN | – Faculdade Joaquim Nabuco |
| FUFPI | – Universidade Federal do Piauí |
| FUFSE | – Fundação Universidade Federal de Sergipe |
| FUNESC | – Fundação Espaço Cultural |
| GEPMSEP | – Grupo de Estudo e Pesquisa em Movimentos Sociais e Educação Popular |
| GEPEEES | – Grupo de Estudos em Educação, Etnia e Economia Solidária |

| | |
|-----------|--|
| GTNM | – Grupo Tortura Nunca Mais |
| IBGE | – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IFRN | – Instituto Federal do Rio Grande do Norte |
| IHGPA | – Instituto Histórico e Geográfico Paraibano |
| IPMs | – Inquéritos Policiais Militares |
| LILA | – Liga dos Latifundiários |
| MCP | – Movimento de Cultura Popular |
| MEC | – Ministério da Educação e Cultura |
| MER | – Movimento de Evangelização Rural |
| MLLC | – Memorial das Ligas e Lutas Camponesas |
| MST | – Movimento dos Sem Terra |
| PNDH | – Programa Nacional de Direitos Humanos |
| PPGE | – Programa de Pós-graduação em Educação |
| PROEXT | – Pró-reitoria de Extensão |
| REDLACEDH | – Rede Latino-americana e Caribenha em Educação em Direitos Humanos |
| RESLAC | – Rede Latino-americana e Caribenha de Sítios de Memória |
| SAMDU | – Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência |
| SEC | – Secretaria de Educação e Cultura |
| SECADI | – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão |
| SIREPA | – Sistema Radio Educativo da Paraíba |
| SMDHC | – Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania |
| SME | – Secretaria Municipal de Educação |
| UECE | – Universidade Estadual do Ceará |
| UEEP | – União dos Estudantes do Estado da Paraíba |
| UEFS | – Universidade Estadual de Feira de Santana |
| UEMA | – Universidade Estadual do Maranhão |
| UEPB | – Universidade Estadual da Paraíba |
| UERN | – Universidade Estadual do Rio Grande do Norte |
| UESB | – Universidade Estadual do Sudoeste Da Bahia |
| UESC | – Universidade Estadual de Santa Cruz |

| | |
|-------|--|
| UFAL | – Universidade Federal de Alagoas |
| UFBA | – Universidade Federal da Bahia |
| UFC | – Universidade Federal do Ceará |
| UFCG | – Universidade Federal de Campina Grande |
| UFMA | – Universidade Federal do Maranhão |
| UFPB | – Universidade Federal da Paraíba |
| UFPE | – Universidade Federal de Pernambuco |
| UFRB | – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia |
| UFRN | – Universidade Federal do Rio Grande do Norte |
| UFRPE | – Universidade Federal Rural de Pernambuco |
| ULTAB | – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil |
| UNEB | – Universidade do Estado da Bahia |
| UNIT | – Universidade Tiradentes |
| UPE | – Universidade de Pernambuco |
| URCA | – Universidade Regional do Cariri |
| URSS | – União das Repúblicas Soviéticas Socialistas |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO: UM DIÁLOGO QUE ANUNCIA | 18 |
| 1. TECENDO FIOS E INVESTIGANDO OS RASTROS: UMA METODOLOGIA PARA ALÉM DO MÉTODO | 33 |
| 1.1 Trilhas vividas na memória familiar..... | 39 |
| 1.2 Caminhos para uma análise interpretativa dos rastros..... | 47 |
| 1.2.1 Pesquisa Documental..... | 53 |
| 1.2.2 Tratamento, análise e interpretação dos dados | 59 |
| 1.3 Trama conceitual freireana em travessia pela educação popular e a memória..... | 64 |
| 2. TRAÇANDO CAMINHOS TEÓRICOS EM TRILHAS VIVIDAS | 69 |
| 2.1 A memória como categoria de recursos de análise e pesquisa | 69 |
| 2.2 Políticas de memória e educação para nunca mais..... | 76 |
| 2.2.1 A importância da consciência do Nunca Mais: a educação após Auschwitz e regimes autoritários | 77 |
| 2.2.2 Entre memória e silenciamento: recordar para não esquecer | 85 |
| 2.2.3 Memória e Educação Para Nunca Mais..... | 88 |
| 2.2.4 Educação para Nunca Mais | 92 |
| 2.3 Educação popular e memória na Pós-graduação em Educação da Região Nordeste: o estado do conhecimento..... | 104 |
| 2.4 A memória evocada e compartilhada com os camponeses..... | 107 |
| 3. TERRA E DIREITOS HUMANOS NA PARAÍBA: A REFORMA AGRÁRIA COMO BANDEIRA DE LUTA | 117 |
| 3.1 Questão agrária e violência | 121 |
| 3.2 AS Ligas Camponesas na Paraíba: conflitos agrários e autoritarismo | 125 |
| 3.3 Movimentos sociais e educação popular: contribuição à memória das Ligas Camponesas..... | 141 |
| 4. MEMORIAL DAS LIGAS CAMPONESAS: UMA VIAGEM DO PASSADO AO PRESENTE NO DIÁLOGO COM AS EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO POPULAR..... | 154 |
| Figura 7 - Memorial das Lutas e Ligas Camponesas | 154 |
| Fonte: Memorial das Ligas e Lutas e Camponesas, 2022. | 154 |
| 4.1 A contribuição da Igreja Progressista na luta pela memória das lutas camponesas | 164 |

| | |
|---|------------|
| 4.2 Contribuições da pedagogia freireana nas práticas educativas das Ligas Camponesas de Sapé e a Campanha de Educação Popular | 175 |
| 5. EDUCAÇÃO POPULAR EM SAPÉ-PB: PARA QUE NÃO SE ESQUEÇA E PARA QUE NUNCA MAIS ACONTEÇA! | 182 |
| 5.1 A inserção do Nunca Mais na educação básica no território das Ligas Camponesas - Sapé/PB | 187 |
| 5.2 Educadores populares como guardiões da memória camponesa..... | 193 |
| 5.3 Experiências de uma educação para Nunca Mais na Escola Municipal José Luiz Gonçalves: A Semana das Ligas Camponesas – João Pedro Teixeira e Elizabeth Teixeira..... | 200 |
| 5.4 Resistência, emancipação e transformação social: a construção da Trama Freireana na formação de professores e a educação para Nunca Mais. | 210 |
| 5.5 Aprendendo e ensinando memória com as Ligas Camponesas: por uma Pedagogia para Nunca Mais..... | 228 |
| 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: LIÇÕES CONSTRUIDAS DA EXPERIÊNCIA DOS (DAS) EDUCADORES(AS) SOBRE A EDUCAÇÃO PARA NUNCA MAIS EM TERRITÓRIO DAS LIGAS CAMPONESAS | 234 |
| APÊNDICES | 250 |
| APÊNDICE A - Roteiro da Entrevista Semiestruturada | 250 |
| APÊNDICE B - Roteiro da Entrevista Semiestruturada com os Educadores | 252 |
| APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido | 254 |
| ANEXOS | 256 |
| ANEXO A – Parecer com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPB..... | 256 |
| ANEXO B - Reunião com o prefeito de Sapé para tratar da desapropriação do MLLC em 2010..... | 258 |
| ANEXO C - OFICIO 004/2011 – Audiência de desapropriação | 259 |
| ANEXO D - Decreto nº 32.257/2011 – Desapropriação da casa e terreno | 260 |
| ANEXO E - Imissão Provisória de Posse..... | 261 |
| ANEXO F - OFICIO 007/2011 – Solicitação restauração da casa..... | 262 |
| ANEXO G - Encontros do dia 02 de abril em memória do assassinato de João Pedro Teixeira..... | 263 |
| ANEXO H - Semana das Ligas Camponesas 2021 | 267 |

INTRODUÇÃO: UM DIÁLOGO QUE ANUNCIA

Antes de iniciarmos nosso caminhar por essa trama que a escrita doutoral nos coloca, precisamos pontuar que, viver esse tempo não é apenas a apresentação de um texto acadêmico, chegar a esse momento é também celebrar cada novo dia que surge diante de nossos olhos, pois agora sim, temos a certeza de que estamos conseguindo superar mais um momento tão difícil de nossa história. O texto em tela é o resultado de uma pesquisa construída durante surgimento da Pandemia do COVID 19, situação iniciada a partir do contágio mundial, e que já nos primeiros dias foram notificadas milhares de mortes provocadas pelo contágio, e ainda que se tratasse de uma questão de saúde pública, afetou o cenário mundial em seus mais diversos campos, trazendo consequências econômicas, políticas, sociais e, logo, também, ao campo educacional afetando milhares de pesquisas que estavam sendo desenvolvidas. Diante do isolamento social, determinado com maior ou menor rigor, foi necessário refazer toda nossa metodologia e adequar ao que seria possível realizar nesse momento de isolamento. Com todas as dificuldades que vivemos desde 2020 chegamos a esse etapa com um sentimento de superação, e um convite a reflexão e a valorização de uma educação que ultrapasse os muros da escola, para que possamos continuar e fortalecer a luta de resistência por uma educação humanizadora, pautada no diálogo e participação social.

Pretendemos com a tese de doutoramento analisar como a história e a memória das Ligas Camponesas tem sido objeto de ações educativas realizadas no e com o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas e na Escola Municipal Luiz José Gonçalo no município de Sapé/PB, fortalecendo a busca por uma educação capaz de formar sujeitos de direitos que possam saber resistir às formas de autoritarismo e opressão em espaços sociais e institucionais onde a violência possa impor dor e violação dos direitos humanos.

As experiências educativas em torno do direito à memória e à verdade realizadas por entidades e movimentos de direitos humanos, movimentos de mulheres e estudantes, sítios de memória e comissões de verdade têm trazido à tona o que vem sendo nomeado de *Educação para Nunca Mais*, promovidas em espaços formais e não formais, desde o período de transição aos tempos de democracia institucional (ARNS, 2011).

Da dor, pessoas perseguidas, famílias e grupos sociais uniram diante do terror para agir na resistência como expressão de luta pela vida e pela liberdade. Grupos sociais, como a União Brasileira de Mães de maio (1968), o Movimento Feminino pela Anistia (1975), o Comitê Brasileiro pela Anistia (1978), as Comissões de Justiça e Paz, o Comitê

de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul (1978), o Movimento Tortura Nunca Mais (1985), o Movimento dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, dentre outros; foram pioneiros em ações de solidariedade, assistência jurídica e social, organização da memória dos tempos de silenciamento e medo.

A educação para a memória e a defesa dos direitos humanos surge em tempos autoritários como expressão de resistência à opressão para em tempos democráticos se expandir da sociedade em direção ao Estado. São experiências metodológicas singulares de construção de uma pedagogia do Nunca Mais. Neste sentido, a noção de direitos humanos¹ como princípios e projeto de sociedade para enfrentar o legado histórico de violações dos direitos humanos como as que vêm ocorrendo desde o período colonial, império e república tem oportunizado elementos para a construção de uma memória coletiva² permeada de processos de resistências e lutas sociais (HALBWACHS, 2003).

Antes de iniciarmos de fato a discussão sobre o objeto desta pesquisa, faz-se necessário pontuar que na historiografia há poucos trabalhos, ou quase nenhum, com relação a Educação para Nunca Mais no Brasil. Interessados no assunto recorrem, frequentemente, ao conjunto de profissionais que tem se engajado em projetos e ações educativas, a exemplo das referências anteriormente registradas, englobando os campos da História, Comunicação, Filosofia, Sociologia, Direito, Psicologia, Ciências da Informação, Pedagogia, dentre outros, refletindo um círculo interdisciplinar de construção do saber (ARAÚJO e BRUNO, 2009; SANTANDER, 2010; RUIZ, 2012; FERREIRA et al., 2016; GRABOIS e MACHADO, 2016; MEMORIAL DA RESISTENCIA, 2018, entre outros).

Das ações de resistência e luta pela anistia política nos longos e difíceis anos setenta tendo o Ato Institucional nº5 como expressão central do regime militar até a complexa resistência e transição até a Constituinte de 1988, o Brasil encontrou no movimento sindical, no movimento estudantil e nos movimentos populares o reencontro com as liberdades e direitos políticos.

Nesse processo, os direitos humanos emergiam da clandestinidade solidarizando com os perseguidos políticos e registrando a história para garantir o direito à memória. A pesquisa “Brasil Nunca Mais” iniciada de forma pioneira em 1985 foi uma ação de

¹ Piovesan (ano) demonstra como o Brasil só ratificou os principais instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos após a Constituição Federativa do Brasil de 1988.

² A memória coletiva dos tempos autoritários emerge pós-1964 pelas autobiografias (vítimas da violência do estado) e pelas produções acadêmicas (estudos e pesquisas sobre autoritarismo, ditadura, memória e conflitos agrários).

investigação dos chamados “crimes contra a segurança nacional” no período de 1964 a 1979, protagonizada pelo Conselho Mundial de Igrejas e pela Arquidiocese de São Paulo, com apoio de setores da sociedade e em nível internacional e nacional (ARNS, 2014). Outro estudo gestado no âmbito da sociedade civil foi o Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos publicado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, o Instituto de Estudo da Violência do Estado de São Paulo, e o Grupo Tortura Nunca Mais – RJ e PE (CFMDP et al., 1995). Nesse último, os familiares enfatizam:

A memória histórica ‘oficial’ é um lado perverso de nossa história, produzida pelas práticas dominantes para apagar os vestígios que as classes populares e os opositores vão deixando ao longo de suas experiências de resistência e luta, num esforço contínuo de exclusão dessas forças sociais como sujeitos que forjam a história (CFMDP et al., 1995, p. 26).

Decifrando a memória como fenômeno social, esclarece Pollak (1989) “existem nas lembranças de uns e de outras zonas de sombra, silêncios, ‘não ditos’”. No trabalho de reconstrução histórica dos 10 anos do Conselho Nacional de Defesa da Pessoa Humana (CDDPH), criado pela Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, pelo então presidente da época, João Belchior Marques Goulart comprova-se como a política de esquecimento implantada de 1964-1985 implicou na censura e silenciamento de órgãos de defesa impedindo que denúncias de tortura e desaparecimento forçado de presos políticos fossem pautadas da agenda pública (BRASIL, 2004).

As batalhas de sentidos de memória entre a história oficial de 1964 e a memória coletiva das vítimas da violência de Estado encontram-se representadas na tardia conquista de ações de reconhecimento do direito à memória e reparação, com a criação da Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995, em que o Estado brasileiro reconhece, condena e cria possibilidades de reparação moral e financeira dos atingidos pelos atos de exceção de 1964-1985, criando ao mesmo tempo, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (AQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985).

Com o processo de redemocratização a memória subterrânea, de oposição à memória oficial, toma forma de documentários, livros, teses e dissertações, sites e sítios de memória, a exemplo, do Memorial da Resistência de São Paulo onde diariamente ocorrem ações informativas e educativas (MEMORIAL DA RESISTENCIA DE SÃO PAULO, 2018). Dialogaremos com as produções presentes na Rede Latino-americana e

Caribenha de Sítios de Memória, a produção local da UFPB e dos sítios e blogs de memória e verdade no Brasil.

A história que não é transmitida de geração a geração torna-se esquecida e silenciada. O silêncio e o esquecimento das barbáries geram graves lacunas na experiência coletiva de construção da identidade nacional. Resgatando a memória e a verdade, o País adquire consciência superior sobre sua própria identidade, a democracia se fortalece. As tentações totalitárias são neutralizadas e crescem as possibilidades de erradicação definitiva de alguns resquícios daquele período sombrio, como a tortura, por exemplo, ainda persistente no cotidiano brasileiro. O trabalho de reconstituir a memória exige revisitar o passado e compartilhar experiências de dor, violência e mortes. Somente depois de lembrá-las e fazer seu luto, será possível superar o trauma histórico e seguir adiante. A vivência do sofrimento e das perdas não pode ser reduzida a conflito privado e subjetivo, uma vez que se inscreveu num contexto social, e não individual (BRASIL, 2009, p. 207).

Em tempos de democracia, a continuidade da agenda do direito à memória e à verdade revestiu-se de conquistas com reconhecimento do Estado, como a Lei 8.159 de 8 de janeiro de 1991 que define a política de arquivos, além, de processos de ratificação de instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos como a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes em 1989, dentre outros, a Lei nº 9.140/95, de 4 de dezembro de 1995, que cria a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), a Lei nº 10.536, de 14 de agosto de 2002 em que o Estado reconhece a responsabilidade por mortes e desaparecimentos de pessoas perseguidas de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988, a Lei nº 10.559, de 13 de dezembro de 2002, onde o Estado regulamenta o Regime de Anistiado Político.

Vinte e um anos depois da instalação do regime democrático em 1988 é que durante a 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada de 15 e 18 de dezembro de 2008 foi dado um passo na direção democrática, como o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH 3) criado pelo Decreto nº 7.037, de 21 de Dezembro de 2009, que após tensões e pressões políticas, com alterações foi substituído pelo Decreto nº 7.177 de 12 de maio de 2010, diagnosticando as dificuldades da nação em enfrentar o legado histórico de violações dos direitos. Afirma o texto do PNDH 3:

A radiografia dos atingidos pela repressão política ainda está longe de ser concluída, mas calcula-se que pelo menos 50 mil pessoas foram presas somente nos primeiros meses de 1964; cerca de 20 mil brasileiros foram submetidos a torturas e cerca de quatrocentos cidadãos foram mortos ou estão desaparecidos. Ocorreram milhares de prisões políticas não registradas, 130 banimentos, 4.862 cassações de mandatos

políticos, uma cifra incalculável de exílios e refugiados políticos (BRASIL. PNDH 3, 2010, p. 173).

Para que o Brasil não continuasse ignorando a história do autoritarismo, setores organizados da sociedade brasileira através de Conferências Públicas propuseram teses referentes ao direito à memória e à verdade como um eixo de ação da política de direitos humanos na fase de consolidação do regime democrático, estabelecendo como diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos 3 o “Reconhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania e dever do Estado”, a “Preservação da memória histórica e construção pública da verdade” e a “Modernização da legislação relacionada com promoção do direito à memória e à verdade, fortalecendo a democracia” (BRASIL, 2009, p. 173, 175 e 176).

Na Diretriz 23 - “Reconhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania e dever do Estado” foi proposta como ação programática, a criação de um Grupo de Trabalho para elaborar um projeto de lei que instituísse a Comissão Nacional da Verdade (CNV), sendo a mesma criada pela Lei nº 12.528/2011 com duração até 10 de dezembro de 2014, quando foi entregue oficialmente o relatório final, contendo o resultado das graves violações dos direitos humanos durante o período de 1946 e 1988, sendo confirmado 434 mortes e desaparecimentos de vítimas do regime militar. Concluiu a CNV, que “Na ditadura militar, a repressão e a eliminação de opositores políticos se converteram em política de Estado, concebida e implementada a partir de decisões emanadas da presidência da República e dos ministérios militares” (BRASIL, 2014, p.963).

Como previa a legislação da CNV outras comissões de verdade foram previstas como complementares para que estados e municípios pudessem colaborar, processo que se desdobrou em universidades, sindicatos de jornalistas e outras organizações. Na Paraíba a Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória trouxe em suas temáticas, a repressão na zona da mata paraibana onde ocorreu o movimento das ligas camponesas, tendo um dos interlocutores de trabalho o Memorial das Ligas Camponesas fundado em 2006, no Povoado de Barra de Antas, município de Sapé – PB. Segundo Nota Pública PGR-00149292/2019 da Procuradoria Federal do Cidadão do Ministério Público Federal:

De fato, os órgãos de repressão a ditadura assassinaram ou desapareceram com 434 suspeitos de dissidência política e com mais de 8 mil indígenas. Estima-se que entre 30 e 50 mil pessoas foram presas ilicitamente e torturadas. Esses crimes bárbaros

(execução sumária, desaparecimento forçado de pessoas, extermínio de povos indígenas, torturas e violações sexuais) foram perpetrados de modo sistemático e como meio de perseguição social. Não foram excessos ou abusos cometidos por alguns insubordinados, mas sim uma política de governo, decidida nos mais altos escalões militares, inclusive com a participação dos presidentes da República.

No que toca a educação sobre a memória, Nota Pública PGR-00149292/2019 do Ministério Público Federal, esclarece: “A CNV foi instituída por lei e seu relatório representa a versão oficial do Estado brasileiro sobre os acontecimentos”. Complementa a Nota:

A CNV confirmou que o Estado ditatorial brasileiro praticou graves violações aos direitos humanos que se qualificam como crimes contra a humanidade. A igual conclusão chegou a Corte Interamericana de Direitos Humanos, ao julgar o caso Vladimir Herzog, em 2018. Também a Procuradoria Geral da República assim entende, conforme manifestação na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 320 e outros procedimentos em trâmite no Supremo Tribunal Federal.

Tal processo de inserção do direito à memória e à verdade como eixo do Programa Nacional de Direitos Humanos 3, em 2009 moveu o governo federal e parte da sociedade civil a desenvolverem ações voltadas à apuração de violações aos direitos humanos ocorridas de instituir, como a formulação de dossiês e denúncias, de estudos e pesquisas a partir dos campos da história, da ciência da informação, da educação, da ciência política e outras, ao longo do processo democrático.

A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 que regula o acesso a informações e procedimentos para a transparência da administração pública e a Lei nº 12.528 de 18 de novembro de 2011 cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, com a finalidade de apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, encarregada de identificar provas relativas às graves violações dos direitos humanos previstas no Direito Internacional dos Direitos Humanos, investigar as denúncias e proporcionar às vítimas acesso a um recurso eficaz de reconhecimento e reparação, dentre outras ações.

Na América Latina e Brasil a educação para a memória é eixo central da educação para a democracia, como afirma a Carta Interamericana Democrática, quando afirma que a democracia é uma conquista e uma construção social fundada na educação para os direitos humanos e a democracia. Sem o conhecimento do passado recente, a

sociedade não saberá no tempo presente lidar nem com as heranças autoritárias e nem com os retrocessos democráticos atuais.

Reconstruir uma visão sobre o passado do Brasil é ainda mais importante quando nos referimos ao último ciclo ditatorial. Jogar luzes sobre este período de sombras e de arbítrio e abrir todas as informações sobre violações de Direitos Humanos ocorridas durante a ditadura militar é um imperativo da reconstrução histórica e, ao mesmo tempo, um imperativo da própria democracia brasileira (CARNEIRO; CIOCCARI, 2010, p. 9).

Para entender o fenômeno da educação para a memória no território das Ligas Camponesas em Sapé-PB, hoje, faz-se necessário escavar as diversas camadas de experiências históricas silenciadas identificando vestígios como pistas da memória coletiva junto às famílias traumatizadas, sindicatos, sítios e movimentos sociais rurais, escolas e o memorial. Nas cidades e no campo nesse extenso território é possível identificar rastros de apagamentos da violência que atravessam os longos períodos autoritários (RICOEUR, 2007). No campo brasileiro, várias pistas e rastros de memória têm sido apagados e ou manipulados, quando não, colocados nas camadas subterrâneas do esquecimento, a exemplo, de estradas da morte, das cruzes de morte nas beiras de estradas representando o lugar onde lideranças camponesas foram assassinadas, dos corpos desaparecidos de João Alfredo Dias e Pedro Inácio de Araújo ao saírem da prisão política em João Pessoa-PB, da ausência das lapides dos enterros dos camponeses após a tragédia de Mari-PB, dentre outros.

A Comissão Estadual da Verdade na Paraíba³, instituiu dez Grupos de Trabalho e, um deles, coordenado por Iranice Gonçalves Muniz⁴, foi estabelecido exatamente para pesquisar sobre a “Repressão do Estado e de milícias privadas aos camponeses”. Este GT, teve como objetivo identificar as ações de perseguição contra os camponeses, que foram

³ A Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB) foi criada por meio do Decreto nº 33.426, de 31 de outubro de 2012, com a finalidade de buscar o esclarecimento das graves violações de direitos humanos praticadas por agentes públicos contra qualquer pessoa no território da Paraíba, ou aos paraibanos que se encontravam em outros Estados ou Países, durante o período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica. Link de acesso: <https://cev.pb.gov.br/institucional/a-comissao-1>.

⁴ Pós-Doutorado em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutorado em Direito Público (Constitucional) pela Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, Espanha (Revalidado pela Universidade Federal de Pernambuco - Brasil). Mestrado em Direito Público pela mesma Universidade. Especialização em Direitos Humanos pela UFPB. Graduação em Direito pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Atualmente é professora adjunta da UFPB e professora titular do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ). Membro colaboradora do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Constitucional, Direito Agrário, Direito Internacional e Direitos Humanos.

cometidas tanto pelo Estado quanto por milícias, especialmente na perspectiva da desestruturação das Ligas Camponesas. Um dos caminhos seguidos pela Comissão é o de caracterizar as ações de perseguição ocorridas nos sindicatos de trabalhadores rurais no estado da Paraíba durante os anos de 1958 a 1988 (FERREIRA; ZENAIDE; MELO, 2016).

As décadas de 1940 e 1950 já haviam sido marcadas por numerosos conflitos, mas com uma característica predominantemente local [...]. Entretanto, foi com o surgimento e a expansão das Ligas Camponesas e com a organização dos sindicatos dos trabalhadores do campo que essas lutas passaram a ganhar uma dimensão nacional e a preocupar mais intensamente o poder público. Foi o período também de surgimento dos sindicatos dos trabalhadores rurais, organizados sob a influência do PCB ou da Igreja Católica. Nessa época, as Ligas Camponesas, o PCB e a Igreja Católica eram as três principais forças que disputavam entre si a organização dos camponeses.

Associações de trabalhadores rurais, as Ligas Camponesas ganharam força nas décadas de 1950 e 1960. Como sabemos as experiências mais significativas foram desenvolvidas no Nordeste, a exemplo Pernambuco e Paraíba, contudo essas organizações também tiveram núcleos em outros estados como no Paraná, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul e em Goiás. Entre os anos de 1960 e 1961, ao todo havia federações das Ligas em dez estados brasileiros.

O movimento da Liga Camponesa se insere no período compreendido entre fim da Era Vargas ⁵ após o período democrático que se iniciou em 1945 até a deflagração do Regime Civil-Militar, em 1964, período de intensas crises políticas, até a destituição de João Goulart pelo golpe civil-militar. Essa situação teve como desdobramento a organização e aliança entre elites agrárias, empresários, forças armadas, comerciantes, parlamentares, governadores, setores da justiça, forças de segurança, setores médios, religiosos e mídia; e setores internacionais, que resultou no golpe de estado de 1964. Essa situação teve como desdobramento a organização e aliança entre elites agrárias, empresários, forças armadas, comerciantes, parlamentares, governadores, setores da justiça, forças de segurança, setores médios, religiosos e mídia; e setores internacionais, que resultou no golpe de estado de 1964 (FICO, 2015).

As Ligas Camponesas na Paraíba contribuíram para intensificar ainda mais a polarização política na sociedade, mobilizando as elites agrárias através da Liga dos Latifundiários (LILA) que fomentaram apoio à repressão das lideranças camponesas, à

⁵República Oligárquica – 1889-1929; República Populista – 1930-1937; Estado Novo – 1937-1945 e Democracia – 1945 – 1964.

cassação de mandatos de parlamentares socialistas e a instalação e adesão ao golpe de estado (CITTADINO, 1998).

Apesar da região do brejo paraibano e, especialmente, o município de Sapé - PB, constituir-se em território de resistência de lutas pela terra na Paraíba, também tem experienciado o tom da violência pelo poder das elites oligárquicas em aliança com as forças de repressão. A dor e o silenciamento são faces dos rostos marcados de cicatrizes das famílias camponesas que viveram os vinte e um anos de regime autoritário atravessadas pelo medo, levando a muitos, ao êxodo pela sobrevivência. As estradas, os roçados, as casas, o sindicato, as delegacias e prisões, os cemitérios têm camadas de memórias nem sempre possíveis de serem escavadas e recordadas, pois ainda há silêncios inaudíveis do campo paraibano. Segundo Ricoeur (2010) ao mesmo tempo em que a violência pode traumatizar e ficar preservada em instancias psíquicas internas, pode também, como explica Ruiz (2014) mover a pessoa a se dirigir ao coletivo e romper o ciclo do silenciamento, compartilhando lembranças, dores físicas e morais.

Quando tais experiências são permeadas de perdas humanas como de algum membro da família, a exemplo da família Teixeira em Sapé-PB, que teve quatro membros mortos durante a ditadura, a dor estende aos demais camponeses pela força simbólica do líder João Pedro Teixeira. A realidade do campo que moveu ao movimento das ligas camponesas estava fundada nas desigualdades sociais, na violência estrutural e na repressão política. Da necessidade de preservação da memória emergiu o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, um espaço coletivo de educação para a memória, lugar de recordação e encontro de educadores dos diferentes níveis de ensino (educação básica e superior, educação do campo e educação da cidadania) com os movimentos sociais do campo e da cidade, um lugar criativo de educação política permeado de experiências de educação popular e extensão universitária.

A pós-graduação na UFPB tem contribuído com estudos e pesquisas sobre a realidade rural e seus problemas sociais, entretanto, o tema da Educação para Nunca Mais como tema de doutoramento junto ao PPGE/CE/UFPB, onde desde sua criação em 1977 tem construído estudos e pesquisas no campo da EP é uma ação pioneira.

Nesse sentido, a pesquisa em nível de pós-graduação na linha da educação popular pode trazer para o espaço acadêmico questões vivenciadas pelos trabalhadores rurais do município de Sapé na Paraíba, como, a memória da luta camponesa pelo direito à terra, à educação e à vida foi atravessada pela violência implantada com o golpe de estado de 1964. O filósofo e educador Eduardo Bittar (2007, p. 321) alerta: “A

consciência histórica é aquela que aponta que o passado retorna, e que, sem consciência do passado, se torna impossível agir no presente com vistas à mudança no futuro”.

O problema de pesquisa moveu pontes com a história de vida familiar permeada de experiência com a violência política, por ter membros da família enfrentado a repressão, de modo que a construção do problema de pesquisa articulou experiência e memória familiar e social. Foi fundamental no caminho da pesquisa a aproximação com o Memorial da Democracia em processo de criação junto à Fundação José Américo através de cursos e eventos, bem como com o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas através de visitas e participação na medida do viável, uma vez que o desenvolvimento da pesquisa se deu no período da pandemia do COVID 19, de ações promovidas no sítio de memória, a exemplo da apresentação do monólogo - *Memórias de ditaduras: eu menina, nós mulheres*, da atriz Rosa Carlos, mestra do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da UFPB e do dia 2 de abril, dia em que o Memorial das Ligas Camponesas recorda o assassinato de João Pedro Teixeira, com atividades culturais e educativas com ampla participação social. Outra referência relevante, trata do Memorial da Resistência de São Paulo com um amplo acervo disponível aos pesquisadores e o site da Comissão Nacional da Verdade.

A temática do direito à memória e à verdade também me aproximou do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos que desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão no tema da Justiça de Transição e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação que também desenvolve disciplinas e o Grupo de Estudos e Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPB (Gecimp) e a Rede Interdisciplinar de Estudos sobre Violências (RIEV). Desses vínculos dialogamos com o referencial teórico da Memória, (NORA, 1993, RICOEUR, 2010; POLLAK, 1989; ORLANDI, 2015; RUIZ, 2014; VILELA, 2000) Justiça de Transição (ABRÃO e TORELLY, 2010) e da Educação para Nunca Mais (ADORNO, 1995, 2010; MÈLICH, 2000; SCAVINO, 2015; MUNIZ, 2021; ZENAIDE, 2014).

Identificamos na produção do PPGE 4 eixos temáticos relacionados com a memória e educação em tempos autoritários, quais sejam: (06) Memória e Educação Superior; (05) Memória e Educação Popular; (06) Memória e Educação Básica; além das ações de ensino na pós-graduação e na extensão. Na linha da educação popular as produções acadêmicas têm trabalhado educação popular e autoritarismo junto a CEPLAR, a Cruzada de Ação ABC, além do tema da história da Educação na ditadura militar (1964-1985); currículo e espaços educativos na ditadura militar; escola e

resistência; movimento e organizações estudantis, censura e controle aos livros e conteúdos didáticos e educação popular, Comunidades Eclesiais de Bases e movimentos sociais (ZENAIDE e BEZERRA, 2020).

Na UFPB, estudos e pesquisas que abordam a resistência camponesa tem sido uma narrativa silenciada nos vinte e um anos de estado de exceção, começando a ser exibida após a reconstrução de produções bibliográficas e acadêmicas (ÂUED, 1981; BENEVIDES, 1985; LEMOS, 1996; COELHO, 2004; VAN et al. 2006, SCOCUGLIA, 2013; 2015; 2009, MOREIRA,1997; PESSOA, 2015; PEREIRA, 2012 e 2017; MARINHO, 2018; FAÇAMHA, 2013; SILVA JUNIOR, 2014; ALEIXO, 2013;ZENAIDE, 2010) e do Relatório da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória (NUNES et.al., 2017).

Pretendemos construir o **argumento de Tese** de que, a educação para nunca mais envolvendo o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas e Escolas Públicas tem fomentado experiencias de uma pedagogia da memória. O entendimento do movimento das Ligas Camponesas e das formas de violência enfrentadas em tempos autoritários tem devolvido a palavra aos camponeses, que, articulando os sujeitos coletivos com as escolas reescrevem a memória das Ligas Camponesas, ressignificando a ideia de identidade e resistência camponesa. A educação para nunca mais ao desenvolver uma leitura crítica da opressão ressignifica a perspectiva da educação como prática da liberdade.

O lócus da pesquisa envolve o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas e a Escola Luiz José Gonçalo no município de Sapé/PB, por entender como o memorial enquanto sítio de memória tem se apropriado dessa história e ressignificado a identidade de pertencimento dos camponeses no território das Ligas Camponesas contribuindo para a afirmação da história local. A Escola Municipal Luiz José Gonçalo por constituir um estabelecimento de educação formal que trabalha com história local e memória das Ligas Camponesas como parte do Projeto Político Pedagógico, uma forma de fomentar uma educação para Nunca Mais. Entre rastros, vestígios e tramas tecidas em tempos e espaços diversos, buscamos o caminho que nos conduzirá ao alcance de nossos objetivos, na busca de balizar o nosso olhar para o aprofundamento do fenômeno pesquisado. Evidenciando o rumo investigativo do estudo estruturamos a tese em seis capítulos e as considerações finais.

A escolha inicial do tema “Ressignificação da memória nos vestígios da luta”, é o resultado de um processo de pesquisa iniciado durante o mestrado no Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da Universidade Federal

da Paraíba (UFPB), surgindo como uma descoberta afortunada, em um processo de serendipidade⁶. Contudo esse processo não partiu do desconhecido, visto que a história das Ligas Camponesas também faz parte da história e da memória coletiva e familiar da pesquisadora.

O recorte temporal da tese se inicia no período de constituição do Memorial das Ligas Camponesas, quando trabalhadores rurais, membros da pastoral da terra, sindicalistas, universitários e ativistas dos movimentos populares e de direitos humanos reuniram-se para constituir um coletivo que pudesse reunir todo o acervo existente sobre as Ligas Camponesas na Paraíba, como espaço de memória e de educação para o trabalhador rural, transformando a casa como espaço de separação, dor e silenciamento num lugar de encontro fortalecendo como território de luta e resistência (VILELA, 2000).

Escolher no Curso de Doutorado em Educação, linha de pesquisa Educação Popular o tema de pesquisa, a **Educação para Nunca Mais** junto ao Memorial das Ligas e Lutas Camponesas e na Escola Municipal Luiz José Gonçalo em Sapé-PB, significa um passo relevante de resgate da história coletiva como forma de afirmação da identidade social como familiar de ex-membros das Ligas Camponesas. Para escolha de um território de luta como aquele em que se situa o Memorial das Ligas Camponesas de Sapé-PB, consideramos a possibilidade de atuação dos sujeitos e do pesquisador em colaboração.

Tomamos o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas como referência de um tempo espiral onde se imbricam passado e presente, buscando dessa forma compreender as seguintes questões: 1) Como a educação para memória das Ligas Camponesas em experiências de educação popular fortalece a consciência para luta contra as desigualdades e as formas de violência e opressão no campo? 2) como contribuem, no presente, para perpetuar a necessidade da organização coletiva como forma de defesa da vida e da cidadania ativa? 3) Como lugares de dor são transformados em lugares de educação para nunca mais pela ação do coletivo? 4) Como a memória do passado autoritário interage com o tempo presente produzindo lições de educação em direitos humanos junto aos educadores populares que convivem no espaço do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas?

Nosso **objetivo geral** aqui se consistiu em analisar como a história e memória das Ligas Camponesas tem sido objeto de ações educativas realizadas no/com o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas e na EMEIEF Luiz José Gonçalo no município de

⁶É um anglicismo que se refere às descobertas afortunadas feitas, aparentemente, por acaso.

Sapé/PB. Como **objetivos específico**, pretendemos: traçar os elementos teóricos-conceituais e metodológicos do Diálogo entre a Educação Popular e da Educação para Nunca Mais; examinar e contextualizar a política de esquecimento durante o período de 1964-1985 e a política de memória e verdade ao longo do processo democrático; compreender a formação do movimento das Ligas Camponesas no Nordeste e na Paraíba no período histórico de 1954 a 1964; identificar as ações desenvolvidas com/pelo Memorial das Ligas e Lutas Camponesas; caracterizar a Escola Municipal Luiz José Gonçalves enquanto espaço de produção de conhecimento, construindo processos educativos sobre a Educação para Nunca Mais junto com os(as) Educadores (as) Populares.

No primeiro capítulo **TECENDO FIOS E INVESTIGANDO OS RASTROS: UMA METODOLOGIA PARA ALÉM DO MÉTODO**, buscamos discutir os procedimentos metodológicos que foram realizados, nessa pesquisa, com a intenção de projetar e experienciar um caminho que fosse um constante movimento entre teoria e prática. Nesse momento foi de fundamental importância estabelecermos a escolha dos pressupostos epistemológicos, metodológicos e técnicos de modo a fundamentar cientificamente o processo da pesquisa pautada em uma perspectiva dialética do conhecimento.

O segundo capítulo **TRAÇANDO CAMINHOS EM TRILHAS VIVIDAS**, abrimos uma exceção para que a pesquisadora Julyanna de Oliveira Bezerra fizesse em primeira pessoa a exposição de sua motivação em escrever tal tese, e assim como forma de encontrar o fio que nos conduzirá por toda pesquisa, foi desafiada a reviver e narrar memórias familiares compartilhadas, como também tratamos de questões relativas ao nosso objeto de estudo, considerando historiografia referente às Ligas Camponesas da Paraíba, sobretudo ao resgatar essa história através da memória e história oral, a partir da relação do Memorial das Ligas Camponesas e a Educação para Nunca Mais, abordando as ideias centrais da Educação Popular enquanto campo de pesquisa em um movimento de diálogo com os movimentos sociais e a memória.

No terceiro momento **TERRA E DIREITOS HUMANOS NA PARAÍBA: A REFORMA AGRÁRIA COMO BANDEIRA DE LUTA**, dialogamos sobre identidade, terra e autoritarismo, uma vez que no Brasil os conflitos agrários são o resultado de uma estrutura agrária desigual e concentrada, atravessada de graves violações de direitos humanos surgem pela apropriação da terra, ou seja, pela destituição da terra, resultando na violência e repressão agrária. As obras clássicas sobre a questão

agrária situam as bases teóricas selecionadas para este capítulo: José de Souza Martins (1980; 1981; 1984; 1996); José Graziano da Silva (1981); João Pedro Stédile (1997; 2005; 2012); Octavio Ianni (1979;1984); e Otávio Guilherme Velho (1976).

No quinto capítulo **MEMORIAL DAS LIGAS CAMPONESAS: UMA VIAGEM DO PASSADO AO PRESENTE NO DIÁLOGO COM AS EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO POPULAR** ao falarmos do Memorial da Ligas e Lutas Camponesas como um canal de comunicação, acessível à sociedade pretendemos apresentá-lo como um sítio de memória capaz de informar não só sobre a história das Ligas Camponesas e como conhecer a sua memória e história é importante para o reconhecimento da identidade camponesa e para Educação para Nunca Mais nos Municípios. Para isso, a memória implica na concepção do conteúdo de um lugar de memória, bem como na sua (re)construção e ressignificação. Os lugares de memória concretizam-se como espaços importantes para os que viveram os eventos e para os que querem conhecer o passado em uma dinâmica diferente da apresentada por outros meios. Visitar um local de memória é proporcionar-se uma pausa no presente para refletir sobre o futuro, compreendendo o passado.

No sexto capítulo **EDUCAÇÃO POPULAR EM SAPÉ-PB: PARA QUE NÃO SE ESQUEÇA E PARA QUE NUNCA MAIS ACONTEÇA!**, apresentamos a sistematização das experiências reveladas no decorrer desenvolvimento de toda pesquisa, a partir da narrativa dos sujeitos da pesquisa. A identidade fundamentada na memória como luta de resistência ao silenciamento e autoritarismo. Embora admitamos que exista um processo de "esquecimento" forjado e legitimado por uma memória oficial que, ao longo dessas décadas, vem ocultando da população brasileira o passado repressivo e um efeito desmobilizador das lutas, é fundamental destacar a importância de uma consciência política proporcionada pelos movimentos sociais na construção da memória, que é uma verdadeira luta contra o esquecimento. Nesse sentido, o processo de construção da memória política é uma verdadeira luta contra o esquecimento que nos remete ao debate sobre a importância e a necessidade de se elaborar "políticas de memória" que se contraponham às "políticas de esquecimento" que foram estabelecidas ao longo da ditadura e do período de redemocratização brasileiro. Tal política é justamente contrária à política de memória que defendemos, visto que, qualquer ação de combate ao esquecimento institucional deve, necessariamente, passar pela elaboração de políticas públicas concretas contra a violência, e em favor dos direitos humanos, garantindo,

fundamentalmente, aos sujeitos, o direito de conhecer e ressignificar o passado e, portanto, o direito à memória.

Nas considerações finais **LIÇÕES CONSTRUIDAS DA EXPERIÊNCIA DOS (DAS) EDUCADORES(AS) SOBRE A EDUCAÇÃO PARA NUNCA MAIS EM TERRITÓRIO DAS LIGAS CAMPONESAS**, realizamos a retomada dos principais elementos apresentados na tese, em busca de afirmar ou não a tese apresentada, bem como apresentar os avanços e desafios construídos ao longo desta escrita. Ainda apontamos as relações desta pesquisa com aberturas temáticas para trabalhos futuros para que a pesquisa em torno da Educação Popular para Nunca Mais, não termine com a finalização desse estudo, mas que seja apenas o primeiro passo para outras descobertas e ressignificações.

Sabemos que esse processo de tomada de consciência, não terminará, é um processo permanente de descobertas e aprendizados, de vivências e experiências através da ação e da reflexão, sempre com a finalidade por superar obstáculos e derrubar injustiças. É uma permanente busca da utopia, que para Paulo Freire (2011), não é o irrealizável; a utopia não é o idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e anunciar a estrutura humanizante. Por esta razão a utopia é também um compromisso histórico (FREIRE, 2011).

Problematizar é diferente de apresentar respostas prontas para a solução dos problemas, é diferente também de apresentar a realidade como algo já posto, imutável, a qual é preciso se adaptar. Responder questões implica em pensar, e pensar é aproximar-se da realidade e destruir mitos, é dessa forma que se estabelece o diálogo, que será restituída a palavra que foi usurpada do povo oprimido, o diálogo liberta.

Palavra será sempre palavra, mas quando utilizada em prol de uma utopia, palavra se torna ferramenta de enfrentamento as diversas formas de opressão, e quando pronunciada em conjunto se torna a força que move toda a sociedade para a plena libertação como forma de resistência ao silenciamento autoritário.

1. TECENDO FIOS E INVESTIGANDO OS RASTROS: UMA METODOLOGIA PARA ALÉM DO MÉTODO

Pretende o capítulo conduzir a escrita da tese começando pela experiência pessoal com a memória familiar sobre as Ligas Camponesas, para então traçar o início do estudo acadêmico aproximando-me do estado do conhecimento sobre o tema Educação Popular e Educação para Memória articulando com os aspectos históricos da Educação do Nunca Mais no Brasil. Nesse ponto do caminhar abrimos uma exceção para que a pesquisadora fizesse em primeira pessoa a exposição de sua motivação em escrever tal tese, e assim como forma de encontrar o fio condutor que nos conduzirá por toda pesquisa, sendo desafiada a reviver, narrar e compartilhar memórias familiares recordadas motivada pelo objeto de estudo do doutoramento referente às Ligas Camponesas na Paraíba.

Nesse primeiro momento buscamos discutir os procedimentos metodológicos que foram realizados, com a intenção de projetar e experienciar um caminho que fosse um constante movimento entre teoria e prática. Esse momento foi de fundamental importância por clarificar a escolha dos pressupostos epistemológicos, metodológicos e técnicos de modo a fundamentar cientificamente o processo da pesquisa pautada em uma **perspectiva dialética** do conhecimento.

Podemos descrever esse caminho como sendo uma trama que a todo o momento tem colocado em evidências algumas palavras que anunciam e denunciam a violência que ocorreu no campo nordestino nesse período histórico de restrição das liberdades fundamentais. Ao mesmo tempo nos traz a esperança, a autonomia de lutar e de jamais se deixar oprimir, e assim entre um vocábulo e outro pegamos o fio que nos conduz ao diálogo, as discussões, as experiências e ao aprendizado.

A violência sempre foi inaugurada pelo opressor. Como poderiam os oprimidos darem início a violência, se são eles o resultado de uma violência? (...) Inauguram a violência os que oprimem, os que exploram, os que não se reconhecem nos outros; não os oprimidos, os explorados, os que não são reconhecidos pelos que oprimem como outro. (...) Para os opressores, porém, na hipocrisia de sua generosidade, são sempre os oprimidos, que eles jamais obviamente chamam de oprimidos, mas conforme se situem, interna ou externamente, de essa gente, ou de essa massa cega invejosa, ou de selvagens, ou de nativos, ou de subversivos, são sempre os oprimidos que desamam. São eles os violentos, os bárbaros, os malvados, os ferozes, quando reagem a violência dos opressores. (FREIRE, 1987, p. 42-43)

Nessa perspectiva de educação, é necessário o entendimento de que o processo de construção de uma consciência crítica não se dá do nível das ideias para ação, uma vez

que, sob determinadas condições históricas materiais, o homem cria e produz ao mesmo tempo, convive e transforma a natureza, modificando o mundo e construindo sua história, modos de vida, ideias e processos simbólicos. Sobre o processo de determinação da consciência, Marx e Engels (1984, p. 36-37) afirmam que,

[...] os homens são produtores de suas representações, de suas ideias e etc., mas os homens reais e ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde até chegar as formações mais amplas.

Sobre a ótica epistemológica do materialismo histórico (GAMBOA, 2015) é importante ressaltar a escolha de categorias teóricas que darão suporte ao processo de apreensão da realidade, processo demonstrado na estrutura e conceitos trabalhados nos capítulos, assim como, nas escolhas metodológicas e técnicas de modo a fundamentar cientificamente o processo da pesquisa. Constatamos, assim, que a elaboração e o desenvolvimento de uma pesquisa que exige a contextualização do problema, suas múltiplas determinações e razões de modo a perseguir um caminho de pesquisa coerente com os objetivos da investigação.

O ser humano, no processo de produção do conhecimento, tenta buscar respostas a inúmeras perguntas que direcionam a entrada no campo de pesquisa, num processo ininterrupto de tentar responder ao problema em investigação, nesse sentido, pode se apoiar na historiografia, como também no levantamento bibliográfico como no estudo da documentação ou nas fontes apropriadas de pesquisa. Para Gamboa (2015, p. 79) a construção da resposta à pergunta da pesquisa, atravessa os pressupostos ontológicos, gnosiológicos, epistemológicos e teóricos, até chegar ao nível metodológico e técnico.

Por memória, compreendemos o processo de ressignificação do sujeito com o passado procurando entender e agir no presente. Tais processos podem ser descritos e analisados a partir de categorias e conceitos definidas a priori e durante o processo de pesquisa. Nessa linha de abordagem, utilizamos o trabalho teórico de Oscar Jara (2006, p. 16) em que afirma, “A sistematização inclui-se nessa ampla corrente que busca compreender e tratar com o qualitativo da realidade e que se encontra em cada situação o particular”. O objeto da sistematização da experiência do Memorial das Ligas Camponesas no tocante a memória e a Educação para Nunca Mais envolveram a prática coletiva de diversos educadores de modo a não só construir a unidade do processo educativo, assim como, de construir reflexões teóricas da experiência.

Da Matta (1986, p.30) vem nos dizer que “não existe uma medida orgânica, natural ou fisiológica de uma categoria de pensamento e ação tão complexa quanto o espaço” e que “não se pode, de fato, falar de espaço sem falar de tempo” (1986, p.32)

(...) cada sociedade tem uma gramática de espaços e temporalidades para poder existir como um todo articulado, e isso depende fundamentalmente de atividades que se ordenam também em oposições diferenciadas, permitindo lembranças ou memórias diferentes em qualidade, sensibilidade e forma de organização (...) é que cada sociedade ordena aquele conjunto de vivências que é socialmente provado e deve ser sempre lembrado como parte e parcela do seu patrimônio. (DA MATTA, 1986, p.34)

Da Matta (1986), ainda admite que há que se pensar em “questões de espaços diferenciados, de medidas de temporalidade complementares e opostas, e, - como consequência – um sistema de lembranças diferentes” (1986, p.34). Ora, essa é uma ótica mais adequada para ‘apreender’ a complexidade do território campestre, no qual existem inúmeras camadas de tempo, de experiências, aparentemente no mesmo espaço (mas, na verdade, ocorre no espaço temporal relacionado a cada acontecimento) e que podem ou não guardar relação, complementaridade ou dependência entre si, com as mesmas possibilidades no campo da geração/construção de memórias. “O mundo ordenado por suas relações com os grupos que se combinam e se reformulam, na complexa lógica social que cada sociedade ordena para si e para os seus membros” (DA MATTA, 1986, p. 39).

Nosso estudo tem como área geográfica o município de Sapé na Paraíba, território onde os acontecimentos referentes as Ligas Camponesas tiveram dimensão social significativa. O Município de Sapé/PB, localizado a 42km de João Pessoa, foi fundado em 01 de dezembro de 1925, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016) e sua população é estimada em 52.463 habitantes; situa-se na Mesorregião da Mata Paraibana. Com base em dados históricos, Sapé surgiu a partir de 1883, quando em 07 de setembro daquele ano foi inaugurada sua estação férrea, com a passagem do primeiro trem em direção a localidade de Mulungu (FERREIRA, S/D).

Nessa época em Sapé só existia o prédio da estação e uma pequena casa utilizada para abrigar os trabalhadores da Empresa Ferroviária. Todo restante do espaço era vegetação, o então conhecido capim Sapê, que deu origem ao nome do município. Nessa época o Município era Sobrado/PB e Sapé era um de seus distritos, porém tudo mudou quando a partir de 1900, com base na Lei Estadual nº 150, Sapé passou a pertencer ao Distrito de Paz de Cachoeira criado pela mencionada lei. (FERREIRA, S/D)

Figura 1 - Estação Ferroviária de Sapé/PB

Fonte: FERREIRA, S/D.

A partir do momento que essa lei entrou em vigor, a vida social, comercial e administrativa de Sobrado começou a desacelerar e enfraquecer, principalmente a partir da transferência do Cartório de Paz de Sobrado para a cidade de Sapé, levando junto todo seu acervo, desta forma os moradores não mais precisariam se deslocar a Sobrado para utilizar os serviços do seu Cartório, pois o local da procura passou a ser unicamente Sapé, com isso o mencionado município continuou se desenvolvendo, e atualmente se configura entre os dez maiores do estado da Paraíba.

O movimento das Ligas Camponesas, na Paraíba, aqui surgiu. Sapé tornou-se o quartel general do movimento. A situação em parte da Região da Várzea, a condição de maior conglomerado industrial do estado, a existência de latifúndios, a monocultura da cana de açúcar fazia com que Sapé apresentasse vantagens para sediar o movimento que visava, nos seus planos, a libertação dos trabalhadores rurais. O povo unido gritando na praça pública, assustava a burguesia e os grandes proprietários da terra...Ninguém, em sã consciência, poderia pôr em dúvida a existência de sementes de justiça das demandas. Pelejavam por causa justa. Intentava-se corrigir uma situação de miséria. (MONSENHOR ODILON PEDROSA, 1986, apud VAN HAM, 2006, p.17)

É nesse território apresentado pelo Monsenhor Odilon Pedrosa (1986) que surge A liga Camponesa de Sapé, e aos poucos foi se constituindo como um dos mais representativos movimentos sociais do campo, na trajetória histórica da sociedade brasileira.

Reconstruir a sociedade nos modos democráticos significa recordar e aprender com o passado acerca das Ligas Camponesas no processo educacional como forma de substituir a ignorância pelo respeito e a solidariedade. É muito comum pela tradição autoritária as cidades esquecerem-se dos seus lutadores, exaltando os segmentos dominantes. Bastam levantar na cidade de Sapé-PB quantas ruas, escolas e logradouros públicos homenageiam as lideranças sociais camponesas, assassinadas pelo latifúndio e

quantas homenageiam pessoas e familiares dos latifundiários da região? Ou, qual o apoio é dado aos familiares das lideranças camponesas que tiveram a vida destruída pela violência? Como a memória coletiva tem sido tratada nos sindicatos, assentamentos e escolas públicas?

Com as Comissões de Verdade, o testemunho das Ligas Camponesas tem saído do silenciamento, familiares têm dado testemunho em audiências públicas, em eventos educativos, seminários e movimentos de celebração da resistência camponesa (NUNES, 2017). Vilela (2000, p. 114) clarifica, a importância do potencial do testemunho que podem possuir “um registo verbal ou um registo não verbal (como por exemplo a fotografia), os quais se apresentam como uma forma de pôr em comum um acontecimento”. Para pesquisadora, o conceito de testemunho é definido como,

[...] um acto pelo qual um indivíduo atesta o conhecimento directo de um objecto ou de um acontecimento; narração (récit) através da qual ele restitui esse conhecimento. Por extensão (“o testemunho dos sentidos”), designa esse conhecimento directo. Se o valor de um testemunho supõe a sinceridade da testemunha, esta não implica, de forma alguma, a validade do conhecimento acerca do qual ela testemunha. (Freund, 1990, p. 2565 apud VILELA, 2000, p. 145)

Essa perspectiva histórica apresentada se constituiu como nosso **objeto de estudo**, onde buscamos apresentar aos leitores as ações e processos educativos protagonizados pelo e com o Memorial das Ligas Camponesas da Paraíba (2006 – 2021) e na Escola Municipal Luiz José Gonçalo (2012 – 2021), envolvendo ações de resistência à opressão e à violência e educação para Nunca Mais. Neste sentido, a proposta de pesquisa reconhece o valor acumulado das ações de resistência dos trabalhadores rurais e avança no interesse em aprofundar as análises já existentes e conceber novas descobertas em favor da vida humana.

O Memorial das Ligas Camponesas é uma entidade da sociedade civil, criada em 18 de novembro de 2006, a partir de um processo educativo de resgate da memória do movimento das ligas camponesas, iniciativa de membros da Pastoral da Terra e professores da Universidade Federal da Paraíba, que resultou na criação do Sítio de Memória que atue como **espaço**⁷ de resistência e memória, de educação e extensão popular e de articulação política, com os objetivos de:

⁷ Aquele que é apropriado, transformado e produzido pela sociedade (SOUZA, 2016).

- Preservar a **memória** histórica das Ligas Camponesas – seus fundadores, seus protagonistas, sua trajetória de lutas, seu legado de combatividade e de esperança.
- Pesquisar, registrar, socializar e debater percursos biográficos de lideranças das Ligas Camponesas, bem como das lutas e conquistas coletivas, na região.
- Sensibilizar os Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo, em especial as novas gerações dos Acampamentos e Assentamentos da Reforma Agrária, a partir dos trabalhos de **Educação Popular** e de **Extensão Popular**, realizados em dezenas de Assentamentos da região, a começar pelo Acampamento de Barra de Antas, no município de Sapé – PB, em vista do efetivo compromisso com a promoção e solidariedade com a causa camponesa.
- Priorizar o processo de **formação contínua dos Trabalhadores e Trabalhadoras**, tanto do ponto de vista formal (por ex.: por meio da criação, em Barra de Antas, de uma unidade Escola Família Agrícola) e não-formal, sempre no horizonte da integralidade e da construção de uma nova sociedade, de modo contínuo e alternativo aos valores dominantes.
- Firmar parcerias com coletivos nordestinos envolvidos com pesquisas e estudos que priorizem **saberes e práticas camponesas** de convivência com o semiárido;
- Promover, apoiar e subsidiar as iniciativas de **lutas** das Trabalhadoras e dos Trabalhadores do Campo, das Águas e das Florestas, em defesa de seus direitos e do respeito à dignidade da Mãe-Terra (Site do Memorial das Ligas Camponesas) (grifo nosso)

A conquista do Memorial das Ligas Camponesas significa que, familiares e trabalhadores rurais apoiados por entidades da sociedade civil e governo estadual enfrentam o esquecimento, quando em uma audiência pública sobre “As Ligas Camponesas”, realizada conjuntamente pela Comissão Estadual da Verdade da Paraíba e a Comissão Nacional da Verdade, na Escola Estadual Monsenhor Odilon Ribeiro Coutinho em Sapé-PB, em 15 de julho de 2014, conquistam junto ao governo estadual o tombamento da residência de João Pedro Teixeira como patrimônio histórico da Paraíba para oportunizar a criação do Sítio de Memória e um Centro de Formação para o Campesinato, ou mesmo, quando em homenagem ao líder camponês conseguem a mudança da rodovia estadual para João Pedro Teixeira, assim como, com apoio da Secretaria de Estado da Educação, alcançam a criação em 2012, do Prêmio Estadual de Redação João Pedro Teixeira junto a rede estadual de ensino.

A partir da escolha do lócus definimos como sujeitos desse estudo os Educadores Populares da Escola Luiz José Gonçalo, somado aos extensionistas universitários que já desenvolveram ações educativas junto ao Memorial, associando, a presidente do Memorial das Ligas Camponesas e os membros de movimentos e pastorais sociais. A justificativa para a escolha desses sujeitos pauta-se nas possibilidades de descobrirmos

ações diversificadas e realizadas em diferentes momentos históricos dentro do espaço tempo delimitado nessa pesquisa que dão sentido à educação para nunca mais.

Para construção da proposta metodológica que sustentará a tese, identificamos as seguintes questões norteadoras: Como os processos educativos formais e não formais do e com o Sítio de Memória “Memorial das Ligas e Lutas Camponesas”, expressam ação de resistência à opressão e às violações dos direitos humanos, de memória e educação política? Como questões complementares, indagamos: qual a importância do recordar para a constituição do direito à memória e à verdade? Como a educação popular potencializa a educação para nunca mais no território das Ligas Camponesas? Como as ações de educação popular para construção de uma Educação para Nunca Mais se aproximam da Luiz José Gonçalo potencializando uma cultura democrática? Como educar para o direito à memória e à verdade em territórios de resistência e esquecimento a partir de uma pedagogia para Nunca Mais?

Com o objetivo de encontrar o fio que conduzisse minha trajetória de pesquisa comecei por tecer alguns fios da memória familiar com a memória das Ligas Camponesas. A construção do problema também passa pela história de vida da pesquisadora, que, certamente, sofreu transformações, mas que precisa ser narrada para tentar estabelecer pontos de contato e o porquê “Narramos as coisas que consideramos verdadeiras [...]. É, pois sempre a linguagem, assim como a experiência e a ação que esta articula, que resiste ao assalto dos céticos” (RICOEUR, 1994, p. 23). Narrar assim a trajetória é fundamental, pois (re)construir um processo como sujeito cognoscente e histórico trazendo fragmentos do passado para entender as opções do presente, foi parte da aproximação com o objeto de pesquisa.

1.1 Trilhas vividas na memória familiar

Discorrer sobre minha trajetória de pesquisadora não pode se dissociar da memória social inscrita em meu grupo de pertencimento. Como afirma Candau (2021) a memória social puxou o fio da memória social familiar posta em camadas subterrâneas como resultado dos processos de opressão experienciados durante o regime autoritário. Parece uma tarefa fácil, mas podemos afirmar que é só uma impressão, pois, são poucas as vezes que tiramos um tempo em nossas vidas para refletir e até mesmo relembrar, o que nossa memória genealógica já viveu de modo a nos definir no presente. E é dessa forma que muitas coisas acabam passando despercebidas ou acabam se perdendo no mais

íntimo de nossa memória social familiar, principalmente porque escrever sobre memória camponesa exige muito mais de nós do que só recordações, por muitas vezes se torna também uma ação que reabre dores e violência.

Mas é justamente nessa conjuntura de tantas perdas devido a pandemia da Covid 19, que, tecendo o texto da tese de doutoramento, escrevemos algumas páginas desse livro chamado vida que desejamos decifrar com vocês, pois ao colher e compartilhar memórias familiares, pude compreender a relevância de estudos da memória no campo da educação popular, exteriorizando através das palavras um pouco dessa caminhada enquanto sujeito de um momento histórico que não se encerrou na década de sessenta.

Sinto-me agora desafiada a revisitar e lembrar do passado com apoio de familiares, para entender as relações entre passado e presente, e ao mesmo tempo em que minhas dificuldades vão surgindo, vou conseguindo superá-las, mesmo que por muitas vezes a emoção venha me arrebatá-la, mas sei que é realmente preciso superar certos desafios para discorrer sobre a história em seus diversos contextos. Mesmo que o receio tome conta da minha consciência, até mesmo pela difícil conjuntura política, social e humana que estamos vivendo, também já me sinto motivada pela grande responsabilidade e compromisso de aproximar das Ligas Camponesas a partir da memória familiar. Nesse zig zag de lembranças e emoções a dor e as lágrimas também se fazem presentes ao processo coletivo familiar de revisitar o passado. Essas recordações, que vão se desgarrando do interior das memórias pessoais do grupo familiar é como se assistisse a um filme narrado e revivido em momento de diálogos com minha família, nos quais os sujeitos se colocam nas diversas interconexões com a realidade desse momento, ou seja, das memórias familiares compartilhadas preenchidas de sonhos, ganhos, perdas, realizações, alegrias, medos, frustrações, ousadia e conquistas, enfim uma vida de profunda reflexão sobre as lições passadas, novas leituras da vida, do mundo e da minha própria existência enquanto sujeito de direitos.

Nesse contexto Paulo Freire (1994, p.17) nos faz refletir que, “os acontecimentos da vida compõem historicamente tramas centradas e sujeitas a múltiplas dependências. Carregamos conosco a memória de muitas tramas, o corpo molhado de história, de nossa cultura”. Cabe a cada um de nós “puxar os fios” dessas tramas para compreendê-las e agir em uma direção contra hegemônica, possibilitando o caminhar no sentido da libertação.

Concluí o mestrado em 2017 no Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, na Universidade Federal da Paraíba, naquele momento minha pesquisa era voltada para a Formação de Educadores e foi durante a pesquisa que me deparei com o

que viria a ser minha maior e melhor descoberta e o que me levaria ao objeto de minha pesquisa no doutorado, só que agora no Programa de Pós-graduação em Educação na UFPB. Durante a pesquisa de mestrado no município de Sapé-PB, pude conhecer um pouco mais sobre a história das Ligas Camponesas, mesmo que ainda sob o silêncio de seus moradores, fui compreendendo que a cada passo que dávamos na trilha dos documentos e memórias coletivas, adentrávamos ainda mais nessa trama do esquecimento, e a partir daquele momento, descobri que essa também se tornaria a minha história, que nasceria da relação de minha família com Elizabeth Teixeira e João Pedro Teixeira e com as Ligas Camponesas.

Foi durante os encontros familiares nas tardes regadas a café e bolo que ouvi as histórias que eram contadas, e entre um gole e outro, as narrativas ganhavam formas, cenas e cores. Quando ouvi minha avó Natiódalia Félix (In memoria) descrever com detalhe a sua maior e melhor lembrança, que foi um gesto de carinho praticado por Elizabeth Teixeira para com ela, foi decisivo para que nessa emoção familiar puxasse o fio da memória que foi apenas o início de uma história maior e ainda silenciada.

Em 10 de junho de 1942, às 10h00min da noite Elizabeth Altino fugiu da casa de seu pai com João Pedro Teixeira na época seu namorado (BANDEIRA; MIELE; GODOY, 1997), e nessa mesma noite, foi acolhida na casa do tio Luís Pedro Teixeira, em Massangana, que era vizinho ao pequeno sítio onde meus bisavós e filhos residiam, e minha vó Natiódalia nos contava que ela era menina, ela recordava de ver Elizabeth muito triste pela saudade da mãe e dos irmãos, e recorda ainda de um momento que para ela foi muito especial, quando ela (minha vó) veio à João Pessoa pela primeira vez. Na ocasião, antes de sair Elizabeth perguntou aonde iria tão bonita, ela respondeu que estava vindo a capital João Pessoa. Nesse momento ela (Elizabeth) chamou minha vó Natiódalia Félix (In memoria) para pintar as unhas, e falou que “uma mocinha não poderia vir a cidade tão bonita, mas sem as unhas pintadas”, minha avó lembra com saudades que aquela foi a primeira vez que pintou as unhas, era uma cor clarinha, e que foi Elizabeth que havia feito aquele gesto tão singelo e amoroso para com ela, que era só uma criança, e ela saiu dali muito feliz, aquele foi um dia para nunca esquecer.

Foi também através dessa proximidade que meu bisavô Eduardo Félix passou a compartilhar da amizade de João Pedro Teixeira, e cada vez mais ficava envolvido pela causa dos camponeses. Meu bisavô trabalhava na pedreira, mas também trabalhava na

roça e conhecia bem a luta do povo camponês e gostava de ler sobre o comunismo⁸, minha vó fala que “ele não era comunista e nem da Liga Camponesa, mas que era um simpatizante da luta do povo”. E a partir desse momento a amizade foi se estreitando, até mesmo nas viagens de carona para Cruz do Espírito Santo e para João Pessoa.

Outro momento marcante aconteceria dias depois, mais precisamente no dia do casamento de João Pedro e Elizabeth Teixeira, em 26 de julho do mesmo ano, onde todos se envolveram nos preparativos, inclusive minha bisavó que era comadre dos tios de João Pedro Teixeira, e assim o dia se seguiu com toda festividade, “simples, mas tudo muito bem ajeitado, com flores, e o vestido de Elizabeth Teixeira era lindo, um tecido branco em crepe, que naquele tempo não era todo mundo que podia ter, mas foi feito tudo com muito capricho” (Depoimento de Natiodália Félix, 2019). Meus bisavôs também foram testemunhas como padrinhos do casamento no religioso daquele momento da confirmação, não apenas do amor entre eles, mas também a confirmação de uma luta que duraria por toda vida.

Os dias se seguiram, agora eles estavam casados, e desfrutavam da amizade e carinho de todos que moravam naquela região. Com o passar do tempo alguns atritos entre João Pedro e seu tio começaram a acontecer (ROCHA, 2009), motivo da mudança para Recife. Após essa separação, meus bisavós deixam o campo e vão morar na zona urbana de Sapé, mas, os direcionamentos políticos se manteriam, assim João Pedro em Recife, se aproxima dos companheiros operários da pedreira do Partido Comunista Brasileiro - PCB⁹ enquanto minha bisavó continuou sua luta junto aos operários da pedreira em Sapé, como “simpatizante” do PCB.

No dia 10 de maio de 1954 Elizabeth Teixeira volta para Sapé e logo após João Pedro também retorna, desta forma acontece o reencontro do meu bisavô Eduardo Félix com João Pedro Teixeira. Agora a luta ganha um novo viés e tonalidade, pois se volta para luta dos camponeses contra as más condições de vida dos trabalhadores do campo, comendo apenas farinha com um pedaço de rapadura e poucos caroços de feijão e sendo explorados. Da persistência em ver todos os dias camponeses com fome, analfabetos e

⁸ No Brasil, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) criado em 1922 expande suas bases no campo, fortalecendo a sindicalização articulando-se com a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). (Ver verbete de Alzira Alves de Abreu, CPDOC, FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>

⁹ Partido político de âmbito nacional fundado em março de 1922 com o nome de Partido Comunista do Brasil, sigla PCB. A alteração do nome para Partido Comunista Brasileiro ocorreu durante a conferência nacional realizada em agosto de 1961, e teve como finalidade facilitar o registro eleitoral do partido e sua legalização. Acesso em: <http://www.fgv.br/cpdoc>. Em 10 de junho de 2020.

expulsos do roçado João Pedro Teixeira começa a reunir e dialogar da necessidade de se organizar para luta coletiva, árdua, mas indispensável para o homem explorado do campo. Nesse diálogo permanente com os camponeses começa a se organizar o núcleo base que sustentará o movimento das Ligas Camponesas em Sapé e na região do brejo na Paraíba, e meu bisavó continua sua luta junto ao Sindicato da Pedreira, participando também do Movimento das Ligas Camponesas. No Nordeste, o movimento das Ligas Camponesas inicia-se em 1954 no Engenho Galileia e em 1958 em Sapé e região do brejo na Paraíba.

No ano de 1955, aconteceu o nascimento do último filho dos meus bisavôs, que tem como nome Lenine Félix, porém no momento de seu batistério o mesmo não pode ser batizado pela igreja católica, em face do nome escolhido pelo meu avô para homenagear um lutador do movimento comunista mundial. Considerado uma afronta depois de muita discussão se chegou a um acordo de que seu nome seria Elias. Mas esse acontecimento não fez com que meu bisavô desistisse de permanecer na luta, ao contrário, só o fortaleceu mais ainda para que continuasse a trilhar o caminho da libertação dos povos que na terra luta e trabalha.

Os anos cinquenta para o campo no Nordeste foi atravessado de autoritarismo. Nesse período, entre os anos de 1955 e 1957, também foi muito difícil para minha família, pois é nesse momento que ocorre a primeira prisão política do meu bisavô. De acordo com a memória coletiva escavada através de uma roda de conversa em família, soubemos que quando a polícia chega com seu jipe e invade a casa de minha bisavó procurando provas de que meu bisavô fizesse parte do PCB para justificar as prisões contra os membros e simpatizantes das Ligas Camponesas. Sem conseguir prova alguma que pudesse ligar o nome dele ao partido pois minha bisavó tinha jogado todos os livros e jornais “A Voz do Povo” que vinha de Recife dentro do cacimbão, mesmo assim, o levaram preso e para isso utilizaram a certidão de nascimento do meu tio Lenine Félix.

O fantasma do comunismo assombrava os proprietários de terra que exploravam o trabalhador do campo, por isso, com o poderio econômico e político, se armavam contra quaisquer sinais de fumaça de mobilização e organização camponesa. Para entender a força do imaginário social em relação ao comunismo no meio rural com forte domínio ideológico das elites agrárias, chamamos o trabalho de Cavalcante Neto (2013) quando investiga o imaginário anticomunista na Paraíba (1917- 1937) em sua tese de doutoramento em História pela UFPE, desvelando as manifestações do discurso anticomunista, a rotulação e a diabolização construída pelas forças dominantes, as forças armadas e setores conservadores da Igreja Católica, dentre outros, formando um

imaginário persecutório sobre os partidários do comunismo, como os membros do PCB e da Aliança Libertadora Nacional em 1935, processo esse revitalizado pelas campanhas publicitárias da conspiração que antecederam ao golpe de estado em 1964.

Bonet (2004) define o anticomunismo como “(...) um fenômeno complexo, ideológico e político ao mesmo tempo explicável, além disso, à luz do momento histórico, das condições de cada um dos países, e das diversas origens ideais e políticas em que se inspira”. A publicidade anticomunista foi uma das bases de sustentação ideológica desde o Estado Novo (1937-1945) até o golpe de estado de 1964-1985.

Com a justificativa política de prevenir a revolução comunista pelo campo no Brasil, o município de Sapé na Paraíba transformou-se num campo de batalha com o argumento de se evitar que o campo nordestino se transformasse numa Nova Cuba. Forças políticas constituídas de latifundiários instituíram uma política do terror, usando da violência armada oficial e particular utilizando da força extrema e do medo como dispositivos de controle social. Com muito esforço meu tio, que nesse momento estava servindo ao exército foi chamado às pressas e conseguiu retirar meu avô da prisão antes que pudesse acontecer alguma violência a mais contra ele, mesmo assim, ainda saiu muito machucado da prisão política (Depoimento de Inaldo Félix, 2020).

Após esse episódio minha bisavó pediu por tudo para ir embora de Sapé-PB, e assim aconteceu, meus bisavôs foram morar no Rio de Janeiro, onde passaram pouco tempo e logo após seguiram para Goiás e levaram com eles os filhos mais novos e uma filha mais velha com alguns filhos que já haviam nascido, minha vó nesse momento já estava casada, e permaneceu em Sapé. Como acontece com a maioria das famílias que viveram processos de perseguição política, no campo paraibano destacamos as famílias de Elizabeth Teixeira (Sapé-PB), Alfredo Nascimento (Miriri-PB), Antônio Galdino da Silva, José Barbosa do Nascimento, Pedro Cardoso da Silva e Genival Fortunato Félix (Mari-PB) e outros, buscaram o êxodo como fuga e proteção frente ao autoritarismo e a perseguição política (ZENAIDE, 2014).

Nas trilhas do êxodo, meu bisavô vai para Goiás onde permaneceu trabalhando em pedreira, porém a luta não terminaria com seu distanciamento das lutas camponesas na Paraíba, ele se tornou presidente do sindicato das pedreiras em Goiás. Desta forma, se aproximou também das Ligas Camponesas de Goiás, continuando a se corresponder por cartas com os companheiros da luta camponesa em Sapé e do PCB, inclusive relatando acontecimentos da luta da Liga Camponesa de Goiás à Liga Camponesa de Sapé. Tais memórias datam em meados de 1961, período intenso também de grande processo de

mobilização dos camponeses em Sapé e nas proximidades no estado da Paraíba (Depoimento Inaldo Félix, 2020).

Segundo BRITTO e LIRA (2021, p.348) o movimento da Liga Camponesa no Estado de Goiás foi criado no município de Dianópolis, em 1962, posterior a experiência da fundação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco – SAPP no engenho Galileia, Pernambuco e da experiência em Sapé na Paraíba em 1958. O movimento camponês era visto como uma grande ameaça contra a estrutura latifundiária do país pela aproximação com a revolução cubana de 1959 e a atuação de comunistas nos núcleos de resistência. Em Goiás,

Pouco antes do golpe militar de 1964, ainda no ano de 1962, o núcleo guerrilheiro das Ligas Camponesas da região de Dianópolis e Rio da Conceição foi dissolvido pelas Forças Armadas e pela Polícia Federal apoiadas por juízes e políticos locais conservadores da época, seus integrantes fugiram, uns de avião rumo a Goiânia, outros a pé e a cavalo, pelos sertões da Bahia. (BRITTO e LIRA, 2021, p.351).

A repressão do latifúndio chega as lideranças das Ligas Camponesas na Paraíba, em 1961, Alfredo Nascimento (liderança na Fazenda Miriri em Capim), em 1962 ocorreu o assassinato de Pedro Teixeira (liderança do município de Sapé) e em 1964, Antônio Galdino da Silva líder do município de Mari. Os anos sessenta marcam os assassinatos das lideranças camponesas, em 1961, o assassinato do líder João Alfredo Nascimento (liderança na Fazenda Miriri em Capim), em 1962, a morte do líder João Pedro Teixeira. O assassinato do líder paraibano João Pedro Teixeira em 2 de abril de 1962, ocorreu na BR João Pedro Teixeira, assassinado a tiros por capangas e policiais militares, próximo a Café dos Ventos onde fica a bifurcação em direção ao município de Sapé. Como a morte do líder das Ligas Camponesas se abate uma tristeza generalizada na família e nos amigos e companheiros de lutas. Grande foi a tristeza do meu bisavô e dos camponeses que lutavam contra a opressão no campo, quando soube da morte de seu amigo, um companheiro tombado numa emboscada, sendo alvejado quando vinha a pé caminhando na rodovia com os livros escolares dos filhos na mão (NUNES, 2017).

Mesmo na dor, meu bisavô não iria desistir da luta, apesar dos apelos de minha bisavó para que deixasse de lado “aquela vida”. Mas como poderia deixar a luta? Como abandonaria a sua história e seu ideal de vida? Nunca deixaria de lado o que lhe fazia levantar todos os dias para “lutar” (Depoimento de Israelita Félix, 2019).

Com o meu bisavô sua segunda prisão política aconteceu em Goiás após do golpe de estado, sob a acusação de ser um comunista agitador e perigoso. Dessa vez ele ficou

preso por mais tempo, o que aumentou ainda mais o medo da minha bisavó que naquele momento encontrava-se sozinha com seus filhos menores, até que meu tio Isaias Félix (In memória) que ainda estava no exército, consegui chegar de São Paulo à Goiás para tentar a soltura do meu bisavô, e assim aconteceu. Meu tio chegou ao destino em aproximadamente 15 dias e só depois de muita conversa e conseguir levar minha bisavó até a prisão é que se conseguiu sua liberação, com a promessa para esposa que ficaria distante da luta do movimento.

No retorno para casa, durante os dias que se sucederam meu bisavô permaneceu reservado, porém esse momento não durou, e logo estaria de volta a luta junto ao movimento de operários da pedreira, só que dessa vez tomou cuidado para que não fosse pego outra vez. (Depoimento de Inaldo Félix, 2020). Em fevereiro de 1967, ainda em meio a violência da ditadura meu bisavô Eduardo Félix morre de forma instantânea de uma queda de automóvel, quando vinha acompanhado do filho que estava na cabine do caminhão. Meu tio e o motorista do caminhão eram as únicas testemunhas, entretanto após o acontecimento meu tio ficou em choque e o motorista afirmou que nada viu e até hoje o silêncio sobre a morte do meu bisavô continua a fazer parte de nossa família, existe a desconfiança do assassinato, mas que nunca pôde ser confirmado. O trauma de alguns familiares, principalmente do filho que estava com ele, hoje com 82 anos, no momento da morte até hoje ainda traz problemas emocionais decorrentes desse período, porém ele é o único que poderia um dia nos relatar o que aconteceu de verdade naquele fatídico dia, mas, no momento, encontra-se enfermo impedindo de reabrirmos o passado. (Grifo nosso, 2020)

Como afirma Vilela (2000, p. 126) os tempos de uso extremo da força e da violência por um poder soberano gestam espaços de deslocamento e desaparecimento. Afirma a autora:

[...] existem lugares que se escrevem com o corpo dos sobreviventes e dos desaparecidos; lugares que são um espaço-tempo de presença, um lugar ético de sentido resistente aos textos que se recortam sobre sucessivos modos de abandono. Em si mesmos, eles demoram a dor até ao equinócio do medo nessa linha de sombra onde se joga a vida.

No processo de recordação as lembranças dos confrontos armados no campo deixaram marcas profundas no imaginário das famílias e camponeses.

Teve um confronto grande entre camponeses e os guardas também, mas os camponeses não só apanharam não, eles também se defenderam, e não foi com espingarda não como os guardas, foi com machado, foice

porque era o que os camponeses tinham, né?! As ferramentas que eles trabalhavam quando lidava com a terra, e não só morreram, também mataram, mas se defendendo. Lembro como se fosse hoje, o caminhão chegando na praça de Sapé cheio de corpos dos camponeses e dos guardas, pela cidade ia ficando aquele rastro de sangue, eu não ia ver de perto não, porque não gostava de ver, mas de longe a gente percebia quem era guarda e quem era camponês, porque os guardas estavam todos ensapatados de botas, e os camponeses estavam com os pés descalço e “sujo” da terra do roçado. (Depoimento de Natiódalia Félix, 2019).

Na Paraíba, com o acirramento da repressão política no território das Ligas Camponesas os tempos de resistência que se sucederam não foram fáceis, a cada dia a repressão só aumentava, até que em 1º de abril de 1964 foi instaurado o Golpe Militar no Brasil. A repressão alcançou de imediato os líderes das Ligas Camponesas e os membros do PCB. Aqueles que escaparam em vida foram presos, a exemplo do presidente da Federação das Ligas Camponesas, Deputado Estadual Assis Lemos levado preso para ilha de Fernando Noronha, enquanto, Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro) líder da Liga de Sapé foi preso no 15º Regimento de Infantaria, em João Pessoa tendo sido desaparecido em 28 de agosto de 1964 e Pedro Inácio de Araújo (Nego Fuba) em 7 de setembro de 1964, ambos, após a saída da prisão política (NUNES, 2017).

Trago em minhas lembranças desde criança os silêncios da minha família, sempre que essa história surgia em nossos almoços e cafés de domingo, em nossas viagens a Sapé, e até hoje essa névoa do medo resiste a verdade do que pode ser dito, porém não desistirei, continuarei seguindo os rastros das memórias, não em busca de justiça, mas como uma educadora popular em busca de uma Educação para Nunca Mais. Quando esse presente se transforma em passado e já não tenho minha principal interlocutora comigo, a dor reabre velhas e novas feridas. Mas com essa tese retribuo a família o passado evocado por nossa querida avó Natiódalia Félix (In memoria) e pelo silenciamento do meu tio que se vai no subterrâneo de sua memória.

1.2 Caminhos para uma análise interpretativa dos rastros

As lideranças das Ligas Camponesas na década de sessenta, Sapé e região do brejo paraibano conviveram com o uso extremo da violência envolvendo forças privadas e públicas de repressão. No campo paraibano a repressão não só tirou a vida de lideranças camponesas, como também fragmentou as famílias que fugiram como meio de sobrevivência, calando um movimento camponês ativo na região. Da violência forjou-se

um processo de silenciamento e uma política de esquecimento, como se verifica nos depoimentos dos familiares no relatório final da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória da Paraíba (NUNES, 2017).

O entendimento dos acontecimentos históricos que implicaram na derrubada do governo de João Goulart em 1º de abril de 1964 com a instauração de uma ditadura militar, são conteúdos do direito à memória e à verdade no Brasil. A sociedade brasileira mais jovem ignora a narrativa dos que lutaram na resistência pela preservação da democracia em 1964, no território de Sapé não tem sido diferente, pois a política de esquecimento na região silenciou o assunto. Com isso, foi retirado dos jovens o direito de acessar à informação necessária para alcançar uma consciência histórica. Nesse processo, as testemunhas do passado tratam do medo imposto que tem sido rompido desde o processo de transição e redemocratização. Tal silenciamento se verifica, quando

[...]pessoas e grupos humanos sem memória se tornam pessoas e grupos desenraizados de si mesmos. Perdem o sentido da vida, ou da luta pela vida, porque, ao não conseguirem conectar o que já viveram com o que estão vivendo no presente, não conseguem construir horizonte referencie a própria existência. Vivem soltos no ar, ao sabor dos ventos, sem saber para onde estão ou serão levados. Acabam perdendo a capacidade de desejarem alguma coisa que dê sentido a vida. (NETO, 2006, p. 09)

Uma das principais justificativas para a realização deste estudo deve-se ao fato da importância da temática apresentada para democracia e a história local, pois se configura como um problema de pesquisa necessário para o Memorial das Ligas Camponesas e para a Educação no município de Sapé. Torna-se fundamental para os fins que pretende o sítio de memória, cultivar uma consciência histórica do que representou o movimento das ligas camponesas na região e no Brasil, fazendo com que os sujeitos estejam abertos para reconhecer a importância da identidade local e social.

Tornar a escola mais próxima da realidade sociocultural do município de Sapé, levando em conta a história das lutas sociais no território, pode fortalecer valores éticos relevantes para construção de mentalidades democráticas, considerando que rompe com o processo de silenciamento da violência, ao tempo que enfatiza que o direito à educação não seja impedido de tratar da história recente com risco de não conseguirmos construir no Brasil uma consciência dos direitos numa perspectiva universal, de formar cidadãos capazes de construir a sua própria história, num Brasil plural e verdadeiramente democrático.

Em uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais e diversidades sociais, políticas, econômicas, culturais e religiosas, mais do que nunca é sempre necessário repensar o papel da educação e conseqüentemente do educador e educadora nesse processo. A relação entre memória, verdade, direitos humanos e educação nos colocam na direção da afirmação da dignidade humana. Nesse contexto, são chegados os tempos em que a educação assume o papel de impulsionar o progresso da humanidade ampliando horizontes, despertando no homem o prazer de se descobrir, de transformar o mundo em sua volta. Quem se educa sob essa perspectiva, põe em prática virtudes e potenciais, constrói um caminho seguro, adota posturas de vida capazes de fazer a esperança se tornar uma âncora no movimento das transformações humanas.

Numa sociedade democrática a educação para nunca mais atravessa ações formais e não formais, integra do poder público, a sociedade e os movimentos de resistência, no campo do conhecimento se expressa como uma ação inter e multidisciplinar, ao mesmo tempo em que no ponto de vista institucional, envolve diversos segmentos sociais e pluripartidários.

Metodologicamente, a pesquisa investe numa história (educacional), por esta permitir a superação da “descontinuidade fundamental que costuma existir entre o aparato intelectual, afetivo e psíquico do pesquisador e dos homens e mulheres cuja história ele escreve”¹⁰. Durante a pesquisa, na coleta dos depoimentos orais a partir das entrevistas¹¹, bem como nas horas seguidas de gravação, brotaram as várias facetas ao reviverem suas memórias. Durante esse processo alguns foram entrevistados duas vezes ou mais vezes; outros, além do depoimento, fornecerão informações que desencadearão novos depoimentos, além da descoberta de novos documentos. Muitos abrirão seus arquivos pessoais e, indiretamente, todos reconstruíram e revisitaram parte de suas memórias¹² e de suas representações.

Por outro lado, a abundância de documentos escritos, armazenados no Memorial da Ligas e Lutas Camponesas, em arquivos públicos (SEC-PB, IHGPB, FUNESC, Secretaria da Cidadania e Justiça, Arquidiocese da Paraíba, Fundação Casa de José Américo, UFPB – Biblioteca Central/Setor de obras e autores paraibanos) e privados (dos próprios entrevistados), além do IPM arquivado no Superior Tribunal Militar (Brasília)¹³,

¹⁰ Chartier, Roger. “A visão do historiador modernista”, in Usos e Abusos da História Oral. p. 216.

¹¹ Os roteiros das entrevistas encontram-se nos apêndices.

¹² BÓSI, Ecléa. Memória e Sociedade. Rio de Janeiro, Companhia das Letras. 1994, p.47.

¹³ Já disponibilizado de forma on-line.

como também o acesso as Lives que trataram da temática desta pesquisa, visto que a tese de doutoramento foi construída e ganhou forma durante a pandemia do Covid 19, marcaram a tônica da pesquisa.

O trabalho de tese antecipa a leitura do cenário histórico dos anos 50 e 60 para recompor a importância dos conflitos agrários e a emergência do movimento das Ligas Camponesas no município de Sapé-PB, para então, no momento de análise situar a importância do Memorial das Ligas Camponesas na história do tempo presente, não apenas como o local de moradia do líder João Pedro Teixeira e sua família, mas também como um espaço de memória e história que fortalece a luta por uma Educação para Nunca Mais.

Até algum tempo atrás, enfrentaríamos questionamentos sobre sua validade e pertinência enquanto história. Hoje, por conta da disseminação de trabalhos de investigação e pelo empenho de tantos pesquisadores no Brasil estudar o presente objeto de pesquisa deixou de ser “conteúdo não histórico”. O próprio arquivo escrito perdeu sua condição de exclusividade, enquanto fonte histórica. Além disso, em termos de abundância de fontes escritas, orais, visuais, sonoras etc.), a história do tempo presente é, geralmente, das mais privilegiadas. (SCOCUGLIA, 2013)

Marieta de Moraes Ferreira (2012), ressalta o aspecto polêmico empregado à História do tempo presente, num constante conflito entre aqueles que a consideram necessária e possível, e os que a condenam por problemas de ordem teórica e metodológica, assim como pela definição de um tempo histórico perigoso: o presente. As críticas quanto ao tempo histórico deste campo historiográfico estaria assim, condenado, pela proximidade do historiador com seu objeto de estudo, colocando-o no papel de juiz, na defesa ou condenação do objeto.

É nesse sentido que esta pesquisa aposta numa integração da documentação escrita com a documentação oral. Haverá segmentos do trabalho em que os documentos escritos predominarão (na construção histórica) sobre os orais; em outros ocorrerá o inverso; existirão, ainda, outros em que a junção das fontes conduzirá à construção da trama histórica. Nesta integração das fontes, um dos movimentos permanentes será o da comparação entre as informações obtidas nos diversos tipos de fontes.

Pensando nesse movimento tomamos a metodologia enquanto a elaboração e o estudo dos processos para atingir os objetivos da pesquisa. A metodologia pode ser vista como “conhecimento geral e habilidade que são necessários ao pesquisador para se orientar no processo de investigação, tomar decisões oportunas, selecionar conceitos,

hipóteses, técnicas e dados adequados (...), formação do estado de espírito e dos hábitos correspondentes ao ideal da pesquisa científica”. (THIOLENT, 1988, p.25)

A partir do trabalho de pesquisa de Alves (2014) que investigou a reconstrução histórica da criação do Memorial das Ligas Camponesas, é possível construir um perfil das ações e processos educativos até então realizados, objetos da investigação de campo:

a) Ações e processos formais do Memorial das Ligas Camponesas:

- Mobilização e processo de desapropriação e criação do Sítio de Memória;
- Implantação da EJA no Memorial das Ligas Camponesas;
- Visita Guiada de estudantes e professores da educação básica e superior ao Memorial;
- Semana das Ligas Camponesas nas Escolas Estaduais e Municipais de Educação;
- Cursos e lives remotas em tempos de pandemia.

b) Ações e processos não-formais do Memorial das Ligas Camponesas:

- Cursos e ações de Educação Popular em Saúde e formação de grupos de produção;
- Celebração no dia 2 de abril, anualmente, como dia de luta e resistência camponesa simbolizando a Educação para Nunca Mais;
- Formação Política com Assentados da Reforma Agrária e juventude camponesa;

c) Gestão do memorial das Ligas Camponesas:

- Encontro de Criação do Memorial;
- Reuniões mensais (cronograma);
- Coordenadores e gestões – ver por gestão as ações – atas – relatórios e planos de ação;
- Grupos de Trabalhos;
- Criação e atualização da Página;
- Articulação com os movimentos sociais, as entidades (Pastoral da terra), os sindicatos (rurais e urbanos), as áreas de assentamentos, os fóruns e os coletivos.

d) O Memorial das Ligas Camponesas em Redes Internacionais e Nacionais:

- Membro da Rede Latino-americana e Caribenha de Sítios de Memória;
- Participação nacional de ações educativas para nunca mais em Lives, cursos e eventos.

A pesquisa documental se justifica em razão do objeto de pesquisa envolver o fio da memória coletiva com a história local e nacional, possibilitando aprofundar a compreensão dos fenômenos sociais em seus aspectos subjetivos e estruturais, reforçamos o sentido intensificado pelas ‘ações’ e ‘estruturas sociais’ com desdobramentos para

possíveis mudanças e para as relações sociais significativas. Neste sentido concordamos com Gamboa (2012, p.38) quando coloca que,

O concreto não é o dado empírico, é uma totalidade articulada, construída e em construção. Entretanto, a lógica formal tem por objeto as leis que regem o pensamento na condição de pensamento, lógica das formas como seu nome indica; a lógica dialética, em mudança, tem por objetivo as leis que governam o real, podendo-se chamar a lógica dos conteúdos contemporaneamente. [...] A análise da sociedade só pode desenvolver-se na sua totalidade.

A educação como processo formativo, deve se desenvolver de modo crítico e reflexivo, direcionada para a formação de valores morais, princípios de solidariedade, respeito, justiça e paz social, de forma a empoderar os sujeitos para que, cientes de suas potencialidades, promovam as mudanças necessárias à emancipação humana. A construção de uma humanidade em novas bases civilizatórias vai requerer que se possa pensar em termos de direitos humanos como processo e como transformação crítica na direção de contextos humanos socialmente mais justos. Nesse aspecto, a *Educação para Nunca Mais* em sítios de memória exerce uma ação fundamental para a educação cidadã, pois complementa conteúdos contextualizados sobre a história recente do país e a história local, podendo servir como ponte e sentido, promovendo o diálogo entre a formação permanente e a conscientização em um contexto em que compareçam a autonomia, a criticidade, a emancipação dos sujeitos e a valorização da identidade local.

Para contemplar o fenômeno proposto no estudo em questão, é essencial uma abordagem histórico-dialética que considera categorias como espaço, tempo, história e memória, como estratégia de análise da educação para nunca mais com suas múltiplas determinações. Procuraremos atuar em três eixos temáticos: história e memória das Ligas Camponesas, Educação Popular e Educação para Nunca Mais.

Para Gamboa (2015) a abordagem crítico-dialética compreende o homem como um ser histórico e socialmente determinado, um ser ativo e capaz de alterar sua história. A educação para nunca mais pretende transformar processos históricos de silenciamento em memória ativa envolvendo escolas e comunidades, assentamentos e memorial em força popular.

A recente constituição da pesquisa histórico-social e mais especificamente da educação popular como campo de investigação próprio, com um modo científico peculiar de tratar seu objeto de estudo se insere em um espesso cenário de abordagens, paradigmas,

métodos e metodologias. Esse panorama se compõe, muitas vezes, em dificuldade ao pesquisador que precisa estar teoricamente preparado para lidar com as tensões e incertezas que podem surgir no percurso da pesquisa. Além de ser importante contar com o apoio de alguém experiente, necessário se faz o diálogo permanente com a teorização existente; no entanto, o acervo teórico pode não dar conta de sanar todas as lacunas existentes devido à complexidade do fenômeno pesquisado.

Desse modo, no campo da pesquisa educacional a definição por um método de investigação mostra-se como tarefa das mais importantes. Esta escolha deve estar diretamente relacionada à natureza e aos objetivos da pesquisa, assim como também às condições estruturais que dispõe o pesquisador para responder às suas questões de investigação e apreender o seu objeto de estudo. Deve haver uma tessitura coerente em todo o delineamento do planejamento e execução de estudo.

No âmbito da abordagem qualitativa, diversos métodos poderão ser utilizados de forma a se aproximar da realidade social, sendo o método da pesquisa documental aquele que busca compreendê-la de forma indireta por meio da análise dos inúmeros tipos de documentos produzidos pelo homem. A seguir, apresentam-se as características e peculiaridades deste método, descrevendo suas etapas e principais técnicas de obtenção das informações. Para tanto, foi necessário a aproximação a alguns elementos conceituais, o diálogo com a teoria, alcançando o nível metodológico e técnico da pesquisa.

1.2.1 Pesquisa Documental

Tomaremos como ponto de partida a etimologia da palavra. *Documentum* é um termo latino derivado de *docere*, que significa ensinar¹⁴. Esta noção assume, posteriormente, a conotação de “prova”, largamente empregada no “vocabulário legislativo. É no século XVII que se difunde, na linguagem jurídica francesa, a expressão *titres et documents*” enquanto o “sentido moderno de testemunho histórico data apenas do início do século XIX” (. Na concepção positivista de História o documento é algo objetivo, neutro, prova que serve para comprovar fatos e acontecimentos numa perspectiva linear. A ideia do documento como monumento, erigida sob os auspícios da Nova História, contrapõe-se a esta aceção, postulando que toda fonte histórica “exprime

¹⁴ SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo da. **Pesquisa Documental: Alternativa Investigativa na Formação Docente**. Anais do IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Link de acesso: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3124_1712.pdf

o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro” (LE GOFF, 1996). Como produto de uma sociedade, o documento manifesta o jogo de força dos que disputam a narrativa sobre o passado, como forma de manutenção do poder e o controle sobre o futuro.

A pesquisa documental, enquanto método de investigação da realidade histórico-social, não traz uma única concepção filosófica de pesquisa, pode ser utilizada tanto nas abordagens de natureza positivista como também naquelas de caráter compreensivo, com enfoque mais crítico. Essa característica toma corpo de acordo com o referencial teórico que nutre o pensamento do pesquisador, pois não só os documentos escolhidos, mas a análise deles deve responder às questões da pesquisa, exigindo do pesquisador uma capacidade reflexiva e criativa não só na forma como compreende o problema, mas nas relações que consegue estabelecer entre este e seu contexto, no modo como elabora suas conclusões e como as comunica. Todo este percurso está marcado pela concepção epistemológica a qual se filia o investigador.

A pesquisa documental aqui desenvolvida é um dos instrumentos do método qualitativo. A análise documental se constituiu em uma técnica fundamental de abordagem de dados qualitativos, complementando as informações obtidas por outras técnicas ou mesmo, indicando novos aspectos de um tema ou de um problema abordado. Nesta tese, sua utilização se valeu de documentos originais, como documentos institucionais conservados em arquivos; documentos institucionais de uso restrito; documentos pessoais; leis, projetos, regulamentos, registros de cartório; entre outros, ou de uma releitura de documentos, como entrevistas do acervo da pesquisadora e de outras fontes.

No cerne da discussão aqui apresentada, adota-se uma abordagem qualitativa do método, enfatizando não a quantificação ou descrição dos dados recolhidos, mas a importância das informações que podem ser geradas a partir de um olhar cuidadoso e crítico das fontes documentais. Compreende-se ainda que, dependendo da área de pesquisa do investigador e dos interesses do estudo, documentos que podem ser desprezíveis para uns podem ocupar lugar central para outros.

Segundo Bravo (1991), são documentos todas as realizações produzidas pelo homem que se mostram como indícios de sua ação e que podem revelar suas ideias, opiniões e formas de atuar e viver. Nesta concepção é possível apontar vários tipos de documentos: os escritos; os numéricos ou estatísticos; os de reprodução de som e imagem; e os documentos-objeto (BRAVO, 1991).

Apesar de se reconhecer toda a multiplicidade e diversidade de documentos que estão no cerne da pesquisa documental, destaca-se aqui a relevância dos documentos de linguagem verbal e escrita, pois estes constituem os principais tipos de documentos na área da pesquisa educacional. Reafirma-se que seja qual for o tipo de documento estudado a atividade investigativa não poderá ser vista como simples descrição do documento, mas como também revela Bravo (1991, p. 283),

[...]aquele tipo de observación que versa sobre todas las realizaciones sociales y las ideas humanas o son respond de la vida social y, portanto, enquanto registran o reflejan esta, pueden ser utilizados para estudiarla indirectamente.

Nesta perspectiva, a pesquisa documental permite a investigação de determinada problemática não em sua interação imediata, mas de forma indireta, por meio do estudo dos documentos que são produzidos pelo homem e por isso revelam o seu modo de ser, viver e compreender um fato social. Estudar documentos implica fazê-lo a partir do ponto de vista de quem os produziu, isso requer cuidado e perícia por parte do pesquisador para não comprometer a validade do seu estudo.

Os documentos são fontes de dados brutos para o investigador e a sua análise implica um conjunto de transformações, operações e verificações realizadas a partir dos mesmos com a finalidade de se lhes ser atribuído um significado relevante em relação a um problema de investigação. (CALADO; FERREIRA, 2004, p.3)

Essa discussão também objetiva balizar a pesquisa documental não como uma técnica ou procedimento de coleta de dados, mas sim como método de pesquisa, o método está para além da técnica, pois considera quatro dimensões que demarcam esta diferenciação, quais sejam: a epistemológica, pois a partir de um modelo de ciência se avalia se uma pesquisa é ou não científica; a teórica, que considera os conceitos e princípios que orientam o trabalho interpretativo; a morfológica, uma vez que se estrutura sistematicamente o objeto de investigação e, por último, a técnica, que se ocupa do controle da coleta de dados e do necessário diálogo entre eles e a teoria que os suscitou. Outro fator importante a ser mencionado trata de o documento ser a única fonte de estudo, de interpretação e, portanto, da produção do conhecimento no método da pesquisa documental.

Todo esse trabalho com os documentos é compreendido em dois momentos distintos: o primeiro de coleta de documentos e entrevistas, e outro de análise do conteúdo. Os procedimentos e cuidados a serem adotados pelo pesquisador em cada uma dessas fases serão abordados a seguir.

A coleta de documentos apresenta-se como importante fase da pesquisa documental, exigindo do pesquisador alguns cuidados e procedimentos técnicos acerca da aproximação do local onde se pretende realizar a “garimpagem” das fontes que lhes pareçam relevantes a sua investigação. Formalizar esta aproximação com intuito de esclarecer os objetivos de pesquisa e a importância desta constitui-se um dos artifícios necessários nos primeiros contatos e, principalmente, para que o acesso aos acervos e fontes seja autorizado.

Para Callado e Ferreira (2004) os espaços de pesquisa são orientados pela própria natureza do estudo, portanto a localização dos documentos pode ser muito diversificada. Essa distinção vai exigir que o pesquisador tenha conhecimento do tipo de registro e informações que abrigam as instituições visitadas e a seleção de fontes adequadas.

Todos esses conhecimentos são necessários a quem se propõe a realizar a pesquisa documental, bem como o gerenciamento equilibrado do tempo que se tem disponível para realizar a pesquisa. Ao recolher documentos de forma criteriosa o pesquisador passa a gerenciar melhor o tempo e a relevância do material recolhido, o que para alguns autores constitui a pré-análise.

Deste modo, a tarefa de pré-análise passa a orientar novas coletas de dados, considerando que o processo é realizado de forma mais prudente e cautelosa com a intenção de alcançar melhores resultados na análise crítica do material recolhido. Esta, por sua vez, tem como objetivo central averiguar a veracidade e credibilidade dos documentos adquiridos e a adequação destes às finalidades do projeto (CALADO; FERREIRA, 2004). Todavia, faz-se necessário ressaltar que esta fase não dá conta de interpretar de forma mais elaborada o teor que se encontra implícito nos documentos, ficando para a próxima fase a tarefa de interpretar o conteúdo do material recolhido.

Em tempos de pandemia tal ação encontrava-se condicionada ao deslocamento físico e a liberação do acesso aos arquivos, fato já combinado com a direção do Memorial, o que não foi possível em sua totalidade como gostaríamos que tivesse sido realizado.

A entrevista, na sua acepção mais extensiva, designa um tipo de relação social, uma modalidade de pesquisa que tem como foco a sociabilidade do pesquisador com os sujeitos da pesquisa. Podemos observar essa forma especial de interlocução em sua

máxima difusão através da mídia, onde o diálogo entre o entrevistado e o entrevistador assume duas formas: o jogo da experiência (SILVERMAN, 2007, p.124), e o que por semelhança, podemos definir como jogo da sociabilidade.

Segundo Gil (2012, p. 109),

A entrevista é uma das técnicas de coletas de dados mais utilizadas no âmbito das ciências sociais. Psicólogos, sociólogos, pedagogos, assistentes sociais e praticamente todos os outros profissionais que tratam de problemas humanos valem-se dessa técnica, não apenas para coleta de dados, mas também com objetivos voltados para diagnósticos e orientação.

Neste sentido, podemos dizer que a entrevista se torna um formato que permite termos acesso às “experiências autênticas” dos entrevistados, nesse caso de nossa pesquisa tomamos como sujeitos os Educadores Populares da rede municipal de ensino de Sapé/PB, especificamente educadores e educadoras da escola... que desde o ano de 2012 desenvolvem ações educativas com a finalidade de promover e preservar a memória de João Pedro Teixeira e das Ligas Camponesas, como também integrantes da direção do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, e membros de movimentos e pastorais sociais e Instituições de Ensino Superior.

A técnica de pesquisa que foram desenvolvida nas páginas seguintes desse estudo, além de possuir uma consistente popularidade, possui várias expressões que são encarregadas de denominá-la, podendo ser assim definida como entrevista ativa, biográfica, convencional, em profundidade, dialógica, focalizada, informal (GIL, 2012, p.110), e ainda, hermenêutica, qualitativa, inclusiva, narrativa e, e talvez ainda, de outras formas que se unem e consolidam o que é denominado de entrevista discursiva.

Pensamos a entrevista como uma aproximação que pesquisador (ou outro profissional) faz, em uma dada realidade, a partir de um determinado assunto e a partir de seu próprio olhar, utilizando como instrumento perguntas dirigidas a um ou mais indivíduos. Mas é só isso? Talvez não. Então aqui, a palavra escapa, não consigo respondê-la em um conceito. Fico feliz por isso. Palavras fogem porque se dão à liberdade. O que sinto, é que, quando realizamos bem essa aproximação, a entrevista se torna uma experiência. Uma experiência de olhar o mundo e ouvir o outro.

Há um ver-por-ver, sem o ato intencional do olhar; e há um ver como resultado obtido a partir de um olhar ativo. No primeiro caso, o cego, curado de sua doença, poderá dizer: “Estou vendo!” No segundo, a

pessoa dotada de visão, depois de olhar atentamente para o céu, exclamará: “Finalmente consegui ver a constelação do Cruzeiro” (BOSI (1997, p. 66)

Se, como nos diz Bosi (1997), podemos distinguir duas maneiras de olhar, um olhar receptivo e um olhar ativo, podemos nos relacionar com o ofício de entrevistar também observando o que recebemos e o que devolvemos aos entrevistados.

Para o desenvolvimento de nossa pesquisa, no que se refere a utilização das entrevistas, optamos por utilizar a entrevista semiestruturada por ser um método de coleta mais espontâneo, no qual faremos algumas perguntas predeterminadas, e o caminhar do processo se tornará como uma conversa aprofundada e espontânea.

Com a entrevista semiestruturada, é possível ter liberdade para abordar outros assuntos dentro do campo da pesquisa, conforme vão surgindo no decorrer da entrevista. Dessa forma, as questões predefinidas serão apenas uma diretriz da conversa, não precisam necessariamente ditar o processo.

Mas o que é uma entrevista semiestruturada? A entrevista semiestruturada é aquela na qual teremos um ponto de partida, uma diretriz inicial a seguir. No entanto, permitirá que a nossa conversa seja conduzida sem seguir totalmente uma mesma direção. Poderemos alterar a ordem das perguntas, conforme a entrevista for evoluindo. Portanto, podemos definir que a entrevista semiestruturada será caracterizada pela mistura da abordagem estruturada, seguindo algumas questões previamente estabelecidas e a livre, em que possibilita a espontaneidade e improvisação. Porém, apesar de não seguir um roteiro fixo, possui questões predefinidas. Ela poderá ser adaptável conforme o rumo do diálogo. Desta forma, será capaz de oferecer dados importantes ao recrutador, como informações quantitativas e qualitativas.

Na entrevista semiestruturada é fundamental respeitar o tempo dos sujeitos que serão entrevistados. Dessa forma, precisaremos manter um diálogo como um caminhar de mão dupla. Isso permitirá uma maior flexibilidade para aprofundar ou confirmar determinadas informações apresentadas.

Considerando o problema central e os objetivos desse estudo, as entrevistas possibilitarão o aprofundamento de determinados temas que poderão emergir com frequência ou que serão subentendidos, a partir dos dados gerados nos documentos mencionados anteriormente. Elas se tornam fundamentais para buscarmos nos rastros das experiências, evocadas por meio das memórias e expressadas através das narrativas dos entrevistados, as dobras do tempo que se ressignificam ao serem reveladas, o escondido

nos interstícios das tramas, o que está entre e além das aparências, o que embora perguntado permanece silenciado, e a partir de uma racionalidade dialógica, recursiva e rigorosa metodologicamente.

Começaremos nessa fase da pandemia a realizar as entrevistas de forma remota, podendo com a direção do memorial ser presencial dentro de todos os cuidados sanitários. Nesse processo de construção, sempre que possível vamos fazer o acompanhamento dos dados recolhidos da entrevista com fontes documentais de diferentes tipos que possam, em sua materialidade, confirmar ou negar a leitura do entrevistado sobre o seu tempo vivido ou a sua narrativa sobre o tempo vivido. Não podemos nos esquecer que a cobertura da mídia e mesmo obras cinematográficas são documentos valiosos para a confrontação entre entrevistas e documentos. É possível considerar obras cinematográficas e mesmo documentários como fonte de pesquisa. Mesmo algumas músicas, toadas repentines e poesia de cordel são fontes documentais, esquecidas pela ciência hegemônica e que podem contribuir na disputa da memória de cada época.

1.2.2 Tratamento, análise e interpretação dos dados

A técnica escolhida para tratamento, análise e interpretação dos dados foi a análise de conteúdo. Para Bardin (1994), a análise de conteúdo não é uma técnica, mas um conjunto de técnicas de análise das comunicações. E a referida autora afirma ainda que,

Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (BARDIN, 1994, p. 31).

A análise de conteúdo é tida por Cavalcante, Calixto e Pinheiro (2014, p. 14), como uma técnica que “é composta por procedimentos sistemáticos que proporcionam o levantamento de indicadores (quantitativos ou não) permitindo a realização de inferência de conhecimentos”.

Diversos autores abordam a análise de conteúdo, utilizando procedimentos que passam por etapas bastante semelhantes, porém Laurence Bardin é a mais citada desta forma serão utilizados os procedimentos descritos por ela. As fases da aplicação da análise de conteúdo, segundo Bardin (2015), são três: 1. A pré-análise; 2. a exploração do material; e 3. O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A pré-análise é constituída pelas seguintes etapas: a) leitura flutuante, consistente no estabelecimento de contato com os documentos da coleta de dados; b) escolha dos documentos, quando se realiza a delimitação do material que será analisado; c) formulação de hipóteses; d) referenciação dos índices e elaboração de indicadores, que consiste na determinação de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos em análise; e) preparação do material.

A próxima fase é a da exploração do material, na qual “o investigador busca encontrar categorias que são expressões ou palavras significativas em função das quais o conteúdo de uma fala será organizado” (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO 2014, p. 16).

A terceira fase consiste no tratamento dos resultados, na realização de inferências e interpretação. Nesta fase, as informações são condensadas e destacadas, passando-se a interpretações inferenciais, conforme cita Bardin (2015, p. 101):

Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (<>) e válidos. Operações estatísticas simples (percentagens), ou mais complexas (análise factorial), permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais condensam e põe em relevo as informações fornecidas pela análise.

[...]

O analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas.

Na fase de tratamento dos resultados, de realização de inferências e de interpretação, duas dimensões se destacam, por possibilitar e facilitar as interpretações e inferências, são elas a codificação e a categorização. A codificação é definida por Bardin (2015) como uma transformação dos dados brutos do texto, por meio de recorte, agregação e enumeração, com o intuito de possibilitar uma representação do conteúdo, de sua expressão. Essa transformação permite ao analista, conhecer as características do texto que poderão servir de índices.

Após a definição das unidades de registro e análise, por meio da codificação, o próximo passo é a categorização. Ao abordar a categorização, Franco (2008, p. 63) a define como “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação seguida de um reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios definidos”. A definição apresentada está em consonância com o delineamento de categorização proposto por Bardin (2015).

É pertinente destacar que a elaboração de categorias, segundo Franco (2008) pode ser realizada a priori ou a posteriori. A utilização de categorias pré-definidas leva a uma análise bastante fechada, conduzindo a resposta a uma pergunta específica. Já a elaboração posterior das categorias leva a um enriquecimento da análise por permitir análises mais específicas e a verificação de relacionamentos até então ignorados, porém demanda do analista uma maior bagagem teórica sobre o tema em análise.

Para obter-se um bom conjunto de categorias, Bardin (2015) afirma que algumas qualidades devem ser observadas: a) exclusão mútua – cada elemento não pode existir em mais de uma divisão; b) homogeneidade – um único princípio de organização deve orientar a organização da categoria; c) pertinência – o sistema de categorias deve refletir as intenções da investigação; d) objetividade e fidelidade – mesmo mudando o foco da análise, a grade de categorias deve manter-se inalterável, refletindo a objetividade e fidelidade de classificação; e) produtividade – o conjunto de categorias deve proporcionar a obtenção de bons resultados.

O passo seguinte à categorização é o da realização de inferências e interpretação dos resultados. A análise de conteúdo, segundo Franco (2008, p. 32), tem por razão de ser a realização de inferência, que é posta como o “procedimento intermediário que vai permitir a passagem, explícita e controlada, da descrição à interpretação.” É este procedimento de inferência, que permite a construção de relacionamentos entre os dados descritos, através de um processo de análise.

A prática de interpretar o conteúdo das mensagens não é algo novo, pois de acordo com Franco (2008) essa prática acompanha a humanidade desde a exegese bíblica. Entretanto, o uso da análise de conteúdo de forma científica é, segundo Bravo (1991), historicamente recente e data do período da Segunda Guerra Mundial, momento em que foi utilizada para examinar as informações contidas nos meios de comunicação nazistas e, por Lasswell¹⁵, no estudo da propaganda bélica.

A análise de conteúdo é para Bravo (1991) e Triviños (1987) a técnica mais elaborada e de maior prestígio no campo da observação documental e constitui-se como meio para estudar as comunicações entre os homens enfatizando o conteúdo das mensagens por eles emitidas.

¹⁵ Harold Dwight Lasswell foi um sociólogo, cientista político e teórico da comunicação estadunidense. É considerado um dos fundadores da psicologia política. Lasswell denunciava como as propagandas veiculadas no rádio, principal meio de comunicação de massa do período entreguerras, poderia atingir e manipular a população. Isso culminou em um verdadeiro impacto teórico e, naturalmente, assustou a sociedade. <https://www.portalintercom.org.br/anais/sudeste2014/resumos/R43-0306-1.pdf>.

Na concepção de Bardin (2015 apud TRIVIÑOS, 1987, p.160):

É um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens.

Configura-se como fase de grande relevância no método da pesquisa documental, pois nessa etapa os documentos são estudados e analisados de forma minuciosa. O pesquisador descreve e interpreta o conteúdo das mensagens, buscando dar respostas à problemática que motivou a pesquisa e, assim, corrobora com a produção de conhecimento teórico relevante.

Franco (2008, p.14) afirma que este “é um procedimento de pesquisa que se situa em um delineamento mais amplo da comunicação e tem como ponto de partida a mensagem” que pode ser verbal, gestual, silenciosa, figurativa ou documental. A autora assevera que a análise de conteúdo está balizada nos pressupostos de uma concepção crítica e dinâmica da linguagem que, por sua vez, é entendida como forma de expressão de representações sociais historicamente constituídas acerca da realidade social vivida por determinado grupo e expressas nos documentos por eles produzidos. Bravo (1991, p. 287) anuncia que:

El objetivo del análisis de contenido consiste concretamente en observar y espondea el significado de los elementos que forma los documentos (esponde, frases, etc.) y en clasificarlos adecuadamente para su análisis y explicación posterior.

Bravo (1991, p.288) define que “las unidades de análisis em análisis de contenido son modalidades especiales y particularizadas de las unidades de observación”, as quais são eleitas pelo pesquisador e se apresentam em modalidades fundamentais, quais sejam: as de registro e as de contexto. As unidades de contexto dizem respeito, à compreensão do contexto da qual faz parte a mensagem que está sendo analisada. Bravo (1991) complementa anunciando que elas são formadas por partes ou segmentos do conteúdo necessários a compreensão do significado das unidades de registro, podem ser o parágrafo, o capítulo ou o documento inteiro.

Já as unidades de registro são na concepção de Bravo (1991) as que “se referem aos elementos obtidos através da decomposição do conjunto da mensagem”, assim compreendemos como unidades de sentido localizadas no texto, dele extraídas e

codificadas e se expressam quase sempre por meio de palavras, concepções, afirmações e temas. Uma vez definidas as unidades de contexto e de registro, vamos seguir o processo com a eleição das categorias a posteriori.

A categorização constitui-se, portanto, como um processo de classificação dos dados. Podem ser definidas previamente quando o pesquisador elege antes da análise as informações a serem procuradas no documento ou ao longo do processo de leitura, seguindo uma perspectiva compreensiva, hermenêutica. As categorias devem considerar o material a ser analisado e os objetivos da investigação, procurando atingi-los, expondo-lhes. Podem ser de matérias ou assuntos (temas), de sentido, de valores, de formas de ação, de posicionamento, dentre outras.

Para um trabalho de análise de conteúdo relevante e consistente, destaca-se a importância da leitura compreensiva do material, de forma exaustiva para que sejam bem escolhidas e definidas as unidades de análise e as categorias a serem consideradas, uma vez que estas já se constituem em uma espécie de conclusão da análise. Reafirma-se a importância da descrição dos dados presentes no documento.

Como forma de sintetizar e organizar a fase da análise de dados, Bravo (1991) assinala a importância da produção do quadro de forma que essa sistematização possibilite novos estudos do material, bem como facilite o processo de produção do relatório da pesquisa.

Na pesquisa documental, parte-se de um amplo e complexo conjunto de dados para se chegar a elementos manipuláveis em que as relações são estabelecidas e obtidas as conclusões. Os procedimentos e posturas mencionadas exigem a sensibilidade, a intencionalidade e a competência teórica do pesquisador, pois desde o acesso e a seleção do acervo documental, a análise dos dados até a comunicação dos resultados constitui-se em um processo sistemático, exaustivo, coerente, sensível e criativo.

Diante do que foi apresentado, destaca-se a necessidade de um melhor entendimento por parte dos pesquisadores acerca dos métodos de investigação, particularmente o de pesquisa documental que, como foi visto, muitas vezes é confundido com o procedimento de análise documental ou mesmo visto como sinônimo de pesquisa historiográfica. Por meio do diálogo entre os trabalhos produzidos e a teorização existente, espera-se ter trazido elementos que contribuam, a partir do universo da pesquisa documental, para a compreensão da questão educacional.

Ao enveredarmos pela pesquisa documental é preciso atentar para alguns aspectos. Embora os documentos sejam fontes ricas e estáveis de dados, apresentando

certa durabilidade, aspectos que favorecem sua utilização, vale lembrar algumas críticas. Uma delas recai sobre o tema da “representatividade”, isto é, a quantidade de documentos necessários para que se possa fazer inferências a partir das informações contidas nos documentos analisados. Outra também bastante recorrente incide sobre a “subjetividade dos documentos”, pois sendo construção humana e social é possível assegurar a fidedignidade dos dados nele contido? Sobre tais preocupações lembramos Gil (1991, p. 53), quando adverte que “pesquisas elaboradas a partir de documentos são importantes não porque respondem definitivamente a um problema, mas porque proporcionam melhor visão desse problema ou, então, hipóteses que conduzem à sua verificação por outros meios”. A posição nos parece pertinente em face da produção do conhecimento se efetuar por um processo sempre aproximativo, nunca definitivo, absoluto.

Por Tratar-se de uma pesquisa histórico-educativa e arquivística, foram articuladas várias áreas do conhecimento. Estão presentes na construção da tese, História recente do Brasil, História da Paraíba, Geografia Agrária, Sociologia Rural, Economia e Ciência Política, Pedagogia e Ciências da Informação. Nessa articulação, não separa a história da pedagogia da história da educação, embora a segunda constitua foco central. Além disso, pela amplitude da pesquisa histórica e arquivística, foi necessário produzir um conhecimento interdisciplinar, no caso, envolvendo a educação, a história, a política, a cultura, enfim, sociedade em movimento. Esse caráter interdisciplinar implicou também a necessidade de entrelaçar as referências gerais (no caso, históricas, sociais, políticas e culturais) com aquelas especificamente educacionais (metodológicas, didáticas, pedagógicas).

1.3 Trama conceitual freireana em travessia pela educação popular e a memória

A trama conceitual freireana, aqui proposta como caminho metodológico para articular as narrativas de educadores sobre educação para memória das lutas camponesas, assume o compromisso com a radicalidade do pensamento de Paulo Freire e nos desafia a explicitar quais são os conceitos fundamentais que demonstram a natureza, as condições de viabilização, os limites e a intencionalidade do conceito central a ser compreendido que é a Educação para Nunca Mais. [...] educação em favor da emancipação permanente dos seres humanos, considerados como classe ou como indivíduos, [educação que] se põe como um quefazer histórico em consonância com a também histórica natureza humana, inclusive, finita, limitada (FREIRE, 1997, p. 72).

Para Freire, os acontecimentos da vida compõem historicamente tramas centradas e sujeitas a múltiplas dependências. “Carregamos conosco a memória de muitas tramas, o corpo molhado de história, de nossa cultura” (2014, p.17). Cabe a cada um de nós, seres humanos, “puxar os fios” dessas tramas para compreendê-las e agir em uma direção contra hegemônica, possibilitando o caminhar no sentido da libertação. Nesse sentido, Freire nos desafia a não olhar as palavras isoladamente, mas na moldura das tramas nas quais elas se encontram imbricadas. Isso permite uma compreensão totalizante e dinâmica dos conceitos, explorando suas relações de interdependência e diferentes ângulos de explicação e análise.

De acordo com Freire (2000, p.62) “[...] o conceito de relações da esfera puramente humana guarda em si conotações de pluralidade, de criticidade, de sequência e de temporalidade”. Tais conceitos decorrem da compreensão de ser humano, elaborada por Paulo Freire, como sendo um ser inacabado.

A trama exige um pensamento relacional no qual se articulam diferentes conceitos. Os conceitos implicam-se mutuamente em diversas direções possíveis. Embora flexível, a construção da trama conceitual freireana requer atenção ao fato de que as articulações propostas respeitem a lógica interna da obra de Freire. A elaboração de tramas conceituais freireanas para o desenvolvimento de pesquisas, ou em contextos de ensino–aprendizagem, requer do pesquisador/educador a construção de representações que incluem conceitos que se unem, uns aos outros, a partir de um conceito central.

Segundo Saul (2011, p.1)

As tramas consistem em uma explicitação esquemática das articulações possíveis entre um conceito central (escolhido pelo pesquisador ou grupo-classe) como ponto de partida para a reflexão, relacionando outros conceitos a esse central. Todos esses conceitos são selecionados com base nos interesses e necessidades do autor da trama, devendo ser rigorosamente compreendidos no contexto da proposição da obra de Paulo Freire. Entende-se, pois, que toda a trama é motivada por um objeto de estudo do seu autor. Por isso, as relações da trama podem variar bastante, mesmo quando partem de um mesmo conceito central.

Essa prática tem sido utilizada com dupla finalidade: a primeira delas é a de ajudar o pesquisador a visualizar como os conceitos freireanos podem ser articulados para atender aos propósitos de sua pesquisa: compreender um fenômeno ou uma situação, propor ou avaliar políticas e práticas educativas. A segunda finalidade tem função

didática, ou seja, pode ser utilizada em situações de ensino-aprendizagem para a compreensão e aprofundamento de conceitos da obra freireana. (SAUL, 2012)

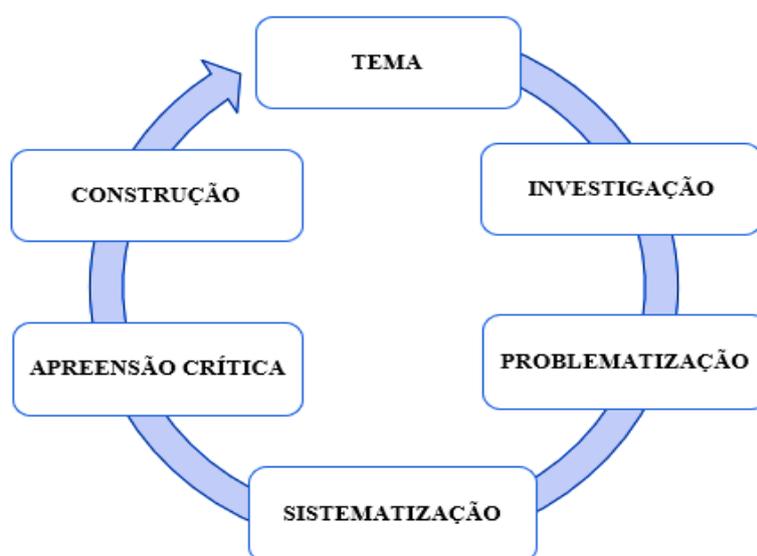
Na linguagem de Freire, o termo “problematização”, que está presente em inúmeras passagens de suas obras, faz alusão à concepção de ‘educação problematizadora’ como sinônimo de ‘educação libertadora’, em oposição à ‘educação bancária’. Assim, ele afirma que a educação problematizadora serve à libertação, enquanto a bancária serve à dominação.

Acerca da escuta como fundamento do diálogo na prática educativa, Santiago e Neto (2011, p. 11), concebe que,

Não há exercício do diálogo sem o exercício da escuta atenta, nem sem o silêncio como uma atitude fundamental no espaço da comunicação. É escutando que se aprende a falar. Em Freire é possível identificar a escuta como atitude, saber da formação e como prática pedagógica docente.

“A propósito do caráter relacional da obra de Paulo Freire, destaca o valor da possibilidade de articular e aproximar os conceitos, afastando-os do estatismo e de uma compreensão fragmentada em direção à dinamicidade e a totalização” (SANTIAGO, 2001, p.128 apud SAUL, 2011, p.40). Nesse sentido, podemos dividir o processo de construção metodológica da Trama Conceitual Freireana em cinco momentos:

Figura 2 - Processo da Trama Conceitual Freireana



Fonte: BEZERRA, Julyanna de O. 2022.

O *tema*, é o assunto que se deseja estudar e pesquisar, a escolha do tema deve levar em conta as possibilidades de construção e finalização da pesquisa, espera-se assim, que o grau de conhecimento sobre o assunto possa ser aumentado em função da pesquisa e que ao fim tenha-se uma tese.

A *investigação*, envolve o levantamento preliminar com base em dados qualitativos e quantitativos observados no Memorial das Ligas Camponesas de Sapé-PB. Trata-se, também, de recolher informações, pistas, indícios, rastros através de recursos divulgados (livros, institutos de pesquisa, produções acadêmicas, documentos digitais, jornais), este momento está sendo realizado desde o início e durante a pesquisa.

A *problematização*, usando como ferramenta a entrevista. A seleção de falas significativas, a explicação dos conflitos e contradições, o ser e o pensar dos sujeitos históricos presentes em suas ações e reações frente a situações vivenciadas e aos limites da explicação da realidade, a partir de seus referenciais.

A *sistematização* é estabelecida a partir do diálogo e a produção teórica, criando uma rede de relações, ultrapassando o que aparece como “senso comum”, possibilitando análise e produção de sínteses de situações vivenciadas individualmente ou em grupo. Essa ação provocará, sem dúvida, um diálogo com a concepção da Educação popular e, reavaliando-a na perspectiva da Educação para Nunca Mais, na busca de uma educar conscientizador.

A *apreensão crítica* é a escolha de um ponto de partida para a construção da prática pedagógica da Educação para Nunca Mais. Significa dar consistência à prática, conceber que todos são sujeitos históricos. Compreender que a realidade deve ser vivenciada como uma rede de relações, elaborando um plano que ultrapasse ações pontuais e de fato promovam a emancipação e a transformação social a partir da conscientização dos Direitos humanos; E em um último momento a *construção* da Trama Freireana, a partir dos resultados das pesquisas, das entrevistas, dos registros e subsídios da prática (vivências cotidianas), dos livros, da produção acadêmica sobre o tema e das sínteses produzidas provisoriamente. Ela será um diálogo entre os conceitos da Educação Popular e da Educação para Nunca Mais.

Acreditamos que a educação é instrumento eficaz para chegar à prática da liberdade, não estamos falando de qualquer prática educacional, mas sim de uma educação freireana, que faz da educação um processo dialógico de aprendizagem, colocando o ser humano como sujeito da história, desenvolvendo nele uma consciência

crítica, possibilitando a ele “caminhar com suas próprias pernas”, sendo um sujeito ativo de direitos, podendo assim realizar o que Freire denomina de *Ser Mais*. (ROSAS, 2008)

A trama conceitual freiriana foi utilizada como processo metodológico no último capítulo, quando terçemos o diálogo entre os conceitos da educação popular com a educação para nunca mais, a partir das reflexões dos sujeitos entrevistados. Ao finalizar esse primeiro momento de discussão, é imprescindível ressaltar que, tão importante quanto criar tramas conceituais que aprofundam conceitos e categorias freireanas articulando a elas os objetos de interesse de cada pesquisador, é buscar a coerência entre a proposição dessas tramas e as experiências vividas.

2. TRAÇANDO CAMINHOS TEÓRICOS EM TRILHAS VIVIDAS

“Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”

(LE GOFF, Jacques, 1996, p. 477)

O presente capítulo articula os estudos sobre memória e educação popular de modo a construir o arcabouço teórico que possa oferecer sustentação a tese de que a educação para memória das Ligas Camponesas em experiências de educação popular contribui para formação de sujeitos de direitos capazes de desenvolver uma consciência crítica das formas de opressão e violência no campo, atualizando a luta pela terra em tempos presentes.

O capítulo inicia com as categorias memória e esquecimento, em seguida procura contextualizar a emergência de movimentos sociais na luta pela memória sobre o autoritarismo no Brasil, para então, percorrer as trilhas tortuosas do que tem sido o reconhecimento do Estado pelos abusos de poder e a violência institucional contra os defensores das liberdades civis e políticas e as recentes iniciativas da Justiça de Transição, que mesmo tardia, tem fomentado experiências de educação para nunca mais.

2.1 A memória como categoria de recursos de análise e pesquisa

É consensual o pensamento de que a memória está presente nas construções do passado, de maneira que “o que recordamos não é exatamente o que aconteceu, uma vez que, ao mesmo tempo em que construímos o passado, ele também nos constrói” (SANTOS, 2003, p. 93). Desse entendimento surge o interesse pelo estudo da memória e sua utilização como fonte de pesquisa. Esse interesse emerge também do entendimento de que não somos apenas um produto da história, mas também sobre o motivo da história. Pensar nessa perspectiva, no campo educacional, implica compreender que a reflexão histórica não serve para “descrever o passado”, mas para nos colocar diante de um legado de experiências e vivências.

É a relação entre a lembrança espontânea, a recordação solicitada e o silêncio que faz da memória uma via de acesso a um tempo que já não é mais, entretanto trata-se de um tempo possível de ser reconstruído começando por buscar “o inventário dos arquivos do silêncio, e fazer a história a partir dos documentos e das ausências de documentos” (LE GOFF, 1996, p. 109). Assim, o interesse pela memória e pela história

coletiva não se cristaliza mais exclusivamente em grandes pessoas ou acontecimentos, mas sinaliza a entrada na história de outros sujeitos com visões de mundo diferentes. É nesse sentido que Hobsbawm (1998), redigindo sobre as questões da "história vista de baixo", nos alerta que mesmo as melhores fontes iluminam apenas certas áreas do que as pessoas fizeram, sentiram e pensaram. Aqui, a memória torna-se importante como mais uma ferramenta indispensável para a produção do conhecimento.

Este item tem o objetivo discutir o valor da memória, sobretudo, como fonte de pesquisa, destacando a sua importância para a investigação no campo da educação. O fenômeno da memória e sua conceituação, a partir de diferentes questões e necessidades, está presente nos campos histórico, filosófico, social, educacional, antropológico, psicológico e outros, em diferentes períodos. Ao transcender variadas temporalidades, eles se converteram para se adaptar às funções e usos determinados pelos agrupamentos sociais das diversas sociedades humanas. Isso nos deixa afirmar que o conceito de memória tem várias ramificações e por isso é mais assertivo lidar com memórias (no plural), pois embora venha de um tronco comum, pode assumir várias abordagens baseadas em teorias de diferentes campos do conhecimento o que torna seu entendimento mais complexo, porém mais significativo e ampliado.

Este estudo nos possibilitou identificar e identificar sujeitos sociais no campo da educação cuja história de vida foi marcada por ações políticas e pedagógicas que foram “cristalizadas” em suas memórias. Invocá-los pode ser traduzido em fontes e anexado a documentos escritos acessíveis a nós, permitindo compreender as relações sociais e identificar áreas de poder que são cruciais para silenciar muitas questões, inclusive os atores sociais. estudos discutidos aqui.

Enfim, ao propor para este trabalho o uso das memórias de educadores populares, consideramos, sobretudo, a relevância desses sujeitos, indispensáveis ao processo educativo. Essa realidade histórica motivou-nos a “dar voz” a esses personagens, como “arquivos vivos” de uma memória que guarda lembranças de uma época ainda pouco explorada pela pesquisa científica na área da Educação local.

Esse percurso epistemológico nos permitirá delinear um primeiro conceito sensibilizador de memória, que, a partir dos intentos supracitados, será concebido na fronteira do diálogo com diferentes saberes, pois, a perspectiva transdisciplinar da educação para Nunca Mais, além marcar os estudos aqui realizados é também uma das características da ciência contemporânea.

O termo memória tem a sua origem etimológica no latim e significa a capacidade de reter e/ou readquirir ideias, imagens, expressões e conhecimentos adquiridos anteriormente, reportando-se às lembranças, às reminiscências, todavia, a compreensão que se tem da memória varia em diversas épocas e culturas.

Com o passar do tempo, a concepção de memória adquire novas nuances. Quase esvaziada de sua importância como fonte histórica, a *mnemosine*¹⁶ fora reduzida à inferioridade da fonte “duvidosa”, tendo em contrapartida, o enaltecimento da fonte escrita, com a convicção de que a grafia era detentora da objetividade tão perseguida pelas Ciências Sociais, depois de ter se apropriado dos pressupostos teórico-metodológicos das Ciências Naturais.

No início do século XX, o conceito de documento histórico sofre um alargamento, principalmente pelas discussões dos precursores da chamada Escola dos *Annales*¹⁷, em 1929, Lucien Febvre e Marc Bloch. Estes historiadores, além de contribuírem para o alargamento do conceito de fonte, desconstruíram a ideia de que a única forma de interpretar a realidade pelo historiador é através do documento escrito. Sobre essa questão, Febvre vai afirmar que,

[...] a história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. (FEBVRE, apud LE GOFF, 1996, p. 540).

¹⁶ Mnemosine é uma das deusas mais poderosas para os gregos, pois a memória é o catalisador da razão e é esta razão que diferencia os Seres Humanos dos outros animais. Desta forma, a memória está intimamente ligada ao poder da razão, o que fez com fosse considerada por muitos como a primeira filósofa. Uma de suas atribuições como deusa foi de nomear todos os objetos existentes. Por essa responsabilidade deu aos Seres Humanos o poder de memorizar, isto é, de reter conhecimento e de transmiti-lo oralmente. (SALES, 2015)

Em consonância com esse modo de pensar, Hannah Arendt, acredita ser a memória um dos modos de pensamento dos mais importantes. Segundo ela, mesmo nessas condições, a memória é “impotente fora de um quadro de referência preestabelecido” (ARENDR, 2009, p. 31), de modo que, somente em raríssimas ocasiões, a mente humana é capaz de reter algo inteiramente desconexo (ARENDR, 2009).

No século XX, surgem outras pesquisas com a memória, e foi nesse contexto que muitos estudos sobre ela se seguem à luz do conceito de “memória coletiva” de Halbwachs (1990), a exemplo do sociólogo austríaco Michael Pollak (1989) que, ao teorizar nesse campo, distingue a memória oficial da subterrânea, evoca elementos novos como os não-ditos. Pollak (1989), discordando de Halbwachs (1990), aponta o caráter destruidor e opressor da memória coletiva nacional. Conforme pondera o mesmo autor, no outro extremo da memória oficial está a memória subterrânea, operando no silêncio e quase imperceptível, o seu trabalho de subversão. (FERREIRA, 2015, p. 27)

Pollak é enfático ao falar da pretensão de hegemonia por parte da memória oficial e, para tanto, tenta mesmo suprimir qualquer tipo de memória dissidente. Todavia, a sociedade é regida por princípios dialéticos e a chamada memória subterrânea faz o contraponto ao discurso oficial, valendo-se, muitas vezes, da oralidade como meio de difusão e da própria manutenção. Para Pollak (1989), há uma disputa no interior da vida social entre a memória oficial e a memória subterrânea que, por pertencer às minorias, é marginalizada.

A memória é fonte de história e, ao mesmo tempo, instrumento de subversão, de resistência. Para Le Goff, ela é um instrumento e um objeto de poder. Conforme este historiador, uma das grandes preocupações dos grupos que dominaram e dominam as sociedades históricas é tornarem-se senhores da memória. Para ele, “os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” (LE GOFF, 1996, p. 426).

Paul Ricoeur (2007), vem corroborar esse modo de pensar quando postula acerca dos abusos da memória e do esquecimento, em que a manipulação da memória se converte em sua tônica. Para este filósofo, os abusos “resultam de uma

manipulação concertada da memória e do esquecimento por detentores do poder”. Os sintomas desse processo manipulador, afirma ele, seria “excesso da memória, em tal região domundo, portanto, abuso de memória; insuficiência de memória, em outra, portanto, abuso de esquecimento”. Ademais, essa manipulação da memória traz como marca a intervenção do “fenômeno da ideologia”, como elemento potencializador de sua ação, definido pelo autor como um “fator inquietante e multiforme que se intercala entre a reivindicação de identidadee as expressões públicas da memória” (RICOEUR, 2007, p. 93-95). O autor ainda adverte para o risco no uso da memória na pesquisa. Ele lembra que essa ideologização da memória é possibilitada pelos recursos de variação que o trabalho de configuração narrativa oferece. Assim,

[...] as estratégias do esquecimento enxertam-se diretamente nesse trabalho de configuração: pode-se sempre narrar de um outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diretamente os protagonistas da ação, assim como os contornos dela. [...] O perigo maior, no fim do percurso, está no manejo da história autorizada, imposta, celebrada, comemorada_ da história oficial. O recurso à narrativa torna-se, assim, uma armadilha, quando potências superiores passam a direcionar a composição da intriga e impõem uma narrativa canônica por meio de intimidação ou de sedução, de medo ou de lisonja. (RICOEUR, 2007, p. 455).

O sociólogo Maurice Halbwachs, nascido na França em 1877 e morto em um campo de concentração nazista na Alemanha em 1945, foi o responsável por introduzir os estudos da memória nas ciências sociais. Criou a categoria de "memória coletiva" a partir de uma intersecção entre sociologia e psicologia social, considerando múltiplas filiações coletivas que permeiam o mundo vital dos indivíduos pois a memória é um processo de reconstrução de acontecimentos e experiências que, embora fragmentados de tempo e espaço se encontram em uma determinada área, são constituídos pela totalidade das relações sociais nas quais as pessoas estão enraizadas.

Para Halbwachs (2013), o ser sensível é o ser da vivência imediata de um evento e o ser interpretativo diz respeito a capacidade de atribuir sentido a cada vivência e constituir o vivido, por isso ainda que o indivíduo seja socialmente construído, sua percepção do mundo é singular. A medida que o mundo é percebido e as vivencias vão acontecendo, elas passam a pertencer ao passado e para serem recordadas precisam ser

evocadas a partir da reflexão, ou seja, de uma atividade.

Quando evocados, eventos e experiências são reconhecidos em um ato individual, mas são reconstruídos como memórias por meio das redes sociais, que podem ser entendidas como organizações coletivas, uma espécie de pontos de referência no espaço e no tempo, biográficas, noções históricas geográficas, políticas, convenções verbais e formas familiares de ver. Por isso a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, pois para existir memória é preciso haver a reconstrução por meio dos quadros sociais da memória, ou seja, não é “possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente” (HALBWACHS, 2013, p. 72).

A partir da década de 1950, o estudo e a conceituação da memória foram fortemente influenciados pelas ciências sociais, especialmente a sociologia contemporânea, e o surgimento de uma abordagem interdisciplinar que poder tematizar a relação da sociedade com o passado. A memória é vista como uma construção feita no presente a partir de experiências passadas, por isso os estudos envolvem fenômenos de recordação como retenção, esquecimento e seleção, cuja finalidade é caracterizá-los, examiná-los e categorizá-los.

Mas foi na década de 1960 que o trabalho com a memória como fonte de pesquisa ganhou território amplo, embora ainda tivesse encontrado resistência nos setores conservadores da história tradicional, que desmerece o valor da memória como fonte confiável na pesquisa científica. Nora, ao diferenciar história de memória, já denunciara essa postura em um de seus trabalhos⁶, quando afirmava que “no coração da história trabalha um criticismo destruidor da memória espontânea. A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir” (NORA, 1993, p. 9).

Todavia, é no diálogo com Halbwachs (1990) que Nora (1993) distingue história de memória, ressaltando as especificidades de cada conceito. Para ele, memória e história, longe de serem sinônimos, encontram-se em uma condição em que tudo se opunha uma à outra. Assim, em suas considerações, memória é entendida como

[...] a vida, sempre carregada por grupos vivos... está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas

revitalizações [...] fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente [...] afetiva e mágica [...] se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. (NORA, 1993, p. 9).

Enfim, a memória é um campo de disputa, não se trata de um ato de pura introspecção. Assim, uma das finalidades principais do ato da memória foi o que Paul Ricoeur chamou de “luta contra o esquecimento”, pois não é somente o caráter penoso do esforço da memória que dá à relação de luta da memória contra o esquecimento sua coloração inquieta, “mas o temor de ter esquecido, de esquecer de novo, de esquecer amanhã de cumprir esta ou aquela tarefa; porque amanhã será preciso não esquecer... de se lembrar” (RICOEUR, 2007, p. 48).

Sabemos que os julgamentos pelos quais passa a oralidade têm em seus discursos o argumento de que a memória não passa de uma reminiscência e que, portanto, está sujeita aos efeitos do tempo, podendo, em algumas situações, mudar os rumos da pesquisa. Esse modo de pensar vem de uma confiança cega de alguns historiadores no fato de que “o que está escrito é verdade, sobretudo quando o que está escrito toma forma de documento científico aparentemente incontestável” (JOUTARD, 2005, p. 210). Uma análise particular dessa proposição apresentada são as narrativas de vida profissional dos docentes que, até pouco tempo, foram desconsideradas nos estudos educacionais. Para Catani (1997), isso ocorreu devido ao fato de que as experiências docentes foram analisadas em função de “parâmetros educacionais e, enquanto tais, vistas como não-científicas, portanto, não merecedoras de crédito” (CATANI, 1997, p. 25). Nessa esteira, Souza e Kramer (1994) falam da tarefa de restaurar o sentido da narrativa. Para elas, essa é uma tarefa que implica encontrar a História a partir das experiências e da memória fragmentadas, recuperando a capacidade que temos de torná-las comunicáveis em narrativas (SOUZA; KRAMER, 1994, p. 15-16). Trata-se das velhas disputas em torno das memórias que prevalecerão em um grupo, em uma comunidade, ou até mesmo em uma nação.

Tais narrativas supõem uma sequência de acontecimentos, mas, acima de tudo, pressupõem experiências. São justamente as memórias da experiência docente e as relações sociais e políticas das professoras da Escola Municipal Luiz José Gonçalo, expresso em suas narrativas, que procuramos lançar mão como uma das fontes para a

referida pesquisa.

Assim sendo, o trabalho, a partir do uso da metodologia das entrevistas, possibilitou-nos evidenciar tais memórias, levando-nos a constatar a variabilidade de experiências pessoais e profissionais dos educadores e das educadoras entrevistadas, vivenciadas no cotidiano de um contexto político conflituoso e que estavam guardadas em suas memórias, afinal, conforme Bobbio, “(...) somos aquilo que lembramos” (BOBBIO, 1998, p. 28). A lembrança dessas experiências veio à tona nos momentos de entrevistas, quando os educadores “descolaram as camadas da memória, cavando fundo em suas sombras” (THOMPSON, 1987, p.97). É uma lembrança carregada de saudosismo e, não raro, de certo receio em expor, para uma pesquisadora, as lembranças de suas relações sociais na escola, e fora dela, em um contexto ainda de silenciamento.

Nosso entendimento vai ao encontro daqueles que põem a memória como objeto de lutas pelo poder, travadas em diferentes esferas da vida social e, portanto, abertas à dialética da memória e do esquecimento, colocadas de distorções, vulneráveis a diferentes usos e manipulações.

2.2 Políticas de memória e educação para nunca mais

Foi do encontro de familiares e perseguidos políticos com setores da sociedade civil que emergiram os primeiros movimentos e entidades de direitos humanos no Brasil, a exemplo, das Mães de Maio (1968), Movimentos e Comitês pela Anistia (1975) e o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul – CLAMOR (1978). Como afirma Arns (apud BENEVIDES, 2009, p. 27) “A pastoral dos direitos humanos me aproximou mais do povo e de suas lideranças”. A CJP foi uma das únicas portas abertas que acolheram as vítimas da ditadura militar, estudantes, mães, filhos e avós.

Os anos de 1970 foram cruciais para o posicionamento de setores da igreja católica e presbiteriana no Brasil desenvolvendo apoio aos familiares de mortos, desaparecidos e perseguidos políticos, criando órgãos de defesa dos direitos humanos, a exemplo, das Comissões de Justiça e Paz, dos Centros de Defesa vinculados as Arquidioceses e das Pastorais Sociais (ARNS, 1978).

No processo de silenciamento o controle da informação exerce importante instrumento de controle político, já que pretendem aniquilar quaisquer traços de memória, impedindo que as vítimas desvelem fatos históricos. Para Todorov (2000), a memória é um instrumento fundamental diante dos regimes totalitários, principalmente para os

perseguidos políticos que têm o dever da memória em face dos abusos e formas de apagamentos.

O direito à memória e à verdade vem na contramão das atitudes de intimidação e interdição tão comuns em tempos autoritários. No Brasil, para que o Conselho Nacional da Pessoa Humana não pudesse investigar as denúncias de desaparecimentos políticos, a exemplo do caso de Rubens Alves durante o regime militar, o órgão por ordem do General Médici reduziu o número de sessões tornando-as secretas. Em 1973 os militares decidem que não se visitaria o passado político da nação, pois esses casos teriam sido abrangidos pela Lei de Anistia. De 1974-1979 o CDDPH foi proibido de reunir-se e os processos de denúncias foram arquivados, só encerrando essa fase com o fim do AI 5. O desaparecimento de duas lideranças das ligas camponesas de Sapé-PB, João Alfredo Dias na noite de 28 de agosto de 1964 e Pedro Inácio de Araújo na noite de 7 de setembro de 1964 após a liberação da prisão junto ao 15 RI em João Pessoa é uma forma de interdição para que a sociedade e os familiares sejam impedidos de acessar a verdade do crime (PARAIBA, 2017).

Passos relevantes foram dados pelo Estado brasileiro, a partir do movimento de anistia e do movimento dos mortos e desaparecidos políticos. Embora tenha sido tardio a inserção do direito à memória e à verdade no Brasil com o Programa Nacional de Direitos Humanos em 2009, a difícil criação da Comissão Nacional da Verdade em 2011 quando foi mobilizado a criação de comitês e comissões estaduais de verdade, assim como de ações como escrachos pelo Levante Popular da Juventude. Com relação ao campo da educação, o PNDH 3 agendou a criação de uma coordenação no interior da Secretaria dos Direitos Humanos que passou a realizar articulações com a sociedade civil e o MEC para pensar estratégias de inserção no currículo do direito à memória e à verdade, foi assim na Conferência Nacional de Educação e na XI Conferência Nacional de Direitos Humanos.

2.2.1 A importância da consciência do Nunca Mais: a educação após Auschwitz e regimes autoritários

Quando Mèlich (2000) partindo de uma perspectiva crítica afirma que a história após o holocausto só é possível como recordação ele chama atenção, no tempo presente, do quanto o silêncio dos homens foi e ainda pode ser cúmplice do desaparecimento de uma parte importante da humanidade. Na Alemanha, atualmente, recordar o holocausto é parte do currículo educacional pelo fato da nação ter entendido o quanto a barbárie

ultrajou a consciência da humanidade. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) em seu preâmbulo alerta de como o desprezo e o desrespeito aos direitos humanos resultaram em atos violadores da dignidade humana. Segundo Mèlich (2000, p. 48) “o humano foi posto ao avesso com a experiência do holocausto”, quando o uso extremo da força, do terror e do poder foram dispositivos de governança, impactando na capacidade de empatia e de autocritica das pessoas.

O Tribunal Militar Internacional de Nuremberg, realizado entre os anos 1945 e 1946, na cidade no Palácio da Justiça, na cidade onde centralizou a organização da polícia secreta alemã - a Gestapo, foi uma corte formada por juízes, promotores e defensores dos países vitoriosos num dos maiores confrontos armados do século XX, conhecido como II Grande Guerra Mundial, para julgar os comandantes, empresários e autoridades do Reich pelo crime de genocídio¹⁸ de milhões de pessoas.

As atitudes dos perpetradores levaram Arendt (1990, p. 510) a refletir o poder do totalitarismo na subjetividade, no comportamento humano e na mentalidade dos membros julgados em Nuremberg. Para a filósofa judia exilada nos Estados Unidos durante o holocausto:

[...] o mal radical surgiu em relação a um sistema, no qual todos os homens se tornaram supérfluos. Os que manipulam esse sistema acreditam na própria superfluidade tanto quanto na de todos os outros, e os assassinos totalitários são os mais perigosos, porque não se importam se estão vivos ou mortos; se jamais viveram ou nunca nasceram (ARENDR, 1990, p. 510).

Nessa ótica, os mandatários de graves violações aos direitos humanos julgados no Tribunal de Nuremberg, ao comandarem ordens que implicaram em crimes de guerra

¹⁸ De acordo com a Convenção de Genebra de 1948, o genocídio é considerado, como “qualquer dos seguintes atos, cometidos com a intenção de destruir no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal: a) matar membros do grupo; b) causar lesão grave à integridade física ou mental de membros do grupo; c) submeter intencionalmente o grupo a condição de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial; d) adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; e) efetuar a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo”. Fonte: Site Oficial do Planalto:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1952/D30822.html#:~:text=CONVEN%C3%87%C3%83O%20PARA%20A%20PREVEN%C3%87%C3%83O%20E%20A%20REPRESS%C3%83O%20DO%20CRIME%20DE%20GENOC%C3%8DDIO&text=As%20Partes%20Contratantes%20confir

e contra a humanidade, a exemplo de genocídio, tortura, extermínio, trabalho escravo e desaparecimentos forçados, foram responsabilizados, mesmo com o argumento de que cumpriam ordens, assumindo o que Arendt define como a recusa de agir como humanos ao invés de máquinas de extermínio. Para desconstruir o processo de negação dos perpetradores os promotores usaram do recurso documental, expondo documentários dos campos de concentração impactando os presentes no Palácio da Justiça. Tal ato, trouxe a necessidade dos limites no uso da força por forças militares e governos.

Para Arendt, o totalitarismo ao despojar as forças de segurança da condição humana, retira a sensibilidade necessária capaz de gerar sentimentos de empatia e solidariedade humana. O estranhamento e o alheamento moral despojam o perpetrador do exercício de julgamento moral e da responsabilidade pessoal com os crimes praticados. Arendt (2004) chama atenção do risco da humanidade para com os regimes que se distanciam das liberdades fundamentais, podendo retirar dos homens a capacidade de autocrítica e responsabilidade pessoal e social pelos atos individuais e coletivos.

Diante desse fato histórico singular na história do século XX Adorno (1995) propõe, que a educação após Auschwitz, implique necessariamente, na educação para nunca mais, como forma de evitar que o esquecimento implique em possibilidades de repetição da barbárie. Nessa direção Joan-Carles Mèlich (2000) propõe que a educação em direitos humanos mantenha viva a luta da memória contra o esquecimento fazendo da recordação do Holocausto um meio de evitar sua repetição.

Como afirma Mèlich (2000) os direitos humanos emergem de situações como o holocausto, por isso, é parte da educação em direitos humanos não deixar de esquecer. O fato de uma cidade silenciar a dor dos seus antepassados demonstra o quanto ela não se preocupa com o presente e o futuro dos viventes. Tal processo torna a comunidade vulnerável ao esquecimento, impedindo a mesma de agir na direção da não repetição. Por isso, os filósofos alertam, da necessidade do ato de recordar não só do holocausto, como das demais formas de violações que tem afetado a humanidade, para que, não esquecendo, possa prevenir da repetição, já que os tiranos rodam até encontrar terreno fértil para plantar o horror.

A identidade humana requer coragem de agir no aqui e agora. Os sujeitos esquecidos têm rostos e vozes, sentimentos e coragem de agir pelo coletivo e pela utopia de uma sociedade igualitária. O pior para o futuro da humanidade é quando, nós, seres humanos, não entendemos e deixamos nos levar pelas formas de manipulação impedindo a recordação. “Sem a recordação só há morte”, reflete o autor, pois quando recordamos

recusamos a ser instrumentos de um poder arbitrário, lutamos para não perder o exercício da autonomia e da criticidade elementos tão relevantes para o presente da humanidade.

Adorno (1995) alerta, de que a educação após Aushwitz não pode se reduzir a instrução e aos aspectos meramente técnicos e instrumentais. Daí a importância do testemunho. Wood (2013) registra o testemunho de Rennè Firestone acerca da experiência que viu, participou e sobreviveu, já que milhões não podem hoje testemunhar:

Já lhe disse que esse arame era eletrificado com alta voltagem? Não dava nem para chegar perto assim, sem que imediatamente a eletricidade puxasse você e você estava acabado. As pessoas vinham até esses arames quando não aguentavam mais o sofrimento e a fome extrema. Toda manhã eram vistas pessoas penduradas nesses arames cometendo suicídio. Olhando para eles hoje é difícil de acreditar e, se esses postes pudessem contar as histórias de tudo o que aconteceu aqui. 'Não pode ser verdade' diríamos para nós mesmos. Não podia ser verdade. E no entanto, estamos todos marcados, temos os números em nossos braços e isso nos diz que sim, estivemos aqui. Nós estivemos aqui. Eu aprendi algo aqui mas me pergunto se o mundo aprendeu alguma coisa. Vendo o mundo hoje a gente se indaga: o que aprendemos com o holocausto? O que aprendemos com este lugar?

No Julgamento de Nuremberg era possível comprovar como a voz e a presença das testemunhas do holocausto era dissonante com a indiferença dos dirigentes nazistas. A mesma experiência tem sido possível no Brasil, durante as oitivas de comissões de verdade quando conseguem juntar familiares e perseguidos políticos com os agentes da segurança do regime militar. Para Vilela (2000) o conceito de testemunho, significa:

Ato pelo qual um indivíduo atesta o acontecimento direto de um objeto ou de um acontecimento; narração (récita) através do qual ele restitui esse acontecimento. Por extensão ('o testemunho dos sentidos') designa esse conhecimento direto. Se o valor do testemunho supõe a sinceridade da testemunha, esta não implica, de forma alguma, a validade do acontecimento acerca do qual ela testemunha, (FREUND, 1990, p. 256 apud VILELA, 2000, p. 145).

A memória como forma de resistência implica na capacidade de não deixar que os mecanismos de poder aniquilem as vítimas e familiares silenciando-as além do luto e da dor. A partir da interação entre memória e esquecimento, argumentamos que essa via de mão dupla pode reconstruir e ressignificar fatos e significados, mas não como proposta

a um apagamento das feridas do passado, ao contrário acreditamos que é preciso haver reconhecimento e reparação, pois mesmo não sendo possível que aconteça essa reparação seja total, é necessário que haja justiça, cuja primeira condição é oferecer espaço para que diferentes memórias sejam reveladas e confrontem a história.

O conhecimento pode ser visto como uma grande teia de significações que não pode ser fragmentada, porque resulta de um processo, de um tempo que não volta: aconteceu/acontece. Entretanto, a teia de significados reconstruídos a cada geração é paradoxalmente, não só reconstruídos, mas acrescentados outros elementos, fazendo com que a memória – o não esquecimento – produza no exercício de atualização dos processos sócio-histórico possibilidades de mudança ou preservação das formas de organizar a sociedade. (VIOLA; ALBUQUERQUE, 2020, p. 244)

É nesse sentido que buscamos em nossa pesquisa a significação para uma educação crítica, consciente e libertadora, pois durante séculos e até mesmo atualmente a educação sempre foi um espaço de retenção da memória da nação, contraditoriamente, uma vez que a educação sem liberdade se torna instrução ideológica, interditando a possibilidade de formação de uma cultura democrática.

Assim sendo, compreender que nas formas de participação democrática da atualidade estão incluídos e respondem aos desafios de antes e de agora na medida dos enfrentamentos que vivenciam nas relações com os grupos sociais que lhes são opostos é fundamental para evitar o esquecimento da memória. (VIOLA; ALBUQUERQUE, 2020, p. 264)

E como é possível fomentar uma educação o que seja capaz de formar uma consciência crítica do mundo? Qual a tarefa que a educação exerce frente a realidades opressoras? Tais questionamentos se relevam como grandes problemáticas no mundo contemporâneo. A educação é, por excelência, um instrumento que promove a humanização da pessoa humana. Contudo, a educação também é exercida no sentido de legitimar e reproduzir as ideologias dominantes que aparelham os currículos e as matérias escolares com o intuito de adestrar os indivíduos para o anonimato político, decorrente de um processo de mascaramento da realidade.

A adoção de um projeto político curricular comprometido com os direitos humanos reafirma o entendimento de que os alunos são capazes de adotar atitudes,

comportamentos e crenças voltadas para a cidadania, a tolerância, o respeito, a solidariedade, contribuindo para efetivar uma cultura de paz. Dessa forma, é de suma importância conhecer o projeto político curricular das escolas, e sua contribuição para a formação social, cultural, política, profissional e humana dos alunos.

Para Pinto (1986), a educação diz respeito à existência humana em toda sua duração e em todos os seus aspectos. A educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses. Assim, a educação é a base para uma sociedade sadia.

Devemos considerar a educação em direitos humanos como uma prática de ensino que concretiza as políticas públicas de igualdade e justiça. Onde o sujeito seja o principal ator de sua história, contribuindo para uma educação crítica e que supere os desafios. Proporcionando a liberdade de uma educação capaz de provocar mudanças não só no ser autônomo, mas que dessa forma o educando(a) possa empoderar-se, transformando a si próprio e ao meio onde está inserido.

Ao falarmos de uma educação crítica e libertadora, não podemos deixar de nos reportarmos ao trabalho de referência do educador Paulo Freire no âmbito da educação popular, que tem como ponto de partida o pressuposto de uma Educação problematizadora, que envolve a ação da dialogicidade, a escuta e a socialização entre educadores e educandos de tal modo que, um inexistente sem o outro, porque nesta prática há uma troca de saberes.

A dialogicidade, essência da Educação, refere-se ao diálogo ocorrido entre os sujeitos do conhecimento que por meio da palavra compõem a práxis pedagógica, constituída pela dimensão da ação e da reflexão. Paulo Freire (2005, p. 59) afirma que o diálogo é crítico e libertador, por isso mesmo que supõe a ação, tem de ser feito com os oprimidos, qualquer que seja o grau em que esteja a luta por sua libertação.

Freire (1997, p.78) afirma que,

O educador que tenta em sua prática de sala de aula vivenciar a Proposta Freireana, desenvolve nos seus educandos o gosto pela pergunta e juntos problematizam e fazem acontecer à práxis pedagógica. Em verdade, não seria possível à educação problematizadora, sem um educador que tivesse a coragem de romper com a ideologia de uma educação bancária, na qual realizar-se como prática da liberdade e não lhe seria possível fazê-lo fora do diálogo.

A partir da reflexão de Freire (1997), percebemos que os fundamentos colaboram a todo o momento com a educação, pois nelas estão contidas uma nova proposta de alfabetização, onde a valorização da cultura e do sujeito como um ser único e coparticipante no processo de construção do conhecimento, na busca por uma sociedade verdadeiramente democrática. Em sua obra Freire deixa um legado para todo educador com atitudes e consciência de uma pedagogia popular no qual desvela a consciência política do ato educativo, apresentando uma educação para a transformação social e acreditando na relevância que a ação pedagógica traz para a emancipação do ser.

A grande preocupação de Freire (1967), assim como na pedagogia moderna, é a construção de um currículo que possibilite ao educando condições reais de tomar decisões sociais e políticas. Para ele a ideia de liberdade só faz sentido se for um desejo do povo e o processo de democratização e da liberdade são conquistas que, só se efetivam através de lutas das classes populares, uma vez que o objetivo das elites é acomodar e domesticar as classes populares. Nesse processo Freire (2011, p. 106) propõe que,

(...) no processo de alfabetização, os educadores devem ter sempre respeito aos educandos, considerando-os alfabetizando e nunca de analfabeto, e a conscientização é um processo que não se separa da alfabetização. O ato de adquirir o conhecimento da cultura escrita só fazem sentido se possibilitar mudanças reais no modo de ser, de agir e no destino dos homens.

Nesse contexto de liberdade, autonomia e esperança compreendemos que a grande preocupação de Freire, assim como também na pedagogia moderna, é a construção de uma pedagogia que possibilite ao educando condições reais de tomar decisões sociais e políticas. Para ele a ideia de liberdade só faz sentido se for um desejo do povo e o processo de democratização e da autonomia, pois essas são conquistas que, só se efetivam através de lutas das classes populares, uma vez que o objetivo das elites é acomodar e domesticar as classes populares (FREIRE, 1967).

De acordo com Freire (1996, p 56) entende-se que,

(...) a autonomia é o agir responsável para a formação cultural da sociedade. Conceitos como responsabilidade, justiça e liberdade tornam-se focos de discussão para a base da autonomia. É de direito de todo ser humano ser respeitado em sua própria autonomia, ou seja, lhe será necessário ser favorecido para que possa desenvolver-se, respeitando-o no seu próprio processo e liberdade.

O processo de democratização está aliado ao processo de criticidade, pois à medida que os grupos humanos vão se tornando mais críticos vão se tornando também conscientes de sua realidade, e em condições de tomar decisões que contribua para o

processo de democratização. A educação proposta por Freire é uma educação como um ato de amor que não deve fugir aos debates, na qual as discussões acerca da realidade deve estar presente formando homens que se integre no processo de democratização, neste sentido o diálogo é condição indispensável para uma educação libertadora e conscientizadora, que só se efetivará a partir da ação verdadeira do homem/sujeito sobre a realidade.

A educação problematizadora possibilita aos educandos a conscientização e compreensão das estruturas sociais de libertação. E a educação só faz sentido quando as pessoas conseguem fazer uma análise crítica das alternativas políticas apresentadas pela elite, dando a liberdade de escolher seus próprios caminhos. Paulo Freire acreditava não ser possível a existência da educação fora da sociedade e cultura humana. A educação não se dá no vazio. Ele visava também a construção de uma sociedade para o sujeito e que o ideal da educação seria a que conseguisse respeitar a vocação de cada um e pudesse ser aceita pelas elites, cujas seus interesses estão pautados na alienação.

A educação em Freire é desenvolvida como uma tarefa humanizadora, por excelência. Essa humanização permite a Freire, discutir acerca das estruturas exploradoras que subjagam os homens ao anonimato político, através da crítica da esperança e da resistência. A compreensão freiriana sobre o ato de educar é dialético e conduz à transformação da realidade. A educação, enquanto força capaz de conscientizar os indivíduos tem por finalidade promover a libertação dos homens. Esse é o grande desafio da prática educativo-libertadora: libertar as consciências das percepções fatalistas para a sua emancipação crítica.

A consciência, para o pedagogo da esperança, não é algo capaz de ser exercitado fora da realidade. É necessária uma relação entre pensamento e realidade. É isto o que caracteriza a conscientização: o dever de não somente interpretar a realidade, mas também transformá-la. É por isso que a educação não deve ser um mero exercício de método pedagógico. Ou seja, a ação educativa exige pensamento autêntico e perquiridor. Não é no falatório que o sujeito se compromete com a sua realidade. A autenticidade crítica se identifica com o engajamento. Não é possível uma libertação que esteja limita ao campo do discurso. Nesse sentido, entendemos que uma prática pedagógica somente se efetiva humanizadora quando se compromete com a história na qual está inserida.

A educação como inserção crítica e resistência objetiva ensinar aos indivíduos que a ausência de sua liberdade não é apenas uma consequência daqueles que os dominam, mas também deles próprios. Daí provem a importância do recordar para não

esquecer e assim ter a possibilidade de ressignificar a memória educacional, política e social de um país.

2.2.2 Entre memória e silenciamento: recordar para não esquecer

“A memória é feita de esquecimentos, de silêncios. De sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e de silenciamentos” teoriza Orlandi (2015, p.53).

Desde 27 de janeiro de 2005 que as Nações Unidas adotou uma Resolução reeditada pela União Europeia para tratar da Memória do Holocausto para que nunca mais aconteça. “Sem a recordação só há morte”. Mèlich (2000) alerta como o silêncio dos homens foi e ainda pode ser cúmplice do desaparecimento de uma parte importante da humanidade. Dai a importância da educação para nunca mais, como uma forma de se manter viva a indignação e a luta contra o esquecimento e sua repetição.

Já Hannah Arendt (2004) adverte que os regimes políticos quando se distanciam das liberdades fundamentais retiram a capacidade de autocrítica e responsabilidade pessoal e social, como aconteceu com experiências como o holocausto. Adorno (1995), alerta de que, quando a educação não é capaz de possibilitar a autonomia dos indivíduos ela pode se tornar num instrumento de poder opressivo. A autonomia, tal como ele a compreende, nos remete ao sentido kantiano do termo; trata-se da condição fundamental para que a reflexão se torne possível. Condição em que cada um mediante a vontade livre seja capaz de realizar suas próprias escolhas.

A educação para nunca mais no Brasil iniciou-se nas vozes e movimentos dos familiares de mortos e desaparecidos políticos que através da solidariedade com os Comitês pela Anistia, das Comissões de Justiça e Paz, dos Centros de Defesa dos Direitos Humanos, do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul e dos Grupos Tortura Nunca Mais dentre outros, escreveram dossiês, conquistaram reconhecimento do Estado pelo direito à anistia política, denunciaram e testemunharam uma parte arrancada da história social, mudaram nomes de ruas e praças reconhecendo os lutadores sociais, escavaram os arquivos e cemitérios clandestinos em busca de indícios da violência do Estado, mantendo viva a recordação como expressão de resistência ao autoritarismo (BENEVIDES, 2000)

Esquecer o autoritarismo da ditadura e não discernir os crimes de estado tende a fragilizar a construção de uma mentalidade democrática. A universidade e a escola básica tem obrigação de educar para a cidadania democrática. As ameaças autoritárias recentes as universidades públicas querendo amordaçar o pluralismo democrático e acadêmico

sinaliza para riscos de retrocessos. Não demos atenção e centralidade da educação para nunca mais como eixo da educação em direitos humanos que vemos construindo desde 2003, com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e desde 2012, com as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Romper com um discurso interdito pela opressão libertava a nação de um passado sombrio e para muitos de muito sofrimento físico e psíquico. Não se tratava de espetacularizar a dor alheia de um testemunho vivo, mas de ouvir tantas vezes fosse necessário para romper com a violência ecoada e delirante.

O objeto fundamental de uma proposta de educação visa reconhecer, de um lado, a maneira como os atores sociais dão sentido a suas práticas e a seus discursos e de outro, a tensão entre as capacidades de resistência destes sujeitos sociais as restrições, as normas, as convenções que limitam a capacidade inventiva destes sujeitos ou dos grupos sociais diante das relações de dominação. (ALBUQUERQUE; VIOLA, 2021, p.385)

Como nos lembra Adorno, um dos riscos que a educação está sujeita, sobretudo nos estabelecimentos de ensino, é a manutenção de discursos coletivistas. Frases ouvidas com muita frequência como as do tipo: “é preciso vestir a camisa da escola”, ou ainda, “a escola precisa falar uma só língua” ilustram com precisão tais discursos. Estas práticas discursivas indicam, embora às vezes de modo imperceptível, a tentativa de construção de um único discurso, e, através dele, a padronização de comportamentos, retornando justamente àquilo que foi fundamental para que Auschwitz existisse: “o problema da coletivização.” (ADORNO, 1995, p.127).

A reparação psicológica como ato coletivo é um importante processo de subjetivação, já que na alteridade os sujeitos se encontram humanizando-se, ao mesmo tempo em que pelo testemunho se aprende a solidariedade, já que é pela identificação com a dor alheia que emerge o educador em e para os direitos humanos (ZENAIDE, 2014). Daí a importância das oitivas fechadas ou abertas nas Comissões de Verdade onde se reconstrói uma história de vida, em clima de profundo respeito e empatia, capaz de fazer com que na confiança as pessoas sejam capazes de compartilhar uma parte da vida. Depois dos depoimentos e dos relatórios, onde as vítimas da violência se veem reconhecidas, já não serão as mesmas. Por outro lado, para os que não viveram a dor do arbítrio é um momento ímpar, onde se aprende o significado dos direitos humanos, onde se cria um espaço político de aprendizagem coletiva, onde se descobre o valor e o sentido coletivo da palavra liberdade.

Assim ao propor uma educação fundamentada na epistemologia do diálogo a educação considera a emancipação a forma pela qual o ser humano apreende a se reconhecer, de forma permanente, como alguém capaz de apreender na relação com outros humanos e com a natureza. mais que isto considerar a possibilidade de educadores e educandos compreendam que a democracia como expressão de emancipação (ADORNO, 2010, apud, ALBUQUERQUE; VIOLA, 2021, p.387).

A justificativa para que Auschwitz não se repita está na primeira recomendação relacionada diretamente com a educação. Segundo Adorno: “A exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação. De tal modo ela precede quaisquer outras que creio não ser possível nem necessário justificá-la.” (ADORNO, 2010, p119.). No entanto, a atenção necessária para que a barbárie não se repita, ainda não foi trabalhada como deveria ser. O não recordar o passado pressupõe que as questões relacionadas a Auschwitz ainda são estranhas as pessoas. Estranheza que se deve ao fato de tal monstruosidade estar diretamente ligada a questão da consciência e de inconsciência dos atos.

Portanto a memória e não silenciamento são pressupostos para uma vida livre da barbárie, para que Auschwitz não se repita. Para que o oprimido saiba identificar o opressor e assim evitar a alienação. Que seu poder de escolha parta da sua própria vontade e não da vontade coletiva. Para reverter a não emancipação e evitar a barbárie a educação precisa ser conscientizadora, precisa ser uma educação que potencialize a humanização. Somente assim, os sujeitos de direitos poderão controlar e evitar que a barbárie retorne.

No Brasil, a preservação da memória pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça realizou durante 2003-2016 ações educativas, tais como, Caravanas da Verdade, apoio a realização de Cinema de Direitos Humanos, seminários, estudos e pesquisas e publicações, como dossiês e livros. Se a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002 prever a reparação social e econômica, de caráter indenizatório, em prestação única ou em prestação mensal, permanente e continuada, por que atualmente o Ministério dos Direitos Humanos caminham na contramão, buscando suspender os processos de reparações previstos em lei?

Nesse sentido a educação em direitos humanos justifica-se por apresentar uma opção a favor da emancipação e de uma escola na qual se trabalhe tendo em vista a construção de um conhecimento crítico-libertador, apresentando como alicerce os direitos humanos, uma vez que esses direitos não são estáticos ou fixos, mas sim dinâmicos e vão se construindo no tempo e no espaço, a partir das condições existentes. Considerando que

essa educação pela emancipação deriva do pensamento freireano, acreditamos que os direitos humanos e a educação para Nunca Mais estão completamente ligados a esse pensamento, ligação essa alicerçada em experiências de lutas históricas, responsáveis por gerar novos sistemas de pensamento em disputa a partir de diferentes concepções.

2.2.3 Memória e Educação Para Nunca Mais

Na perspectiva da Memória e da Educação para nunca mais adotaremos como referências teóricas, estudos e pesquisas realizadas junto a Rede Latino-americana e Caribenha de Sítios de Memória (RESLAC) e outras referências internacionais, como Adorno (1995, 2012), Ricoeur (2010), Mèlich (2000), Carvalho (2000), Vilela (2012; 2000). No âmbito nacional, dialogaremos com a publicação encomendada pelo Ministério da Educação, organizada por Santander (2010), além de Viola (2010), Ruiz (2014), Bittar (2011), Gadotti e Abrão (2012), dentre outros. No tocante as experiências de educação para nunca mais a pesquisa objetivará levantar a produção resultado de ações de extensão universitária, entidades de direitos humanos e sítios de memória, a exemplo da produção memórias resistentes, memórias residentes (SÃO PAULO, 2017), Araújo e Bruno (2009), Memorial da resistência, 10 anos (2018), Ferreira, Zenaide e Melo (2016), Rauter, Passos e Benevides (2002) e a produção dos Grupos Tortura Nunca Mais, a exemplo do documentário de Formaggini (2007) e Camarate (2016), GTNM-RJ(2020).

Andreas Huyssen ressalta que um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes é a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais. “Esse fenômeno caracteriza uma volta ao passado que contrasta totalmente com o privilégio dado ao futuro, que tanto caracterizou as primeiras décadas da modernidade do século XX” (HUYSSSEN, 2000: 9).

Esta volta ao passado, todavia, não é simples lembrança, mas está vinculada à função de nutrição individual das identidades, na perspectiva de Joel Candau (1998), ao mesmo tempo em que cria as identidades coletivas (MICHAEL POLLAK, 1989; 1992). Para isso, está memória coletiva se baseia num sistema simbólico, pelo qual acontecem a identificação e o compartilhamento de significados, como acentua Maurice Halbwachs (1990).

Pierre Nora (1984) sinaliza a necessidade de criação de “santuários de memória” ou “lugares de memória”, face ao fenômeno da aceleração da história que faz com que o

presente se torne cada vez mais volátil. Os lugares de memória seriam assim signos de reconhecimento e pertencimento do grupo a uma sociedade.

Essa pesquisa também indicou a necessidade de um mapeamento da produção científica brasileira no Campo da Memória. O objetivo desta nova investigação era estabelecer o estado da arte da pesquisa em memória na sua relação com a Educação Popular e com a Educação para Nunca Mais, mapeando e discutindo esta produção.

Para delimitar o corpus da pesquisa se utilizou o método de levantamento bibliográfico, dentro da Grande Área Ciências Humanas (código 7.00.00.00-0 na Tabela de Áreas do Conhecimento estabelecida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq¹⁹), revistas e jornais científicos e congressos acadêmicos da Área Educação, História e Antropologia e as subáreas correspondentes.

Adotou-se o ranking de periódicos Qualis da CAPES, na sua edição 2013-2016, para a Grande Área Ciências Humanas, correspondente Educação, História, Antropologia, Geografia, Filosofia, Arqueologia, Teologia, Ciência Política e Psicologia, porém para esse estudo consideramos apenas os periódicos das áreas de educação, história²⁰. A avaliação classifica os periódicos em sete níveis (A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5), sendo o estrato C destinado aos periódicos não científicos ou publicações de outra natureza. O nível A1 congrega 116 periódicos com indexação nas bases de dados internacionais Web of Science e/ou JCR Social Sciences e no Portal de Periódicos da Capes, seguindo estes critérios, foram identificados 95 periódicos dos níveis A2 a B5, e 14 publicações no estrato C.

Quadro 1

| BASES DE DADOS INDEXADAS |
|---|
| Academia.edu – Rede social acadêmica (www.academia.edu) |
| Doaj – Directory of Open Access Journals (http://www.doaj.org/) |
| Latindex - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal (http://www.latindex.unam.mx/) |
| Mendeley – Rede social acadêmica (www.mendeley.com) |
| Portal de Periódicos da Capes (http://www.periodicos.capes.gov.br/). |
| Portcom – Portal de Livre Acesso à Produção em Ciências da Comunicação |

¹⁹A Tabela de Áreas do Conhecimento está disponível no link <http://www.lattes.cnpq.br/documents/11871/24930/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf>

²⁰Devido ao grande número de trabalhos na área de conhecimento do CNPq, optamos por filtrar as subáreas que mais se aproximam diretamente com o objeto da nossa pesquisa.

| |
|---|
| (http://www.portcom.intercom.org.br/) |
| Researchgate – Rede social acadêmica (www.researchgate.net) |
| Scielo - Scientific Eletronic Library (www.scielo.com.br) |
| Scirus - Scientific Information (www.scirus.com) |
| Scopus – Base de resumos e citações de publicações peer-reviewed (http://www.americalatina.elsevier.com/sul/pt-br/scopus.php) |
| Sumários de Revistas Brasileiras (Sumários.org) - Base indexadora de periódicos científicos brasileiros (www.sumarios.org) |

Fonte: Dados adaptados das Bases de Indexação (2019).

O fato das bases serem tão amplas gerou uma multiplicidade de registros quando do início da busca pela palavra-chave “memória”, tanto nos bancos multidisciplinares quanto nos específicos. A dimensão dos números provocou a necessidade de fazer buscas mais específicas, formando combinações de palavras que pudessem conduzir a resultados mais precisos e dentro do escopo do projeto – Memória e Educação Popular; Memória e Educação para Nunca Mais; e Memória e História.

A depuração mostrou que, num universo de 7.716 produções científicas publicadas no Brasil, 109 têm como palavras-chave memória e educação popular; memória e educação para Nunca Mais; e memória e história, o que representa em torno de 1,4% dos papers e comunicações acadêmicas nacionais.

Dos 95 jornais e revistas científicos dos estratos A2 a B5 da área de educação e história, após análise em suas coleções desde 1977 ou da data de sua fundação, 17 publicaram 48 artigos cujas palavras-chave incluíam memória.

Também realizamos levantamento de artigos junto a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, e a Associação Nacional de História – ANPHU, essa é outra parte importante na construção do corpus pois tem relação com os artigos apresentados em congressos e eventos científicos das áreas de educação e história. Nessa parte do levantamento foram considerados artigos publicados nos Anais dos Encontros das Associações Nacionais.

Mesmo com o aprofundamento na separação deste material após a filtragem inicial pela utilização de palavras-chaves, a pesquisa ainda apontou para uma polissemia de usos da palavra memória, desta forma ainda encontramos estudos que não se encaixavam na proposta da pesquisa, como memória midiática, memória organizacional, memória como gestão da informação e/ ou do conhecimento, memória como atributo de

produtos e marcas, entre outros.

Também fazem parte deste escopo as teses e dissertações produzidas em Programas de Pós-graduação em Educação no Nordeste sobre o tema. Para fazer o levantamento nesse universo, utilizaram-se os mesmos critérios empregados para a identificação de artigos em periódicos. Além de consultas aos sites dos 38 Programas de Pós-Graduação em Educação no Nordeste associados à ANPED, a pesquisa também foi realizada com base na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da CAPES²¹.

A depuração dos registros repetidos e daqueles que fugiam à temática apontou 19 dissertações de mestrado e 8 teses de doutorado sobre memória e educação popular; memória e história; e memória e história, desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação do Nordeste. Ao final deste levantamento, chegamos ao seguinte quadro, que compõe o corpus inicial da pesquisa, refinado a partir da análise da amostra:

Quadro 2

| CORPUS INICIAL DA PESQUISA | | |
|-----------------------------------|----------------|--------------|
| Fonte | Inicial | Final |
| Artigos em periódicos | 24 | 23 |
| Trabalhos em eventos científicos | 34 | 32 |
| Teses | 9 | 8 |
| Dissertações | 21 | 19 |
| Total | 88 | 82 |

Fonte: Dados adaptados das Bases de Indexação (2019).

A identificação e análise permitiu a formulação de cinco grandes chaves conceituais em que é possível enquadrar os artigos, papers, dissertações, e teses estudados. Para construção dessas chaves tomamos enquanto referencial a memória como conceito de conhecimento; além de nos apoiarmos em Nora (1993), Halbwachs (1990), Pollak (1989, 1992) e Candau (1998).

As chaves conceituais elaboradas são Memória e História; Educação Popular e Memória; Memória Discursiva; e Educação para Nunca Mais e Memória. Entre os

²¹ O Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) é um sistema de busca bibliográfica que reúne registros desde 1987. Possui como referência a Portaria nº 13/2006, que instituiu a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos. Pode ser acessado no link <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

periódicos, a maior parte dos artigos trata memória pelo ponto de vista da historiografia. Já nos trabalhos apresentados em congressos e eventos científicos das áreas de educação e história, a perspectiva mais usual é a de Memória como cultura. As dissertações e a tese produzidas no período privilegiam Memória pelo enfoque da história oral e da narrativa histórica. A distribuição de categorias contemplou mais de uma classificação.

Quadro 3

| CHAVES CONCEITUAIS POR TIPO DE PRODUÇÃO | | | | |
|--|---------------------------|-----------------------------------|---------------------------|---|
| | Memória e História | Educação Popular e Memória | Memória Discursiva | Educação para Nunca Mais e Memória |
| Artigos de periódicos | 13 | 6 | 2 | 2 |
| Papers eventos | 17 | 8 | 3 | 3 |
| Dissertações | 11 | 4 | 3 | 3 |
| Teses | 6 | 3 | 2 | 1 |
| Total | 47 | 21 | 10 | 9 |

Fonte: Dados adaptados das Bases de Indexação (2019).

Na consolidação de todos os extratos, a principal perspectiva encara a memória como uma estratégia de investigação e redescobertas, num duplo movimento de ação em relação a Educação Popular e a Educação para Nunca Mais: como um campo de sentidos e como uma ferramenta comunicacional para ressignificação da memória fortalecendo a busca por uma educação capaz de formar sujeitos de direitos que possam saber resistir às formas de autoritarismo em espaços sociais onde a violência impôs o esquecimento da história de lutas sociais.

2.2.4 Educação para Nunca Mais

Não há formação que eduque sem memória, sem raízes. Não haveria, então, como fundamentar uma qualquer formação rural esquecendo ou ignorando a linda história de resistência à opressão e de amor para com a terra das Ligas Camponesas e do campesinato paraibano. (HAM; CALADO, 2006, p. 04)

A Educação em Direitos Humanos em países com história de opressão e violência como o Brasil e grande parte dos países da América Latina, torna-se uma tarefa difícil e complexa, já que as demandas sociais no campo dos direitos humanos ainda se

concentram nas emergências provenientes da violência, quando a humanidade já poderia estar em outro patamar ético, moral e político de convivência humana.

Educar em direitos humanos torna uma ferramenta para a construção de um processo de cidadania democrática que leve em consideração, entre outros aspectos, a existência do “outro” como sujeito de direito. Portanto, a relevância das discussões vai em direção ao diálogo com teóricos e suas discussões, buscando argumentos que admitam a necessidade de se repensar uma educação em direitos humanos crítica e libertadora.

Conhecer a nossa história é o passo fundamental para que se entenda o momento vivido, para a construção do futuro. Conhecendo o passado, entendemos o presente e temos condições de, no futuro, não cometermos erros já cometidos. Conforme apontam Abrão e Torelly (2010) a memória é um meio de significação social e temporal de grupos e instituições, o que implica em conhecer sua importância para a geração do senso comum, ou seja, para a compreensão coletiva da sociedade sobre determinados eventos do passado. Desta forma, a memória joga papel fundamental para o autorreconhecimento de um povo, ao embasar o processo de construção de sua identidade.

As experiências de Educação para Nunca Mais no Brasil têm como ação precursora o conjunto de ações realizadas ao longo dos anos setenta com as comissões de justiça e paz, o Movimento Feminino pela Anistia e os Comitês Brasileiros pela Anistia que resistiam ao silenciamento, registrando, denunciando e buscando formas de solidariedade e defesa da vida dos perseguidos políticos, escrevendo a memória em forma de dossiês, relatos e biografias. Com a criação da Comissão Nacional da Verdade associações e comitês pela memória e verdade surgem revitalizando a luta pela verdade e justiça. Marcados pela dor, construímos como utopia a educação para que nunca mais se repita, desde que encaramos a experiência autoritária como parte da história do tempo presente.

O inventário da violência política no Brasil publicado e organizado pelo Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns (2014) em “Brasil Nunca Mais” formulado durante os anos de vigência do Ato Institucional nº5 (1968-1985) foi o resultado da solidariedade ativa em defesa da vida, organizando depoimentos, forjando dossiês e denúncias que não deixassem a política do esquecimento apagar da memória dos brasileiros. Ainda por iniciativa de Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, que no período histórico era arcebispo de São Paulo, cria a Comissão de Justiça e Paz de São Paulo. A comissão tornou-se símbolo de resistência contra o autoritarismo e a violação dos direitos humanos pela ditadura militar, dando amparo a perseguidos políticos e seus familiares. Segundo Dom Paulo

(Memorial da Democracia, 2015), o grupo “nasceu em tempos terríveis e por causa desses tempos terríveis. Sobreviveu e cresceu pela invenção contínua da coragem e da fé – fundamento do que se espera, certeza do que não se vê”. A comissão teve entre seus fundadores Dalmo de Abreu Dallari, advogado e professor de direito; Mário de Passos Simas, advogado; Margarida Genevois, socióloga; Fábio Konder Comparato, advogado e professor de direito; Waldemar Rossi, operário; Hélio Pereira Bicudo, procurador de Justiça; Íris Andrade Ariê, dona de casa; Cândido Procópio Ferreira de Camargo, sociólogo; Tereza Brandão Machado, professora; e José Gregori, advogado. (FGV, 2009)

A Educação para Nunca Mais, emerge de sujeitos coletivos, com o objetivo de manter alerta a sociedade, para que ninguém se esqueça e saiba resistir as formas atuais de autoritarismo. Tratar desse tema de pesquisa significa um resgate da história coletiva, familiar e do espaço rural onde o camponês luta para ser ele mesmo.

Ao se afirmar que o espaço agrário tem sido historicamente, do ponto de vista do trabalhador, um espaço de exploração, não se nega que as condições de vida no campo não se negam que as condições de vida no campo não tenham experimentado mutações. Com efeito, as formas de exploração têm sofrido alterações ao longo do tempo, à medida que o espaço agrário evolui e se reestrutura. (MOREIRA; TARGINO, 1997, p.19)

A temática da educação para nunca mais tem se constituído num desafio para os familiares (protagonistas da luta pela anistia), militantes de associações e sindicatos rurais, movimentos de trabalhadores rurais e pesquisadores e extensionistas de várias áreas do conhecimento, como de historiadores, filósofos, advogados, sociólogos, geógrafos, psicólogos sociais e pedagogos.

Organizações de Defesa dos Direitos Humanos e Movimentos de Memória e Verdade (Movimento Feminino pela Anistia, Comissões de Justiça e Paz; Centros de Defesa de Direitos Humanos; Grupos Tortura Nunca Mais, Comissão Nacional da Verdade; Comissões Estaduais da Verdade, entre outras) oportunizaram espaços de escuta para que vozes silenciadas por vários anos pudessem ser ouvidas, registradas, amparadas e apoiadas para que os grupos e pessoas perseguidas registrassem denúncias que arquivadas compuseram parte relevante da memória do autoritarismo no Brasil. De qualquer forma, essa reflexão nos oferece a possibilidade de compreender como as memórias pessoais e coletivas são construídas, desconstruídas e como podem também ser reconstruídas.

Os arquivos, por meio dos seus conjuntos documentais, possibilitam conhecer o passado e são fundamentais para determinar, no presente as responsabilidades pelos crimes e injustiças cometidas. Dessa forma, esses documentos devem ser reconhecidos como um bem público que, diretamente, contribui para a escrita da história, e salvaguarda do patrimônio documental da nação e para a promoção do direito à memória e à verdade. (MULLER, p. 8, 2014)

É no sentido da construção, desconstrução e reconstrução, que a América Latina tem sido um celeiro de experiências de educação para nunca mais através de organizações em rede, a exemplo do Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe (CEAAL), da *Rede Latino-americana e Caribenha em Educação em Direitos Humanos (RedLaCedh)* e da *Rede Latino-americana e do Caribe de Sítios de Memória (RESLAC)* com quem estabelecerei contatos acadêmicos.

Nessa direção, no trabalho dialogaremos com pesquisadores do campo da educação em direitos humanos, como Ana Maria Rodino (2019), Maria Luísa Ortiz Rojas (2020) e equipes de investigadores dos sítios de memória, a exemplo da RESLAC (s/d), do Memória Aberta (2011), do Museu da Memória e dos Direitos Humanos do Chile (s/d) e o Museu da Resistencia de São Paulo e do Instituto Herzog, onde desenvolvem ações de educação para nunca mais com escolas e aberto a sociedade.

Nesse aspecto, o direito à informação, como um direito humano fundamental, é pré-condição para se quebrar o círculo vicioso que coloca vítimas e algozes no mesmo patamar. É nesse contexto de luta por um conhecimento crítico e emancipatório que emergem as iniciativas de criação de sítios de memória política para coletar, preservar e disseminar informações para conhecimento público. Essas iniciativas são altamente relevantes para se fazer cumprir uma das dimensões fundamentais da Justiça de transição, qual seja a de fornecer a verdade, construir a memória (TEITEL, 2000), buscar direitos, pertencimento e reconhecimento (THIESEN, 2011).

Atualmente a RESLAC congrega 45 instituições de 12 países (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, Guatemala, Haiti, México, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai), que por sua vez fazem parte da Coalizão Internacional de Sites de Consciência²², uma instituição composta por sete redes regionais no mundo: África;

²² Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência é a única rede mundial dedicada à transformação dos lugares que preservam o passado em espaços dinâmicos que promovam a ação cívica das lutas atuais pelos direitos humanos e por justiça. Link de acesso: <https://www.sitesofconscience.org> .

Ásia; Europa; América Latina e Caribe; América do Norte; Oriente Médio e Norte da África; e Rússia.

Quadro 4 - Rede Latino-Americana e do Caribe de Sítios de Memória

| PAÍSES | SITIOS DE MEMÓRIA | LINK DE ACESSO |
|---------------------------------------|---|---|
| Argentina | Espacio Memoria y Derechos Humanos. | http://www.espaciomemoria.ar |
| | Comisión Provincial de La Memoria de Córdoba. | http://www.apm.gov.ar/ |
| | Memoria Abierta. | http://memoriaabierta.org.ar/wp/ |
| | Centro Cultural por la Memoria de Trelew. | https://www.facebook.com/CCxMTw/ |
| | Museo de La Memoria | http://www.museodelamemoria.gob.ar/ |
| | Parque de La Memoria | http://parquedelamemoria.org.ar/ |
| Bolivia | Asociación de Familiares de Detenidos, Desaparecidos y Mártires por la Liberación Nacional de Bolivia – ASOFAMD | http://asofamd.blogspot.com/ |
| | Desaparecidos: 60/80 | https://www.facebook.com/desaparecidos6080/ |
| | Red de Artistas por la Memoria Histórica | https://www.facebook.com/reddeartistasporlamemoria/ |
| Brasil | Arquivo Edgard Leuenroth. | https://www.ael.ifch.unicamp.br/ |
| | Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro. | http://www.cpvsp.org.br/index.php |
| | Centro de Documentação e Memória da UNESP - CEDEM | https://www.cedem.unesp.br/ |
| | Centro de Documentação e Informação Científica – CEDIC | https://www.pucsp.br/cedic |
| | Núcleo Memória | https://www.nucleomemoria.com.br |
| | Instituto Vladimir Herzog | https://vladimirherzog.org |
| | Memorial da Resistência de São Paulo | http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/ |
| Memorial das Ligas e Lutas Camponesas | http://www.ligascamponesas.org.br/# | |
| Chile | Memória Viva | http://www.memoriaviva.com |

| | | |
|-------------|---|---|
| | <p>Corporación 3 y 4 Álamos Un Parque por la Paz y La Memoria con el sitio de memoria</p> <p>Fundación Mil Treientos Sesenta y Siete Casa Memoria José Domingo Cañas</p> <p>Memorial Paine “Um lugar para la memoria”</p> | <p>http://www.3y4alamos.cl/</p> <p>http://www.josedomingocanas.org</p> <p>http://www.memorialpaine.cl</p> |
| El Salvador | <p>Museo de la Palabra y la Imagen</p> <p>Comité nacional de El Salvador para la Memoria del Mundo.</p> <p>Red de Memoria Historica de El Salvador</p> <p>Biblioteca Nacional de El Salvador Francisco Gavidia.</p> | <p>http://museo.com.sv/en/</p> <p>www.facebook.com/Comité-nacional-de-El-Salvador-para-la-Memoria-del-Mundo-449173815442568/</p> <p>http://redmemoriahistoricaelsalvador.org.sv/lared.php</p> <p>www.facebook.com/bibliotecanacional.franciscogavidia</p> |
| Guatemala | <p>Archivo Histórico de la Policía Nacional (AHPN).</p> <p>Instituto Internacional de Aprendizaje para la Reconciliación Social.</p> <p>Memória Virtual Guatemala</p> <p>Memorial para la Concordia</p> | <p>http://www.archivohistoricopn.org/</p> <p>http://www.iiars.org/</p> <p>http://www.memoriavirtualguatemala.org/</p> <p>http://memorialparalaconcordia.org/</p> |
| Honduras | <p>Hemeroteca Nacional de Honduras “Ramón Rosa”.</p> | <p>http://hemerotecanacionalhn.blogspot.com/</p> |
| Nicarágua | <p>Museo Etnográfico de Monimbó.</p> <p>Museo de Tradiciones y Leyendas.</p> <p>Museo de Héros y Mártires no Ayuntamiento de Masaya.</p> | <p>http://www.inc.gob.ni/museos/</p> <p>http://www.inc.gob.ni/museos/</p> <p>http://www.inc.gob.ni/museos/</p> |
| Paraguay | <p>Dirección General de Verdad, Justicia y Reparación – Defensoría del Pueblo.</p> | <p>http://www.verdadyjusticia-dp.gov.py/</p> |
| Peru | <p>Movimiento Ciudadano Para Que No Se Repita.</p> <p>Espacios de Memoria em el Perú.</p> <p>Asociación Proyecto Amigo.</p> | <p>http://www.paraquenoserepita.org.pe/</p> <p>http://espaciosdememoria.pe/</p> <p>http://www.proyectoamigo.org/</p> |

| | | |
|----------------------|---|---|
| | <p>Paz y Esperanza</p> <p>Asociación Caminos de la Memoria – El Ojo Que Lloro.</p> <p>Lugar de la Memoria de la Región Junín.</p> | <p>http://www.pazyesperanza.org/pe/</p> <p>http://sitiosdememoria.org/es/institucion/a/sociacion-caminos-de-la-memoria/</p> <p>www.facebook.com/pages/category/Education/Lugar-de-la-Memoria-Junin-1505289463021745/</p> |
| República Dominicana | <p>Museo Memorial de la Resistencia Dominicana.</p> <p>Héroes del 30 de Mayo de 1961.</p> | <p>http://www.museodelaresistencia.com/</p> <p>www.facebook.com/Héroes-del-30-de-Mayo-de-1961-120791804629852/</p> |
| Uruguai | <p>Centro Cultural y Museo de la Memoria – MUME.</p> <p>Mães e Familiares de Presos Desaparecidos e da associação de ex-presos políticos do Uruguai (Crysol).</p> <p>Fundación Zelmar Michelini</p> | <p>http://mume.montevideo.gub.uy/</p> <p>http://crysol.blogspot.com/</p> <p>http://fzelmarmichelini.org/web/</p> |

Fonte: BEZERRA, Julyanna de O. 202.²³

As instituições que compõem a RESLAC, trabalham na recuperação e construção de memórias coletivas sobre as graves violações dos direitos humanos e da resistência que ocorreram na região no passado recente, em períodos terrorismo de Estado, conflitos armados internos e altos níveis de impunidade, além de promoverem ações e materiais educativos sobre educação para nunca mais com o objetivo de promover uma educação para a democracia que promova a resistência ao autoritarismo, a educação pela memória fortalecendo as lutas pelo direito à memória e à verdade pela não repetição.

A Educação para Nunca Mais tem sido um eixo da Educação em Direitos Humanos na América Latina e Brasil, criado a partir da luta pela memória e verdade e da instalação de sítios de memória pela sociedade civil e o poder público gestando ações de informação e formação em direitos humanos pelas comissões e comitês de verdade, ao mesmo tempo, através de ações de ensino, pesquisa e extensão na educação superior e de projetos educativos em escolas públicas.

²³ Levantamento realizado a partir das páginas da Rede Latino-americana e do Caribe de Sítios de Memória (RESLAC) e da Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência na Web.

No Brasil, as produções formuladas e editadas ao longo do processo de transição e democratização registradas no quadro anterior reflete que a Educação para Nunca Mais tem sido um processo educativo que surge na sociedade civil organizada, para em tempos de democracia, envolver ações de políticas de memória com a criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) em 1995, a Comissão de Anistia (2001), o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 em 2009 e a Comissão Nacional da Verdade (2011), como registramos no quadro em seguida.

Quadro 5 - Produção bibliográfica sobre Educação Para Nunca Mais (1969-2021)

| Ano | Publicação |
|------------|---|
| 1979 | ZERBINE, Therezinha Godoy. <i>Anistia sementes da liberdade</i> . São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1979. GABEIRA. Fernando. Carta Sobre a Anistia, A entrevista do Pasquim, Conversação Sobre 1968. Rio de Janeiro: Codecri, 1979. |
| 1983 | CJP. Tribunal tiradentes. <i>O julgamento da lei de segurança nacional</i> . São Paulo: Marco zero, 1983. |
| 1985 | ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. <i>Brasil: nunca mais</i> . Petrópolis: Vozes, 1985. |
| 1993 | NORA, Pierre. (1993). Entre memória e história – a problemática dos lugares. In: Projeto História . São Paulo, Dezembro 1993, N 10, p.7-28. |
| 1996 | CUYA, Esteban. <i>Las Comisiones de la Verdad en América Latina</i> . KO'AGA ROÑE'ETA et al., (1996) – Disponível em: www.derechos.org/koaga/iii/1/cuya.html |
| 2001 | BRASIL. <i>Resgate da memória da verdade: um direito histórico, um dever do Brasil</i> . Brasília: SEDH, 2001. |
| 2003 | LIMA, Samarone. <i>Clamor</i> . Rio de Janeiro: Objetiva, 2003. |
| 2005 | FESTER, Antônio Carlos. <i>Justiça e paz: Memórias da Comissão de São Paulo</i> . São Paulo: Loyola, 2005. |
| 2007 | SILVEIRA, Rosa Maria G ET.al (Orgs). <i>Educação em Direitos Humanos: fundamentos teóricos-metodológicos</i> . João Pessoa: Editora da Universidade da Paraíba, 2007. FORMAGGINI, Beth. <i>Memória para uso diário</i> . Rio de Janeiro: GTNM-RJ/ 4Ventos/União Europeia, 2007, 94' BRASIL. <i>Direito à memória e à Verdade. A ditadura no Brasil – 1964- 1985</i> . Brasília: SEDH, 2007. BRASIL. <i>Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos</i> . Brasília: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. |

| | |
|------|--|
| 2008 | BITTAR, Eduardo C.B; TOSI, Giuseppe (Orgs.). Democracia e educação em direitos humanos numa época de insegurança. João Pessoa: Editora da Universidade, 2008. |
| 2009 | BENEVIDES, Maria Victória M. <i>Fé na Luta</i> . São Paulo: Ed. Leterra, 2009. BRASIL. <i>Programa Nacional de Direitos Humanos 3</i> . Brasília: SEDH, 2009. ARAÚJO, Marcelo Mattos e BRUNO, Maria Cristina Oliveira. <i>Memorial da resistência de São Paulo</i> . São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009 |
| 2010 | BRASIL. <i>Comissões da verdade: estudos temáticos</i> . Brasília: Comissão de Anistia, 2010 BRASIL. Cartilha Informativa. Brasília: Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, 2010 SANTANDER, Carlos Ugo. (Org.) <i>Memoria e direitos humanos</i> . Brasília: LGE, 2010. FRANTZ, Daniela Et. al., 30 anos de luta pela anistia no Brasil: greve de fome de 1979. Brasília: Ministério da Justiça: Comissão de Anistia, 2010 SÁ, Fernando; MUNTEAL, Oswaldo e MARTINS, Paulo Emilio. Os advogados e a ditadura de 1964. A defesa dos perseguidos políticos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2010 |
| 2011 | REÁTEGUI, Félix (Org.) <i>Justiça de transição – manual para a América Latina</i> . Brasília: Comissão de Anistia MJ; Brasil & Nova Iorque: Centro Internacional de Justiça de Transição, 2011 |
| 2012 | MUNIZ, Iranice Gonçalves. Memorial das Ligas Camponesas – um resgate histórico na luta pela reforma agrária e pelos direitos humanos. Curitiba: <i>Anais do VII Encontro Anual da ANDHEP</i> , 23 a 25 de maio de 2012. Disponível em: http://www.andhep.org.br/anais/arquivos/VIIencontro/gt11-03.pdf COELHO, Maria José H. e ROTTA, Vera. Caravanas da anistia. O Brasil pede perdão. Brasília: MJ; Florianópolis: Comunicação, Estudos e Consultoria, 2012 |
| 2013 | TAVARES, Camilo. <i>O dia que durou 21 dias</i> . México: Pequí Filmes, 2013 BRASIL. <i>Livro dos votos da Comissão de Anistia: verdade e reparação aos perseguidos políticos no Brasil</i> . Brasília: Comissão da Verdade, 2013. |
| 2014 | COMPARATO, Bruno Konder. Memória e silêncio: a espoliação das lembranças. In: Lua Nova [online]. 2014, n.92, pp.145-176. ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Educar para nunca mais: memória e resistência camponesa em Mari, PB, Brasil. In: <i>Revista Interdisciplinar em Direitos Humanos</i> . Bauru-SP: Observatório da Educação em Direitos Humanos da UNESP. jul./dez. 2014, v. 2, n. 3, p. 113-130 |

| | |
|------|--|
| | <p>SÃO PAULO. <i>Infância Roubada</i>. Crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo : ALESP, 2014.</p> <p>GALLO, Carlos Artur. Comissões da Verdade em Perspectiva comparada: Notas sobre a experiência Uruguaia, Chilena e Argentina. Albuquerque: <i>Revista de História</i>, Campo Grande, MS, v. 6 n. 11 p. 17-34, jan./jun. 2014. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/download/4059/3242</p> <p>RUIZ, Castor Bartolomé. Mimese, memória e violência: aberturas críticas para uma cultura dos direitos humanos. In: RODINO, Ana Maria et al. <i>Cultura e educação em direitos humanos na América Latina</i>. João Pessoa: Editora UFPB, 2014, p.235-264.</p> |
| 2015 | <p>SACAVINO, Suzana. Pedagogía de la memoria y educación para el “nunca más” para la construcción de la democracia. In: FOLIOS, Segunda época • Número 41 • Primer semestre de 2015 • pp. 69-85. http://www.scielo.org.co/pdf/folios/n41/n41a05.pdf</p> <p>SEIXAS, Ivan Akselrud de; SOUZA, Silvana Aparecida. Comissão Nacional da Verdade e a rede de comissões estaduais, municipais e setoriais: a trajetória do Brasil. <i>Revista Estudos de Sociologia</i>, v. 10, n. 39, 2015. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/7895</p> |
| 2016 | <p>FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; MELO, Vilma de Lurdes Barbosa e (2016). <i>Direito à memória e à verdade. Saberes e práticas docentes</i>. João Pessoa: Editora CCTA, 2016.</p> <p>RUIZ, Castor M.M. Bartolomé e VIOLA, Solon (org.) <i>Testemunhas de uma barbárie</i>. Uma perspectiva do estado de exceção, Brasil 1964-988. São Leopoldo: Casa Leiria, 2016, p. 188-189.</p> |
| 2017 | <p>GIOVANI, Paulo Giovanni Antonino Nunes, [et al.] (2017) <i>Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. Relatório final</i>. João Pessoa: A União, 2017.</p> |
| 2018 | <p>LEMONS, Renato Luís do Couto Neto. <i>Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)</i>. Rio de Janeiro: Consequência, 2018</p> |
| 2019 | <p>RODINO, Ana Maria. Como ensinar el pasado reciente el las transiciones. In: CALAÇA Et. Al., <i>Direitos humanos, políticas públicas e educação em e para os direitos humanos</i>. João Pessoa: CCTA, 2019.p. 203-219.</p> <p>BRITO, Ana Paula Ferreira de Et.Al., <i>Por uma política de sítios de memória na Paraíba</i>. In: CALAÇA Et. Al., <i>Direitos humanos, políticas públicas e educação em e para os direitos humanos</i>. João Pessoa: CCTA, 2019.p. 221-242.</p> <p>SANTOS, Luciana Teixeira dos Santos Et.al., <i>Memórias da educação de adultos pós-ditadura civil militar e direitos humanos: documentos legais e narrativas de participantes do Mobral</i>. In: CALAÇA Et. Al., <i>Direitos humanos, políticas</i></p> |

| | |
|------|---|
| | <p>públicas e educação em e para os direitos humanos. João Pessoa: CCTA, 2019.p. 155-170.</p> <p>SILVA, Rosa Carlos e. Ditadura, censura teatral e direitos humanos: Ruth Escobar, a voz da resistência. In: CALAÇA Et. Al., Direitos humanos, políticas públicas e educação em e para os direitos humanos. João Pessoa: CCTA, 2019.p. 171-186.</p> <p>FIGUEIREDO, Barbara Maria Dias Et.Al., Operação Tarântula! Caça às Travestis e aos homossexuais no Brasil durante a Ditadura Militar: Um comparativo com a atualidade!. In: CALAÇA Et. Al., Direitos humanos, políticas públicas e educação em e para os direitos humanos. João Pessoa: CCTA, 2019.p. 187-202.</p> |
| | <p>ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Educação em Direitos Humanos: uma proposta metodológica. In: PATO, Ana e ALCANTARA, Aureli Alves de. <i>Educação em Direitos Humanos – Memória e Cidadania</i>. Curso Intensivo. São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo. 2020. Disponível em: http://memorialdaresistencia.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Catalogo-Curso-Direitos-Humanos-2020.pdf</p> |
| 2021 | <p>ALCANTARA, Aureli Alves de. As Possibilidades e os Desafios da Educação em Direitos Humanos no Memorial da Resistência de São Paulo In: Giuseppe Tosi, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, Maria de Nazaré Tavares Zenaide. <i>40 anos da anistia no Brasil: lições de tempos de lutas e resistências: homenagem a Lelio Basso e Linda Bimbi</i>. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021, p. 435-462.</p> <p>ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GOMES, José Cleudo e BEZERRA, Jullyanna de Oliveira. Trilhas para Liberdade: Cartografia sobre a Anistia (1964-1979). In: Giuseppe Tosi, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, Maria de Nazaré Tavares Zenaide. <i>40 anos da anistia no Brasil: lições de tempos de lutas e resistências: homenagem a Lelio Basso e Linda Bimbi</i>. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021. P. 507-588.</p> <p>SOTTILLI, Rogério e VIVALTA, Lucas Paolo. Educação e Advocacy em Memória, Verdade e Justiça para Transformar a Cultura de Violência de Nosso País. In: Giuseppe Tosi, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, Maria de Nazaré Tavares Zenaide. <i>40 anos da anistia no Brasil: lições de tempos de lutas e resistências: homenagem a Lelio Basso e Linda Bimbi</i>. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021. P. 421-434.</p> <p>SILVA, Alessandra Santiago da. Educar, Contar e Brincar para Resistir: Relato de Experiência. In: Giuseppe Tosi, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, Maria de Nazaré Tavares Zenaide. <i>40 anos da anistia no Brasil: lições de tempos de lutas e resistências: homenagem a Lelio Basso e Linda Bimbi</i>. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021. P. 463-480</p> |

| | |
|--|--|
| | <p>MUNIZ, Iranice. Os 41 Anos da Lei de Anistia e a Família de Elizabeth Altina Teixeira . In: Giuseppe Tosi, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, Maria de Nazaré Tavares Zenaide. <i>40 anos da anistia no Brasil: lições de tempos de lutas e resistências: homenagem a Lelio Basso e Linda Bimbi</i>. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021. P. 481-503.</p> <p>CARBONARI, Paulo Cesar. PORQUE EDUCAR PARA O “NUNCA MAIS”. Elementos para a reflexão. Live da ReBEDH. In: Live Educar em Direitos Humanos para DITADURA NUNCA MAIS! 1 de abril de 2021 https://www.youtube.com/watch?v=tyvl50mw6ug&t=3s</p> <p>Núcleo de Preservação da Memória Política e REBRALUME de São Paulo. <u>Ciclo de Lives Conhecendo Lugares de Memória</u>. Projeto Marcas da Memória do Movimento de Justiça e Direitos Humanos – Jair Krischke. (2021) https://www.youtube.com/watch?v=J0isIshDHNw</p> |
|--|--|

Fontes: Sites de Sítios de Memória latino-americanos e nacionais, Site da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos e do NCDH-UFPB, 2021.

Inicialmente, são produções que resultam da ação de defesa dos perseguidos políticos, dos movimentos de resistência política a exemplo do movimento dos familiares de mortos e desaparecidos políticos e do movimento pela anistia, que junto com a Comissão de Justiça e Paz e outras entidades sociais cuidaram da memória dos perseguidos e presos políticos. Com a Lei nº 9.140 de 4 de dezembro de 1995 em que o Estado reconhece sua responsabilidade com a morte de opositores ao regime de 1964 instituindo a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) começam então a edição de publicações relevantes que registram os fatos encobertos pelo regime militar. Com a criação da Comissão de Anistia no âmbito do Ministério da Justiça em 2001 passos relevantes passam a serem promovidos, desde as Caravanas da Anistia, as edições de documentários e as publicações sobre Direito à Memória e à Verdade. Com o Programa Nacional de Direitos Humanos em 2009, ações educativas como Cinema pela Verdade e o apoio a publicações e eventos de memória e verdade levam a outras publicações e a produção de estudos e pesquisas no âmbito da pós-graduação no país, conforme comprova o quadro.

Na Paraíba, as iniciativas de **educação para Nunca Mais** têm sido gestadas pela Associação dos Anistiados Políticos da Paraíba criada em 2002 para mobilizar o direito à reparação dos perseguidos políticos, pela Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória da Paraíba (Sessão na Escola de Ensino Fundamental e Médio Monsenhor

Odilon Ribeiro Coutinho, em Sapé-PB, seminários e audiências públicas), além das atividades educativas promovidas pelo Comitê Paraibano Memória Verdade e Justiça criado em 2010 (50 anos da resistência de Mari-Pb), das ações de extensão do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB (Programa de Extensão Memória, Justiça e Direitos Humanos, edital SECADI-MEC – PROEXT) e das ações educativas realizadas pelo Memorial das Ligas Camponesas (Comemorações anuais no dia de morte de João Pedro Teixeira em 2 de abril), além de cursos e seminários envolvendo educadores, movimentos sociais estudantes da rede básica e universitária, dentre outros (PARAÍBA, 2017; ZENAIDE, 2014; FERREIRA et al., 2016).

No PPGE, estudos e pesquisas tem registrado o tema da memória do autoritarismo na linha da educação popular, com destaque a produção do prof. Afonso Celso Scocuglia que tem investigado como o autoritarismo afetou experiências de Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos como a Campanha de Alfabetização de Jovens e Adultos (CEPLAR), o Centro Popular de Cultura (CPC) e o movimento das Ligas Camponesas. A produção do educador tem contribuído para escrever uma cartografia das perseguições de docentes e discentes na UFPB a partir dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) (SCOCUGLIA, 2009; 2013; 2015).

2.3 Educação popular e memória na Pós-graduação em Educação da Região Nordeste: o estado do conhecimento

Nesta seção, apresentamos o estado do conhecimento sobre a Educação Popular e Memória. Nesse entendimento, estruturamos o tópico em dois momentos que se articulam com a finalidade de contribuir na construção das categorias teóricas da Tese.

O conhecimento acerca do campo científico de uma área de estudo é complexo e vem se constituindo um desafio em tempos de expansão da produção científica em diversificadas plataformas e tipos de documentos. O Estado do Conhecimento, aqui compreendido como busca e análise da produção científica em teses/dissertações e artigos, é uma forma de qualificar essa construção analítica com a finalidade de subsidiar pesquisas em um determinado tempo, espaço e área de pesquisa. ((BACHELARD, 1972)

Uma das preocupações que embalam o trabalho de doutoramento refere-se às contribuições que a investigação apresenta à comunidade acadêmica. Sabemos que a Tese preenche uma função social: a de avançar no conhecimento de certo assunto. Acreditamos

que qualquer que seja o tipo de estudo desenvolvido, sempre adicionará algo ao “estoque” de conhecimentos existentes sobre o tema (FREITAS, 2006).

A mais modesta Tese “representa mais uma contribuição ao saber, seja pela inédita perspectiva que explora, seja pelo novo olhar que lança sobre uma bibliografia clássica”. Ela significa mais uma oportunidade de evolução do conhecimento e da humanidade (FREITAS, 2006, p. 216). Relevando esse entendimento e tendo traçado o problema da investigação e seus objetivos, desenvolvemos um estudo inicial com a temática da Tese em duas perspectivas: na primeira, nos referimos ao Estado do Conhecimento sobre a pesquisa em Educação Popular na Região Nordeste e, na segunda, construímos o Estado da Questão antevendo as produções que contribuem diretamente com a Educação para Nunca Mais.

Pensamos que o trabalho de Tese por mais delineado que seja, por vezes, adentra em inúmeros estudos e sessões de busca pelo saber, a fim de demarcar o conhecimento existente desenvolvido e clarificar sua contribuição acadêmica e social para o campo de conhecimento vinculado à investigação. Não há pesquisa, no dizer de Therrien e Nóbrega-Therrien (2010), que siga uma única linha de produção do conhecimento.

Quando considerada a pesquisa científica nas ciências sociais e humanas, cabe destacar que estas envolvem o estudo minucioso do fenômeno da vida em sociedade, e isto permite, também, avançarmos enquanto sociedade e enquanto humanidade. Uma vez que o objetivo da pesquisa científica é criado pelo pesquisador a partir da experiência, mas deve romper com o senso comum para tornar a experiência em objeto científico (BACHELARD, 1972).

No estudo denominado de “Estado do Conhecimento”, buscamos produções científicas na pesquisa em Educação da Região Nordeste acerca da Educação da Educação Popular considerando o entendimento das temáticas investigadas, o processo evolutivo das produções, os contextos acadêmicos em que as investigações se desenvolveram acerca dessa modalidade educacional do País.

Informamos, antes de iniciar esse trajeto de explanação, que nos reportamos à literatura educacional galgando a sua compreensão, o qual é referendado por Ferreira (2002, p. 258), como “um estudo que mapeia e discute uma certa produção acadêmica em determinado campo do conhecimento, utilizando predominantemente fontes de consulta disponíveis na forma de resumos ou catálogos”.

Em outras palavras, inferimos que o “Estado do Conhecimento²⁴” potencializa a pesquisa à medida que dá condições ao pesquisador de desenvolver uma leitura abrangente e ainda particular do objeto investigado em uma área científica (FERREIRA, 2002; THERRIEN; NÓBREGATHERRIEN, 2010; SAMPIERE; CALLADO; LÚCIO, 2013). É com base nessa alusão que nos encaminhamos a esse procedimento no trabalho de doutoramento.

O EC é um tipo de pesquisa bibliográfica, baseada, principalmente, em teses, dissertações e artigos científicos, pois neste rol de pesquisas é possível conhecer o que está sendo pesquisado em nível de pós-graduação *stricto sensu* de determinada área, sobre determinado tema. De acordo com Morosini e Fernandes (2014, p. 102) o Estado do Conhecimento se refere a “identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo”. Em síntese, o estado de conhecimento nos auxilia a compreendermos o campo (Bourdieu, 2004) de uma determinada área de conhecimento.

Sendo o Estado do Conhecimento um tipo de metodologia bibliográfica, este está sendo cada vez mais utilizado para analisar e estabelecer o estado corrente das pesquisas em determinada área do conhecimento. Em educação, percebe-se, ao longo dos últimos anos, a incidência de pesquisas do tipo Estado do Conhecimento, não somente para integrar os textos de teses e dissertações, mas também como iniciativas de grupos de pesquisa, escrita de artigos científicos, dentre outras.

No Estado da Questão, o tempo é referência; contudo, a delimitação do conhecimento existente e sua relação com o objeto de pesquisa do investigador, como salientado, são cernes elementos na investigação. Configura, portanto, para o entendimento do objeto de estudo e da posição do investigador na elaboração da tese, da concepção de Ciência e da contribuição epistêmica da mesma no campo em que atua (THERRIEN; NÓBREGATHERRIEN, 2010).

Em seguida, internalizando esses conceitos, denotamos a construção do Estado do Conhecimento sobre a pesquisa em Educação Popular, na esteira do objeto de pesquisa da Tese.

²⁴ Para Ferreira (2002, p. 258) o “Estado do Conhecimento” é reconhecido no campo acadêmico por realizar “uma metodologia de investigação de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca estudar, à luz de categorias que se caracterizam enquanto tais em cada produção e no conjunto delas, sob as quais o fenômeno passa a ser analisado”.

2.4 A memória evocada e compartilhada com os camponeses

A construção da memória coletiva das Ligas Camponesas tem sido um processo conquistado coletivamente pelos diferentes sujeitos sociais que têm pautado no Brasil e na Paraíba, o tema da memória e da verdade. E foi a partir do aprofundamento da leitura do livro João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas – deixemos o povo falar, de Antônia Maria Van Ham, Alder Júlio Ferreira Callado, Arivaldo J. Sezyshta; Gabriele Giacomelli e Gláucia Maria de Luna Ieno em 2006; que a memória familiar rural foi ativada e desta forma fortaleceu o olhar interrogador da pesquisadora e educadora no campo dos direitos humanos. O texto em tela buscou contribuir com a historiografia referente às Ligas Camponesas da Paraíba, sobretudo ao resgatar essa história através da memória e história oral, a partir da relação do Memorial das Ligas Camponesas e a Educação para Nunca Mais, preservando e colocando em diálogo com as escolas no espaço social da região de Sapé. Trata-se de uma memória durante tempo significativo impedida de ser enunciada em face do autoritarismo que se instalou no país em 1964. Dialogar com o passado e o presente, as vozes silenciadas no passado, auxiliando a sociedade a conscientizar-se e prevenir-se de traumas semelhantes. Nesse sentido, o potencial pedagógico desse espaço de memória se amplia, evidenciando que ações de violência, tortura em cárcere e extermínio não podiam ser praticadas no passado, e nem podem acontecer no presente e nem tão pouco no futuro.

Uma forma de desconstrução do silenciamento encampada de forma coletiva foi a decisão em construir um espaço-educativo de encontro e memória política protagonizado pelo Memorial das Ligas Camponesas localizado no município de Sapé-PB. O processo de educação que pretende atuar com vista a memória política coletiva com o objetivo da não repetição, para Nunca Mais pode ser uma forma de ligação entre a memória daquele que foi submetido ao uso extremo da força com os ouvintes, que ao escutar uma enunciação da dor do outro se identifica como própria, partilhando e solidarizando-se com outras histórias de vida, realizando um processo de reparação social. Percorremos um caminho onde, a partir da não intencionalidade do acontecimento, se funda a significação da memória pela compreensão do acontecimento que nos rompe eticamente.

Educar com esse objetivo se constitui em desafio tanto na educação formal, junto aos(às) educadores(as) da educação básica, como na educação não formal, realizada pelos defensores de direitos humanos nos sindicatos, nos movimentos sociais, nos grupos comunitários, com suas inúmeras formas de ação educativa e culturais levadas a efeito. (FERREIRA, ZENAIDE E MELO, 2016, p.16)

O tema da história recente do autoritarismo muitas vezes encontra-se retirado da memória coletiva do espaço escolar. A violência extrema ao desnudar os corpos, as famílias e a vida coletiva, mobiliza o medo e a dor como meios de controle. Por isso os sítios de memória podem exercer um papel relevante para retirar o manto do esquecimento e da vitimização daqueles que tiveram seus familiares mortos, desaparecidos, presos e torturados. Quando foi criado o memorial das Ligas Camponesas na sede da casa do líder João Pedro Teixeira setores educacionais como universidades, escolas públicas, intelectuais e lideranças camponesas se articularam, reuniram amigos e acervos, cavaram rastros de história autoritária, mobilizaram governos a reconhecer a moradia de João Pedro e Elizabeth Teixeira como um lugar de recordação e de luta no presente, criando um conjunto de ações voltadas para a educação para nunca mais e a educação popular para diferentes públicos, como, o trabalhador rural, os estudantes de diferentes níveis e modalidades de ensino e o público em geral.

Foi ao longo dos anos de quarenta e cinco e sessenta, que segundo Gohn (1997) os trabalhadores rurais avançaram na organização social a partir de ligas, sindicatos, federações e confederações, promovendo congressos e encontros locais, regionais e nacionais. Ao falarmos das Ligas Camponesas de Sapé-PB, necessitamos de parâmetros de tempo e território, onde foi palco da história social, lugar onde a economia agroexportadora teve centralidade na produção da cana-de-açúcar a partir do trabalho escravo no período colonial, onde foi forjado a criação do camponês²⁵, noutras palavras, o campo é o espaço de vida do camponês, é o espaço geográfico social transformado e produzido pelos sujeitos. (SOUZA, 2016)

Falar desse movimento social significa entender o espaço a partir dos ecos da memória das lutas e movimentos sociais (guerra dos bárbaros e outras resistências indígenas, quebra-quilos e ronco da abelha, lugar de quilombos, dentre outros) (GOHN, 1995), em outras palavras, compreender a estrutura e a história da concentração da terra

²⁵ Território camponês é uma unidade de produção familiar e local de residência da família, que muitas vezes pode ser constituída de mais de uma família. Esse território é predominantemente agropecuário, e contribui com a maior parte da produção de alimentos saudáveis, consumidos principalmente pelas populações urbanas. (FERNANDES, 2012, p. 744)

em territórios de resistências é de fundamental importância para entendermos a sua existência, mesmo que estejam sendo destruídos pela expansão capitalista, mas manter a memória desse espaço é importante para manter vivo o território, no qual o camponês luta para ser ele mesmo.

Concordamos com Oliveira, M. (2013) quando expõe que para dialogarmos sobre a Educação Popular no âmbito científico é necessário, antes de tudo, partirmos de três questões básicas: o que é? Como ela é? Para quem serve? Questões que podem ser respondidas nas palavras de Brandão (1984), quando ele nos ajuda a compreender o motivo de ser da Educação Popular, é o reconectar da educação com o mundo, o contexto social e cultural onde os sujeitos concretamente existem. Assim, é possível entender que estudar a Educação Popular envolve o desafio de transformar nossa própria visão do ato de educar e ser educado(a), assim entendemos que pensar em Educação Popular é reconstruir o próprio sentido da educação.

Em outra dimensão, concebemos a Educação Popular nesta tese como aquela inserida dentro de um movimento nacional de educação que tem como atores principais os trabalhadores do campo e o conjunto de organizações formadas pelos sujeitos do campo – movimentos sociais, entre outros. (CALDART, 2004)

Adotando como parâmetro essa afirmação, construímos o Estado do Conhecimento sobre a produção na Pós-Graduação em Educação da Região Nordeste acerca da Educação Popular. Para tanto, utilizamos para análise as teses e as dissertações produzidas e publicadas em 38 Programas de Pós-Graduação em Educação do contorno geográfico aludido²⁶, circunscrevendo como marco temporal o período de 1977 a 2020, tendo como respaldo o ano em o Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba foi criado, sendo dominado como mestrado em Educação de Jovens e Adultos.

²⁶ A Região Nordeste tem o total de 42 Cursos de Pós-Graduação em Educação cadastrados na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES no instante em que levantamos essas informações – ano de 2020 –, porém, desse valor há 38 cursos reconhecidos. Os demais se encontram em fase de reconhecimento, aguardando a homologação do Conselho Nacional de Educação - CNE. No estudo, nos reportamos aos Cursos reconhecidos e destacados no site da CAPES, no total de 38 Programas de Pós-Graduação em Educação.

Quadro 6 - Programas de Pós-Graduação do Nordeste

| PROGRAMA | INSTITUIÇÃO DE ENSINO | ÁREA DE AVALIAÇÃO | ÁREA BÁSICA | MODALIDADE |
|--|------------------------------|--------------------------|--------------------------|-------------------|
| Formação Docente em Práticas Educativas | UFMA | Educação | Educação | Profissional |
| Currículo, Linguagens e Inovações Pedagógicas. | UFBA | Educação | Educação | Profissional |
| Educação | UFBA | Educação | Educação | Acadêmico |
| Educação | UEMA | Educação | Educação | Profissional |
| Educação | URCA | Educação | Educação | Profissional |
| Educação | UFCG | Educação | Educação | Acadêmico |
| Educação | UECE | Educação | Educação | Acadêmico |
| Educação | UEFS | Educação | Educação | Acadêmico |
| Educação | UFAL | Educação | Educação | Acadêmico |
| Educação | UFMA | Educação | Educação | Acadêmico |
| Educação | UFPB CAMPUS I | Educação | Educação De Adultos | Acadêmico |
| Educação | UFPE | Educação | Planejamento Educacional | Acadêmico |
| Educação | UFC | Educação | Educação | Acadêmico |
| Educação | FUFSE | Educação | Educação | Acadêmico |
| Educação | UFRN | Educação | Educação | Acadêmico |
| Educação | FUFPI | Educação | Educação | Acadêmico |
| Educação | UNIT-SE | Educação | Educação | Acadêmico |
| Educação | UESB | Educação | Educação | Acadêmico |
| Educação | UPE | Educação | Educação | Profissional |
| Educação | UERN | Educação | Educação | Acadêmico |
| Educação Contemporânea | UFPE | Educação | Educação | Acadêmico |
| Educação, Culturas e Identidades | UFRPE | Educação | Educação | Acadêmico |
| Educação, Culturas e Identidades | FJN | Educação | Educação | Acadêmico |
| Educação de Jovens e Adultos | UNEB | Educação | Educação De Adultos | Profissional |
| Educação do Campo | UFRB | Educação | Educação Rural | Profissional |
| Educação e Contemporaneidade | UNEB | Educação | Educação | Acadêmico |
| Educação e Diversidade | UNEB | Educação | Educação | Profissional |
| Educação e Ensino | UECE | Educação | Educação | Acadêmico |

| | | | | |
|---|------------------|----------|------------------------|--------------|
| Educação Especial | UFRN | Educação | Educação Especial | Profissional |
| Educação Inclusiva | UEMA | Educação | Educação | Profissional |
| Educação Profissional | IFRN | Educação | Educação | Acadêmico |
| Formação de Professores | UEPB | Educação | Educação | Profissional |
| Formação de Professores da Educação Básica | UESC | Educação | Educação | Profissional |
| Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares | UPE | Educação | Educação | Profissional |
| Gestão de Ensino da Educação Básica | UFMA | Educação | Educação | Profissional |
| Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação | UNEB | Educação | Educação | Profissional |
| Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior | UFPB CAMPUS I | Educação | Educação | Profissional |
| Tecnologia e Gestão em Educação a Distância | UFRPE | Educação | Tecnologia Educacional | Profissional |

Fonte: Quadro construído a partir de informações obtidas através da Plataforma Sucupira.
<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/listaPrograma.jsf>

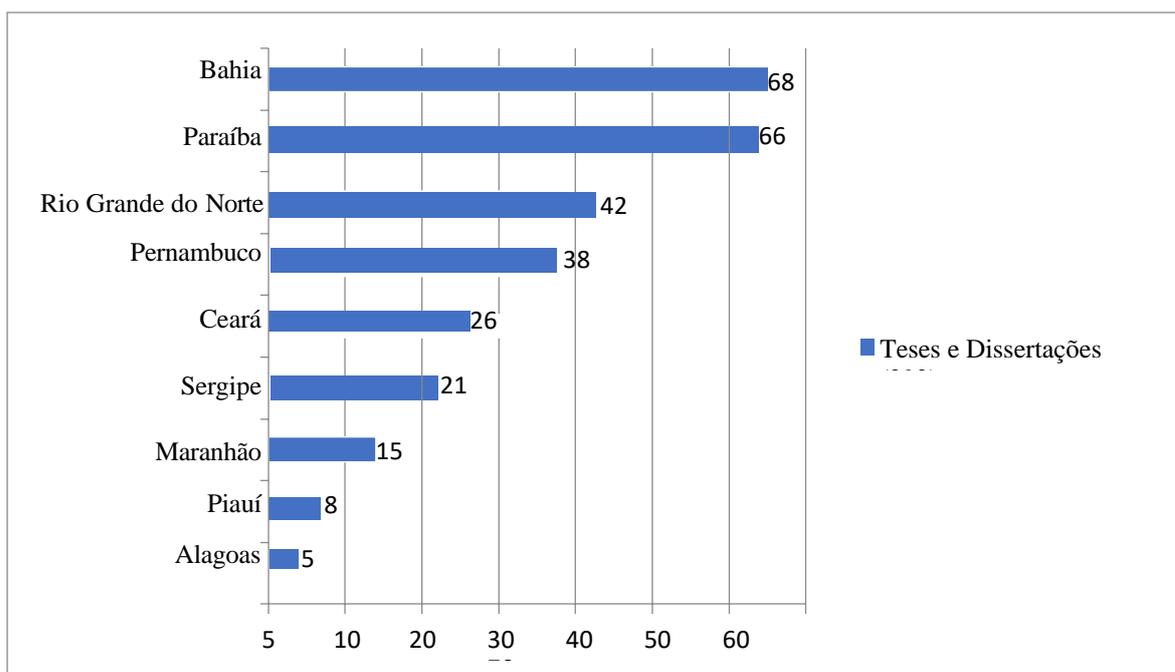
Nesse movimento investigativo, analisamos 292 trabalhos, entre teses e dissertações, concernentes à Educação Popular, dando ênfase a sua produção no campo da pesquisa em Educação²⁷. É notório que há um número representativo de trabalhos desenvolvidos nos Estados da Bahia, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de Pernambuco. Podemos concluir que os três Estados somam mais de 70% da produção acadêmica acerca da Educação Popular na Pós-Graduação em Educação da Região Nordeste.

Medeiros e Dias (2015) consideram que o quantitativo de trabalhos existentes

²⁷ Os trabalhos foram selecionados pelo descritor “Educação Popular”, no título ou subtítulo da investigação. Após a seleção das produções fizemos as leituras dos resumos dos textos e em seguida organizamos os dados. Vale ressaltar que no contexto das produções, encontramos documentos que não elucidaram o termo, todavia, por apresentarem nomações que se inter-relacionam ao enredo léxico da Educação Popular, consideramos para exame

nos Estados descritos é explicado pelas áreas de concentração, pelos núcleos e as linhas de investigação dos Programas de Pós-Graduação em Educação dos Estados, os quais tematizam a Educação Popular ou temas que se aproximam das discussões: educação do/no campo, movimentos sociais educação no semiárido, entre outros.

Gráfico 1 - Distribuição das Teses e Dissertações por Estado da Região Nordeste sobre a Educação Popular



Fonte: Dados adaptados do Portal Capes (2020) e de Medeiros & Dias (2019).

Quando as produções são distribuídas, arrolamos que o Estado da Bahia possui um volume superior de dissertações – 45 –, acompanhadas de 23 teses em relação aos demais espaços. O Estado da Paraíba se destaca apresentando 21 teses e 44 dissertações. O Estado do Rio Grande do Norte se concentra no estudo com 14 teses e 31 dissertações. E no estado de Pernambuco indentificamos 16 teses e 22 dissertações.

Observamos depois da pesquisa realizada, que a falta de trabalhos que referencie a Educação Popular, ainda é insuficiente e acreditamos que o desinteresse pela temática nesse campo científico desses Estados, se dá ainda pela (pouca) atuação dos movimentos sociais, no caso da nossa pesquisa, o movimento do campo nesse contingente. Os Estados que apresentam uma atuação efervescente dos movimentos sociais do campo, tais como Paraíba, Bahia, Rio Grande do Norte e Pernambuco, territórios de luta e resistência, há um número expressivo de produções.

Os movimentos sociais do campo ao cobrarem do poder público o direito à

cidadania e a consolidação de seus direitos básicos de cidadão, entrando nesse mote à educação das populações rurais, clamam a atenção de outras instâncias no sentido de que o campo e seus povos estão também em movimento (DAMASCENO; BESERRA, 2004; ARROYO; CALDART; MOLINA, 2011; MOLINA; HAGE, 2015; MEDEIROS; DIAS, 2015).

É claro que somente a ausência da atuação dos movimentos sociais do campo não justifica a inóxia de estudos. Há particularidades locais em cada espaço para se considerar: a formação e o perfil dos pesquisadores dos cursos, a criação recente de alguns Programas de Pós-Graduação em Educação, como é o caso dos Programas de Pós-Graduação em Educação das Universidades Federais de Alagoas e do Piauí, que apenas em 2011 implantaram o Curso na modalidade de Doutorado, e sua localização que dificulta a presença de estudantes advindos de localidades interioranas, realçando o número de discentes de contextos metropolitanos, os quais se interessam por investigações condizentes ao seu meio social. (MEDEIROS, 2019)

É com essa preocupação de evidenciar o que se produz na pesquisa sobre a Educação Popular que também observamos as temáticas investigadas nos trabalhos. Para facilitar a compreensão da realidade encontrada organizamos os dados em 07 grupos temáticos. Cada grupo temático perfaz um quantitativo mínimo de 5% de toda a produção.

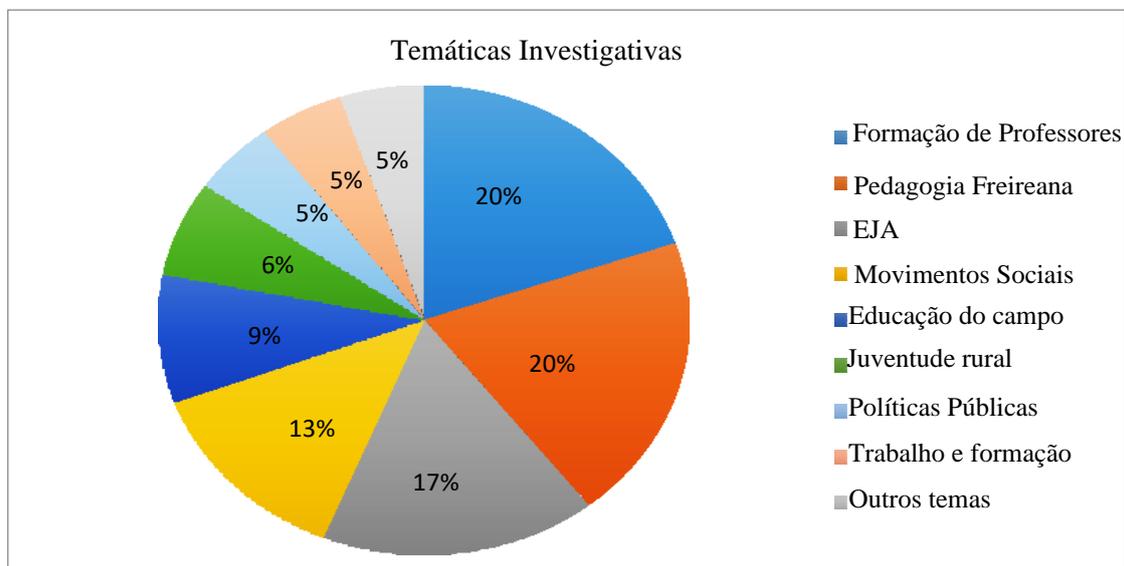
A seguir, apresentamos em detalhes as temáticas investigativas no conjunto das produções científicas sobre a Educação Popular na Pós-Graduação em Educação relativo a Região Nordeste no período de 1977-2020. Tivemos o cuidado de não desconsiderar o real situado nas investigações. As produções foram, de maneira fiel, agrupadas de acordo com a temática que permeia no centro da pesquisa.

Os temas mais enfatizados pelos pesquisadores no campo de pesquisa da Educação do Campo são a formação de professores - 20%, a Pedagogia Freireana - 20%, esses temas aparecem em mais de 40% das investigações. Em sucessão, estão os trabalhos que abordam a Educação de Jovens e Adultos os - 17% , os Movimentos Sociais - 13%, a Educação do Campo - 9%, a Juventude rural - 6% e as Políticas Públicas - 5%.

Organizamos um grupo temático nominado de Outros temas - 5%, por este englobar temáticas investigativas que não alcançaram o percentual de 5% da produção científica acerca da Educação Popular. Conforme a trajetória investigativa nesse instante do texto de doutoramento, faz-se necessário considerar alguns elementos reflexivos dos achados. Longe de afirmarmos que os trabalhos totalizam a produção do conhecimento sobre a Educação Popular na Região Nordeste, pois consideramos que há outras áreas de

conhecimento que vêm contribuindo na propagação de pesquisas, como a História, a Sociologia, com os estudos no campo da Sociologia Rural, Extensão Rural, entre outras.²⁸

Gráfico 2 - Temáticas investigativas nas pesquisas sobre a Educação Popular na Pós-graduação em Educação da Região Nordeste (1977 – 2020)



Fonte: Dados adaptados de Medeiros (2019).

Como reflexão principal extraída do Estado do Conhecimento apresentado, pensamos que a Educação Popular tem se exercido enquanto um novo espaço de produção de saberes. Partindo da expansão das produções, que povoam a totalidade de cursos na Região Nordeste, para a evolução do quantitativo de investigações, acreditamos que há nesse vultoso número de estudos, uma diversidade nas temáticas investigativas que circunscrevem os problemas, os anseios, as dificuldades, os êxitos e, acima disso, as conquistas quanto à Educação Popular.

E parte desse conhecimento um esforço nosso de pensar o movimento das Ligas Camponesas a partir de uma visão crítica-dialética, para isso dialogaremos de forma interdisciplinar com alguns pesquisadores locais (JULIAO, 1962 e 2013; ÂUED, 1981; BENEVIDES, 1985; BANDEIRA, MIELE e SILVEIRA, 1997; LEMOS, 1996; ROCHA, 2016; COELHO, 2004; TARGINO e MOREIRA, 2011, HAM, CALADO, SEZYSHTA, GIACOMELLI e IENO, 2006; MUNIZ, 2020; dentre outros) e nacionais

²⁸ Escrevemos que nem todos os trabalhos inventariados se referem à Educação Popular na Região Nordeste, uma vez que alguns pesquisadores desenvolveram investigações sobre seus contextos de trabalho e de vida, espaços nem sempre demarcados no território nordestino. Como é comum os programas de pós-graduação.

(IANNI, 1979, 1984; MARTINS, 1980, 1981, 1984, 1996; AZEVEDO, 1982; BASTOS, 1984, VIANA, 2013, GONH, 1995; 1997, STÉDILE, 1997, 2005, 2012; dentre outros).

Desde 2013, com a criação da Comissão Camponesa da Verdade estudos em nível nacional têm sido promovidos e realizados para discernir o processo de repressão no campo após a instalação do golpe de estado em 1964, tendo a criminalização das associações camponesas na luta pela terra com prisões e desaparecimentos de suas lideranças (BRASIL, 2014). Com o objetivo de investigar a repressão contra os trabalhadores rurais, sindicalistas e camponeses a Comissão Nacional da Verdade para subsidiar o Grupo de Trabalho na temática realizou em 2012, um Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, quando foi criada a Comissão Camponesa da Verdade (CCV) para dar suporte à CNV considerando o recorte temporal de 1946 e 1988 (BRASIL. CNV, 2014, p.92). Esse passo foi relevante para desconstruir o processo de silenciamento do autoritarismo no campo após os 21 anos de ditadura militar, ouvindo as vítimas, seus familiares e companheiros de lutas sobreviventes, construindo a memória coletiva.

Na região do brejo paraibano, esse processo de ativação e reconstrução da memória vem sendo traçado a partir da mobilização dos encontros anuais de celebração da morte de João Pedro Teixeira, em 2 de abril²⁹, como dia de memória, luta e resistência, reunindo escolas, instituições locais, assentados da reforma agrária, pastorais sociais, parlamentares caçados em 1964 e de hoje, movimentos sociais do campo e urbanos, seja a partir da representação de sindicatos, comissões e comitês de memória e verdade. Nesse sentido a educação para nunca mais reúne espaços formais e não formais, através de metodologias participativas e ativas que utilizam dos princípios da educação popular e da pedagogia da memória e dos direitos humanos.

Propor alternativas viáveis para a concretização plena da garantia dos direitos é ainda mais desafiador. Há muito tempo, debatemos exaustivamente o tema, sem, contudo, encontrarmos soluções definitivas, que sejam capazes de resolver todas as violações ainda existentes nesse campo. Isto porque o tema em questão não nasceu pronto, não comporta conceitos fixos, mas, sobretudo, é dinâmico e mutável por sua própria natureza, não se faz, mas vem se fazendo, no cotidiano das lutas sociais travadas ao longo da história da Humanidade, agora se abrindo especialmente aos dilemas contemporâneos.

Iniciar uma pesquisa, seja em qualquer campo do conhecimento, é sempre

²⁹ Imagens em alusão ao dia 02 de abril são encontradas no anexo do texto em tela.

adentrar e identificar incógnitas, um caminho desafiador, criativo e de novas descobertas, tratando o lócus da pesquisa, como território atravessado de história social, sendo hoje transformado em espaço de memória viva nem sempre é tarefa simples, pois a noção de território que nos foi ensinada na escola diz respeito ao espaço físico destituído de sentido e história, um lugar onde atua a gestão do Estado, nas diferentes instâncias de governo.

Estudos e pesquisas sobre o movimento das Ligas Camponesas na Paraíba têm sido divulgados a partir de ex-membros do Partido Comunista (LEMOS, 1996; BENEVIDES, 1985; JULIÃO, 1962), jornalistas (COELHO, 1984; MACHADO, 1991; GUEDES, 1994) e acadêmicos (HAM, Antônia M. Van et al., 2006; AUED, 2006; BANDEIRA; MIELE e GODOY, 1997; TARGINO; MOREIRA e MENEZES, 2011; ROCHA, 2009; dentre outros), e foi através dessas leituras que alcançamos o fio que bordou toda trama inserida nas memórias dos sujeitos participantes dessa caminhada.

Na estrada percorrida pelo processo de construção do conhecimento sobre a realidade pesquisada, nos perguntamos: Quem sabe falar melhor sobre uma experiência do que aqueles que já viveram? Porém não basta só vivenciar é necessário encontrar os rastros. decifrar a história e explicar para que tenha sentidos nas lutas do tempo presente (RICOEUR, 2010). Em se tratando da educação popular e memória para que nunca se repita, é necessário que as testemunhas possam contar sem medo e constrangimento para que o sentido do acontecimento através do seu impacto humano e social possa emergir, além disso, lembrar e narrar o que foi vivido é uma forma de seguir adiante buscando o sentido do passado como um desafio para o presente e a transformação para o futuro.

A leitura de mundo é para a educação popular o ponto de partida, assim como é a história de vida pessoal e coletiva para memória do nunca mais. Toda educação que se pretenda crítica e socialmente contextualizada, traça um passeio pela história local e nacional, decifrando rastros e enigmas, sem o qual corremos o risco de não entender a nossa vida em sociedade.

A memória da história local articulada com a memória da história do país contribui para contextualizar o sujeito em processo de produção do conhecimento em relação com o tempo e lugar, permitindo que se perceba que a história é um processo em movimento permeado pelas ações dos sujeitos.

3. TERRA E DIREITOS HUMANOS NA PARAÍBA: A REFORMA AGRÁRIA COMO BANDEIRA DE LUTA

Neste capítulo não pretendemos fazer uma análise da questão agrária no Brasil, pois este tema não caberia de forma inteira nesta pesquisa sem se tornar simplista, além de ter sido objeto de outros estudos, porém para que possamos trazer uma melhor compreensão sobre a formação das Ligas Camponesas no Nordeste do Brasil e em especial no município de Sapé/PB, pretendemos com esse capítulo abordar o contexto histórico em que a questão agrária³⁰ fez emergir a resistência camponesa utilizando para tanto da pesquisa bibliográfica.

Ao se afirmar que o espaço agrário tem sido historicamente, do ponto de vista do trabalhador, um espaço de exploração, não se nega que as condições de vida no campo não tenham experimentado mutações. Com efeito, as formas de exploração tem sofrido alterações ao longo do tempo, à medida que o espaço agrário evolui e se reestrutura. O escravo, o morador, o boia-fria, são expressões diversas dessa exploração, correspondentes a diferentes momentos do processo de acumulação do capital na agricultura. (MOREIRA e TARGINO, 1997, p.19)

Para melhor compreender os antecedentes e a história de negação dos direitos humanos que o trabalhador rural tem vivido no Brasil, apresentaremos uma visão histórica de como os acontecimentos no território rural exige uma caracterização do cenário em contextos históricos definidos e delimitados. Embora o tema em tela exija centralidade a década de 1950 quando floresce o movimento das Ligas Camponesas, iniciaremos fazendo um percurso pelo modo como a propriedade da terra tem refletido o perfil liberal e conservador hegemônico no Brasil.

Nos anos 50, no bojo do processo de intensificação dos conflitos e de ampliação das organizações de trabalhadores rurais teve início um processo de constituição de um corpo unificado de reivindicações expressões da questão social no campo dominado pelo latifúndio. No Nordeste a primeira metade do século XX, passou a dominar a relação de “moradia”, marcada pelo apadrinhamento, personalização e onde os contratos eram construídos sem nenhuma instância externa que fossem regular, o que caracterizava uma subordinação do morador ao proprietário da terra (SOARES, 2016, p.19 apud GARCIA JR, 1988; PALMEIRA, 1976; SIGAUD, 1979). Isto quer dizer, que mesmo que a mão-

³⁰O termo “questão agrária” é utilizado para designar uma área do conhecimento humano que se dedica a estudar pesquisar e conhecer a natureza dos problemas das sociedades em geral relacionados ao uso, à posse e a propriedade da terra. (STEDILE, 2012)

de-obra rural não fosse de escravos, os grandes proprietários rurais reproduziram, na mentalidade e na prática, a desvalorização do trabalho do camponês, mantendo-os afastados do acesso à terra e aos direitos sociais e econômicos vivendo em condições precárias e com salários ínfimos, assim como, subalternizado as relações de dominação patriarcal. Um outro tipo de relação como esta foi consolidada pelos contratos de aforamento. O aforamento é um tipo de contrato civil de cessão de direitos de propriedade, em que o proprietário mantém o domínio direto enquanto concede o domínio útil ao foreiro, em troca de valor pago anualmente³¹.

Segundo Manuel Corrêa de Andrade (1998), os foreiros tiveram, desde a primeira metade do século XX, relativa importância na área açucareira. Surgidos na época da escravidão, eram homens que viviam nas áreas mais distantes dos engenhos e cultivavam lavouras de subsistência que abasteciam a fazenda e suas famílias, pagando para os donos das terras um foro anual, assim como alguns dias de trabalho na época de plantio e colheita, uma prática denominada cambão³².

Ao falar sobre a estrutura social e a vida dos trabalhadores rurais, assim como sobre a violência a que os trabalhadores rurais eram submetidos, Pinheiro (1999) recorre a um trecho da obra de Darcy Ribeiro (1995), que descreve o fim do período colonial como um momento em que os trabalhadores rurais foram considerados pessoas “de segunda” em relação aos senhores rurais, que se consideravam um grupo superior, pelo que representava a condição de proprietário de terra e o poder político correspondente (RIBEIRO, 1995). Segundo Pinheiro (1999), pouco havia mudado, do fim do século XIX ao século XX.

Entre a década de 1930 e 1950, o trabalhador rural encontrava-se em uma situação de privação de direitos sociais. O trabalhador rural foi colocado em segundo plano em prol do desenvolvimento nacional e da manutenção do apoio oligárquico. Assim, na prática, se propagava nos campos o que o sociólogo Heghksheer (1998) chamou de “barbárie da barbárie”. A organização destes camponeses até a década de 1950 era

³¹ Os contratos de aforamento no Brasil são objetos de pesquisa de Manoela Pedroza. Ver, sobre o assunto, Pedroza, Manoela. Mentalidade possessória e práticas rentistas dos jesuítas (América portuguesa, séculos XVI, XVII e XVIII). *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 32, jun-dez. 2016. ; Pedroza, Manoela e Sobral, Henrique. Aforamentos e Propriedade da Terra na construção da elite imperial brasileira (Fazenda de Santa Cruz, Rio de Janeiro, século XIX). XXVII Simpósio Nacional de História. UFRN, Natal: ANPUH Nacional, 2013.

³² O “Cambão” significava o trabalho gratuito de dois a três dias na semana que os camponeses eram obrigados a prestar aos donos das terras, em troca, recebia deste o “direito” de morar e trabalhar em sua propriedade.

quase nula, mesmo que o Partido Comunista Brasileiro³³ tentasse desde a década de 1940 organizar as “ligas” em alguns territórios³⁴.

Entretanto, na década de 50 surgiu um discurso esperançoso de progresso. Foram anos marcados pelo entusiasmo, otimismo e esperança em transformações rápidas (BENEVIDES, M. V., 1992). Foi também um período de intensa fermentação política e de um debate sobre as causas do atraso do país e as condições para a sua superação, tanto nos órgãos de governo nos partidos políticos (PRADO JR, C., 1979) quanto na sociedade civil (o que várias vezes gerou disputas irreconciliáveis, como no caso do Partido Comunista Brasileiro - PCB). O diagnóstico era de que, parte do território brasileiro ainda estava marcado pelos efeitos do processo de colonização, perpetuando relações feudais ou semifeudais, reproduzindo as condições de atraso econômico e social. Entretanto, passou a coexistir com este Brasil atrasado um outro país em construção na perspectiva de um modelo de desenvolvimento industrial, representado pela região sudeste. O país era lido a partir de imagens opostas, sendo o Nordeste a representação do atraso, seja pela concentração da terra, pelo não acesso à educação e os demais direitos sociais.

A ditadura instalada no Brasil tem uma base bastante sólida na agricultura. O bloco de poder instalado no Estado brasileiro engloba as burguesias industrial, financeira, comercial e agrária, além de setores de classe média, clero e burguesia agrária, composta por latifundiários e empresários, nacionais e estrangeiros, representa um elemento importante desse bloco de poder. Tanto na preparação do Golpe de Estado de 31 de março de 1964, quanto na consolidação e desenvolvimento da ditadura, os latifundiários e empresários rurais desempenham um papel decisivo. Foi essa burguesia agrária que alimentou uma vasta campanha contra a ideia e as medidas de reforma agrária que estavam sendo cogitadas pelo governo do Presidente João Goulart, nos anos de 1961-64. Combatia as medidas destinadas a encaminhar a reforma agrária, sindicalização de camponeses e operários rurais, as Ligas Camponesas, a politização dos trabalhadores do campo e toda e qualquer iniciativa que viesse defender reivindicações de camponeses e operários rurais. (IANNI, 1979, p. 242-243)

A II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, ocorreu em 21 setembro 1954, na cidade de São Paulo, contando com o apoio do movimento sindical, o movimento dos trabalhadores rurais e do Partido Comunista Brasileiro, quando

³³ Partido político de âmbito nacional fundado em março de 1922 com o nome de Partido Comunista do Brasil, sigla PCB. A alteração do nome para Partido Comunista Brasileiro ocorreu durante a conferência nacional realizada em agosto de 1961, e teve como finalidade facilitar o registro eleitoral do partido e sua legalização.

³⁴

foi elaborada a Carta de Direitos e Reivindicações em defesa da reforma agrária. Em termos de participação e considerando as dificuldades de organização presentes na época, a II Conferência foi bastante representativa. Dela participaram 303 representantes de 16 estados e mais 20 “delegados fraternais”, líderes sindicais operários (MEDEIROS, p.31, 1989). Diversos temas foram discutidos nesse encontro. Entre eles, o direito de organização em associações e sindicatos, direito de greve, reforma agrária, previdência social e reivindicações específicas das diversas categorias de trabalhadores presentes ao encontro. No entanto, ao lado delas e abrindo o documento emanado da Conferência, a “Carta dos Direitos e das Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas”, já aparecia à demanda que, a partir daí, progressivamente, se constituiria na reivindicação maior dos que trabalhavam no campo: a reforma agrária³⁵.

FIGURA 3 - Participação na II Conferência nacional dos lavradores e Trabalhadores Agrícolas



Fonte: MEDEIROS, 1989.

Tal demanda, assim, surgia a partir de um diagnóstico que apontava para o poder do latifúndio e para as condições de vida e trabalho no campo imperava a mais absoluta falta de liberdade. Os lavradores e trabalhadores agrícolas vivem sob um constante regime

³⁵ reforma agrária como um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir seu acesso, distribuindo-a a todos que quiserem fazer produzir e dela usufruir. Para alcançar esse objetivo, o principal instrumento jurídico utilizado em praticamente todas as experiências existentes é a desapropriação pelo estado das grandes fazendas, os Latifúndios, e sua distribuição entre camponeses sem-terra, pequenos agricultores com pouca terra e assalariados rurais. (STEDILE, 2012)

de pressão e perseguição. Os direitos mais elementares são negados e violados pelos latifundiários, pelos seus prepostos e pelas autoridades, tal como acontece com o direito de reunião, de associação, de palavra, de locomoção etc. A partir da II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, a luta pela reforma agrária se colocaria no horizonte dos trabalhadores rurais, elegendo como adversário principal o latifúndio (entendido como expressão do atraso econômico, social e político), e para a reforma agrária que convergiram, de alguma maneira, as diferentes lutas que se travavam no campo e que tinham a terra por seu eixo. Como um dos instrumentos de luta, o encontro lançou uma campanha nacional de coleta de assinaturas pela reforma agrária, que serviu para levar a bandeira para diversos lugares e motivar a organização de trabalhadores.

Ao lado da elaboração dessas reivindicações gerais que procuravam unificar estrategicamente as demandas de diversas categorias extremamente diferenciadas, no plano organizativo também ocorria um fato novo: a criação de uma entidade, que se propunha de âmbito nacional, para exercer o papel de força aglutinadora e, ao mesmo tempo, de direção das lutas: a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil (ULTAB). Ela representava um esforço do PCB de encaminhar, de acordo com seus objetivos estratégicos e táticos, as lutas que brotavam aqui e ali.

3.1 Questão agrária e violência

Para o homem do campo, a terra representa não apenas a possibilidade de sua sobrevivência, mas também a garantia de poder permanecer com sua família no seu local de origem, livre da sujeição do cambão³⁶ ou do trabalho alugado. A terra constitui ainda que para o camponês o único bem e a única herança passível de ser deixada para a família. Em outras palavras, a terra confere dignidade ao camponês. (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 295)

Em meados dos anos 50 eclodiram novos conflitos no campo, em face das condições de vida e trabalho. No entanto, havia algo em comum a todos eles: a resistência dos trabalhadores rurais, fossem posseiros, arrendatários, foreiros ou moradores, em deixar a terra em que trabalhavam e da qual estavam sendo expulsos. Essas lutas ocorreram em diferentes pontos do país: Paraná, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro,

³⁶ Cambão, segundo Lemos (1996, p. 10), “é uma forma de contrato entre o camponês e o proprietário, onde o camponês fica obrigado a trabalhar vários dias por semana sem receber pagamento pelo trabalho realizado, em troca de poder morar na fazenda e plantar ao redor do casebre, sem pagar aluguel ou foro do terreno ocupado no plantio”.

Pernambuco, Paraíba, Maranhão, entre outros. Alguns deles conseguiram romper seu isolamento e ganharam repercussão nacional, dando substância à demanda por reforma agrária, que até então fora postulada principalmente pelo PCB. Essa bandeira passou assim a ganhar sentido no interior das lutas, articulando-as numa reivindicação que ultrapassava a localidade e especificidade de cada um dos conflitos.

Para Francisco de Assis Lemos de Souza (1996) - ex-presidente da Federação das Ligas Camponesas de Sapé, membro do PCB na Paraíba, deputado estadual pelo PSB até 1964 quando foi caçado e preso na ilha de Itamaracá - ressalta a luta das Ligas Camponesas como estratégia de retirar o homem do campo do isolamento, em face da violência do latifúndio com a expulsão do agricultor rural em face da concentração da terra e da renda, a exclusão educacional e social, a extrema pobreza, a fome e o êxodo rural. O clima político no meio rural se reflete na mobilização dos lavradores em 4 de maio de 1954, quando cerca de 10 mil lavradores reuniram-se no Congresso de Camponeses em Pernambuco, sob a coordenação do Deputado Federal Josué de Castro para denunciar a situação de violência e miséria no campo (TAVARES, 2014). O início dos anos 60 foi marcado pela intensificação dos conflitos no campo, que se estenderam inclusive por regiões onde até então não tinham tido maior expressão como fotografa o mapa abaixo sobre as áreas de conflitos no Brasil entre os anos de 1950-1960.

Embora em alguns locais os conflitos ganhassem maior destaque, acentuadamente o caso do Nordeste, pelo impacto das Ligas Camponesas, a questão agrária, com diferentes facetas, aparecia num enfrentamento mais generalizado entre trabalhadores e proprietários, colocando em jogo a disputa pela terra, a luta por direitos trabalhistas e a liberdade de organização.

Os embates políticos em torno das medidas enumeradas em direção da reforma agrária tinham como eixo duas figuras de significativa importância no cenário nacional: o presidente João Goulart e o governador de Pernambuco Miguel Arraes, personagens que marcaram a história das lutas pela reforma agrária no plano do Executivo federal e do estado de Pernambuco. Os camponeses e as camponesas estavam acostumados a tentar negociar com os coronéis suas demandas, a esses cabia alguma atitude monocrática a respeito da concessão ou não do que estaria sendo solicitado, o que pouco tinha a ver com o complexo sistema representativo brasileiro, marcado por um poder público dividido em três partes. Porém, não era só isso, a citação dessas lideranças nacional e regional, tratava-se de uma demanda especificamente articulada com os trabalhadores rurais.

Figura 4 - Principais áreas de conflito no Brasil nos anos 50/60

Fonte: MEDEIROS, p. 40, 1989.

A categoria camponês despontava já no título como categoria política. Até a emergência das ligas camponesas, esse conceito era visto como uma categoria externa aos trabalhadores rurais, os quais se identificavam pelo seu ofício. Eram eles lavradores, agricultores, vaqueiros, habitantes do mundo rural, entre inúmeras outras designações que os diferenciavam. O conceito surgia, assim, como categoria atribuída, escrita pelos intelectuais que espelhavam a experiência dos trabalhadores rurais brasileiros com aquela que havia marcado os trabalhadores agrícolas ingleses.

Novaes (1987, p. 73) cita que “a definição social de camponês é, sobretudo, uma definição política que remete à maneira pela qual os trabalhadores articularam e ordenaram experiências sociais coletivamente vividas”, ou seja, a apropriação do conceito surgia em contraposição a outro, o de latifundiário, o qual estaria em sua oposição, como construção de unidade social aos trabalhadores rurais, marcados por uma mesma identidade camponesa.

Nesse processo de mobilização e organização camponesa em torno da reforma agrária, após uma longa jornada de trabalho no campo, no intervalo do almoço, nas associações, nas praças ou na casa de um companheiro de luta, trabalhadores agrícolas liam as cartilhas que explicavam a reforma agrária e socializavam o cotidiano de violência que a concentração de terras desenhava nas suas vidas. Outros impressos para além dos folhetos circulavam entre os agricultores e vaqueiros naquele momento, fossem eles alfabetizados ou não. Em geral, os jornais, as revistas, as cartilhas, comunicados etc.

eram lidos em voz alta por algum letrado para os demais, que, assim, tinham notícia do que estava acontecendo em outros lugares do país. Essa forma racional de tomar nota do que estava distante era um sinal de que o distante estava mais próximo, na medida em que o que se passava nas casas do Legislativo, do Judiciário e do Executivo federal, àquela altura, interferia diretamente no cotidiano da gente camponesa. Ficavam para trás aqueles sertões de outrora, sobre os quais o poder público tinha pouco ou nenhum controle, para os quais as metrópoles mais distantes não passavam de uma notícia vaga, como aquelas que se tinha do estrangeiro (MEDEIROS, 1989)

O desejo de mudança começava a ganhar mais folego na região Nordeste, onde o plano era de implementar medidas que acabassem com as antigas relações feudais, com o atraso, garantindo assim a continuidade do processo de industrialização e, ao mesmo tempo, impedissem a “revolução social”. Com esse objetivo foi aprovada pela Câmara dos Deputados a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, em 27 de maio de 1959, sancionada pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, como uma agência de desenvolvimento regional, como autarquia subordinada diretamente à Presidência da República, cabendo a direção de Celso Monteiro Furtado, de 1959 a 1964, quando definiu estratégias de atuação do órgão a partir do diagnóstico apresentado em seu livro “A operação Nordeste” de 1959 (FURTADO, C., 1959; OLIVEIRA, F., 1977; OLIVEIRA, F. d., 1977) com vista a promover o crescimento econômico da região.

Em 1º de abril de 1964, após a instalação do golpe de estado em 1º de abril de 1964 Celso Furtado seria substituído na SUDENE por João Gonçalves de Sousa, em face do Ato Institucional nº 1. Em 1966, no exílio, ele lança o livro “Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina”, tratando dos obstáculos externos e os fatores estruturais internos ao Brasil. No retorno ao Brasil em 1966 presta depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara dos Deputados sobre a desnacionalização da indústria nacional, e denuncia “o caráter antissocial da política econômica executada no Brasil pós-1964” passando após 1964 a trabalhar fora do país, como na universidades de Yale, Harvard e Colúmbia, nos EUA, de Cambridge, na Inglaterra, e da Sorbonne, na França, quando passou a ensinar e pesquisar economia brasileira e internacional (GUIDO, s/d).

3.2 AS Ligas Camponesas na Paraíba: conflitos agrários e autoritarismo

A Liga Camponesa de Sapé, como foi batizada pela imprensa, a posteriori, inicia-se como Associação dos Lavradores e Trabalhadores de Sapé, fundada por meio de uma solenidade no Grupo Escolar Gentil Lins, em fevereiro de 1958, como foi noticiado nos jornais à época: Com a participação de grande massa de trabalhadores do campo, realizou-se domingo último, com grandes manifestações de solidariedade do homem rural, a instalação e fundação da “Associação dos Trabalhadores de Sapé” (A UNIÃO, 20 ago.1958, p.2). Surge, assim, as Ligas Camponesas no município de Sapé-PB, como um movimento de resistência em defesa dos direitos trabalhistas do homem do campo e um meio de organização social de apoio aos camponeses expulsos pelo latifúndio.

Figura 5 – Grupo Escolar Gentil Lins



Fonte: Bezerra, Julyanna de O. 2019.

Segundo Aued (1986) João Pedro Teixeira desde 1954 se movia reunindo e dialogando com os trabalhadores rurais sobre a realidade de opressão social no meio rural acompanhando cada processo de expulsão, destruição de roçados e casebres, ameaças constatando o drama social do camponês.

Em entrevista concedida à Irmã Tonny em 02 de novembro de 2001, o Sr. Ivan Figueiredo fez o relato da fundação da Liga Camponesa de Sapé.

Eu estava na abertura, na fundação da liga(...) naquele Grupo Gentil Lins...Foi ali, atrás, num galpão...lá que foi a festa todinha...Veio Santa Cruz(...) um advogado de muito nome. Veio Chico Julião, outras pessoas também. Assis Lemos e, se o espírito não me engana, parece que Zé Joffily...Uma turma da pesada mesmo. De Sapé estava eu, Severino Barbosa, Nego Fuba, Pedro Fazendeiro, e mais gente...Foi muito bonito, tinha muita gente...E fizeram aquela “papeloma” toda. Eu nem prestava atenção naquele negócio, e tal...O presidente foi Severino Barbosa. Agora

Severino até que nem queria, mas todo mundo achou certo de que era ele, ele ficou e ficou João Pedro de vice. Mas Severino assumiu, mas disse: João Pedro, eu não quero me meter nisso não, tu fica. João Pedro que ficou governando o negócio. (VAN HAM, 2006, p.55)

A Liga Camponesa de Sapé nasceu vinculada à União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB – sendo estruturada por uma diretoria, um conselho fiscal e uma assembleia geral – entre os líderes camponeses locais. Os seus sócios podiam ser contribuintes, beneméritos e honorários. Em meio a isso, exerciam um papel importante de arregimentação os delegados, nomeados para cada fazenda, os quais ficavam responsáveis por viabilizar as reuniões. Em casos de emergência, alertava Francisco de Assis Lemos (1996), esses sujeitos acendiam três foguetões, os quais guardavam consigo. Ao percebê-los, os trabalhadores deveriam parar o que estavam fazendo e se dirigir ao ponto de encontro.

Após a fundação da Liga Camponesa de Sapé, outras foram criadas no estado paraibano. De acordo com Francisco de Assis Lemos (1996), foram criadas as Ligas Camponesas de Alhandra, Areia, Mamanguape, Rio Tinto, Guarabira, Mari, Itabaiana, Alagoa Grande, Oitizeiro, Espírito Santo, Mulungu, Alagoinha, Belém, Caiçara, Pedras de Fogo, Campina Grande, Santa Rita. É possível, no entanto, que tenha existido outras, além das citadas. Conforme Wilson José Félix Xavier (2010), existia 3.953 associações rurais no estado paraibano em 1959, número que duplicou nos quinquênios subsequentes, quando foram identificadas 8.041 instituições com esse perfil. Em 25 de novembro de 1961, os camponeses e as camponesas realizaram um congresso no Teatro Santa Rosa, em João Pessoa, onde criaram a Federação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas da Paraíba, a qual ficou mais conhecida como Federação das Ligas Camponesas da Paraíba (LEMOS, 1996).

As ligas camponesas surgiram no cenário nordestino, conforme Fernando Antônio Azevedo (1982), com o propósito de dar assistência e organização aos camponeses que estavam em litígio judicial com os seus senhores. A esse respeito, Francisco Julião (1962) narrou dos esforços daquelas instituições para criar escolas, adquirir caixões de madeira, sobretudo aqueles queoubessem crianças, que morriam naquelas localidades em proporções assustadoras, e tudo mais que pudesse interessar ao coletivo, como sementes, inseticidas, insumos agrícolas. Essalista de atividades incluía, ainda, negociações por auxílio governamental e apoio de profissionais liberais, sobretudo advogados.

Os conflitos tinham início quando do recrudescimento das condições de vida dos camponeses e camponesas, sobretudo no momento do cerceamento do seu acesso às terras, pressuposto de sua sobrevivência e relativa liberdade que ainda dispunha na ordem tradicional. Os trabalhadores rurais vinculados às associações costumavam ter mais facilidade, a partir de então, para levar o caso aos tribunais, podendo contar com o apoio de advogados simpáticos a causa, bem como de outros camponeses que lhes serviam de testemunha. Os fazendeiros comumente acessavam a violência para barrar essa atuação organizativa. Em meio ao processo judicial, alegavam os mesmos, o direito ao ressarcimento pelas benfeitorias que havia empreendido nas terras do coronel, enquanto os assalariados restavam desguarnecidos pela pouca relevância que o documento da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – dava para os atritos entre padrões e empregados que não tinham como cenário o mundo urbano (AZEVEDO, 1982).

A posse dessas ferramentas institucionais tendo ciência dos direitos legais dos trabalhadores, fez com que as ligas camponesas também se tornassem um espaço importante para possibilidade de mediação dos conflitos entre camponeses e latifundiários. Os filhos de Elizabeth Teixeira, bem como os de Pedro Fazendeiro, narraram à Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba – CEVPM/PB – que seus pais eram surpreendidos constantemente por famílias que haviam sido expulsas de algum latifúndio da região, as quais eram recebidas em suas casas. Em ambos os casos, os líderes em questão comumente intermediavam uma conversa com os proprietários daquelas terras, buscando algum acordo, os quais tinham como argumento o direito à indenização pelas lavouras que ainda não tinham sido colhidas, conforme foi narrado por Victor Gadelha Pessoa (FONTE, 2015).

Há que se observar, ao menos nesse primeiro momento, que o propósito das ligas camponesas não havia ultrapassado as barreiras da legalidade. A sua ação não era mais do que um movimento no jogo político institucionalizado, conferindo ferramentas aos trabalhadores e às trabalhadoras rurais para negociar os seus direitos enquanto cidadãos brasileiros, solicitando o mínimo de infraestrutura e políticas públicas que estavam expressos no corpo legal do país à época. Ainda nessa esteira, observava-se que a gente camponesa tinha como primeiro objetivo selar um acordo com os latifundiários, o litígio judicial era acessado só quando a possibilidade de negociação já havia se esgotado. Essa perspectiva reforçava a ideia de que os tribunais do judiciário, sobretudo aqueles de primeira instância, desempenharam um papel significativo, possivelmente pioneiro, na

concessão da cidadania e no reconhecimento dos direitos que eram devidos a essas pessoas.

As atividades das ligas camponesas, contudo, ultrapassavam os limites burocráticos. Os sócios mais engajados faziam trabalho de campo, arregimentando trabalhadores rurais nas mais diversas localidades. As reuniões e os comícios aconteciam nos mais variados espaços. Para além da sede das associações, narrava Wilson José Félix Xavier (2010), era possível que elas se dessem na casa de algum líder, nas feiras, que, em se tratando de um lugar corriqueiro, de grandemovimentação de pessoas e onde muita gente se encontrava ao mesmo tempo, era bastante propício para que as ideias fossem disseminadas fora dos domínios dos coronéis, mas esses encontros também podiam ocorrer no meio do mato, ou em qualquer ambiente mais escondido, sobretudo quando os mecanismos de repressão e vigilância dos senhores se acentuaram.

Algumas dessas reuniões tinham como característica a leitura coletiva de periódicos, folhetos, do compartilhamento de informações e do estudo de cartilhas. Considerando que só o sujeito que soubesse ler e escrever poderia votar, um dos movimentos conduzidos pelas ligas camponesas foi a alfabetização dos agricultores e vaqueiros. Esse movimento de alfabetização, dizia Xavier (2010), era realizado de maneira informal, mas também poderia se dar dentro das escolas da região, ou que o coronel tivesse criado na propriedade, bem como pelo programa radiofônico, mantido pelo Sistema Radio Educativo da Paraíba – SIREPA –, que era transmitido a partir das 20h. Lemos (1996) explicou, ainda, que uma das estratégias adotadas pelas Ligas Camponesas para alfabetizar o maior número de trabalhadores agrícolas possível foi começar o trabalho pela formação das suas filhas, que depois ficariam encarregadas de transmitir o conhecimento nos barracões que serviriam de escolas nas fazendas.

As informações apresentavam à população rural respostas aos problemas sociais por eles vivenciados, demonstrando a dimensão educativa da experiência política, que partindo das necessidades coletivas concretas e da reflexão crítica fazia crescer o processo de mobilização e organização social que passou a provocar a reação do latifúndio.

Esta evidência caminhava na contramão das proposições de muitos dos intelectuais que observaram esse movimento camponês como um grupo de sujeitos incapazes de lidar com o sistema democrático, ou mesmo, daqueles que concluíram que os analfabetos não teriam habilidade para arbitrar qualquer conceito no mundo da política, negando-lhes o direito ao voto. Por certo, a educação tinha um valor importante na conquista da cidadania, mas isso não significava que a falta de uma experiência escolar

inviabilizasse a consciência política de um sujeito, ou a tornasse menos válida para o processo eleitoral.

Ao articular pessoas no entorno de uma causa, buscar informação que subsidiasse a luta por maior participação política e equidade no mundo dos direitos sociais, reunindo para isso um amplo arsenal de argumentos assentados nos valores da democracia moderna, os habitantes do mundo rural investiam no mundo da política, trilhando os caminhos desenhados pela legalidade constitucional. Parecia ser aquele, afinal, o termo do processo modernizador, levando a sociedade agrária ao patamar moderno. Porém, a restauração conservadora não tardou. Foi a elite açucareira que rompeu com os preceitos democráticos ao desconsiderar os direitos de opinião da gente camponesa, bem como os seus direitos à propriedade das benfeitorias, ao uso das terras, e por fim, ao se apropriar da armada policial em favor dos seus desmandos, sem qualquer base legal que justificasse esse enfrentamento.

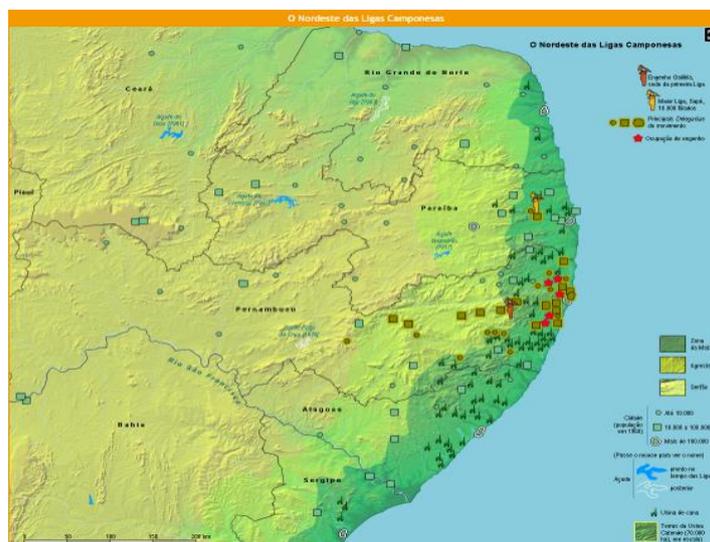
O acirramento dos conflitos, a expansão do movimento, a politização da população camponesa e as influências internacionais, como o sucesso da Revolução Cubana, teriam levado, conforme Fernando Antônio Azevedo (1982), a uma mudança de estratégia no interior das Ligas Camponesas de Pernambuco a partir de 1960, que para além do apoio aos camponeses e às camponesas nos processos judiciais, começaram a ocupar propriedades e organizar outras formas de protesto mais radicais. O deputado estadual Francisco de Assis Lemos (1996) relatou, em seu livro “Nordeste, o Vietnã que não houve: ligas camponesas e o golpe de 64”, alguns momentos em que o enfrentamento dos camponeses com os latifundiários ficou mais acirrado.

Na Paraíba o movimento camponês parece ter tomado um caráter menos personalista. Como disse Francisco de Assis Lemos (1996), nessa localidade nenhum líder se sobressaía, em lugar disso, vários sujeitos, que pensavam coisas diferentes, compunham o seu corpo diretor. E na esteira dessa pluralidade, na maioria das vezes, foi escolhida uma saída negociada para os conflitos, mesmo que isso não fosse consenso.

“[...] as Ligas Camponesas de Sapé ganharam status nacional e internacional por travar lutas contra os usineiros da microrregião que engloba esse município, principalmente o grupo da Várzea, como eram conhecidos os latifundiários.” (DANTAS, 2021, p. 52). Muitas lideranças políticas foram tecidas na luta dentro do contexto das Ligas Camponesas da Paraíba, dentre elas, o vice-presidente das de Sapé, João Pedro Teixeira e, em virtude da sua luta junto com outros companheiros na busca por dignidade e respeito humano, João Pedro foi assassinado em 1962 de maneira covarde a mando do

grupo da Várzea, e sua esposa e companheira de luta Elizabeth Teixeira e seus filhos e filhas tiveram de viver na clandestinidade durante a maior parte do período que perdurou a ditadura militar³⁷.

Figura 6 – Mapa de ações das Ligas Camponesas durante o Governo de João Goulart (1961-1964)



Fonte: FGV. Atlas Histórico do Brasil.

Em certa ocasião, os camponeses decidiram extinguir o cambão enquanto forma de trabalho e trataram de negociar essa mudança com os senhores. Essa atitude, conforme o Lemos (1996) teria gerado reação do proprietário Gildo Nóbrega. Apesar das tentativas de negociação, o mesmo teria seguido irredutível, até que então um grupo de camponeses teria provocado incêndios na sua plantação e disposto uma barricada interditando a estrada na altura de Café do Vento, onde paravam os passantes com suas espingardas, facões e foices sob o som de gritos em homenagem Fidel Castro e às Ligas Camponesas. O autor lembrou que essa não era uma prática das Ligas Camponesas e informou que, na ocasião, ele havia tentado dissuadir esses sujeitos daquela prática mais radical (LEMONS, 1996).

A radicalização do movimento foi uma das bandeiras defendidas por Elizabeth Teixeira depois da morte de João Pedro Teixeira, seu marido. A líder camponesa era amiga e tinha aproximação ideológica com Francisco Julião, sendo a principal responsável pela difusão de suas ideias na Paraíba. Ao passo disso, Assis Lemos

³⁷ Ver documentário: “Cabra marcado para morrer”, dirigido por Eduardo Coutinho (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VxzgLPyLlf4>) e Memorial da Democracia (Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/conflictos/pb>).

mantinha-se moderado, defendendo a proximidade das ligas ao PCB que assumia uma posição moderada. Esse conflito se acirrou nas eleições legislativas de 1962, quando as duas lideranças - Elizabeth Teixeira e Assis Lemos - disputaram os votos dos camponeses e das camponesas. Apesar da popularidade que havia capitalizado, Elizabeth Teixeira não conseguiu se eleger, tendo conquistado um número de eleitores muito inferior ao de Assis Lemos, o qual venceu a disputa. Para o deputado, os camponeses tinham ciência de que aquela eleição foi orquestrada para separá-los, enquanto a camponesa alegava que seus seguidores eram analfabetos e, portanto, não puderam votar (LEMOS, 1996; PESSOA, 2015).

Os jogos de forças, em certa medida, se concentravam, àquela altura, entre três vetores: em uma primeira posição, era possível observar a população camponesa, fortalecida pela sua capacidade de associação e apoiada pela opinião pública nacional; em um segundo espaço, observava-se os chefes políticos, que, em sua maioria, seguia tratando da coisa pública, sobretudo no âmbito municipal, como bem privado e que deveria arbitrar a seu favor; e, por fim, o Estado havia capitalizado um poder considerável, o qual se dividia entre as duas partes, atendendo às duas demandas tentando mediar a queda de braços. Com o tempo, o poder público passou, cada vez mais, a atender as reivindicações dos camponeses e das camponesas, que cresciam junto com a sua aceitação por parte da opinião pública. Apenas depois do golpe civil-militar de 1964, esse cenário mudou de forma significativa, quando o poder público aderiu ao regime militar passando a agir reprimindo o movimento e suas lideranças, recuando significativamente em favor dos latifundiários, embora posteriormente, o governo da Paraíba tenha sido cassado pelo poder discricionário dos Atos Institucionais que deram amparo jurídico aos governos militares para cassar mandatos, fechar e regular o parlamento e alterar a composição do judiciário, ao mesmo tempo, de interromper as eleições diretas.

Mas há que se ponderar a posição do poder público no cenário anterior ao golpe de estado. Se as instituições estaduais e federais, em sua maioria, estavam comprometidas com a democratização e emancipação que o projeto modernizador queria empreender, certificando os direitos sociais e políticos da gente camponesa e, com isso, dando chancela à sua luta, isso não podia ser dito da mesma maneira no que tangia aos órgãos públicos municipais, os quais tinham maior comprometimento com as redes de poder locais dos proprietários de terra.

As ligas camponesas da região nomeada como várzea paraibana tiveram algumas conquistas significativas em suas barganhas com o poder público, a exemplo da instalação

de dois postos médicos, um em Itabaiana e outro em Pilar, do Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência – SAMDU. Essa possivelmente foi uma causa, a julgar pelo depoimento da advogada Ophélia Amorim à CEVPM/PB, da surra que Assis Lemos e Pedro Fazendeiro levaram na sede da Liga Camponesa de Itabaiana em 1962, a qual teria sido protagonizada pelos sobrinhos do latifundiário Aguinaldo Veloso Borges e um grupo de capangas (PESSOA, 2015). Ainda em meio a essa tentativa de barrar os investimentos estatais no interior paraibano, observa-se um mal-entendido narrado por Xavier (2010, p.202). Segundo a entrevistada, em referência ao programa radio educativo estadual, os fazendeiros constantemente levavam o aparelho de rádio para a delegacia alegando se tratar de “coisa das ligas camponesas”.

Os investimentos públicos em saúde e educação eram tomados pelos latifundiários como subversão da ordem e encaminhados à delegacia de polícia, órgão também público, para acareação. Pode-se observar, portanto, certa confusão por parte desses fazendeiros quanto às prerrogativas do Estado. Em meio àquele enfrentamento dos camponeses que usavam a rádio para se alfabetizar e os coronéis que viam esse movimento como subversivo aos interesses oligárquicos, as instituições estatais eram colocadas umas contra as outras: a delegacia, no município, era interpretada como espaço mais adequado para barrar a expansão de um programa promovido em âmbito nacional.

Segundo Scocuglia (p. 73),

A CEPLAR, utilizando as propostas de Freire, não admitia a alfabetização “em si”, mas sim acoplada à conscientização política. Na condução do processo, os conteúdos e a metodologia da alfabetização dos adultos vinculavam-se ao contexto sociopolítico-econômico-cultural, lido através das lentes e dos filtros ideológicos emanados dos dirigentes da Campanha.

Ao aliar-se com sindicatos urbanos e rurais, além das Ligas Camponesas, e sendo dirigida por estudantes-intelectuais-professores-artistas, sob influência dos católicos “progressistas” e de membros do PCB, a CEPLAR tornou-se, para amplos setores da opinião pública, um dos focos da “subversão” na Paraíba. Sua expansão para o interior – onde os conflitos entre camponeses e proprietários rurais se exacerbavam com frequência crescente e onde (nas maiores cidades) as associações de trabalhadores e estudantes empunhavam as bandeiras das “reformas de base”³⁸ –, deixou a impressão de que a

³⁸ Depoimento de José Otávio Mello. Vide, também, O Jogo da Verdade (1994), p.233-300.

CEPLAR funcionava com um elo entre diversas organizações “de esquerda” estudantil-operário-camponesa.

Na região de Sapé, utilizando uma manifestação dos camponeses para a sindicalização, com o apoio das Ligas, sob a liderança do Deputado Estadual Assis Lemos – representante de João Goulart na Paraíba –, a CEPLAR reuniu interessados na alfabetização, imediatamente após a manifestação, numa sala previamente reservada. Entre os presentes, estava Pedro Fazendeiro, um dos líderes da Liga de Sapé, que viria a se tornar o elemento de ligação entre a CEPLAR e os camponeses.³⁹

Miriri, uma fazenda situada entre Sapé e Mamanguape, hoje município de Capim, conhecida por vários conflitos dos quais resultaram mortos e feridos, foi a primeira área escolhida para a implantação de oito núcleos de alfabetização, que funcionaram entre janeiro e março de 1964. Nessa altura, já tendo isolado seus opositores internos e guinado à “esquerda”, a CEPLAR procurava o “olho do furacão” para atuar. Onde não havia sala de aula, os camponeses construíram pavilhões cobertos de palha (de coqueiro), que eram equipados com bancos de madeira fornecidos pelo Estado.

As salas de aula (em casas ou pavilhões) com capacidade para 12 a 20 alunos estavam sempre repletas. A vontade de aprender era grande. Homens e mulheres faziam, diariamente, de três a cinco quilômetros a pé, após dia de trabalho, para ir aos núcleos. A eletricidade ainda não havia chegado àquela localidade e pilhas eram utilizadas para iluminar o caminho (noturno). A maioria das aulas eram dadas à luz azulada de lâmpadas a querosene (...). O mesmo grau de interesse constatava-se nos oito núcleos de Sapé e nos quatro de Mari, cujas aulas só começaram a funcionar no início de março de 1964. (PORTO E LAGE, 1995, apud SCOCUGLIA, 2018, p. 95)

Em vários momentos das suas histórias de ação nas ligas camponesas, a propósito, as lideranças desse movimento contaram com uma oposição vigilante da polícia, as quais cercavam as suas casas, entravam à procura de armamentos, intimidavam e prendiam arbitrariamente. Elizabeth Teixeira, em depoimento à CEVPM/PB, narrou que, em represália à sua tentativa de interceder junto a um latifundiário quanto à expulsão de quatro famílias do Engenho Antas e Melancia, encontrou a polícia na frente da sua casa. Segundo a depoente, a armada teria atirado em sua direção e, em seguida, a conduzido para a delegacia, onde ela prestou depoimento e foi liberada. Em meio àquela

³⁹ A presença de dirigentes da CEPLAR nesses acontecimentos foi considerada como indício de atividades “subversivas”, especialmente de Iveline Lucena, no Inquérito Policial Militar, já citado. (SCOCUGLIA, 2018, p. 94)

sessão, também Antônio Domingos de Oliveira narrou um desses episódios que atestaram a arbitrariedade da força policial. Conforme o narrador em questão, o proprietário da fazenda Sapucaia, Ivan Figueiredo, o qual era simpático ao movimento, também foi levado para a delegacia de Sapé em certa ocasião, onde diziam que ele foi torturado (PESSOA, 2015).

As razões para efetuar tais perseguições decerto atenderam a interesses dos chefes políticos daquela região, mas costumava haver um motivo moral para que esses sujeitos cumprissem aquelas determinações. Náugia Maria de Araújo, filha de Pedro Inácio de Araújo, mais conhecido como Pedro Fazendeiro, narrou à CEVPM/PB das inúmeras vezes que a polícia invadiu a sua casa à procura de um pretense armamento que o seu pai teria trazido de sua viagem a Cuba (PESSOA, 2015). Observa-se certo exagero na brutalidade com a qual a busca havia sido feita, e, por certo, não deveria haver indícios suficientes que justificassem uma ação como aquela. Essas evidências já seriam o bastante para que se pudesse marcar essa investida como arbitrariedade, afinal, medidas como aquelas não eram tomadas contra os latifundiários e seus muitos capangas. Porém, a existência de uma causa para a batida policial é uma evidência de queo poder público estava mais incisivo e em alguma medida havia mais espaço para a democracia, mesmo que esse ainda fosse muito tímido. A força policial precisava de um argumento, mesmo que furado, e as instâncias jurídicas tiveram de ponderar racionalmente as demandas dos camponeses por indenização pelas suas benfeitorias quando das expulsões, ao menos até 1964.

A experiência do enfrentamento dos camponeses com os latifundiários rendeu algumas narrativas que ilustraram bem os conflitos do mandonismo com a economia política que permearam o cenário em questão. Elizabeth Altino da Costa era filha de um homem de posses, Manuel Justino da Costa, o qual dispunha, dentre outras coisas, de um armazém de mercadorias, conforme ela narrou a Lourdes Maria Bandeira, Neide Miele e Rosa Maria Godoy Silveira (1997) para o livro “Eu marcharei na tua luta: a vida de Elizabeth Teixeira”. Em certa ocasião, enquanto trabalhava na mercearia de seu pai, um trabalhador rural, de nome João Pedro Teixeira, apareceu com uma lista de compra para que ela aviasse, e assim ela conheceu aquele que seria o seu marido. Aconteceu que, quando o líder camponês se apresentou ao pai da moça, esse lhe negou a mão da filha e os dois fugiram.

Alguns anos mais tarde, quando ela já tinha dois filhos, contou Elizabeth Teixeira à CEVPM/PB, seu pai tentou convencê-la a largar o marido, oferecendo um baú

de dinheiro e um carro com motorista, proposta que ela teria negado (PESSOA, 2015). Há que se observar as particularidades da memória dessa camponesa ainda muito tomada por certa forma encantada de representar o mundo. Ao que tudo indica, o pai da personagem em questão era um sujeito remediado, que guardava algum dinheiro em um baú, mas não o suficiente para enchê-lo, pelo menos se considerado o tamanho do baú que o tom da narrativa sugere. O baú dispunha de muitos significados para os habitantes do mundo rural, ele era o depósito de quase tudo que tinha valor para aquelas pessoas, de forma que também no seu entorno foram construídos muitos mitos, de que ali haveria fortunas que, de fato não existiam. Alguma cota de excesso é uma das ferramentas da construção da memória, sobretudo em se tratando de pessoas que representavam seu mundo daquela forma.

Na Paraíba, segundo foram assassinados dentre as lideranças camponesas em plena atividade política: Alfredo Nascimento (morto na Fazenda Miriri em Capim, em 1961), João Pedro Teixeira (morto na BR de Sapé, hoje denominada João Pedro Teixeira, em 1962), Pedro Inácio de Araújo e João Alfredo Dias foram assassinados quando saíram da prisão política no 15 RI em João Pessoa, Antônio Galdino da Silva (morto na Fazenda Olho D'água em Mari/PB em 1964). Todas essas lideranças, foram vítimas do latifúndio em aliança com as forças de segurança. (NUNES, 2017)

João Pedro Teixeira se engajou na vida política, tendo ocupado cargos importantes na diretoria da Liga Camponesa de Sapé, onde foi vice-presidente, assim como da Federação das Ligas Camponesas da Paraíba chegando a liderar 14 ligas da Paraíba. Esse engajamento o levou para muitas frentes de batalha, tendo protagonizado algumas tentativas de negociação dos moradores expulsos com os senhores de engenho entre outras formas de enfrentamento. Essa postura lhe rendeu a prisão e consequente assassinato, quando, depois de solto, retornava para a sua cidade. Aos primeiros dias de abril de 1962, o líder camponês foi morto na estrada do Espírito Santo, à altura da cidade de Café do Vento. Os assassinos foram, conforme atestado pelo juiz da comarca de Sapé, os policiais Francisco Pedro da Silva, conhecido como Chiquinho, e Antônio Alexandre da Silva, bem como o vaqueiro Arnaud Nunes Bezerra. Os mandantes desse crime, por sua vez, foram os latifundiários Aguinaldo Veloso Borges, Pedro Ramos Coutinho e Antônio José Tavares, também conhecido como Antônio Vitor (PESSOA, 2015).

A polícia mandava o proprietário passar o trator sobre as casas de moradores famintos, injustiçados, sem indícios de qualquer criminalidade. Os grupos de proprietários de terra, de todo modo,

perseguiam os camponeses e, na maioria das vezes era para matá-los. Quando os pistoleiros notavam que era insuficiente a aproximação para matar um camponês, mudavam de estratégia. Vestiam-se de trajes de vaqueiro usando chapéu, peitoral, perneira e gibão e sapatos couro e circulavam nas casas dos camponeses. E assim, diziam, que estavam procurando animais sumidos, apartados do rebanho. Assim, o líder dos camponeses, residente no sítio Anta do Sono, no município de Sapé, João Pedro Teixeira...Quando em reunião dizia para os camponeses: “meus dias estão contados. Sei que vou morrer. Mas, conheço o valor do homem pela força do idealismo”. e assim vivendo um dia e mais um dia, até que, indo para a capital João Pessoa, comprar livros para suas crianças, que cursavam o primeiro grau...nesse dia, três pistoleiros, vestidos em trajes de vaqueiro usando perneiras, gibão, peitoral e chapéu de couro, aproximaram-se da casa de João Pedro Teixeira, dizendo que estavam ali procurando um boi sumido, mas isso não estava acontecendo, ali era somente plantação. O que aconteceu foi o seguinte: João Pedro Teixeira, regressando da capital João Pessoa, na tarde do mesmo dia, pela BR 230, salta do ônibus na Rodoviária. E aí o transporte segue com destino a Campina Grande, e João Pedro Teixeira segue conduzir um pacote de livros, para seus filhos, pela estrada, via Sapé. Na mesma viagem, em uma distância inferior a três quilômetros, antes de chegar à sua residência, os vaqueiros pistoleiros cumpriram a ordem de matá-lo. Abridados sob matagais, desfecharam-lhe vários tiros de revólver, atingindo-o mortalmente com um tiro sobre o peito, que ali caiu morto o camponês⁴⁰. . (VAN HAM, 2006, p.31)

A imprensa noticiou não só a morte de João Pedro Teixeira como também as inúmeras manifestações que tomaram as ruas da capital em várias oportunidades exigindo justiça. Eram exigidas posturas das instituições públicas quanto às investigações policiais e, mais tarde, à punição dos criminosos. Em uma manifestação organizada pela União dos Estudantes do Estado da Paraíba – UEEP –, Raymundo Asfora detalhou a morte do líder camponês, concluindo que “latifundiários deixariam o universo às escuras se fossem proprietários do sol” (A UNIÃO, 4 abr.1962, p.1). A sociedade civil indignada pode acompanhar o julgamento dos suspeitos pela imprensa estadual, a qual informou das pistas que levaram aos suspeitos, do momento no qual estes foram a julgamento, depois, de como eles foram postos em liberdade e, em seguida, da expulsão dos dois policiais envolvidos do quadro de funcionários da polícia (A UNIÃO, 6 abr.1962, p.1; A UNIÃO, 7 abr.1962, p.2; A UNIÃO, 12 abr.1962, p.5),

Roberto Silva Muniz (2010), na dissertação intitulada A fabricação de João Pedro Teixeira como o herói camponês, explicou como as narrativas de morte daquele trabalhador ruralserviram à construção de um mito. Os mitos têm uma importância significativa na construção da identidade coletiva, sobretudo no que dizia respeito às suas

⁴⁰ Entrevista concedida à Irmã Tonny pelo Sr. José Herminio Dioniso em 2001.

identidades políticas, sendo necessário avaliar como essa construção serviu à organização do movimento camponês. Todavia, o autor em questão conferiu o protagonismo sobre a construção desse mito à imprensa paraibana, sequenciado pela publicação de livros, dissertações e teses, as quais teriam como base a memória dos camponeses, sobretudo Elizabeth Teixeira, mas essas já na década de 1980.

A morte de João Pedro Teixeira foi um marco importante na história das ligas camponesas da Paraíba. O líder camponês, desde então, se tornou um símbolo, no qual a população rural encontrou um exemplo de sujeito político e uma figura em nome da qual lutarem sua sociedade ainda tão marcada por personalismos. Porém, a produção desse mito era devida aos camponeses e às camponesas, e não à imprensa paraibana. Se, em algum momento, essa instituição foi suporte para a construção desse mito, isso se deveu não por iniciativa dos seus editores ou do poder público, mas pelo espaço que a gente camponesa conseguiu naquele impresso, depois de muita luta, para colocar em pauta algumas das suas demandas. Esse espaço, diga-se de passagem, foi ainda muito restrito, sem notícias que conquistassem a capa do periódico ou mesmo que ocupassem mais de um quadrante da página do jornal.

Os jornais noticiaram a morte de João Pedro Teixeira porque a comoção criada no seu entorno tinha tomado muito espaço na opinião pública estadual, de forma que, possivelmente, as pessoas teriam aquelas informações por outras vias. Silenciar a morte do líder camponês, àquela altura dos acontecimentos, comprometeria o vínculo do periódico com as evidências, sem contar que, no propósito geral, o governador Pedro Gondim tinha a simpatia das ligas camponesas. Mas também era verdade que, como apontou Roberto Silva Muniz (2010), ainda em 1962, esse excesso de informação sobre as demandas dos camponeses foi barrado na imprensa oficial. Àquela oportunidade, o governador demitiu alguns dos redatores do jornal A União e da rádio Tabajara, conferindo uma característica mais conservadora ao periódico.

Depois da morte do seu marido, Elizabeth Teixeira, com nove crianças para criar, assumiu algumas das funções políticas que até então era protagonizadas por ele, como a mediação dos conflitos entre senhores e moradores expulsos. Há que se observar, contudo, que mesmo antes de ficar viúva essa personagem já desempenhava algumas atividades no interior das ligas camponesas, mesmo que sem o mesmo destaque que tomaria a posteriori. Naqueles primeiros momentos, ela contribuía com a preparação das carteiras dos sócios e alfabetização de trabalhadores rurais, atividades que comumente

eram destinadas às mulheres naquela organização, como narrou Wilson José Félix Xavier (2010).

Depois da chacina de Café do Vento, na qual João Pedro Teixeira foi assassinado, um de seus filhos, Paulo, o qual tinha apenas dez anos, falava em vingar o seu pai, palavras que lhe custaram um tiro na testa. Mesmo assim, o menino conseguiu sobreviver ainda por algum tempo. A certa altura do ano de 1962, quando Elizabeth foi chamada para depor, a sua filha mais velha, Marluce, comprou veneno no armazém e ingeriu com mel, tendo falecido algumas horas depois. Outro de seus filhos, Abraão, foi estudar no Liceu Paraibano, na cidade de João Pessoa, tendo morado na Casa do Estudante, hospedaria destinada aos secundaristas oriundos do interior do estado. Algum tempo mais tarde, ele e o irmão Izaac aceitaram um convite que Fidel Castro fizera a sua mãe para que eles fossem estudar em Cuba. Depois do golpe de 1964, Elizabeth Teixeira foi presa por três meses, período no qual seus filhos e filhas foram levados para a fazenda do seu pai, o qual reuniu seus irmãos e irmãs, deixando cada um responsável por uma criança e ficando com a mais nova, Marinês. Quando foi solta, Elizabeth e o seu filho Carlos foram morar no Rio Grande do Norte, onde ficou escondida com uma identidade falsa até o ano de 1981, quando a ditadura civil-militar era levada a termo e o filme de Eduardo Coutinho, *Cabra marcado para morrer*, voltou a ser produzido após o longo tempo no qual ele restou encerrado pela censura (PESSOA, 2015).

João Alfredo Dias e Pedro Inácio Araújo, mais conhecidos como Nego Fuba e Pedro Fazendeiro, foram duas outras lideranças que tiveram suas vidas cerceadas em razão dos enfrentamentos da economia política com o mandonismo. Os dois tinham sido presos e transferidos para o 15º Regimento de Infantaria do Exército em João Pessoa, de onde foram oficialmente liberados alguns dias antes do seu desaparecimento. Conforme a narrativa dos seus familiares, entre outras evidências consultadas pela CEVPM/PB, o mais provável é que esses dois sujeitos tenham sido assassinados dentro do quartel, possivelmente em uma sessão de tortura na qual os algozes “erraram a mão”, como aconteceu muitas outras vezes no período compreendido pela ditadura civil-militar brasileira. Os corpos de ambos jamais foram encontrados, mas uma fotografia, divulgada pelo jornal *Correio da Paraíba* no dia 10 de setembro de 1964, três dias depois que a família teve notícia de seu desaparecimento, com a legenda “Esquadrão da morte executa mais dois”, a qual informava de dois sujeitos assassinados por uma milícia na estrada que ligava Campina Grande, na Paraíba, a Caruaru, em Pernambuco, deu indícios aos parentes para acreditar que aqueles seriam os dois sindicalistas (PESSOA, 2015).

Os dois líderes tinham uma história de perseguição policial desde muito tempo. João Alfredo Dias, sapateiro e camponês, tinha sido eleito como vereador mais votado em Sapé nas eleições municipais de 1963. De acordo com o depoimento da sua irmã, Marina Dias, a CEVPM/PB, ele tinha cursado enfermagem e no ano de 1961 começara a trabalhar como servente no SAMDU, e pelo seu envolvimento com as ligas camponesas, fez viagens a Cuba, à China e à União das Repúblicas Soviéticas Socialistas – URSS. O seu pai, Alfredo Ulisses Dias, era foreiro na usina da família Ribeiro Coutinho, a qual era administrada por Renato Ribeiro Coutinho, e tinha quatro moradores nas terras que lhe tinham sido concedidas, contudo, foi expulso quando descobriram de quem ele era pai. Após o golpe civil-militar, o camponês foi encontrado pela polícia na madrugada de um sábado, depois de dois dias escondido em uma fazenda. João Alfredo Dias foi conduzido à delegacia de Sapé, de onde seguiu para o batalhão do exército no bairro de Jaguaribe, em João Pessoa. Marina Dias, então, narrou que, em um dia de visita, teve a informação de que ele havia sido libertado já havia alguns dias, momento a partir do qual teve início uma longa caçada por esse irmão desaparecido, cujo destino não há qualquer outra informação (PESSOA, 2015).

Pedro Inácio Araújo era um trabalhador rural e militante do PCB que, dentre outras coisas, assumiu os cargos de vice-presidente da Liga Camponesa de Sapé e secretário da Federação das Ligas Camponesas da Paraíba. Conforme seus filhos, esse sujeito costumava intermediar conflitos entre moradores e proprietários de terra, tendo sido vítima de dois atentados, um em 1961, quando levou três tiros no município de Sapé, e outro em 1962, na sede da Liga Camponesa de Itabaiana, junto com o deputado Francisco de Assis Lemos. Além disso, sua casa já tinha sido alvo de algumas batidas policiais, geralmente medidas com muita violência. Josineide Maria de Araújo, em depoimento concedido à CEVPM/PB, explicou que, depois do golpe de 1964, seu pai ficou escondido na casa de amigos, até o momento em que, por conselho da irmã dele, Ligia, teria decidido se entregar no 15º Regimento de Infantaria do Exército: “O Exército é íntegro”. Ao longo do tempo em que ele esteve preso, a sua família fez visitas regulares, até o dia em que foi informada que ele tinha sido solto. O camponês, contudo, nunca chegou em casa (PESSOA, 2015, p.84).

Havia diferenças consideráveis na forma e no contexto em que João Pedro Teixeira, João Alfredo Dias e Pedro Inácio Araújo foram assassinados o primeiro o foi em 1962, tendo como responsável a milícia dos usineiros, e, mesmo que alguns policiais estivessem envolvidos, esse envolvimento se deu de forma individual, marcada pela

corrupção dos sujeitos que se rendiam ao poder de um chefe político. Aquele assassinato, além disso, teve repercussão na sociedade civil, tanto que alcançou a imprensa, mobilizando atenções para os desmandos que tinham alcançado o mundo camponês. O mesmo não poderia ser dito do desaparecimento forçado dos outros dois camponeses, no dia da saída do 15 Regimento de Infantaria em João Pessoa. Ainda a esse respeito, a comoção popular não foi a mesma criada no entorno do corpo morto de João Pedro Teixeira, era outro momento, marcado por uma sociedade civil tendenciosamente mais conservadora. Aquele era o mundo no qual o projeto da reforma agrária afundava.

Em outras palavras, o golpe civil-militar de 1964 frustrou o projeto de democratização do mundo rural e emancipação da população camponesa, levando a um fim autoritário o processo modernizador. A política foi traída pela elite açucareira, que preferiu o trato das suas questões por meio da força bélica, e, nessa mesma medida, também o foi pelo poder público quando da emergência da ditadura civil-militar. O movimento pela reforma agrária, tomado aqui como terceiro movimento social brasileiro, fracassou em seus propósitos maiores. Àquela altura, contudo, a população rural já dispunha de toda essa experiência na luta democrática.

Porém o caminho percorrido pelos camponeses que continuaram a luta de João Pedro, Nego Fuba, Pedro Fazendeiro e tantos outros, não foi fácil. Quando as ligas camponesas continuavam a se espalhar pelo Brasil, em um momento de grande efervescência, e começavam a conquistar direitos como o fim do cambão e instalação de postos de médicos, os líderes que continuavam a ser perseguidos, foram surpreendidos pelo Golpe Civil-Militar de 1964 que destruiu o movimento prendendo lideranças e reprimindo camponeses, além da censura aos órgãos de imprensa e à Associação Paraibana de Imprensa, aos sindicatos rurais e partidos políticos de oposição, todos representando as forças políticas contrárias ao regime militar que interrompeu a democracia no país em 21 anos (1964-1985). Mortes, cassações de mandatos, clandestinidade, tortura e desaparecimento forçado, banimento político foram exemplos das violações aos direitos humanos realizadas durante o regime militar instituído por um golpe civil-militar.

A memória daqueles camponeses, que deram a vida por uma sociedade mais justa, corre o risco de ser esquecida, porque muitos órgãos públicos não se preocupam em mantê-la. Assim, na contramão do esquecimento, com a função de preservar o legado das Ligas, a justiça social, a luta pela terra, pelos direitos humanos e por um Estado democrático, nasce, em 2006, o Memorial das Ligas Camponesas (MLC) na Comunidade

Barra de Antas, zona rural do município de Sapé que será objeto de estudo da pesquisa.

3.3 Movimentos sociais e educação popular: contribuição à memória das Ligas Camponesas

Convencida de que a relação codificada (contribuição da educação popular aos movimentos sociais), como concreto percebido, como concreto a ser pensado, ganha concreticidade na dinamicidade mesma da ‘coisa em si’ (KOSIK, 1976, p.51), de que seu significado, não decorrendo da natureza em si, afirma-se na contemplação, modo de admirar o concreto percebido, a expressão do movimento⁴¹ de apreensão do real percebido, a demonstração do conhecimento científico mediada pela produção crítica (MELO NETO, 2001 apud ROSAS, 2008), sou impulsionada a pensar sobre movimentos sociais e Educação Popular. Tal exercício, característica do rigor metódico de quem adentra pensando valores, elementos da contribuição pretendida, exige atitude política em assumir certa posição no campo das relações humanas.

A Educação Popular pode ser definida como uma filosofia da educação, uma pedagogia, uma práxis e um campo de saberes e práticas que se pauta numa perspectiva emancipadora e crítica, enraizada na América Latina tendo Paulo Freire como um dos seus inspiradores (CARRILLO, 2013).

Tendo origem nos movimentos sociais a educação popular insurge na América Latina contra os processos de colonização e os governos autoritários na segunda metade do século 20, dialogando com correntes críticas, a exemplo de Carrillo (2013, p. 19) “da teologia da libertação e a igreja popular, a comunicação alternativa, a perspectiva de gênero, o feminismo popular e o movimento de mulheres, a pesquisa-ação participativa, o ambientalismo popular e o desenvolvimento alternativo”.

Nesta direção, temos como desafio pensar a contribuição da Educação Popular aos movimentos sociais que se reveste em campo e elemento da reflexão. Por conseguinte, uma afirmação se apresenta como ‘situação limite’: nem todo movimento social apresenta-se como expressão da educação popular. Neste caso, a educação popular nem sempre é argumento de verdade para explicar as ações dos movimentos sociais.

⁴¹ De acordo com a lógica dialética, movimento é condição necessária à explicação do método científico. Sobre isto Moacir Gadotti (2001, p. 28) escreveu: “a lógica dialética [...] decorre que tudo está em movimento, que todo movimento é causado por elementos contraditórios coexistindo numa totalidade estruturada”. Apoiado em Henri Lefèbvre vai afirmar que “o método dialético busca a ligação, a unidade, o movimento que engendra os contraditórios, que os opõe, que faz com que se choquem, que os quebra ou os supera” (GADOTTI, 2001, p. 29).

Para Gohn (2013) no Brasil, o paradigma da educação popular nasceu como expressão de resistência dos movimentos sociais, a exemplo, do Movimento de educação de Base e Cultura Popular nos anos de 1970-1980. Uma perspectiva de hegemonia dos setores populares, como afirma Torres (1994, apud GOHN, 2013, p. 36) “uma força contra hegemônica, uma ação cultural libertadora”.

A maneira de pensar traz consigo elementos que vão explicar a prática, o conjunto de valores com os quais se possam esclarecer o movimento e a relação entre teoria e prática. Daí o entendimento de que a leitura-mundo vai disponibilizar meios para a significação da coisa percebida delimitando o processo de pensar, de atribuir significado à coisa. No caso da reflexão sobre as contribuições da Educação Popular aos movimentos sociais, a opção feita foi por assumir a obra de Paulo Freire - situada pelos argumentos da lógica dialética, pelo movimento contraditório representado na relação ‘codificação-descodificação-codificação’ (1967) -, como constitutivo da Educação Popular, limites da reflexão em sua amplitude natureza-cultura.

No Brasil, Paulo Freire elabora uma crítica ao que ele denominou ‘educação bancária’, uma forma de educação que pressupõe que alguns detêm o saber e outros não; que os professores, os que sabem, devem transferir conteúdos aos alunos, os desprovidos de saber (FREIRE, 2013). Para ele, a educação bancária reproduz estratégias de opressão e dominação, de uma classe social sobre outra, da elite sobre os trabalhadores, transformam os humanos em “seres para outro” e não para si. Como referências teóricas no campo da educação popular e da pedagogia crítica e libertadora, dialogamos com autores, como: Freire (1987, 2011, 2013, 2007), Freire e Nogueira (2011), Streck e Esteban (2013), Streck (2010), Mejía (2018), Melo (2014), dentre outros.

O trabalho de pensar sobre Educação Popular a partir de Paulo Freire, na atualidade da América Latina, sugere a “compreensão crítica do ato de ler, que não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo” (FREIRE, 1989, p. 8) dispondo argumentos para significar o sentido da contribuição da Educação Popular, da Pedagogia freireana aos movimentos sociais.

Consequentemente, articular contribuição da Educação Popular aos movimentos sociais sob a conotação de atualidade do pensamento freireano requer esforço de situá-la e datá-la no tempo-espaço. Quando ao movimento social lhe é atribuído intencionalidade filosófica orientada por elementos da educação libertadora-problematizadora - em que a atitude de perguntar se reveste do entendimento sobre a “análise da situação política, de

nossa vida no mundo concreto” (FREIRE e FAUNDEZ, 1985), a dinamicidade do pensamento freireano insere rigor epistemológico fundamental ao esclarecimento da Educação Popular situada no espaço e tempo em que a atualidade política, pedagógica se expressa como possibilidade concreta.

Talvez aqui resida uma das primeiras contribuições da reflexão em trânsito. Educação Popular não deve ser reduzida a dimensão de método ou abordagem pedagógica mesmo que adequada aos movimentos sociais. Antes se deve compreender tratar-se de campo filosófico que integra valores, princípios à formação humana. Delimita opções sob a maneira de viver as relações de que, como ser humano, participa. Por isso não parece fazer sentido algum afirmar de minha condição de educador popular se, quando na condição de pai, companheiro, conhecido ou desconhecido nas relações de que tomo parte, minha atitude seja movida por outra lógica, àquela em que declinam a impermeabilidade, a intolerância ao outro.

Segundo Fleuri (2019, p. 4),

[...] Embora o mercado tenha desenvolvido poderosos mecanismos de sujeição das instituições de educação e de estudos superiores aos interesses econômicos hegemônicos, as articulações com os movimentos sociais apresentam-se como as mais fecundas do ponto de vista cultural e social. Os movimentos sociais, de objetos de conhecimento das ciências humanas, passam a se assumir como sujeitos de sua práxis social, formulando interpretações dos significados de seus projetos e elaborando deliberações autônomas em torno de suas lutas. Tal fenômeno interpela a universidade a reconhecer e potencializar as diferentes formas e processos de conhecimento que os diferentes sujeitos sociais desenvolvem na sociedade, redimensionando-se, deste modo, a relação entre universidade e sociedade.

Daí que a reflexão sobre a atualidade na educação popular vai requisitar o confronto e a complementariedade entre o global e o local, entre pluralidade e singularidade social. Vai exigir compreensão sobre a complexidade da diversidade humana, delimitada por argumentos dialéticos da contradição realidades-realidade percebida de maneira a demonstrar elementos da contribuição da educação popular aos movimentos sociais.

Neste momento, contudo, gostaria de ressaltar o recorte pensado para esta reflexão sobre a atualidade da pedagogia freireana na direção de contribuir com a relação Educação Popular-movimentos sociais. Várias e diversas podem ser as rotas a ser trilhadas. Dentre elas poderia assumir a discussão epistemológica situando Educação

Popular e movimentos sociais. Por outro lado, poderia e não seria menos relevante transcorrer sobre pontos de aproximação e os de afastamento da relação em discussão.

No momento, a opção traçada nessa reflexão foi a de adotar a ‘situação limite’⁴² que expressa a dinamicidade da atualidade do pensamento freireano. Atualidade que nos remete a pensar se temos superado os contrastes da formação humana entre modelos de sociedades fechadas e abertas. Da educação para o outro à educação com o outro. Será que nossas ações no campo da formação para o trabalho estão situadas por elementos consistentes à elevação da espiritualidade humana, à valorização dialética mediada por conotações entre o global-local, pluralidade-singularidade com o propósito de demarcar as referências mais amplas de sociedade? Neste sentido, pensar a atualidade da contribuição da Educação Popular aos movimentos sociais exige esforço cognitivo de representar a coisa percebida (KOSIK, 1976 apud Rosas, 2008). É esforço em explicar a essência da coisa afastando-se da coisa-natureza, de maneira a representá-la como coisa em si (atualidade pensada). Afasta-se da práxis fetichizada para assumir a práxis humana⁴³.

O saber popular não se propõe a assumir qualquer força mágica ou a assegurar o gerenciamento da humanidade. Todavia, a razão mantém-se como componente fundante da validade de um conhecimento gerador de saber. Muito distante da exigência quantitativa empirista, essa validade se dá pelo reconhecimento intersubjetivo através do falante e do ouvinte. São razões que vão sendo resgatadas de cada um e que, quando estão em grupo, tornam-se posição coletiva. Em nenhum momento, o saber popular ou o saber da tradição foram expressão do não pensamento, mas sim, de um conjunto de pensamentos determinados pelas condições do pensar, em cada momento histórico. Nunca se propôs, por si mesmo, a salvar a humanidade. Contudo se prestou para o saber viver em cada momento da vida humana e aí está sua importância. (FELIPE e MELO NETO, 2019, p. 242)

Uma questão ressalta aos olhos quando a lógica intencionada à compreensão de atualidade sugere recorte temporal delimitado pelo tempo presente ou próximo à condição do momento presente. O que se descreve como atual reúne elementos da diversidade da história (tempo-passado) de maneira a possibilitar entendimento à qualificação do tempo com sua substantividade. Com isso, aquilo que se descreve por atual parece encontrar-se

⁴² ‘Situação limite’ foi termo utilizado por Paulo Freire cuja dimensão epistemológica transitou entre K. Jaspers e Álvaro Vieira Pinto. De um lado ‘situação limite’ esteve associado a certa dimensão pessimista, como limite, barreira que condiciona e fragiliza a ousadia humana. De outro, não representando “a fronteira entre o ser e o nada, mas a fronteira entre o ser e o ser mais” (PINTO, 1960 em FREIRE, 1987, p. 90), expressa a dimensão de desafio, maneira com que o ser humano confronta suas possibilidades na busca do ser mais, de sua incompletude.

⁴³ Sobre isto ver Representação espiritual e racional da realidade (KOSIK, 1976).

situado por valores sociais com os quais se delimitam a condição do atual em si.

Como expressão do tempo, o momento atual se define por realidades percebidas, sejam elas orientadas por atitudes menos esclarecidas, sejam elas identificadas por atitudes crítica. De uma ou de outra maneira, o tempo atual se caracteriza por qualidades atribuídas ao modo de pensar a atualidade de um fenômeno. Com Kosik (1976), pode-se especular que na dialeticidade da explicação, atribuindo significados à relação atual-atualidade declinam-se atitudes orientadas ao desvelamento do fenômeno (tempo-temporalidade), no esforço cognoscente humano de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las.

A compreensão de atualidade, situada na relação história-cultura, no sentido de que há elementos a serem revelados da aparência da coisa, vai se afirmar na crítica, no modo de revelar a essência do fenômeno com a clareza de que, na atualidade, o velho e o novo vão movimentar contradições sob a forma dialética de entender as contribuições. Diferente da rejeição negativa do que se pretende pensar, assumir o exercício de decodificar a aparência da coisa, dos elementos de sua natureza para mais fortalecer os argumentos do novo na direção da formação humana responsável, comprometida com o coletivo social. Este tem sido um dos constitutivos da Educação Popular. Pensar o outro como ser de relações, como diferente, por vezes contraditório.

Entre o velho e o novo, será a compreensão de novidade que irá declarar a atualidade da pedagogia freireana. Por conseguinte, o cenário da denúncia dos problemas com os quais se pode pensar o lugar da Pedagogia freireana emerge anunciando ‘situações limites’, ‘temas geradores’ extraídos do mundo empírico. De certo modo pode-se imaginar que os limites da atualidade possam responder as questões cuja relação humana sugere desarticulação com o campo de sua própria essência, a humanização. Decorre do entendimento sobre o processo de humanização enquanto campo e elemento da aprendizagem. Como ser humano nascemos espécie, no entanto, será através da relação com o mundo, com outros humanos e as coisas que o ser humano aprende a humanizar-se. É neste cenário que a atualidade pedagógica freireana vai ser embalada no ritmo da descoberta de valores que atestem ou refutem sua dinamicidade, contribuições da Educação Popular aos movimentos sociais.

O desafio intercultural se coloca no Brasil a partir da ação dos diferentes movimentos sociais. Neste sentido, os processos de educação popular, desenvolvidos principalmente a partir dos movimentos populares, têm contribuído significativamente para o reconhecimento e valorização das

culturas dos diferentes grupos sociais, identificados como subalternos e excluídos. De modo particular, a partir dos anos 1950, os movimentos de “cultura popular” – e que posteriormente vieram a ser denominados de “educação popular” – contribuíram significativamente para promover processos educativos a partir dos componentes culturais dos diversos grupos populares. (FLEURI, 2019, p.10)

No Brasil, dentre os vários movimentos que se assumem sob a condição social, o Movimento dos Sem-terra (MST) tem sido expressão de afirmação de valores que antes mesmo de se submeter a formalidade da educação escolar, delimita sua trajetória por elementos da formação humana. Formação situada e datada por valores e princípios constituídos na contradição do coletivo. Para Roseli Caldart (2004, p. 93) escrevendo sobre formação humana, sobre a formação no MST, declina atenção do significado atribuído ao movimento sociocultural, como formação que “refletem e preparam mudanças sociais demoradas e profundas, produzindo elementos de uma cultura com forte dimensão de projeto” (CALDART, 2004, p 93). Uma cultura de formação mediada pelo olhar de quem, se reconhecendo sujeito no mundo, sujeito de cultura, se reconhece na historicidade de sua época situado por elementos das histórias dos que lhe antecederam. A formação em movimento sociocultural, desenhada no interior das políticas do MST, fundamenta-se na humanização que se conquista com atitude responsável e coletiva, pela transformação social, com consciência histórica.

Noutro contexto, sobre a luta pelo direito à terra, no Brasil, não se faz fora das políticas de resistência, contrárias ao poder dominante direcionado pela lógica do capitalismo. Exploração, exclusão de direitos, desigualdade são expressões que permanecem vivas nos gritos e ações dos que lutam pelo “respeito à diversidade cultural e, conseqüentemente, aos valores das diversas culturas (...) ao sujeito coletivo de direito a faculdade de não se ‘contaminar’ por valores que não sejam os seus” (FIGUEIROA, 2011, p. 192).

Ainda situado no e pelo cenário brasileiro, a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd), através de seu Grupo de Trabalho Educação Popular tem sido palco de pesquisas analisando a problemática da Educação Popular. Há os que centram seus estudos pensando a realidade dos camponeses, outros adentram pensando a precariedade das condições de vida de crianças em situação de abuso e exploração sexual. Juntam-se a esses os que investem na direção da relação Educação Popular e educação formal pública. Temas como republicanidade democrática e

escolarização, constitutivos da Educação Popular, território camponês, diversidade cultural, liberdade de direitos, educação de jovens e adultos, políticas públicas são frequentes entre os que fazem parte deste coletivo. No entanto, continua a pergunta: o que há de específico nas ações emergentes dos movimentos sociais como expressão da Educação Popular?

Pelo momento a afirmação feita anteriormente vai se mantendo no âmbito da reflexão. Não há uma relação direta entre movimentos sociais e Educação Popular. Isto é, podemos imaginar Educação Popular em vários setores da sociedade civil, lembra Melo Neto (2008, p. 15), “sindicatos, partidos políticos, organizações não-governamentais, igrejas”, em outro contexto, pode ser estudada em espaços públicos de Estado. Na virada do século passado, Educação Popular “manifestou-se no seio das práticas políticas dos anarquistas”, nos anos 30 como “perspectiva educacional do governo”. Mas será nas décadas de 50 e 60, no Brasil, que a Educação Popular vai se constituir de valores políticos, sociais, antropológicos, filosóficos orientados por uma dimensão humanista libertadora, como expressão de resistência às práticas dominantes, conservadoras de controle social.

Não nos tornamos educadores populares por atuarmos em movimentos sociais. Tampouco nos tornamos protagonistas de uma educação ‘bancária’ por estar lotado no sistema público de ensino. A Educação Popular não se explica por meio dos argumentos da biologia, da genética mesmo que avançadas. Não nascemos educadores populares, como não nascemos humanizados. Será sob a condição de ‘ser de relações’, como pessoa protagonista na e da história e culturas que nos humanizamos e assumimos a condição de educador (popular). Portanto, se atuando nos movimentos sociais opto por Educação Popular, no coletivo, aproximo-me da condição educador popular. Contudo, será na práxis que o eu-educador popular irá emergir.

Como escrito anteriormente e retomado as palavras acima, a escolha pensada para discorrer sobre ‘contribuições da Educação Popular aos movimentos sociais’ foi a de caminhar com Paulo Freire, no trânsito da atualidade de suas ideias. O que podemos extrair de suas ideias para, decodificando-as, confrontando-as com nossa condição de sujeito histórico e de culturas, pensar Educação Popular e, na continuidade, adentrar nos movimentos sociais?

Neste contexto, situado por certa leitura de mundo em movimento contraditório Paulo Freire vai pensar a atualidade da educação brasileira mediada por dois polos opostos. Um em que a tradição educacional se afirmava com argumentos

comportamentais, assumindo o condicionamento eficaz, expressão da marca do positivismo, como princípio para as práticas pedagógicas. O outro, assumia posição diferente cuja constituição firmava-se na problematização, no movimento fundamental da mudança. De um lado a educação tradicional – que anos mais tarde vai identificar por educação bancária -, de outro a educação libertadora. Sua crítica afirmava a importância do trabalho pedagógico orientado à transformação social, se dava sob a leitura de mundo delimitando “a necessidade da descentralização educativa, sempre estrangulada pelo autoritarismo [...] protecionista e antidemocrático” (FREIRE, 2001, p. 13).

Com Paulo Freire, os anos de 1950 ao início dos anos 60 fora constituído por discussão sobre a sociedade brasileira transitando entre uma lógica de ‘sociedade fechada’ e outra de ‘sociedade aberta’. Uma com características decorrentes da “inexperiência democrática”, fundada nos alicerces do “centralismo, verbalismo, antialogação, autoritarismo” (p. 13), outra situada pelo entendimento da importância do enfrentamento às práticas ‘fechadas’ da educação, com ações educativas referentes à superação da inexperiência democrática. Sobre isto, Paulo Freire escreveu (2001, p. 13):

Por isso mesmo é que falamos tanto, em termos teóricos, na necessidade de uma vinculação da nossa escola com a sua realidade local, regional e nacional, de que haveria de resultar a sua originalidade e continuamos, na prática, a nos distanciar dessas realidades todas e a nos perder em tudo o que signifique antidiálogo, antiparticipação, anti-responsabilidade.

Diante deste contexto, a proposição que fizera fora a de situar uma educação com a disposição crítica e permeável de superação da inexperiência democrática. Sua dinâmica foi criada com a intencionalidade de pensar uma educação movida por opções que refletissem na relação trabalho-trabalho humano. Trabalho delimitado por valores de uma formação humanizada em que o trabalhador fosse compreendido por sua condição de ser situado e datado histórica e culturalmente⁴⁴. Um ser humano crítico, cuja opção política de suas ações estivesse orientada pela dimensão de sociedade aberta, de expressão popular. Uma educação popular criada e trabalhada por pessoas que, se reconhecendo ser de relações, fizessem suas escolhas mediadas pela integração, por rejeição aos privilégios.

⁴⁴ Para muitos, esta posição freireana revela certos traços de uma sequela romântica demarcando certa ingenuidade política. Para outros, transcende enquanto princípio humanizador, expressa a admiração política no âmbito do ‘ser mais’, do ‘pensar certo’, da valorização do outro em comunicação verdadeira. Trabalho situado por valores da ética universal humana, diferente do trabalho condicionado por argumentos da lógica de mercado.

Pensando o movimento da educação brasileira (1954-2019), pode-se imaginar que a passagem dos anos, como tempo de sua historicidade e cultura local, de sua territorialidade brasileira, mesmo que apresentando mudanças, sugere manter-se em estado de suspensão política distante dos valores de uma educação que se pretenda popular.

De algum modo, problemas da atualidade dos anos de 1959, quando Paulo Freire escrevera *Educação e atualidade brasileira*, não foram superados na atualidade dos anos da atualidade. O povo confronta, dialeticamente, novos desafios, enfrenta novos problemas, muitos com características do tempo velho, no entanto, a realidade dos efeitos das novas tecnologias, como expressão rompante da nova atualidade, sugere a permanência contraditória da atualidade da Pedagogia freireana. Nessa direção, os movimentos sociais emergem com valores de resistência, valores condicionados pela luta orientada à superação de inexistências democráticas, à transformação social. Diferente das práticas fragmentadas no individual, espera-se dos movimentos sociais ações mediadas por certa dialeticidade com que se reconheçam a força política do coletivo, nas maneiras de sua comunicação com o outro e com o mundo.

Com Paulo Freire (1987) pode-se realizar o esforço de pensar a atualidade da Pedagogia problematizadora, libertadora com elementos de sua explicação, delimitando significado aos condicionantes da opressão em Pedagogia do oprimido. O primeiro termo originado na dialeticidade entre inexistência democrática-sua superação, pode estar situado na expressão ‘medo da liberdade’, no contexto de afirmações de pessoas na ocasião de cursos de formação em educação libertadora com Paulo Freire. Medo da liberdade, “se referem ao que chamam de ‘perigo da conscientização’. ‘A consciência crítica’ é anárquica” (FREIRE, 1987, p. 23) por isso mesmo é condição contrária à formação predominantemente formada nos alicerces do positivismo, de uma educação intolerante à mudança. O ‘medo da liberdade’ encontra-se associado ao contexto histórico de pessoas afastadas da opção crítica, condicionadas pelo perigo que a atitude crítica remete às posições mais sectárias da opressão.

Neste sentido, pensar a atualidade da educação motivada por argumento da pedagogia libertadora exige esforço cognoscente de enfrentamento ao ‘medo da liberdade’, maneira da afirmação do ser humano em seu processo de humanização. Isto indica a intenção por uma pedagogia mediada pela descoberta do estado da ingenuidade e sua superação se movimentando na direção de reconhecer-se sujeito crítico. Tal compreensão encontra argumentos de sua explicação no movimento dialético que,

rejeitando a negação do oposto, caminha na direção de mais compreendê-lo para mais criticamente se posicionar.

Um segundo termo para a reflexão sobre a atualidade da Pedagogia freireana, situada pela relação diálogo-antidiálogo, se apresenta pela noção de posições fechadas, típicas da ‘sectarização’ que “é sempre castradora, pelo fanatismo de que se nutre [...] é um obstáculo à emancipação” (FREIRE, 1987, p. 25). Como par oposto, condicionado pela atitude em atribuir essência à atualidade do pensamento freireano, no âmbito pedagógico, na busca por ações mais abertas à superação da inexperience democrática, a atitude ‘radical’ vai delimitar intencionalidade política situada pela práxis libertadora. Diferente da sectarização a atitude radical possibilita ao ser humano a condição de se propor “a si mesmo como problema. Descubrem que pouco sabem de si, de seu ‘posto no cosmos’, e se inquietam por saber mais” (FREIRE, 1987, p. 29). Como radical o homem a mulher não se contenta com explicações superficiais, exigem atitude crítica, maneira de aprofundar-se, sabedor de sua incompletude, na busca por elementos de seu convencimento. Seu movimento deve ser o de quem sabendo que sabe, mais busca saber. Caminha da aparência da coisa para sua explicação.

Daí que a Educação Popular, situada por argumentos da radicalidade pedagógica freireana, esteja constituída por elementos da práxis libertadora, das condições de criar e recriar as relações humanas, sua maneira de estar no mundo, com o mundo.

Por conseguinte, pensar a dinamicidade dos movimentos sociais, nessa trajetória, desencadeia reflexões inspiradas por elementos da superação ‘ao medo da liberdade’. Situada por essa lógica, os que vivem na contradição política dos movimentos sociais devem transitar com ‘esperança crítica’ (FREIRE, 1992)

Talvez o mais expressivo seja pensar os elementos que mediam a lógica das reflexões de Paulo Freire para, com elas, tomar decisões referentes ao processo de enfrentamento dos grandes problemas das sociedades na atualidade. Neste caso, a questão a ser percorrida se antecipa a noção de tempo e se afirmar com elementos de certa filosofia em educação. Ultrapassando a temporalidade do tempo presente, a Pedagogia freireana se integra às maneiras de pensar e responder problemas do mundo, no mundo, das relações humanas no e com o mundo. Busca entender o ‘ser mais’ de cada um e uma das pessoas na direção de compartilhar ações na defesa da humanização do humano.

Assim, os movimentos sociais em cenário de enfrentamento das desigualdades, dos modos de exploração que coisifica desumanizando o ser humano de sua humanização, defende-se a ação revolucionária comprometida com o Ser do humano mediado por

expressões de sua singularidade no coletivo. Defende-se a intenção de trabalhar coletivamente, valorizando a diferença, a diversidade cultural.

Se esta condição já se encontra superada no contexto social, a pedagogia freireana já não mais responde aos problemas da educação, neste caso o debate sobre educação popular nos movimentos sociais é desnecessário. No entanto, se as realidades sociais concentrarem mecanismos de opressão, cujas ações humanas se confrontem com a negação de uns sobre outros, se a educação se encontra permeada de valores predominantes dos modos de produção pela lógica de mercado que coisifica o humano, neste caso a pedagogia freireana emerge como possibilidade de enfrentamento, a educação popular surge como atualidade revolucionária.

Isto implica no entendimento de que sendo a opção das pessoas que vivenciam o cotidiano dos movimentos sociais a radicalidade da Educação Popular, suas atitudes não de se afirmar com coerência responsável, comprometida com o coletivo na diferença. Diálogo será a maneira de sua comunicação. A ética que guiará suas ações é àquela em que se situa na universalidade humana. Neste sentido, pode-se afirmar que a polaridade política no em torno das ações educativas dos movimentos sociais, constituída historicamente como expressão de oposição aos valores da opressão, aos meios de exclusão, da discriminação, precisa assumir a responsabilidade social de superação das marcas da inexperiência democrática.

Nesse sentido, para tentar priorizar a educação popular para Nunca Mais e apreender o processo educativo implícito nas relações, torna-se necessário, na construção teórica, “aprofundar as formas que vão assumindo as relações historicamente, examinando a natureza das contradições que emergem destas relações, entendemos seja este o caminho de repensar a relação educação formal e não formal. Trata-se, principalmente, de compreender que a produção do conhecimento, a formação da consciência crítica tem sua gênese nestas relações”(THIOLLENT, 1988, p.18). Isto nos leva a resgatar a visão de que o conhecimento se dá na e pela práxis, que resulta da unidade dialética entre a teoria e a prática, pensar e agir.

A relação teórico-epistemológica extraída da Pedagogia freireana, até o momento desta reflexão, vai indicar o esforço de pensar a atualidade situada por certa radicalidade, por certa maneira de estar na sociedade com a opção crítica de ler o mundo, de orientar a vida no contexto da busca por uma sociedade aberta. Assim, problemas demarcados pela violência social, por mecanismos de exclusão do povo das decisões da vida pública, tanto quanto dos meios de comunicação deslocados da intimidade humana

como ser de relações, são contextos atuais com os quais a Pedagogia freireana apresenta-se como opção de enfrentamento.

Diferente de uma prática pedagógica orientada por instrumentos de favorecimento à sectarização do ensino-aprendizagem, a Pedagogia freireana emerge com a clareza sobre metodologias afirmadas na expressão coletiva, mediada pelo entendimento de que toda pluralidade é constituída de singularidades inconclusas (FREIRE, 1967). Por este motivo, a atualidade da Pedagogia encontra seus elementos teóricos, com os quais explica a ação pedagógica, na valorização do humano como ser de relações. À incompletude humana se acrescentam as condições do seu inacabamento, sua disposição para enfrentar ‘situações limites’ criadas da leitura de mundo, da realidade percebida com que vai atuar, mediado por ‘inéditos viáveis’⁴⁵.

Entre os anos 1962 e 1970, Paulo Freire viveu fortes emoções condicionadas por certa atualidade histórica de um Brasil em crise. O Regime Militar que impôs ações de repressão à sociedade, claramente fechada, difundira atitudes de uma ditadura constituída de medo e ousadias. De um lado, o AI-5 espalhará medo e terror. A censura se fizera realidade e a ousadia de confrontar mecanismos de opressão afirmava-se com ações revolucionárias na busca pelo processo de redemocratização da sociedade brasileira. Este cenário, marca da atualidade brasileira à época, contraditoriamente se modificara emergindo do sofrimento, das torturas, ceifando corpos e almas humanas, velhas utopias, esperanças fundadas na teoria libertadora.

É neste contexto e tempo histórico que as ações vividas no Movimento de Cultura Popular-MCP (Recife-PE), assim como a Campanha de Educação Popular-CEPLAR (João Pessoa-PB) e a Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler (Natal- RN), consideradas subversivas para os militares no poder, vão inspirar homens e mulheres a se manterem vivos na busca ativa pela superação das atitudes antidemocráticas decorrentes da autocracia imposta. A prática educativa desenvolvida nestes espaços de afirmação democrática, criados na contradição, como espaço de contracultura, da produção de homens e mulheres na diversidade, foi a mesma que, se de um lado propunha a cultura mediada pela força de trabalho, de outro se fizera ameaça ao Regime Militar empenhado em coibir qualquer manifestação revolucionária. Sobre isto José Germano (1993) escreveu:

Sua intenção é modelar a vida privada, a alma, o espírito e os costumes

⁴⁵ ‘Inédito viável’ foi termo utilizado por Paulo Freire para indicar as condições da singularidade da pessoa humana no enfrentamento das ‘situações limites’ percebidas.

dos destinatários do poder de acordo com uma ideologia dominante, ideologia que será imposta àquela que não querem se submeter a ela, com os diferentes meios do processo do poder (p. 28).

A elevação do “grau de autoritarismo e violência” no Brasil pós 64, repercutiu na “tentativa de controlar e sufocar amplos setores da sociedade civil, intervindo em sindicatos, reprimindo e fechando instituições representativas de trabalhadores e estudantes, extinguindo partidos políticos, bem como pela exclusão do setor popular e dos seus aliados na política” (GERMANO, 1993, p. 55), vai impor a saída de brasileiros de sua territorialidade, modo perverso de exilar.

Gadotti e Abrão (2012) em publicação lançada durante a Caravana de Anistia no Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica em 26 de novembro de 2009, desvela o processo de perseguição política imposto a Paulo Freire no período de 1964 a 1979 pelo governo militar. O educador foi preso acusado de agir com o objetivo de pela educação crítica e emancipadora tentar “mudar a ordem social e política” com subsídio de organização e apoio internacional. Tendo que se exilar Paulo Freire é recebido pela Bolívia, Chile, Estados Unidos, Suíça, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola, São Tomé e Príncipe em face da solidariedade internacional sem que tenha obtido o passaporte por parte do governo militar autoritário. Retorna Paulo Freire ao Brasil após a Lei de Anistia em 1979. Durante dezoito anos de 1979-1997 publica livros, participa da gestão municipal no governo de Luiza Erundina em São Paulo, recebe títulos de honoris, prêmios e medalhas, até a sua morte repentina de infarto agudo.

4. MEMORIAL DAS LIGAS CAMPONESAS: UMA VIAGEM DO PASSADO AO PRESENTE NO DIÁLOGO COM AS EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO POPULAR

Ao nos debruçar sobre o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas de Sapé, como um lugar de memória e educação para nunca mais, é preciso conceituar como um determinado território pode ser ao mesmo tempo, um espaço de refúgio e ou de esfacelamento e mutilação do passado. Enquanto a história, para Nora (2013, p.9) “é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”, a memória, se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções”. A memória” se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”, por natureza, a memória “emerge de um grupo que ela une”, ela é múltipla, coletiva, plural e individualizada.

Mesmo no brejo paraibano, aonde o latifúndio agiu para matar lideranças e apagar os vestígios das lutas camponesas, o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas de Sapé se afirma como lugar de memória, organizado por um coletivo plural de forças sociais, vem rompendo a violência do silenciamento implantado pelo golpe de estado de 1964 no território, ao mesmo tempo, que continua no presente, escavando os rastros da luta, contribuindo para a formação e articulação dos trabalhadores rurais.

Figura 7 - Memorial das Lutas e Ligas Camponesas



Fonte: Memorial das Ligas e Lutas e Camponesas, 2022.

Anualmente, no dia 2 de abril, o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas reúne os trabalhadores rurais com os movimentos sociais, articula os familiares com as forças sociais para recordar e não esquecer os lutadores assassinados na luta, ao mesmo tempo,

evocam a memória do passado com o objetivo de revitalizar e fortalecer a unidade da luta pela Reforma Agrária no presente.

Figura 8 - Semana das Ligas Camponesas



Fonte: GEPMSEP, 2021.

Pierre Nora (2013) acredita que uma das questões significativas da cultura contemporânea se situa no entrecruzamento entre o respeito ao passado – seja ele real ou imaginário – e o sentimento de pertencimento a um dado grupo; entre a consciência, a memória e a identidade. Elizabeth Teixeira com mais de 60 anos depois do assassinato do líder camponês e esposo João Pedro Teixeira reflete com lucidez a utopia que continua mobilizando a luta permanente pela reforma agrária até os tempos atuais. Cita Elizabeth do sonho de João Pedro Teixeira “minha filha vão tirar a minha vida, voce continua minha luta? Vão tirar a minha vida filha, mas que a reforma agraria vai ser implantada no Brasil”⁴⁶.

A expressão lugar de memória inicialmente formulada pelo historiador francês Pierre Nora, convencido de que no tempo em que vivemos os países e os grupos sociais vem sofrendo profundas mudanças na relação que mantinham tradicionalmente com o passado pergunta o que as nossas sociedades, condenadas ao esquecimento fazem hoje do passado? Trazendo para nosso objeto de estudo, interrogamos como o Memorial da Lutas e Ligas Camponesas atua como ancoragem da memória camponesa, como um lugar de memória, considerando o esforço de forças sociais para tentar apagar a história recente de violência do latifúndio contra as Ligas Camponesas?

Esta perspectiva de valorização dos espaços/lugares de memória se apoia no pressuposto da centralidade do testemunho das vítimas e em uma noção de memória

⁴⁶ Depoimento de Elizabeth Teixeira ao Projeto “Compartilhando Memória” do Núcleo de Cidadania da UFPB.

como práticas sociais inscritas na materialidade do presente e na relevância político simbólica dos espaços públicos das cidades. São espaços materiais que, pela ação de grupos humanos e pela reiteração de rituais comemorativos neles, tornam-se lugares carregados de sentido, pois são dotados de aspetos materiais, simbólicos e funcionais, inscritos nos hábitos, nos costumes e na cultura em geral que se convertem em veículos para a memória coletiva de um mesmo passado comum que se gostaria de preservar e/ou ressignificar. A cultura camponesa pode se expressar pela agregação de vários costumes, saberes, gestos, símbolos, e artefatos que perpassam as gerações que vivem da, na e para a terra, vivências atravessadas de sentidos coletivos de saberes, praticas e experiências que formam o sujeito e a identidade camponesa.

Figura 9 - Bandeira das Ligas Camponesas⁴⁷



Fonte: Bezerra, Julyanna de O. 2022.

A identidade camponesa pode ser materializada desde a confecção de uma concha feita de coco seco (quengo), mesclando-se a preparação de comidas típicas nas festas juninas e as crenças vivenciadas diariamente, até a costura da bandeira das Ligas Camponesas pela bordadeira rural, tendo a terra, o algodão, a cana-de-açúcar e a foice como símbolos da força camponesa, a ser jogada ao vento, nos dias de convocar o povo para luta.

⁴⁷ A bandeira das Ligas Camponesas foi resgatada e reproduzida no ano de 2021 pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Movimentos Sociais e Educação Popular GEPMSEP. Na foto estão presentes a filha de Elizabeth Teixeira, os netos e 3 integrantes do grupo, a imagem foi feita no dia 02 de abril de 2022.

As Ligas Camponesas foi um movimento importante na luta dos trabalhadores do campo por direitos humanos, de um modo geral, e por direitos trabalhistas de modo particular. Luta na forma radical do termo, pelo enfrentamento da violenta repressão da elite agrária e das forças do Estado em resposta às reivindicações dos camponeses que se destacaram pela organização e resistência.

Assim, a formação de uma identidade camponesa deve passar pela preservação da memória das Ligas Camponesas, movimento situado em determinado momento histórico, mas com elementos do presente que atualizam aquelas lutas e fortalecem o sentido de pertencimento desse grupo que almeja não só os direitos de trabalhadores rurais, mas da posse da terra e da possibilidade do trabalho coletivo e partilhado. (*Entrevista com a Lúcia de Fátima Guerra Ferreira*⁴⁸, março de 2022)

Dialogar sobre memória e identidade camponesa abre um leque de possibilidades educativas, considerando os processos culturais vivenciados pelos filhos e familiares dos camponeses perseguidos em tempos de exceção, ao que continua vivendo hoje, os trabalhadores rurais e os grupos populares. A identidade camponesa agrega o sentimento de unidade do homem com a terra, assim como o valor do trabalho como processo coletivo de transformação da vida e criação de cultura.

Nessa perspectiva o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas em suas frentes de atuações integra em suas ações educativas os saberes e as experiências do homem e da mulher do campo, como parte integrante da formação educativa, dialoga com tecnologias alternativas envolvendo jovens, mulheres e os velhos buscando não só para transmitir sabedoria da tradição camponesa como ainda, criar novas possibilidades de produção agrícola autossustentável, sem no entanto, descolar o sujeito do trabalho do contexto social e histórico, e mesmo, sem deixar de se conectar com a utopia da reforma agrária. Assim, considerando estes aspectos da luta no campo, recompor a história recente do país (a partir da década de 1960) e seus desdobramentos no estado da Paraíba e no município de Sapé, articulando a educação para a memória com a educação popular com a criação de um sítio de memória no lugar onde a resistência ocorreu, embora tenha

⁴⁸ Possui graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (1977), mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1982), especialização em Cultura Afro-brasileira (1988) pela UFPB e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1994). Atualmente é Gerente Executiva de Documentação e Arquivo da Fundação Casa de José Américo e presidente da Comissão de instalação do Memorial da Democracia. Professora titular aposentada do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da Universidade Federal da Paraíba. Foi pró-reitora de Extensão da UFPB, presidente do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, coordenou os Cursos de Especialização em Organização de Arquivos e o de Educação em Direitos Humanos, os Núcleos de Documentação e Informação Histórica Regional e o de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB. Integrou a Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba. É sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano,

sido oprimida pela força constitui um exemplo importante para pesquisa na linha da educação popular.

Aqueles segmentos sociais que tramaram a ditadura militar e dominaram a vida política do país pelo uso da força e a expulsão dos dissidentes políticos de 1964-1985 realizaram uma guerra contra a memória, como investiga Todorov (2000, p. 11) quando define como abuso da memória, os processos de destruição, ocultação, queima e apagamento de livros e documentos que servissem de vestígios. No entanto, as violências ocorridas na luta pela terra no Brasil nos anos cinquenta e sessenta não foram totalmente eliminadas, houve resistências, sejam pelos familiares e pelos camponeses em luta até que noutros tempos de liberdade, essa memória pode ser evocada.

A modernização conservadora do campo intensificou ainda mais a concentração fundiária, a pobreza e o êxodo rural. No início dos anos 1980, os trabalhadores rurais da Paraíba, com o apoio de setores progressistas da Igreja Católica, voltaram a se mobilizar pela conquista de direitos e a bandeira da reforma agrária em meio a esforços e expectativas pela construção de um país democrático. As memórias das experiências do passado foram retomadas com outras organizações, como a Pastoral da Terra ainda nos anos setenta. Silva (2011) chama atenção para a contribuição dos setores progressistas da igreja católica na Paraíba para luta e organização dos trabalhadores rurais por meio do surgimento de assessorias educacionais e jurídicas e organizações populares, a exemplo da Animação Cristã no Meio Rural (ACR), do Movimento de Evangelização Rural (MER), do Centro de Orientação dos Direitos Humanos (CODH) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A violência comandada pelo latifúndio continuava a verter: em 12 de agosto de 1983, Margarida Maria Alves, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (a 70 km de Sapé), foi assassinada com um tiro de doze dirigido contra sua pessoa por um pistoleiro na porta de entrada de sua casa. Este crime não abalou a organização em sindicatos e em novos movimentos sociais do campo, como a Comissão Pastoral da Terra e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Segundo relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (2020, p. 7) ‘É um fato não controvertido que a suposta vítima faleceu em 12 de agosto de 1983 depois que um indivíduo disparou várias vezes contra o seu rosto com uma arma de fogo, sendo encontradas seis balas de chumbo em seu crânio’. Dados do inquérito policial chegaram aos culpados pelo crime “Amauri José do Rego, Amaro José do Rego, “Toinho” ou “José” (não identificado) e Antônio Carlos Coutinho Regis (como autor intelectual)”. Em 10 de dezembro de 2009 o

processo judicial foi arquivado e o crime ficou impune no que tange aos autores intelectuais. O processo junto a CIDH (2020, p. 21) concluiu que

[...] o Estado não investigou o assassinato de Margarida Maria Alves com a devida diligência e, portanto, é responsável pela violação dos direitos estabelecidos nos artigos XVIII da Declaração Americana e 8.1 e 25.1 da Convenção Americana, com relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, em prejuízo de seus familiares identificados no presente relatório.

A CIDH, condenou o Estado brasileiro a reparação integral -material e imaterial da família - a prestação de serviços de saúde física e mental das vítimas, assim como, o dever do Estado em investigar as estruturas de poder responsáveis pelas violações e a implementação de medidas protetivas para proteção dos defensores de direitos humanos dos trabalhadores rurais. Relatórios da Comissão Pastoral da Terra divulga desde 1985⁴⁹ a continuidade da violência estrutural no campo, razão central da luta por reforma agrária pelos trabalhadores rurais.

A luta agrária da família Teixeira no território de Sapé ficou gravada no documentário “Cabra Marcado para Morrer” que registra o período pré-1964 e após a anistia política quando Elizabeth Teixeira retorna da clandestinidade. A continuidade dos conflitos rurais na Paraíba mobilizados com o apoio da Comissão Pastoral da Terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais, dentre outras entidades civis mobilizam a partir de 2006, a criação do Memorial das Ligas Camponesas com o objetivo de organizar e preservar a memória das ligas camponesas.

Posteriormente, em 2010, com a vitória de uma liderança sindical no cargo de governo do Estado da Paraíba, as vozes e demandas populares do campo foram ouvidas e se implementou o processo de desapropriação da área ao redor da casa onde João Pedro e Elizabeth viveram, nas imediações do povoado de Barra das Antas, zona rural de Sapé. A partir de 2012, a casa tornou-se o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas.

O processo de desapropriação encampou atividades administrativas e políticas governamentais assim como, mobilizou articulações de forças sociais e da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória. Com essa última comissão somado ao apoio da Comissão Municipal da Verdade do Rio de Janeiro foi possível então, promover

⁴⁹ No site da Comissão Pastoral da Terra, encontram-se disponíveis

o reencontro presencial da família Teixeira que tinha sido dispersa com o assassinato do pai e a longa clandestinidade da mãe (MUNIZ, 2021).

Figura 10 - Parte interna do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas



Fonte: Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, 2019.

As paredes do Memorial abrigam painéis com fotos, pinturas e recortes de jornais da época, em esforço ainda incipiente, porém fundamental, além do acervo de livros, dissertações e teses, bandeiras e símbolos da luta agrária. O Memorial também procura criar vínculos entre a história das lutas sociais na região com as lutas do presente representadas pela juventude e lideranças dos assentamentos rurais. Assim, a antiga casa de João Pedro e Elizabeth Teixeira, continua sua missão original, de ser um espaço de memória, onde tornou-se um lugar de memória das lutas da classe trabalhadora, que insiste em não esquecer de seu passado para não esmorecer na luta árdua pela socialização da terra no Brasil.

Figura 11 - Casa de João Pedro Teixeira e Elizabeth Teixeira



Fonte: Memorial das Lutas e Ligas Camponesas, 2021.

O processo de gestação do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, portanto, tem suas origens nos anos cinquenta, quando João Pedro recebia os trabalhadores em reuniões que gestaram o movimento das Ligas Camponesas em Sapé. Daí, a representar nos tempos presentes um espaço de memória das ligas camponesas num território em luta como tem sido a comunidade de Barra de Antas, reflete a importância entre a memória do passado com a história da luta pela terra recente. Os camponesas/es sem terra utilizam a estratégia de rememoração dos que tombaram na luta organizativa das mulheres e homens do campo, como força da consciência social e política.

Toda a história da entidade criada, foi e continua sendo possível por que há uma “vontade de memória” das(os) camponesas(es) da região, que perceberam a importância de defender suas memórias e a história das ligas camponesas. Sobretudo a de Sapé que ficou conhecida internacionalmente por seu papel político social diante da flagelada população camponesa, mas também devido ao assassinato do líder camponês, João Pedro Teixeira, em 02 de abril de 1962.

O assassinato que mais abalou a trajetória das Ligas foi o de João Pedro Teixeira em 2 de abril de 1962. Embora não fosse o presidente das Ligas Camponesas da Paraíba, e sim vice-presidente ao lado do presidente Francisco de Assis Lemos⁵⁰, João Pedro foi a maior liderança da história das Ligas na Paraíba. Em todos os depoimentos consultados sobre João Pedro, pode-se encontrar uma constância nas falas das pessoas a respeito dessa liderança: a convicção de que se tratava de um homem íntegro, carregado de valores de justiça e solidariedade, uma pessoa amável com a família e com os camponeses. Ressaltam, também, a sua educação no trato com o outro, sua clareza sobre as injustiças que pairavam sobre o homem do campo e a sua obstinação em acabar com toda aquela estrutura injusta.

Após a morte de João Pedro, sua companheira Elizabeth Teixeira assumiu a presidência das Ligas Camponesas e, junto com Francisco Julião, fez a voz dos camponeses ecoar pelo mundo afora⁵¹. Nos seus depoimentos, Elizabeth Teixeira

⁵⁰ Assis Lemos era engenheiro agrônomo e quadro do Partido Comunista do Brasil (PC); foi eleito deputado estadual em 1962 e é autor do livro: “Nordeste: o Vietnam que não houve.”

⁵¹ A repercussão das Ligas Camponesas alcançou terras distantes. Circula a afirmação entre antigos participantes das Ligas, inclusive do ex-presidente das Ligas e ex-deputado estadual Assis Lemos, que estava tudo preparado para a visita do presidente norte-americano John Kennedy ao município de Sapé. Segundo corre a lenda, o presidente viria de corpo presente oferecer ajuda aos camponeses, em uma deliberada estratégia para minimizar a força que os camponeses vinham ganhando, e, assim, não ocorrer a possibilidade de haver uma nova revolução aos moldes da revolução cubana. A visita só não aconteceu porque John Kennedy foi assassinado. Nessa ótica, segundo Page (2006), Kennedy pronunciou que

sempre afirmou que assumiu a luta diante do cadáver ensanguentado de João Pedro. Como até o momento da morte de João Pedro ela não havia se envolvido com a luta das Ligas, foi uma surpresa a garra, a disposição em levar adiante a luta do marido e a habilidade discursiva com que Elizabeth conduziu as Ligas até o golpe militar.

Antes de narrar sobre a fundação do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, vale resgatar um pouco da história e memória do território onde nasce esse lugar de memória. O território tradicional Barra de Antas está a uma distância de aproximadamente 500 metros da casa onde viveram João Pedro Teixeira e Elizabeth Teixeira⁵² e distante mais ou menos um quilômetro e meio do local onde João Pedro foi assassinado (onde hoje há uma capela⁵³ em sua homenagem). Parte da Fazenda Antas do Sono era de propriedade do pai de Elizabeth Teixeira e foi motivo de litígio entre esse proprietário e João Pedro pouco antes de sua morte. Essa é uma região onde as Ligas Camponesas da Paraíba tiveram mais força e realizaram as suas principais ações. As terras de Antas do Sono constituem um capítulo da história e da memória das lutas camponesas no Brasil. (MITIDIERO JR, 2008)

O interessante é que, mesmo após 60 anos do assassinato de João Pedro Teixeira, de toda luta ocorrida nessas terras e do longo período que separa a histórica repressão militar contra os camponeses de Sapé do período atual, ainda hoje os moradores e familiares de camponeses dessa localidade têm receio e certo medo de relatar a trajetória das Ligas e da família Teixeira.

Ainda segundo Mitidiero (2008, p. 417),

Quando um grupo de agentes pastorais e professores da Universidade Federal da Paraíba tentou resgatar a memória de João Pedro Teixeira também se deparou com a situação de esquecimento voluntário e velado dessa história. Era um verdadeiro pacto de silêncio.

“nenhuma área tem maior e mais urgente necessidade de atenção que o vasto nordeste do Brasil.” Para Pereira (2006), no combate à revolução, o Nordeste foi foco central da preocupação do governo norte-americano, pois era considerada uma “região explosiva” pela péssima condição socioeconômica. Com isso, o Nordeste foi palco de ações assistencialistas (distribuição de alimentos e vestuários) da “Aliança para o Progresso”, sendo essas ações intermediadas por organizações ligadas às Igrejas cristãs, especialmente a Igreja Católica. (MITIDIERO JR, 2008, p.284)

⁵² Memorial das Ligas e Lutas Camponesas.

⁵³ Essa capelinha está localizada no local em que, em 1962, após o assassinato de João Pedro, os camponeses tinham erguido uma cruz que, logo em seguida, foi dinamitada pelos militares, e foi reconstruída mais de uma vez.

Esse grupo que buscava resgatar a memória dessa histórica liderança das lutas camponesas, movido principalmente por Irmã Tony, conseguiu construir a capelinha, onde há uma foto de João Pedro e uma placa com a seguinte informação: “Homenagem ao Mártir da Reforma Agrária: João Pedro Teixeira assassinado no dia 2 de abril de 1962.” Também reformaram o túmulo de João Pedro, localizado no cemitério municipal de Sapé e, em 2002 colocaram uma placa em homenagem aos 40 anos de sua morte: “Aqui jaz João Pedro Teixeira, Fundador das Ligas Camponesas de Sapé”; e ainda montaram um singelo memorial sobre a vida de João Pedro em uma casa na Barra de Antas.

Figura 12 - Capela João Pedro Teixeira



Fonte: ALMEIDA, Ana Maria. 2021.⁵⁴

No mesmo ano e na mesma comemoração, a prefeitura de Sapé construiu um monumento (uma grande enxada) na entrada do município e colocou o nome da rodovia que liga os municípios de Sobrado e Sapé de Rodovia João Pedro Teixeira, atualmente esse monumento não existe mais, repete-se as tentativas de apagamento como abuso da memória sinalizadas por Todorov (2000). Durante as entrevistas não conseguimos respostas do ano de destruição da placa e nem o que motivou tal ação violenta. Por outro lado, a comemoração-denúncia organizada com os movimentos sociais e organizações populares busca interferir nas tentativas de apagamento, revitalizando o espaço de memória.

A participação da igreja junto a luta dos camponeses sempre foi muito forte, mesmo com suas exceções, e quando essa igreja se aproxima do povo ela permite que os camponeses saiam do silenciamento e sejam a voz da resistência.

⁵⁴ Local onde foi assassinado João Pedro Teixeira, líder das Ligas Camponesas de Sapé, em 2 de abril 1962.

4.1 A contribuição da Igreja Progressista na luta pela memória das lutas camponesas

A Teologia da Libertação, nascida na década de 1960, passou não só a negar a pretensa passividade pregada pelo segmento conservador da Igreja católica como ainda, se compromete com as lutas pela reforma agrária que conflituam com a exploração do projeto capitalista de sociedade. A perspectiva progressista da Igreja católica além de produzir, a um só tempo, uma crítica à Igreja tradicional estende a crítica ao sistema capitalista no qual continua a reproduzir pobreza, violência e injustiça social no vasto território brasileiro.

[...] a Teologia da Libertação não é uma doutrina sociopolítica e muito menos uma teoria científica, ela é, “antes de qualquer coisa, uma reflexão religiosa e espiritual”, contudo essa reflexão não se põe alheia à ciência, uma vez que “reconhece a total independência da pesquisa científica das pressuposições ou dogmas da religião e se limita a usar os seus resultados para nutrir seu próprio trabalho” (LOWY, 2000, p. 62, apud MITIDIERO, 2008, p. 45).

Vale ressaltar que a Teologia da Libertação formou dentro da Igreja Católica um movimento mediado por uma forma distinta de interpretação do Evangelho. Sua existência esteve e continua ligada à prática religiosa e política, contudo é importante frisar que a liberdade anunciada por essa teologia, não trata de uma libertação restrita à interpretação espiritualista, mas uma libertação prática e real, uma libertação visível e plenamente vivenciada em práticas concretas de tentativas de transformação da realidade opressora.

Os movimentos que se formaram com fundamento em uma série de reivindicações referentes aos problemas que envolvem os camponeses tiveram e têm, durante os seus processos de formação e desenvolvimento, o apoio efetivo e, quando não, o patrocínio direto de um segmento específico da Igreja brasileira e mundial à articulação de grupos sociais contestadores. São clérigos e agentes pastorais que enxergaram no Evangelho um projeto ou um sinal revolucionário das condições sociais existentes. Essa forma de ver a doutrina cristã culminou na proposição de uma interpretação da fé que ficou notadamente conhecida como Teologia da Libertação⁵⁵ e, principalmente, que gerou uma série de ações. A teologia libertadora e os clérigos libertadores elegeram o pobre não como objeto de sua caridade, mas como portador das transformações

⁵⁵ Não iremos nesse ponto da pesquisa discorrer sobre a Teologia da Libertação, mas é preciso pontuar a ação da igreja diante da luta dos Movimentos do Campo.

sociais lidas no Evangelho e por ele inspiradas. A missão dos religiosos passou a ser a de transformar a ação dos pobres em uma missão cristã de luta por libertação. Libertação entendida como o fim da opressão econômica e política que atinge o povo, esse entendido como a classe subalterna, explorada e miserável. Mitidiero (2008, p. 20) nos fala que:

Nesse ponto, parte da Igreja, imbuída pelos ideais teológicos dessa nova interpretação da fé, muda a sua forma de atuação frente à realidade que a circunda e ocorre uma espécie de mudança do discurso, que acarreta diretamente mudança da prática e, por outro lado, simultaneamente uma mudança na prática, que influencia diretamente a construção de um novo discurso. A mudança da prática significa colocar-se como ator que age e como sujeito que incentiva as ações que objetivam a realização de um mundo mais fraterno, solidário e igualitário.

Em 1966, o ex-arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires⁵⁶ chega a Paraíba, e daí por diante se tornaria um dos principais nomes na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, contudo, não podemos afirmar que Dom José já chegou imbuído de ideias mais progressistas e revolucionárias e que sua atuação estava baseada nas fundamentações da Teologia da Libertação. Entretanto, nesse território ele levaria a prática pastoral engajada com a teologia, e foi assim que logo nesse momento inicial de sua gestão como arcebispo ele elaborou uma interpretação e uma metodologia própria baseada nos ensinamentos do Concílio do Vaticano II e na Teologia da Libertação, e teve como expressão “do centro a margem”⁵⁷ assim designando o caminho que a igreja na Paraíba deveria fazer. Em virtude desses fatos, Dom José iniciou na Paraíba uma série de reformulações na ação pastoral, que marcou essa igreja até os dias atuais. Para ele, o “Evangelho que pregamos ou é o anúncio de libertação ou não é Evangelho” (PIRES, 1980, p. 27 apud MITIDIERO, 2008, p.291)

⁵⁶ Conforme o levantamento realizado pelo padre italiano Gabriele Giacomelli (2001) para a redação de sua dissertação de mestrado, a biografia de Dom José resume-se em: nasceu em Córregos, Minas Gerais, em 1919. Fez seus estudos desde o primeiro grau até a sua formação em filosofia e teologia na cidade de Diamantina (MG), onde ordenou-se padre em 1941. Foi pároco de Açucena (MG) de 1943 a 1946. Depois de um ano de magistério, volta-se às atividades pedagógicas como Diretor do Colégio em Governador Valadares (MG), onde permaneceu de 1946 a 1953. Regressando à Diamantina, é aí missionário diocesano por dois anos, tornando-se pároco de Curvelo (MG) a partir de 1956. No ano seguinte, é ordenado Bispo e designado titular da diocese de Araçuaí (MG), onde permaneceu por oito anos. Foi nomeado pelo Papa Paulo VI, no dia 2 de dezembro de 1965, arcebispo da Paraíba, tomando posse em 27 de março de 1966. Deixou a Arquidiocese da Paraíba quando se aposentou no final de 1995.

⁵⁷ Em 1980, a Editora Vozes publicou o livro “Do Centro para a Margem”, reunindo as cartas pastorais, homilias e pronunciamentos de Dom José Maria Pires.

Essa ação pastoral produzida por Dom José, com ajuda de outros religiosos a fim de alcançar tais objetivos, foi o lançamento de um movimento chamado Igreja Viva em 1969. Em entrevista concedida a Mitidiero Jr., no ano de 2006, Dom José Maria Pires relatou um pouco do que significava esse movimento.

Foi um movimento da Igreja da Paraíba. Quando eu vim para cá, Dom Hélder estava começando em Recife um negócio que se chamava Igreja Renovada. Dom Helder tinha um programa de rádio que todo mundo ouvia, ele não só pregava como dava umas orientações para o pessoal. Aqui a gente pensou em fazer diferente, porque já tinha o programa de Dom Helder, aí a gente pensou em montar uma equipe que pudesse ir de paróquia em paróquia, de comunidade em comunidade e passar ali uns dois dias, ajudando esse povo a se organizar, a refletir e a caminhar, e periodicamente essa equipe tinha que voltar a esses lugares. Pronto, comprou-se um transporte e se escolheu o grupo de religiosos e religiosas. Esse pessoal soltou-se por aí, a função desse pessoal era criar a Igreja Viva, então se fez um livrinho, fez um hino e eles saíam por aí implantando. Reuniam as comunidades, aí ficava um grupo encarregado de dar continuidade àquelas reuniões, e o grupo voltava ali periodicamente para animar a Igreja Viva. Essa foi uma experiência que deu muita força aos movimentos populares, porque a Igreja Viva é pra tudo. (MITIDIERO, 2008, p. 292)

Na interpretação de Giacomelli (2001)⁵⁸, o movimento Igreja Viva fez desabrochar várias experiências de educação popular na Paraíba e abriu uma brecha para a renovação teórica da reflexão pedagógica como contestação da postura elitista e assistencial das elites educacionais. E ainda, a Igreja Viva uniu fé e ação social, dois temas que sempre estiveram bem distintos na tradição pastoral. Antes, as tarefas eclesiais ligadas ao problema da pobreza estavam delegadas às associações caritativas e assistenciais ou a instituições especializadas, e não à essência da ação eclesial.

A experiência da Igreja Viva durou de 1969 a 1972 e reuniu aproximadamente 400 comunidades em toda a Paraíba. Na verdade, essa experiência nunca foi extinta, pois os seus participantes decidiram que a Igreja Viva deveria se juntar às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), e foi isso que aconteceu, as CEBs na Paraíba nasceram das comunidades do Igreja Viva. (MITIDIERO, 2008, p. 294)

⁵⁸ “No livrinho Igreja Viva o pecado é fortemente ligado às questões sociais. Implicitamente acusando de pecadores todos os agressores e ditadores. Assim, a educação religiosa não é mais entendida só como conhecimento e decoração de doutrinas, mas como trabalho de análise-reflexão-ação em que não pode ser omitido o olhar sobre a realidade” (GIACOMELLI, 2001, p. 194).

Ainda por iniciativa de Dom José Maria Pires, em 1972, após a Igreja Viva ser transformada em CEBs, a arquidiocese da Paraíba formou o Grupo de Promoção Humana, que tinha como objetivo atuar diretamente junto aos camponeses que habitavam terras da Igreja. O Grupo de Promoção Humana não foi apenas um serviço prestado por clérigos; era composto por pessoas leigas⁵⁹ que iam a campo a fim de conscientizar e organizar os camponeses. Esse grupo era composto, além dos religiosos, por assistentes sociais, agrônomos, técnicos agrícolas, psicólogos, uma médica e um auxiliar de enfermagem⁶⁰.

Figura 13 - Dom José Maria Pires com Irmã Marlene e Irmã Tonny



Fonte: ALMEIDA, Ana Maria. 2016.

Segundo o depoimento de Genaro Ieno e Gláucia Ieno (Cf. MOREIRA, 1997, p. 198, apud MITIDIERO, 2008, p.297), esse grupo deveria atuar em terras da Igreja, até então arrendadas, para estimular a capacidade organizativa dos moradores mediante a formação de um posto de saúde e de roçados comunitários que viabilizassem técnica e economicamente as propriedades. Uma dessas propriedades da Igreja era a fazenda Taquara-Pitimbu, situada no litoral sul-paraibano. A forma de atuação desse grupo extrapolou os limites geográficos das terras da Igreja e, a partir do clamor de moradores de condição e posseiros na iminência de perderem as terras, esse grupo passou a atuar nessas comunidades.

⁵⁹ Foram precursores desse grupo: Frei Anastácio e Frei Hermano José, o Padre João Maria, as freiras holandesas Ir. Marlene e Ir. Tony, e o casal de professores da UFPB Genaro Ieno e Gláucia Ieno. Todas essas pessoas citadas ainda atuam na luta pela reforma agrária no Estado da Paraíba.

⁶⁰ Também em outros estados brasileiros formaram-se equipes de Promoção Humana. Uma experiência avançada foi feita em Lins-SP, pelo bispo que criou um Instituto de Promoção Humana. Essa equipe atuou na região oeste do estado na área rural e urbana. (MITIDIERO, 2008)

Em entrevista, realizada por via remota em fevereiro de 2022, a Irmã Tonny relatou um pouco sobre sua chegada ao Brasil, e posteriormente à Paraíba, onde se envolveu principalmente no apoio aos camponeses que estavam em áreas de conflitos de terra.

Eu cheguei no Brasil em 1971, e fui quase que diretamente, dentro de alguns meses, trabalhar com o início da Pastoral Rural, foi com Dom José Maria Pires, que entendeu ligeirinho que a gente tinha olhos abertos para esse lado e pediu para se formar uma equipe, aliás ele formou a nossa equipe da Promoção Humana, a gente fez logo parte. Daí a gente foi visitando áreas da igreja, que a igreja tinha herdado, em quatro lugares rurais, terras, e Itaquara era uma dessas terras, e em Itaquara a gente escutou coisas demais sobre as ligas, as consequências, os mortos, as lutas, muita gente tinha feito parte da luta, e eu fui me interessando, aí mais tarde eu fui ficando, não só em Itaquara e redondeza, mas pra mais longe, e fui parar em Mucatu⁶¹ onde tinha muita tensão, foi aproximadamente em 1975, e em 1976 foi desapropriada a terra de Mucatu para o pessoal de Mucatu. E como uma coisa puxa outra, em Mucatu não tinha as Ligas, mas lá tinha camponês que participava das Ligas como por exemplo Antônio Barbosa⁶², deve ter morrido já, mas ele era um que eu conheci muito e que tinha feito parte das ligas, e a partir daí eu mesmo fui me interessando e caçando e procurando onde tinha alguma coisa escrito sobre isso, e uma coisa vem na outra, e fui inclusive morar no rural, eu fui cada vez mais visitar Taquara, Caaporã, Alhandra, esses lugares, e fui descobrindo mais e colocando em papel, juntando material, e daí, não sei dizer direito como aconteceu porque a gente foi formando uma equipe e fomos dando apoio e acompanhamento em áreas de conflitos e mais tarde ainda quando essa luta por terra tinha se desenvolvido eu fui mais para áreas de assalariados, aí fiquei mais confrontada ainda com gente que tinham participado das ligas e que tinham perdido seu pedaço de terra e que foram obrigados a trabalhar com os proprietários das terras, não foi gostoso não, mas foi o jeito que encontraram para sobreviver (*Entrevista realizada em 2022*).

Foi nesse contexto que, pela primeira vez na história dessa “nova” Igreja, da Igreja povo, que Irmã Tony participou ativamente de um conflito rural. Quando foram procurados pelos moradores da Fazenda Mucatu⁶³, o grupo de Promoção

⁶¹ A Fazenda Mucatu, uma propriedade de 1.235 hectares, também localizada no litoral sul do Estado da Paraíba. Conforme o inventário sobre os conflitos no campo levantado por Moreira (1997. v. II), 174 famílias de moradores residiam havia mais de 50 anos nessa área, viviam do plantio de mandioca, inhame e feijão e da coleta de coco. As terras eram de propriedade da família Lundrengen e, ao serem vendidas, o novo proprietário, Luís Venâncio, passou a perseguir e a ameaçar de despejo os moradores, com o objetivo de liberar a área para o plantio de cana-de-açúcar.

⁶² Durante a pesquisa não foi possível descobrir mais detalhes sobre Antônio Barbosa, devido a Pandemia do COVID 19, que impossibilitou a nossa ida aos lugares citados pela Irmã Tony.

⁶³ O apoio da igreja foi um passo fundamental para que imbuídos desse sentimento de luta os camponeses resistissem com mais força contra os ataques dos proprietários, e foi assim que em 12 de junho de 1976,

Humana começou a visitar a área semanalmente a partir do ano de 1975. Eram realizadas reuniões que tinham o caráter de celebração, de discussão do Evangelho, de reflexão sobre a situação social dos moradores, atentando para os problemas de saúde e de educação e, ainda, debatiam sobre as leis do Estado brasileiro (*Entrevista da Irmã. Tonny, janeiro de 2022*)

Tais reuniões segundo a testemunha, fortaleceram o grupo de moradores, dinamizando as suas ações contra uma série de ameaças do proprietário da terra. Mas a cada passo dado na organização dos moradores, o proprietário das terras intensificava as suas ações, todas de caráter violento: espancamentos, ameaças de morte, prisões etc. (MITIDIERO, 2008)

A vitória em Mucatu fortaleceu o Grupo de Promoção Humana, que acabou se transformando em uma Pastoral Rural no ano de 1976, sob orientação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB Nordeste II, e abriu uma brecha para outras organizações de resistência. As ações desse grupo não se limitaram a Mucatu, posteriormente participaram de outros conflitos como o que ocorreu em Alagamar⁶⁴, popularmente conhecida como Grande Alagamar, por se tratar de uma área de 13.000 hectares próxima aos municípios de Itabaiana e Salgado de São Félix, no agreste paraibano. E foi durante esses trabalhos em Mucatu que o grupo começou a descobrir que as principais lideranças dessas lutas foram militantes das Ligas Camponesas de Alhandra.

Esse Grupo de Promoção Humana, sob a direção de Dom José Maria Pires, deu continuidade ao trabalho junto aos camponeses, só que agora com o nome de Pastoral Rural. E foi nesse processo de construção que a Irmã Tony começou a percorrer outros territórios em busca de mais informações sobre a memória das Ligas Camponesas de Sapé/PB. Assim, a passos lentos, os agentes pastorais tentavam impedir que a história da luta pela terra na Paraíba se perdesse, principalmente nos territórios formados e caracterizados pelos conflitos rurais.

Comecei a escutar os camponeses, não pelo trabalho que realizava junto a Pastoral, mas porque foi do meu interesse descobrir mais sobre aquelas histórias que eram contadas nas rodas de conversa,

ocorreu a desapropriação da fazenda Mucatu. Foi na luta da “Grande Mucatu” que a Igreja paraibana começou (e aprendeu) a se posicionar diante dos conflitos rurais. Como escreveu Novaes (1997), na experiência da luta de Mucatu a “Igreja (hierarquia), denuncia, adverte e apoia”, ou seja, a Igreja aprendeu a ser presença nos conflitos.

⁶⁴ Neste conflito, as freiras holandesas Ir. Marlene e Ir. Tony foram presas a mando do secretário de segurança pública do Estado, permanecendo dois dias na cadeia pública de Itabaiana.

dos conflitos que tinham acontecido. Eu recebia isso diretamente dos trabalhadores, e foi por aí que foi nascendo a ideia de não perder esses dados e colocar em papel, e a partir daí fui gravando as conversas, acho que com uns vinte trabalhadores rurais, e foi daí que foi conseguindo fazer o livro *Memórias do Povo*, primeiro como cartilha e depois foi feito o livro. Leitura sobre as ligas era muito pobre, tinha muito sobre a liga de Pernambuco, mas da Paraíba não, então eu achei necessário começar a pensar e realizar, e foi isso que eu comecei a fazer na prática, foi coisa pequena e bem direta, mas foi muito importante.

Inicialmente foi constituída uma equipe de ação no Litoral, aí quando vi que isso já estava bem de pé e firme, tive que ir pra área da Várzea onde não tinha nenhum agente de pastoral se entendendo com esses trabalhadores e com esse trabalho, então eu fui morar primeiro em Sapé e lá passei anos, e fazendo a história que via nos trabalhadores e trabalho com os assalariados e assim se foi...E depois de uns seis anos mais ou menos por aí eu fui morar de Sapé para Cruz do Espírito Santo, mas continuando no mesmo zonal Várzea. Foram muitas histórias, muita prática de escuta. *(Entrevista da Irmã. Tonny, janeiro de 2022)*

A conquista dessa fração de território tornou-se objeto de honra para Pastoral Rural, por isso, em suas ações, cada vez mais potencializadas, tenta fazer pressão para a desapropriação da fazenda Anta do Sono. O comportamento desses lutadores, diante das contradições, dos limites, das vitórias e das derrotas durante as ações de luta, indica uma hipótese muito concreta neste estudo: a hipótese de que a luta continua.

Eu fui morar em Sapé em 71 e com uns aninhos eu vi a importância de cuidar dessa história porque ninguém ligava, ninguém dava conta da importância. E eu tinha um grupinho de trabalhadores de abacaxi e de cana com quem eu conversava e diziam que era muito importante ter guardado e ser conhecida essa história, então eu fui ajudando no que eu pudesse para isso acontecer. Então entendi que era preciso guardar essa memória, mas também fazer todos conhecerem. *(Entrevista da Irmã Tonny, janeiro de 2022)*

Quando perguntada sobre a importância da fundação de um memorial da região de Sapé/PB, Irmã Tonny respondeu que:

Eu que insisti para que o memorial fosse criado, e o local teria que ser na casa onde tinha morado aquela família de João Pedro Teixeira. Eu visitava as áreas ali perto para descobrir mais e mais a história de João Pedro e os companheiros, e assim fui morar lá zona rural, assim consegui abrir mais espaço inclusive nas terras onde está a casa, com isso ainda consegui conhecer o pai de Elizabeth, que naquele tempo morava na beira da estrada para Café

do Vento, mas nunca tive um entrosamento porque ele não desejava isso, mas com Elizabeth eu caminhei um bocadinho. E eu insisti na criação de um memorial ali naquele lugar por respeito aos trabalhadores com que eu andava, com quem eu lutava, e ajudei na organização porque muita coisa faltava naquele lugar, então lutei ao lado dos meus companheiros para que essa história não fosse esquecida. Por isso que preservar a memória, restabelecer a memória, da voz aqueles que lutaram tem uma importância enorme porque é exatamente isso que permite conhecer nossa história, a retomada da luta e sua continuação (*Entrevista da Irm. Tonny, janeiro de 2022*)

E foi a partir dessa luta que no ano de 2006, foi institucionalmente registrada a Organização Não Governamental Memorial das Ligas Camponesas, com sede na Comunidade de Barra de Antas, no município de Sapé/PB e berço das Ligas Camponesas da Paraíba. Esta instituição nasceu do empenho de um coletivo formado por camponesas/es assentadas/os de área de reforma agrária e sem terras, trabalhadoras/es da cidade e com a efetiva colaboração de agentes pastorais (principalmente da Comissão Pastoral da Terra - CPT), de militantes de movimentos sociais populares do campo, de professores e estudantes extensionistas ligados à Universidade Federal da Paraíba e de outros atores sociais preocupados com a preservação da memória camponesa (ALVES, 2014).

Por isso, a Comunidade de Barra de Antas, no município de Sapé/PB tem se constituído um lugar de memória das Ligas Camponesas da Paraíba. Confirma uma historiadora da UFPB apoiadora do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas:

Tive oportunidade de acompanhar um pouco a trajetória da implementação do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas a partir do cargo que ocupei de pró-reitora de Extensão e Assuntos Comunitários (2001-2012) e como integrante do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (2006-2017) na Universidade Federal da Paraíba; também como integrante da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (2014-2017) e do Memorial da Democracia da Paraíba (2018-...). Nesses espaços em que estive profissionalmente, e pessoalmente, sempre me coloquei como parceira no desenvolvimento do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, na medida das minhas possibilidades como historiadora, gestora, pesquisadora e extensionista. A participação efetiva ocorreu no sentido de apoio a atividades promovidas pelo Memorial, a projetos de pesquisa e extensão, bem como na difusão e visibilidade do Memorial. (*Entrevista com Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, março de 2022*).

O objetivo da ONG Memorial das Ligas e Lutas Camponesas é defender a preservação das memórias e histórias das lutas camponesas na região, bem como promover ações de fortalecimento das novas gerações da população camponesa, assim como os movimentos sociais do campo. Esta perspectiva vislumbra um horizonte de longo prazo, aquele que preza pela permanência das famílias no campo, ou seja, a luta por um projeto de vida no campo que reconheça o mundo camponês como um espaço de compartilhamento de saberes e conhecimentos tradicionais, de mútuas trocas de experiências, e não apenas como uma extensão da indústria na forma de um setor produtivo e/ou um recinto de disseminação de preconceitos.

Apesar do Memorial ter uma temática específica, um recorte social, vejo como possível a sua liderança em um movimento articulador das escolas, assentamentos, sindicatos, Secretaria de Educação Municipal e Estadual, para a valorização da história local, da importância da memória em lugar do esquecimento, do empoderamento dos segmentos sociais explorados com o pleno exercício da cidadania. *(Entrevista com Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, março de 2022).*

Ao longo de sua trajetória, o Memorial desenvolveu diversas iniciativas com e para a região, com isso sua diretoria, eleita a cada 3 anos, composta majoritariamente por camponesas/es da comunidade e de área de reforma agrária, tem se preocupado com a consolidação institucional para que as novas gerações se encarreguem do compromisso político assumido quando da criação do Memorial.

Essa pesquisa vai lidar com a história e contribuições resultantes da atuação do MLLC, com envolvimento e mudanças provenientes da relação entre a instituição e os camponeses, na tentativa do fortalecimento da memória coletiva, com impactos e conquistas no campo da memória social, visto que grande parte permanece oculta ou adormecida, resultante das diversas tentativas de seu apagamento.

Muitos pesquisadores estão se dedicando a estudar a relação entre memória e a história, identificando-as como campos de constantes disputas de narrativas. Esta pesquisa se aproxima das discussões dessa relação, assim como, das noções de lugar de memória, cunhado por Pierre Nora (1984) e de sítio de memória, estudado pela historiadora Ana Paula Brito (2019).

Um sítio de memória tem em sua essência um elemento propulsor dos direitos humanos no presente. É uma instituição cultural dedicada à

ativação da memória de passados traumáticos, para a educação e o respeito aos direitos humanos (BRITO, 2019, p. 63).

O Memorial das Ligas e Lutas Camponesas é percebido nesta pesquisa como um sítio de memória, por constituir-se como um espaço do povo do campo, um produtor da memória camponesas. Tem por finalidade histórica ser um orientador de memórias, tanto quanto, através do estudo dos processos históricos, possibilitar que a violência do passado nunca mais aconteça, assim como colaborar com a organização e contribuir na formação de um projeto de vida democrático para o campesinato paraibano.

O território onde está fincado o memorial é marcado pelas lutas e organizações camponesas. Foi assim com as Ligas Camponesas nos anos 1960 e, depois, com os movimentos de Luta Pela Terra na década de 1990, resultando em dezenas de assentamentos de reforma agrária. Acrescentando-se atualmente à luta pela permanência na terra, o Memorial, além da memória e da história, intermedia, através do Laboratório Vivo de Tecnologias Sociais, de baixo custo a capacitação sustentável de homens e mulheres do campo, com formação em agroecologia e suas potencialidades para se viver com dignidade.

Também, na parte de formação do Memorial desenvolve, junto ao município de Sapé/PB, a Alfabetização de Jovens e Adultos – EJA, em que já alfabetizou mais de 50 mulheres e homens da comunidade, valorizando a luta por educação de qualidade no campo. Inclusive, o Memorial constrói, junto a associações da região e com as comunidades e assentamentos de reforma agrária, oficinas com temas a partir da realidade do público específico, como: a questão da juventude, mulheres, agroecologia, tecnologias sociais de baixo custo, direitos humanos, produção de alimentos, produção de remédios naturais, associativismo, Educação do Campo, análise de conjuntura, políticas públicas para o campo, entre outras que a necessidade local demanda.

Esse estudo sobre o MLLC, como estrutura física e simbólica carregada de memórias de um passado recente, pode propiciar uma abertura e refletir a respeito das memórias ocultadas dos povos do campo acerca da realidade. Deste modo, o Memorial tem sido capaz de tensionar “uma memória que se tornou, ela mesma, objeto de uma história possível” (NORA, 1993). Por outro lado, pode fomentar a conscientização da classe trabalhadora, assim como ampliar a discussão sobre o sítio de memória como patrimônio histórico, o debate sobre a multiplicidade de identidades no campo e a relação entre o patrimônio material e imaterial do campesinato, potencializando a relação

memória e história camponesa. Dessa forma, pode contribuir para o reconhecimento do abandono do campesinato, por parte do poder público, e esclarecer os processos pelos quais se investe para retirar, da memória nacional, a participação das/os camponesas/es na história.

Registrar a memória para esclarecer como o processo de expulsão do camponês paraibano foi predominantemente político e não economicamente motivado torna relevante a presente pesquisa no território investigado, pois assim, como tantas outras regiões do meio rural brasileiro as/os camponesas/es tiveram seus direitos sociais impedidos (BENEVIDES, 1985) é no território do conflito onde emerge a memória da resistência camponesa. Tiveram que enfrentar uma estrutura social que os incapacitava de reivindicar e/ou se organizar enquanto classe camponesa. Concomitantemente, vivenciaram cada momento do agravamento de suas trajetórias e a perversidade do apagamento de parte da história do povo campo: a história das Ligas Camponesas de Sapé/PB, da sua organização, da luta por direitos, por reconhecimento de cidadania e por reforma agrária no Nordeste e no Brasil.

No decorrer dos anos sessenta, constavam-se mudanças profundas nas relações de produção no interior do sistema latifundiário paraibano culminando com expropriação definitiva do camponês e sua consequente expulsão da terra. Esse processo adquiriu feições próprias na resistência esboçada pelo campesinato através da criação das Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais (BENEVIDES, 1985, p.72).

Este processo de coerção das famílias camponesas, diante da evolução do capitalismo agrário foi violento, mas determinante para mobilizar uma reação provocada por um sentimento de pertença, de comunhão com a realidade do outro. Estas ações possibilitaram o desenho de uma resistência do campesinato centralizando a discussão na questão agrária. E, se “a memória seja o passado vivido no eterno presente” e “a história uma representação do passado” (NORA, 1993, p. 9) e que “a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder, ou seja, pela disputa de projetos de sociedade” (LE GOFF, 1990, n. p.) o MLLC tem desempenhado um papel importante na sociedade. Portanto, o Lugar de Memória e suas experiências como uma ferramenta que pode reaquecer a memória coletiva tendo como referência Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, tem o propósito de estimular a vontade de memórias da classe camponesa. Porque “a necessidade de memória é uma necessidade da história” (NORA, 1993, p. 14).

Dentro desse contexto de resistência pelo fortalecimento da memória das Ligas Camponesas de Sapé, precisamos aprender com a nossa história a construir uma educação para Nunca Mais, não apenas para evitar as atrocidades que foram praticadas no passado, mas também para mostrar como a educação popular se constituiu em várias experiências de educativas a partir da pedagogia freireana. E quando falamos da educação como uma política social, como já mencionado de forma sucinta no capítulo 3, não podemos deixar de lado a história da CEPLAR e sua inserção junto as Ligas Camponesas.

4.2 Contribuições da pedagogia freireana nas práticas educativas das Ligas Camponesas de Sapé e a Campanha de Educação Popular

Ao trabalhar com o cenário histórico dos anos 1960, esta pesquisa insere-se no que é chamado de história do tempo presente. Até algum tempo atrás, enfrentaria questionamentos sobre sua validade e pertinência enquanto “história”. Era preciso, no mínimo, “esperar que os arquivos fossem abertos” (SCOCUGLIA, 2018). Hoje, por conta da disseminação de trabalhos de investigação e pelo empenho de tantos pesquisadores no Brasil e no exterior, estudar o contemporâneo deixou de ser “conteúdo não-histórico”. O próprio arquivo escrito perdeu sua condição de exclusividade, enquanto fonte histórica. Além disso, em termos de abundância de fontes (escritas, orais, visuais, sonoras etc.), a história do tempo presente é, geralmente, das mais privilegiadas.

A Campanha de Educação Popular da Paraíba – CEPLAR existiu entre os anos de 1962 a 1964, e foi interrompida pelo Golpe Civil Militar de 1964. Mesmo tendo tão pouco tempo de atuação, a campanha desenvolveu centenas de ciclos de cultura onde era aplicado o método Paulo Freire, e mais do que isso, colaborando com a equipe do Recife/PE onde Freire estava a frente na formulação do que ficou conhecido como um Sistema Paulo Freire de Educação.

No rol das experiências mais importantes da utilização do que ficou conhecido como “Método Paulo Freire” de alfabetização de adultos, ainda não ganhou o destaque que merece a Campanha de Educação Popular (CEPLAR) realizada na Paraíba/Brasil entre 1962 e 1964. Pioneira nos estudos e na aplicação ampliada das propostas do grupo do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (SEC-UR), liderado por Paulo Freire, a CEPLAR deveria figurar no mesmo patamar qualitativo do Movimento de Cultura Popular (MCP) de Recife/ Pernambuco. Como ação educativa galvanizou esforços múltiplos que abrangeram desde os primeiros contatos com a equipe do SEC-UR à realização dos círculos de cultura (que contaram com

aproximadamente 4000 alfabetizandos, distribuídos em 135 grupos no final de 1963) até serem extintas as duas sedes localizadas em João Pessoa e Campina Grande pelos golpistas civis/militares em abril de 1964. Seus dirigentes amargaram ainda as tentativas de incriminação por “subversão comunista” quando submetidos ao Inquérito Policial Militar (IPM 70/64) realizado no âmbito do IV Exército entre 1964 e 1969. (SCOCUGLIA, 2018, p.11)

Reportando-se aos trabalhos iniciais, duas dirigentes da CEPLAR escreveram:

Numa tarde de sábado do mês de junho de 1962, o encontro com Paulo Freire em sua casa em Recife, durou algumas horas. Horas que bastaram para se decidir a ação que seria empreendida, logo depois, na área de educação de adultos. Ao contar com entusiasmo e convicção a experiência que acabara de realizar com 25 pessoas, ao apresentar as bases filosóficas de seu Método ainda em fase experimental e de pesquisa, Paulo Freire forneceu respostas aos questionamentos metodológico-políticos que emergiram do trabalho de alfabetização com adultos na Ilha do Bispo (bairro de João Pessoa). A partir daquele primeiro encontro com Paulo Freire, elaborou-se um plano de ação que abrangia treinamento de pessoal da CEPLAR pela equipe do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (SEC-UR), dirigido por Paulo Freire, e a aplicação de seu Método pela equipe da CEPLAR. Cerca de doze pessoas seguiram, aos sábados, durante três meses, um curso sobre Realidade Brasileira e o Método, no Recife. Paralelamente, a equipe iniciava, em João Pessoa, o processo de implantação do Método: escolha de um grupo, pesquisa vocabular, escolha das palavras geradoras, criação de situações sociológicas, de fichas roteiro para o coordenador, de fichas com famílias fonêmicas, de fichas de cultura (PORTO E LAGE, 1995).

Entre 1962 e 1964, a CEPLAR aplicou tais propostas, buscou na prática os melhores caminhos metodológicos e pedagógicos para realizá-las, incluíam nessas as reflexões e as práticas culturais e políticas inerentes. O trabalho de formação feito com a equipe de Recife (e com o próprio Freire), a concretização dos primeiros círculos de culturas propagadores da alfabetização e depois a expansão por várias cidades da Paraíba incluíram as práticas político-educativas com as Ligas Camponesas e as parcerias com os setores progressistas “de esquerda”, comunistas, estudantes, jornalistas, culturais e religiosos como, por exemplo, a Ação Popular (AP), Juventude Universitária Católica (JUC), entre outros. A CEPLAR testou, praticou, refletiu e inovou o “Método” com propostas ousadas e caminhos originais que passaram pela formação dos alfabetizadores e animadores dos círculos de cultura, pelas dificuldades, avanços e manutenção dos círculos em diversos sítios, pela confecção de um manual chamado “Força e Trabalho” para aplicá-lo no que denominou pós-alfabetização para além das 40 horas propostas por Freire e sua equipe. (SCOCUGLIA, 2018)

No início dos anos sessenta, como parte da ampla mobilização popular/populista⁶⁵, movimentos de cultura e educação espalharam-se por todo o Brasil. O I Encontro de Alfabetização e Cultura Popular, realizado em Recife, em setembro de 1963, registrou a participação de setenta e quatro desses movimentos, dos quais quarenta e quatro trabalhavam com alfabetização de adultos.⁶⁶

A CEPLAR foi formada por estudantes (secundaristas e universitários) e professores, membros da Ação Popular ligados a igreja católica progressista e também Partido Comunista como por exemplo o teatrólogo Paulo Pontes, que ficou famoso pelo seu teatro de vanguarda, mas que nessa época comandava o departamento de cultura e divulgação da Campanha.

Não é necessário muito esforço para se compreender a inexistência histórica de uma educação “para todos”, a “serviço da humanidade”, “para o bem geral”. Em uma sociedade profundamente dividida e injusta, como a brasileira, a educação, enquanto prática sociopolítica, é instituída “por camada”, caracteriza-se por ser “de classe”. Não existe prática educativa neutra. Ao contrário, a educação é uma prática política ao manifestar e instituir concepções de sociedade, de relações sociais individuais, de grupos e de classes. Nos anos sessenta, as múltiplas relações entre a educação e a política marcaram os conflitos entre grupos de todas as tendências, de modo geral agrupadas entre aquelas de “conservação” e de “inovação/mudança” social.

Entre os teóricos da educação brasileira que se preocuparam, especificamente, com as interações entre a educação e a política, ao longo da construção de seus respectivos discursos pedagógicos, entre outros, destaca-se Paulo Freire. A politicidade do ato educativo é concomitante à educabilidade do ato político. A educação é (sempre) política e a atividade política educa (contém uma pedagogia). A prática (e a teoria)

⁶⁵ Segundo Weffort, no Brasil, “o populismo como estilo de governo, sempre sensível às pressões populares, ou como política de massas, que buscava conduzir, manipulando suas aspirações, só pode ser compreendido no contexto do processo de crise política e de desenvolvimento econômico que se abre com a revolução de 1930. Foi a expressão do período de crise da oligarquia e do liberalismo, sempre muito afins na história brasileira, e do processo de democratização do Estado que, por sua vez, teve que apoiar-se sempre em algum tipo de autoritarismo (...). Foi também uma das manifestações de debilidade política dos grupos dominantes urbanos quando tentaram substituir-se à oligarquia nas funções de domínio político de um país tradicionalmente agrário, numa etapa em que pareciam existir as possibilidades de um desenvolvimento capitalista nacional. E foi sobretudo a expressão mais completa da emergência das classes populares no bojo do desenvolvimento urbano e industrial verificado nesses decênios e da necessidade, sentida por alguns dos novos grupos dominantes, de incorporação das massas no jogo político”. Fonte: Weffort, Francisco. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, p.61.

⁶⁶ Fonte: Souza, João F. A Pedagogia da Revolução. São Paulo, Cortez, 1987, p.17.

educativa não contém apenas “aspectos políticos”, porquanto se revela política integralmente nos seus mínimos instantes e detalhes.

Para levar à prática seus princípios, Paulo Freire propunha uma nova concepção pedagógica em que o diálogo sobre a realidade concreta, sobre as situações existenciais, passa a ser o centro do processo educativo; em que a palavra escrita, o texto, só tem sentido dentro do contexto que lhe dá significado, que lhe dá conteúdo; onde os educandos não são receptáculos, mas “pesquisadores” críticos. (PORTO e LAGE, 1995)

A CEPLAR, utilizando as propostas de Freire, não admitia a alfabetização “em si”, mas sim acoplada à conscientização política. Na condução do processo, os conteúdos e a metodologia da alfabetização dos adultos vinculavam-se ao contexto sociopolítico-econômico-cultural, lido através das lentes e dos filtros ideológicos emanados dos dirigentes da Campanha.

Segundo Lemos (1996, p. 116)

Aproveitamos o surgimento da CEPLAR para conscientizá-lo (os camponeses) de que deveriam aprender ler e escrever. Os camponeses se entusiasmaram com a ideia, e a primeira providência das ligas foi recrutar suas filhas maiores para serem treinadas e transformadas em professoras. Esperava-se, em um ano, alfabetizar 80% dos camponeses filiados às Ligas.

Com o crescimento da CEPLAR, cada vez mais eram necessários reforços de novos professores e coordenadores. O projeto se expandiu não só nos bairros de João Pessoa, como também em várias cidades do interior, dentre elas: Sapé, Mamanguape, Rio Tinto, Pilar, Alhandra, Cabedelo, Bayeux, Santa Rita, Gurinhém, Queimadas, Pocinhos, Puxinanã, Lagoa Seca, Alagoa Grande, Areia, Cruz do Espírito Santo, Itabaiana e Campina Grande.

Foi em agosto de 1963, que a CEPLAR lançou um importante plano de expansão na capital e em várias cidades próximas, marcado por um grande evento realizado no Teatro Santa Roza, em João Pessoa, com a presença de várias autoridades e entidades aliadas (sindicais, associativas, estudantis, camponesas, intelectuais), inclusive do Ministro da Educação e Cultura.

Numa entrevista do presidente da CEPLAR, concedida ao jornal A UNIÃO⁶⁷ (primeira página), pode-se perceber seu entusiasmo diante da fase de maior expansão da Campanha:

⁶⁷ Fonte: A UNIÃO, 22 de agosto de 1963.

A Paraíba, pelo seu movimento de educação popular, recebeu a distinção do Min. Paulo de Tarso, da Educação, de ajudar o Governo Federal na erradicação do analfabetismo. Além dos recursos previstos no Plano de Emergência do MEC, (...) deseja o Min. Paulo de Tarso aproveitar a experiência dos movimentos de cultura popular para um ataque frontal ao analfabetismo. A CEPLAR, que já conta com o apoio governamental e de amplas camadas da população, empenha-se agora, em levar o benefício da escolarização fundamental às faixas da população mais empobrecidas e incultas, assim entendidos, por exemplo, os meios operários e sindicais. Temos dialogado com os representantes dos trabalhadores diariamente e deles recebido o mais decidido endosso à tarefa que em comum desejamos realizar: a tarefa de alfabetizar 6.000 adultos em 4 meses de aula, a partir de janeiro vindouro. Os sindicatos trabalharão em três planos distintos: primeiro, contribuirão com seus voluntários para a campanha publicitária que está sendo lançada em vários pontos do Estado: colocação de faixas e cartazes, distribuição de folhetos nos aglomerados urbanos etc.; segundo, indicando, dentro do meio operário, quais as pessoas que, por seu grau de conhecimentos, possam tornar-se alfabetizadores; terceiro, recrutando os analfabetos propriamente ditos e os incentivando na frequência às aulas, a começar em janeiro (...). A Paraíba e com ela a CEPLAR, os diretórios estudantis, sindicatos operários e representações camponesas estão desafiados a dar ao país um contingente maciço de homens livres do cativeiro da incultura completa. Dentre as formas de servidão talvez seja o analfabetismo a que mais deprime e condena o indivíduo. E, no entanto, a alfabetização das massas se inscreve como primeira condição da prosperidade e do desenvolvimento socioeconômico.

Depois do lançamento da “campanha”, a imprensa oficial continuou divulgando, com ênfase, os planos da CEPLAR, informando sobre as inscrições e a seleção dos candidatos a alfabetizadores. Com isso, pretendia-se selecionar candidatos para a função de coordenador de debates, “progressistas” que se adequassem ao projeto de “alfabetização-conscientização”. Por isso, os testes foram preparados para garantir a seleção desses candidatos e a consequente eliminação dos que não se enquadrassem nesses moldes.

Em julho de 1963, como parte do Plano Nacional de Alfabetização (PNA), previsto no PNE contido no Plano Trienal (antes citado), a CEPLAR assinou um convênio com o MEC no valor de Cr\$ 138 milhões para alfabetizar doze mil pessoas por ano, a partir de 1964. Para isso, seriam construídas:

200 unidades escolares em 18 cidades do interior do Estado: Mamanguape, Rio Tinto, Sapé, Pilar, Alhandra, Cabedelo, Bayeux, Santa Rita, Gurinhém, Queimadas, Pocinhos, Puxinanã, Lagoa Seca, Alagoa Grande, Areia, Cruz do Espírito Santo, Itabaiana e Campina

Grande, além da Capital, e a formação de 320 professores e supervisores. (PORTO e LAGE, 1995, p. 104)

Além disso, o governo estadual cedeu dezenas de professoras, liberando ainda uma verba de um milhão de cruzeiros para o treinamento e a formação do professorado. A CEPLAR restringiu-se basicamente a João Pessoa, durante quase toda a sua breve existência, o interior só foi atingido nos primeiros meses de 1964.

Até o final de 1963, a CEPLAR dispunha de amplo apoio, como fazem questão de afirmar seus principais dirigentes. Segundo seu último presidente, a campanha alfabetizadora “incomodou (muito) quando ultrapassou a Ponte do Sanhauá em direção a Bayeux, Santa Rita, Sapé, Rio Tinto”,⁶⁸ com a multiplicação de seus núcleos alfabetizadores diretamente ligados aos sindicatos urbanos e rurais, além da atuação na área conflagrada das Ligas Camponesas e da chamada “LILA”.⁶⁹

Ao aliar-se com sindicatos urbanos e rurais, além das Ligas Camponesas, e sendo dirigida por estudantes-intelectuais-professores-artistas, sob influência dos católicos “progressistas” e de membros do PCB, a CEPLAR tornou-se, para amplos setores da opinião pública, um dos focos da “subversão” na Paraíba. Sua expansão para o interior – onde os conflitos entre camponeses e proprietários rurais se exacerbavam com frequência crescente e onde (nas maiores cidades) as associações de trabalhadores e estudantes empunhavam as bandeiras das “reformas de base”⁷⁰ –, deixou a impressão de que a CEPLAR funcionava com um elo entre diversas organizações “de esquerda” estudantil-operário-camponesa.

na região de Sapé, utilizando uma manifestação dos camponeses para a sindicalização, com o apoio das Ligas, sob a liderança do Deputado (estadual) Assis Lemos – representante de João Goulart na Paraíba –, a CEPLAR reuniu interessados na alfabetização, imediatamente após a manifestação, numa sala previamente reservada. Entre os presentes, estava Pedro Fazendeiro, um dos líderes da Liga de Sapé, que viria a se tornar o elemento de ligação entre a CEPLAR e os camponeses.⁷¹

⁶⁸ Fonte: Depoimento de João Alfredo Guimarães que consta nos IPMs.

⁶⁹ Denominação dada pela imprensa, significando Liga dos Latifundiários (que se opunha às Ligas Camponesas). Os integrantes da LILA figuraram entre os principais articuladores (e beneficiários) do golpe de 1964, na Paraíba.

⁷⁰ Fonte: Depoimento de José Otávio Mello, antes citado. Vide, também, O Jogo da Verdade (1994). Op. cit., p.233-300.

⁷¹ A presença de dirigentes da CEPLAR nesses acontecimentos foi considerada como indício de atividades “subversivas”, especialmente de Iveline Lucena, no Inquérito Policial Militar, já citado.

Miriri, uma fazenda situada entre Sapé e Mamanguape, conhecida por vários conflitos dos quais resultaram mortos e feridos, foi a primeira área escolhida para a implantação de oito núcleos de alfabetização, que funcionaram entre janeiro e março de 1964. Nessa altura, já tendo isolado seus opositores internos e guinado à “esquerda”, a CEPLAR procurava o “olho do furacão” para atuar. Onde não havia sala de aula, os camponeses construíram pavilhões cobertos de palha (de coqueiro), que eram equipados com bancos de madeira fornecidos pelo Estado.

As salas de aula (em casas ou pavilhões) com capacidade para 12 a 20 alunos estavam sempre repletas. A vontade de aprender era grande. Homens e mulheres faziam, diariamente, de três a cinco quilômetros a pé, após dia de trabalho, para irem aos núcleos. A eletricidade ainda não havia chegado àquela localidade e pilhas eram utilizadas para iluminar o caminho (noturno). A maioria das aulas eram dadas à luz azulada de lâmpadas a querosene (...). O mesmo grau de interesse constatava-se nos oito núcleos de Sapé e nos quatro de Mari, cujas aulas só começaram a funcionar no início de março de 1964. (PORTO e LAGE, 1995, p. 119)

A CEPLAR e seu braço político-pedagógico – o Método Paulo Freire – lutaram por um país mais justo, mais solidário, menos desigual, mais criativo e historicamente determinado pelos indivíduos e pelos grupos populares e por seus aliados. Com a ascensão dos golpistas de 1964, passaram a constituir-se “perigosos subversivos” a serem calados, processados, aniquilados ou exilados.

Enfim, falar de educação para a memória junto as Ligas Camponesas, é falar da presença de uma pedagogia freireana concreta, que também se constitui a partir da inserção da CEPLAR como objeto de mudança, ou seja, ela foi um meio de realização e modificação social e política. Portanto, tais mudanças refletiram diretamente em transformações, onde estas foram direcionadas para a realidade, logo, a educação assume em sua concepção o papel de transformadora e modificadora do real da sociedade. Essas modificações assumem um caráter de transformação. Então, essa é a posição na qual o educar para Nunca Mais se destaca, assumindo um caráter de provocar transformações, de ressignificar e valorizar a memória do Movimento das Ligas Camponesas no território de Sapé/PB.

5. EDUCAÇÃO POPULAR EM SAPÉ-PB: PARA QUE NÃO SE ESQUEÇA E PARA QUE NUNCA MAIS ACONTEÇA!

“Malditas sejam todas as cercas! Malditas todas as propriedades privadas que nos privam de viver e de amar! Malditas sejam todas as leis, amanhadas por umas poucas mãos, para ampararem cercas e bois e fazerem da terra escrava e escravos os homens!”

Pedro Casaldáliga, poeta do Araguaia (2012)

Quando a educação popular se aproxima da educação para nunca mais é o que pretendemos abordar nessa etapa final da Tese. No Brasil, a sociedade civil organizada coloca-se como motor e amplificador da democracia em suas diversas perspectivas e trilhas, desse modo, compreende-se, como dela surgiram as denúncias e manifestações de repúdio ao uso ilegal da força, as ações de resistência em face da democracia ferida à ferro e à bala, assim como a solidariedade ativa que conjugou forças para se enfrentar 21 anos de Estado de Exceção, onde as liberdades fundamentais foram usurpadas, desaparecendo o direito humano inalienável de proteção da vida. Dom Paulo Evaristo Arns (2014) coordenou uma luta incansável contra a ditadura civico-militar e pelo fim das torturas e desaparecimentos nos cárceres, apoiando a criação da Pastoral da Moradia, a Pastoral Carcerária, a Pastoral Operária e o Centro Santos Dias, além da Comissão de Justiça e Paz (WALDIR e TICÃO, 2015).

A solidariedade promovida significou a escuta protegida das famílias e pessoas vítimas da perseguição política, os atos ecumênicos e o diálogo inter-religioso em solidariedade as vítimas do autoritarismo no Brasil e América Latina, as visitas guiadas e a assessoria jurídico-popular aos presos políticos e familiares, dentre outras. A Comissão de Justiça e Paz, era segundo Dom Paulo, a única porta aberta à população perseguida pelo autoritarismo. Afirma Dom Paulo:

Eu cheguei em 2 de maio de 1966 a São Paulo e logo me vi preocupado com a situação da repressão que sofriam, sobretudo, a juventude idealista e a intelectualidade mais esclarecida. Hoje São Paulo sofre debaixo do desemprego, da falta de moradia, da violência, de tantas outras calamidades que nunca deveriam ter de suportar, mas que vou carregando e transformando, quem sabe, a cruz da ressurreição, a dor em alegria futura. (ARNS, apud WALDIR e TICÃO, 2015, p. 21)

Nesse sentido, o abrigo e o espaço oferecido aos movimentos estudantis, ao movimento feminino pela anistia, ao movimento das mães de maio, aos movimentos populares urbanos, dentre outros, conferiu luta por libertação em tempos autoritários. Para

Dom Pedro Casadágua (apud WALDIR e TICÃO, 2015, p. 77), dois gritos de rebelião profética se ouviam em todo o país, “De Esperança e Esperança” e “Nunca Mais”.

Nesse sentido, articularam-se as forças sociais que se opunham ao uso extremo da força para interromper a democracia e começaram agir de forma solidária e combativa contrários a ditadura militar, através de várias formas de ação: criação de frente ampla, comitês de anistia, comitês de solidariedade, comissões de justiça e paz, movimentos de direitos humanos, luta armada, dentre outras modalidades de **resistencia à violencia** (ROLLEMBERG, 2016).

Em tempos de instalação de Estado de Exceção com a instalação de 17 atos institucionais ⁷², a Reforma Constitucional ⁷³ e a Lei de Segurança Nacional ⁷⁴ mesmo os setores organizados da sociedade civil, sofrendo ameaças e processos de amordaçamentos, podem exercer papel fundamental na **resistencia à violencia**. Da aliança entre Dom Paulo Evaristo Arns e o pastor presbiteriano Jaime Wright foi construída a memória da repressão política, quando foram reunidos documentos e relatos orais de familiares e perseguidos políticos que resultou no Relatório “Brasil Nunca Mais”.

Dalmo de Abreu Dallari (2007, ANDHEP, vídeo) reflete sobre a emergência dos direitos humanos no Brasil, pois, para resistir a violência extrema da ditadura militar parte do povo brasileiro foi tomando consciência e se organizando em grupos, movimentos e entidades que, mesmo em caráter informal, passaram a inscrever a noção de direitos humanos como expressão da resistencia à violencia.

A primeira lição da educação para nunca mais, começa, portanto, com as expressões de resistencia à opressão frente ao Estado autoritário, mobilizando forças para

⁷² Durante o governo do General Humberto Castelo Branco (1964-1966) foi imposto o AI-1 – 1 de abril de 1964, o AI-2 – 27 de outubro de 1965, o AI-3 – 5 de fevereiro de 1966 e o AI-4 – 7 de dezembro de 1966. Na gestão do General Arthur Costa e Silva (1966-1969) foram criados o AI-5 - 13 de dezembro de 1968 – 1985, o AI-6 - 1 de fevereiro de 1969, o AI-7 -26 de fevereiro de 1969, o AI-8- 2 de abril de 1969, o AI-9- 25 de abril de 1969, o AI-10- 16 de maio de 1969 e o AI-11- 14 de agosto de 1969. A Junta Governativa provisória que comandou o regime militar de 31/08/1969 a 30 de outubro de 1969 implantou o AI-12 - 30 de agosto de 1969, o AI-13- 5 de setembro de 1969, o AI-14 – 5 de setembro de 1969, o AI-15 - 9 de setembro de 1969, o AI-16 - 14 de outubro de 1969 e o AI-17 - 14 de outubro de 1969.

⁷³ A Constituição de 24 de janeiro de 1967 adotou a e adotou a eleição indireta para presidente da República, por meio de Colégio Eleitoral, suspendeu as garantias dos magistrados, deu ao comando do regime militar poderes absolutos de decretação do estado de sítio e autorização para intervenção em estados e municípios, assim como, de instituir o fechamento do Congresso Nacional por quase um ano e o recesso dos mandatos de senadores, deputados e vereadores, suspendeu as manifestações de cunho político; introduziu a censura aos meios de comunicação, a literatura e a cultura, suspendeu o *habeas corpus* para os chamados crimes políticos.(Fonte: Agência Senado, 2022).

⁷⁴ As Leis de Segurança Nacional instituídas pelo regime militar, por meio do Decreto-Lei 314, de 13 de março de 1967; do Decreto-Lei 898, de 29 de setembro de 1969; da Lei 6.620, de 17 de dezembro de 1978 e da Lei 7.170, de 14 de dezembro de 1983 implantaram a Doutrina da Segurança Nacional em detrimento da Segurança do Cidadão.

conclamar intelectuais e organizações a reforçarem a missão institucional de manutenção do exercício dos direitos e liberdades fundamentais, como a liberdade de expressão e associação, a democracia, a cidadania civil e política e a soberania.

No campo, os tempos de regime militar envolveu segundo livro organizado por Ham et.al., (2006) e Benevides (1985) várias formas de violência, como as prisões arbitrárias, o assassinato de lideranças camponesas e o desaparecimento forçado, levando os sobreviventes a fuga pelo exodo e a vida clandestina.

O abuso da memória segundo Todorov(2000)constitui os processos de tentativas de apagamento e ocultação dos vertigios de modo a impedir que as gerações posteriores não possam acessar a história passada e recente. Nesse sentido, é necessário não esquecer dos crimes contra a humanidade registrados primeiramente, no “Brasil Nunca Mais” pela Comissão de Justiça e Paz (ARNS, 1985) e confirmados pela Comissão Nacional da Verdade em 2011, versão oficial do Estado brasileiro sobre o regime político da ditadura militar. Como saldo contra a vida e as liberdades fundamentais, registra o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, foram 434 pessoas assassinadas pelas forças públicas e a rede clandestina de repressão, e ainda, as prisões arbitrárias e os mais de 20 mil cidadãos e cidadãs brasileiras presos de forma ilícita e torturados, além da perseguição e do afastamento da vida pública de quase cinco mil representantes políticos em todo país. (BRASIL-RELATÓRIO DA COMISSÃO DA VERDADE NACIONAL, 2014)

Na educação, o regime de força impôs a censura aos textos acadêmicos e a prática educativa assim como à gestão das instituições de ensino com intervenções e expurgos com a instalação de decretos-leis, a exemplo da Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, que pôs na ilegalidade as entidades estudantis, regulamentando a participação e manifestação estudantil, o Decreto nº 57.634, de 14 de janeiro de 1966 que suspende atividades da UNE; o Decreto-lei nº 228, de 28/02/1967 que reformula a forma de organização estudantil nas universidades, a Lei nº 5.540 de 1968 que trata da Reforma do Ensino Superior e o Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969 que define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares.

Tal processo, afetou a vida de estudantes e professores, sindicalistas e lideranças camponesas, jornalistas e intelectuais, artistas, organizações públicas e sociais, deixando cicatrizes profundas nas instituições de ensino e na sociedade brasileiras. A desconstrução da política de esquecimento é o que propõe o Programa Nacional de Direitos Humanos 3

(BRASIL, 2009) quando insere o eixo do direito à memória e à verdade. Segundo a historiadora Lúcia Guerra em entrevista,

Infelizmente a política de esquecimento tem sido uma marca na história do Brasil. É anterior a ditadura. Isso ocorreu com o genocídio das nações indígenas e dos povos africanos escravizados. Evitando-se referências em eventos públicos e omitindo, ou mesmo deturpando, esses acontecimentos históricos nos livros didáticos. Contudo, com o golpe de 1964 e a ditadura militar implantada no Brasil a memória das lutas dos trabalhadores rurais, em especial das Ligas Camponesas foi intencionalmente silenciada, com estratégias que impunham medo àqueles que tentassem mantê-la viva. Comemorações, lembranças, publicações, tudo proibido. A censura e a repressão eram políticas do estado autoritário. A organização popular existente nas Ligas Camponesas era vista como subversiva e comunista. Portanto, tinha que ser esquecida para não servir de estímulo às gerações atuais e futuras. *(Entrevista com Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, março de 2022)*

Resistir ao esquecimento, significou guardar nem que fosse de fome sigilosa os rastros de lutas, assim como, combater a política de esquecimento que adotava as ações de destruição e apagamento da memória. Foram guardiões da memória do autoritarismo, os acervos de entidades de direitos humanos, a exemplo do Comitê pelos Direitos Humanos no Cone Sul – CLAMOR, da Comissão de Justiça e Paz, dos arquivos pessoais dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, ou mesmo, os Arquivos Públicos, dentre outros. Atualmente, sítios de memória, memoriais da resistência e da democracia continuam reconstruindo a memória arquivística com bancos de depoimentos e recuperação de documentos escritos e audiovisuais.

A educação para nunca mais, vai sendo socialmente construída nas entranhas da resistência, pelo compromisso com a verdade e a democracia, pois sem informação e conhecimento da história do passado autoritário, dificilmente, poderíamos, hoje cuidar da preservação da memória do autoritarismo e poder continuar resistindo em defesa da sociedade democrática, livre de censura, perseguições e violência institucional. Sem os documentos, ou mesmo, sem os depoimentos resgatados ao longo da existência da Comissão Nacional da Verdade e da rede de comitês e comissões estaduais e municipais, de fóruns e associações de anistiados políticos, a sociedade brasileira não teria como enfrentar o negacionismo autoritário que tenta confundir a opinião pública em face do desconhecimento da história recente do Brasil.

Nessa perspectiva, referendamos a Nota da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão – PFDC, quando afirma:

Festejar a ditadura é, portanto, festejar um regime inconstitucional e responsável por graves crimes de violação aos direitos humanos. Essa iniciativa soa como apologia à prática de atrocidades massivas e, portanto, merece repúdio social e político, sem prejuízo das repercussões jurídicas. Aliás, utilizar a estrutura pública para defender e celebrar crimes constitucionais e internacionais atenta contra os mais básicos princípios da administração pública, o que pode caracterizar ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 11 da Lei nº 8.429, de 1992.

Aqui se revela a importância da memória - tanto a memória individual (RICOEUR, 2004) quanto a memória coletiva (HALBWACHS, 2004) - para a construção e/ou fortalecimento das relações democráticas nas instituições e na sociedade depois de regimes autoritários, posto que “uma democracia saudável não pode se sustentar em nenhum tipo de relação ambígua ou ambivalente com o passado ditatorial (SAZ, 2004, p.83, apud TAVARES, 2022, p.99).

Uma das ferramentas de combate a opressão e violência é a educação em e para os direitos humanos como propõe o Programa Nacional de Direitos Humanos quando no âmbito da educação superior, conclama para realização de ações de ensino, pesquisa e extensão, que envolva a busca pela memória e verdade. No âmbito da educação básica, experiências têm sido realizadas promovendo a formação de professores para tratar da memória e verdade. Podemos citar, a experiência extensionista de formação de professores do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB realizada no âmbito do Programa Nacional de Extensão com municípios da Paraíba (FERREIRA et.al., 2016), as atividades educativas realizadas com a rede pública de ensino promovidas pelo Memorial da Resistência de São Paulo com as visitas diárias e contação de história (SILVA, 2021), a experiência do Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SME) integrando ações educativas em direitos humanos sobre Nunca Mais na educação básica, sendo instituído pelo Decreto nº 61.067, de 15 de fevereiro de 2022 (SÃO PAULO - SMDHC, 2014). Ação pioneira de educação para nunca mais foi desenvolvida pelo Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro que no governo Bizolla promoveu diálogos com escolas sobre o tema, ação com apoio da ONU-Fundo contra Tortura, dentre outras (FORMAGIGINI, 2007)

Educar com esse objetivo se constitui em desafio tanto na educação formal, juntos aos(às) educadores(as) da Educação Básica, como na educação não formal, realizada pelos defensores de direitos humanos nos sindicatos, nos movimentos sociais, nos grupos comunitários, com suas inúmeras formas de ação educativa e cultural levadas a efeito. (FERREIRA; ZENAIDE; MELO, 2016, p.16)

Debruçaremos nesse capítulo, na experiência pioneira realizada no território das Ligas Camponesas quando por iniciativa de professores da comunidade de Antas, no município de Sapé, deram passos na direção da educação para memória.

5.1 A inserção do Nunca Mais na educação básica no território das Ligas Camponesas - Sapé/PB

Antes de abordar a inserção do Nunca Mais na educação básica no território de Sapé-Pb, precisamos entender, que tem sido nas lutas populares do campo, como as Romarias da Terra, os atos de apoio nas áreas de conflitos rurais, os protestos em situações de prisões das lideranças camponesas, os encontros de formação fé e luta, dentre outros, que aprendemos a encarar de forma coletiva a opressão e a violência. Dom José Maria Pires, bispo da arquidiocese da Paraíba, seguindo a linha do Vaticano II e da Teologia da Libertação criou e apoiou a criação de organizações que atuaram pela defesa da terra, a Pastoral da Terra e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, dentre outros.

Ao longo do processo histórico, ressaltamos a criação do Centro de Comunicação, Educação e Documentação Populares – CEDOP, como um guardião da memória dos movimentos populares na Paraíba, pois, foi esse centro que cuidou da informação por meio de boletins informativos e vídeos, documentando e abordando as lutas populares no campo e as lutas urbanas. O CEDOP tem constituído num lugar de memória coletiva das lutas populares na Paraíba, na medida em que, atuou registrando as lutas camponesas ao longo dos anos setenta, oitenta e noventa em documentários, organizando acervo hoje sob os cuidados do Sindicato da Construção Civil da Paraíba.

Os documentários e Boletins Informativos do CEDOP foram nossos primeiros recursos didáticos, criados com o protagonismo social. Nesses materiais, esclarecem os educadores populares, os camponeses são os protagonistas da escrita e da palavra, tendo apenas o apoio técnico de profissionais da comunicação. O CEDOP funcionava como um suporte da luta popular, como reflete um dos seus educadores: “A comunicação como era sistematizada ela deixava o que era cotidiano deixar de ser cotidiano, aquilo passava a

ser uma informação organizada. A sistematização que voce faz modifica o olhar das pessoas para o mesmo fato porque voce direciona pela edição que voce faz”. (DANTAS, S/D)

O CEDOP servia, em princípio, à Arquidiocese da Paraíba, elaborando Cartilhas de Formação e o Informativo Arquidiocesano (periódico mensal), bem como fazendo a memória da luta popular, porém as qualidades políticas e gráficas de suas edições despertaram o interesse de outras dioceses. Assim, começaram a elaborar subsídios junto as Dioceses de Campina Grande e Garanhuns. Só ou integrando equipes, Heliton Santana colaborou com a criação do material mimeografado, sob responsabilidade do CEDOP. Outras Igrejas Particulares do Nordeste também fizeram uso desses serviços (SILVA, 2019, p. 108).

Outros espaços relevantes de memória, tem sido, os assentamentos rurais provenientes das lutas camponesas, onde a educação, a memória e a luta se encontram numa ação unificada na escola, no roçado, na assembleia e nas lutas. Uma das ações “Nunca Mais” têm sido promovidas pela Pastoral da Terra, as “Romarias da Terra” em territórios de conflitos agrários - como usinas, acampamentos e assentamentos rurais - recordando territórios de violencia e resistencia e defensores assassinados no conflito com o latifúndio. Dizia Freire (2000, p. 62-63) em *Pedagogia da Indignação*, “a marcha esperançosa dos que sabem que mudar é possível” “Marchem, gente do nosso país”, “essa gente destemida está nos dando, através de sua luta, a esperança de dias melhores para o Brasil” (FREIRE, 2000, p.61). Desde os anos de 1978, que as Romarias da Terra vêm sendo realizadas em todo o Brasil como uma luta simbólica de evocação da luta dos escravos pela libertação.

A Pastoral da Terra tem sido um ator político parceiro desde a criação do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, quando acompanha Elizabeth Teixeira e outros militantes da reforma agrária na Paraíba, como os familiares de Nego Fuba e Pedro Fazendeiro, ou mesmo, Assis Lemos que presidiu a Federação das Ligas Camponesas na Paraíba, dentre outros, que sofreram perseguição política em 1964. Com a retomada dos perseguidos políticos com a Lei de Anistia em 1979 e a Comissão da Verdade de 2011, biografias, livros, dissertações e teses continuam sendo produzidas em torno das Ligas Camponesas, reconstruindo a memória silenciada posta no subterrâneo da história. Uma referencia da produção da memória no campo, é o documentário: “Cabra Marcado para Morrer de Eduardo Coutinho”, que tem sido amplamente apresentado e discutido em escolas e universidades, assentamentos e sindicatos.

Uma das tarefas mais difíceis nesse processo de ressignificação da luta das Ligas Camponesas é identificar os vestígios de memória num território marcado pela violência extrema. No município de Sapé, identificamos como vestígios das Ligas Camponesas em Sapé, a lápide⁷⁵ de João Pedro Teixeira no cemitério da cidade de Sapé, a cruz no local onde João Pedro Teixeira sofreu a emboscada em 2 de abril de 1962 localizada na estrada para Sapé, hoje denominada BR João Pedro Teixeira, a casa de moradia de Elizabeth e João Pedro Teixeira em Barra de Antas, antigo município de Sapé, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Gentil Lins, onde ocorreu a primeira reunião das Ligas Camponesas de Sapé e a guarnição da Polícia Militar do município de Sapé (PB).

Sobre essa questão perguntamos a historiadora Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (2022) - Quais as formas de apagamento de vestígios e os obstáculos ocorridos com o objetivo de evitar a memória coletiva das Ligas Camponesas?

Dentre as formas de apagamento de vestígios da luta e fortalecimento de uma memória coletiva das Ligas Camponesas está a construção de narrativas que colocam os objetivos do movimento como prejudicial aos interesses da própria população que sofre a exploração da elite latifundiária. Como exemplos, entre as influências na organização das ligas, a do Partido Comunista é a mais ressaltada e deturpada, causando restrições e temor aos próprios camponeses; estratégias de alimentar o medo na população para não resistir, não protestar, é reforçada pela impunidade de violadores dos direitos humanos; muitos dos registros históricos da repressão aos integrantes, ou mesmo simpatizantes, das Ligas desapareceram dos arquivos dos órgãos públicos; a proibição de manifestações e celebrações de acontecimentos marcantes na história de resistência e luta por direitos da comunidade; a não referência a essas lutas nos livros didáticos; entre tantos outros (*Entrevista com Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, março de 2022*).

Complementa a historiadora e educadora,

Daí vem a importância do livro “Memórias do Povo – João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas na Paraíba: Deixemos o Povo falar”, organizado pela Irmã Tonny e outros companheiros, pois a construção da memória está no foco que foi dado aos personagens da história das Ligas. Não foram destacados apenas as lideranças e os protagonistas já conhecidos, mas as pessoas cujos nomes nunca foram citados, nem lembrados. Toda uma geração que participou da luta por direitos no meio rural, que sofreu perseguições, foi silenciada de várias formas: pela força do latifúndio, pelo medo individual e das famílias, e pela historiografia. Ressalto esse último aspecto, pois embora certa produção historiográfica critique a história positivista dos vencedores

⁷⁵ No cemitério de Sapé não se encontram as lapides de Negro Fuba e Pedro Fazendeiro também lideranças das Ligas Camponesas, esses últimos tidos até hoje como desaparecidos políticos.

com seus heróis e personalidades, muitas vezes ao se escrever sobre os vencidos, o foco vai na mesma direção – em buscar personagens isolados, os heróis. Vejo como relevante identificar as lideranças, “os heróis” entre os vencidos, mas reconhecer o papel do coletivo, e dar voz ao maior número de pessoas que viveram e sofreram as consequências daquelas lutas é fundamental para aflorar o sentimento de pertencimento àquela memória e de valorização das lutas naquele momento histórico. E é isso que esse livro faz (*Entrevista com Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, março de 2022*).

O Memorial das Ligas e Lutas Camponesas concentra um acervo das lutas camponesas, englobando, livros, fotografias, dissertações e teses, bandeiras, jornais, revistas e outras produções documentais, fruto da mobilização e apoio dos amigos do memorial.

Ferreira (2022) articula a relação entre educação para nunca mais com o trabalho promovido pela Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória, quando promoveu audiências públicas em Sapé, envolvendo escolas públicas e a presença da Comissão Nacional da Verdade, tendo a presença dos familiares e sobreviventes dialogando com a comunidade escolar no território.

Quanto à Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba posso afirmar que a questão camponesa foi prioritária nos estudos e ações desenvolvidas. As pesquisas fundamentadas em documentos dos arquivos públicos e testemunhos das vítimas cobriram um período histórico além da existência das Ligas, chegando aos anos de 1980. A parceria com o Memorial das Ligas Camponesas ajudou na aproximação com os familiares dos perseguidos à época da ditadura, alguns citados no livro organizado pela Irmã Tonny. Ouvir e registrar o testemunho de famílias que sofreram com a repressão da ditadura foi uma contribuição para o fortalecimento e reconhecimento dessas pessoas, bem como um momento de reaproximação entre familiares que há muito não se viam. Isso ocorreu com os filhos de João Pedro e Elizabeth Teixeira e os de Pedro Inácio (Pedro Fazendeiro) e Júlia de Araújo. Consideramos que as ações da Comissão Estadual da Verdade contribuíram na promoção de uma educação para o nunca mais, tanto no momento do seu funcionamento (2014-2017) como para ações posteriores com o material produzido, e por ter dado origem ao Memorial da Democracia da Paraíba que preservará o acervo e dará continuidade as ações de registro e educativas (*Entrevista com Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, março de 2022*)

Nesse sentido, a educação para nunca mais chega à escola em conjunturas favoráveis a educação para a democracia, como tem sido, o conjunto de iniciativas realizadas no país. Na Paraíba, o Memorial da Democracia da Paraíba e o Memorial das

Ligas e Lutas Camponesas são espaços permanentes de diálogos com escolas públicas abertas ao público.

A história e a memória das Ligas Camponesas apresentam uma grande diversidade temática: história local, movimentos sociais, território e espaço agrário, trabalho e terra, conflitos agrários e direitos sociais dos trabalhadores, direitos humanos e violência no campo, cultura popular e resistência social, dentre outros, que podem ser incorporadas na proposta pedagógica, sem esquecer a elaboração de sentido para as marcas psicossociais de dor e medo, individuais e coletivas.

Ferreira (2022) situa as possibilidades metodológicas, a partir de experiência educativa promovida pelo Projeto de Extensão do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos com apoio financeiro do Ministério da Educação e apoio estadual da Secretaria de Educação envolvendo escolas públicas estaduais e no caso de Sapé, do Memorial da Ligas e Lutas Camponesas. Para a historiadora e educadora:

Vejo com algo central em uma proposta pedagógica de educar para Nunca Mais sobre as Ligas Camponesas a valorização da memória em lugar do esquecimento. Só essa discussão já agrega inúmeros temas que podem discutir os determinantes da história oficial, as vertentes teóricas que explicam a visão dos vencedores e dos vencidos, dos “de baixo, a disputa entre o que lembrar e o que esquecer”.

Vejo como uma possível referência sobre recursos educativos a obra de FERREIRA, L. F. G; ZENAIDE, M. N.T. e MELO, V. L. B. “Direito à memória e à verdade: saberes e práticas docentes”. João Pessoa: CCTA, 2016, que se propõe a se constituir em material de apoio para capacitação de educadores e militantes da área dos Direitos Humanos, com o recorte do Direito à memória e à verdade. São apresentadas sequências didáticas, como forma de planejar a prática docente a partir de instituições como arquivos, memoriais e bibliotecas; de expressões artísticas como teatro, cinema, música, desenho e literatura de cordel; e de depoimentos. A partir de obras e experiências é possível elaborar um percurso pedagógico com conteúdo e atividades, referências para ampliar o conhecimento e indicações bibliográficas, próprio para ser usado na educação da memória da luta e resistência camponesa. *(Entrevista com Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, março de 2022)*

Nesse projeto, foram usados, o depoimento das testemunhas existentes nos territórios, o texto-síntese contextualizando o autoritarismo no meio rural e os recursos didáticos possíveis de serem acessados, como: teatro, documentário, fotografia, notícias de jornais, artigos, cordel, bandeira, dentre outros (FERREIRA et al.,2016)

O Memorial das Ligas e Lutas Camponesas é uma referência estadual para o trabalho de educação para nunca mais, como reconhece a historiadora. A articulação do

Memorial das Ligas e Lutas Camponesas com a Secretaria de Estado da Educação da Paraíba chegou no contexto da criação da Comissão Nacional da Verdade, a promover o Prêmio Estadual de Redação João Pedro Teixeira, envolvendo estudantes do Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA) através do Edital 009/2012/GS PRÊMIO ESTADUAL DE REDAÇÃO – JOÃO PEDRO TEIXEIRA, em 13 de junho de 2012.

A conjuntura política nacional e estadual de 2011 a 2012 favoreceu a inserção da memória e da verdade na agenda pública, quando se proliferou iniciativas dessa natureza em âmbito nacional, estadual e no município de Sapé, território singular das Ligas Camponesas na Paraíba. Assim, “ensinar a memória significa falar do passado, do presente e do futuro”, realizando uma leitura crítica dos acontecimentos “para que se possa compreender melhor os perigos, os genocídios e os horrores atuais”. Em outras palavras, o caminho é o de se centrar em “uma proposta educativa que utiliza a memória de fatos traumáticos para o ensino e a promoção da paz e dos direitos humanos” (LICUIME, 2010, p.145, apud TAVARES, 2022, p.101), adotando então a perspectiva da pedagogia da memória.

A pedagogia da memória no município de Sapé tem recebido o protagonismo de educadores das escolas rurais e do campo, sendo posteriormente reconhecido pela Secretaria Estadual de Educação e pela Secretaria Municipal de Educação de Sapé, ampliando-se para outros municípios, como Sobrado, Mari e Riachão do Poço. São professores rurais que em tempos democráticos, fazem exercício da sua autonomia pedagógica, inserindo a memória das Ligas Camponesas em disciplinas específicas, em seminários e semanas culturais aprendendo o valor da palavra liberdade.

Na semana entre os dias 20 e 24 de julho de 2020 aconteceu uma formação chamada Círculo de Cultura “As Ligas Camponesas: ações culturais, políticas e educativas no processo de ensino e aprendizagem na EJA no contexto das aulas remotas”. A atividade foi organizada por um grupo de professores do município de Sapé (ativos ou com experiências passadas em EJA), em parceria com a ONG Memorial das Ligas e Lutas Camponesas.

Essa ação teve como objetivo: reconhecer aspectos históricos, políticos e culturais das ações das Ligas Camponesas, em diálogos com processos educativos na EJA do campo e da cidade. Apesar de ter sido por reuniões via aplicativo digital, o evento contou com mais 50 participantes de um público bem diversificado. Tinha professores

universitários, professores das redes municipal e estadual de Sapé e de outros municípios, bem como, gestores escolares e coordenadores e alunos de EJA do campo e da cidade.

Essa semana formativa suscitou diversos debates, inclusive de possibilidades apontadas para fortalecimento da parceria entre universidade, secretaria municipal de educação e de cultura e movimentos sociais. Dessas propostas nasceu um grupo de estudos, que se encontra em construção e teve sua primeira reunião no dia 28 de julho de 2020. Para registrar esse momento histórico, o grupo que ganhou o nome provisório de Grupo de Estudo e Pesquisa em Movimentos Sociais e Educação Popular (GEPMSEP) contou com a presença dos professores/ educadores: Jailton (atual coordenador da EJA - Sapé); Sandra Regina (Supervisora); Rosalinda Falcão (orientadora educacional); Cosmo Galdino e Josilene Oliveira (educadores - EJA); Josuely Santana (atual Gestora – Escola de Barra de Antas) e Maria Selma (autora desta pesquisa). Com perspectivas de ampliação e novas decisões coletivas acerca da estruturação, o grupo se encontra em fase de mobilização entre pessoas que tenham interesse em assumir compromisso com estudos e pesquisas em vários temas em conexão com a Educação Popular, incluindo as Ligas Camponesas que instigou a sua criação. (SANTANA, 2020)

Outra ação que está sendo realizada e que marca o crescimento do debate, apontando para o reconhecimento desse fragmento da história como identidade local, trata-se da inclusão do tema na Proposta Curricular Diversificada da rede municipal de ensino que se encontra em fase de construção com a participação de professores, gestores, supervisores, orientadores e coordenadores, que estão em atividades educativas no próprio município.

5.2 Educadores populares como guardiães da memória camponesa

A Escola Municipal Luiz José Gonçalo, localizada no município de Sapé-Pb tem atuado como instituição envolvendo sua equipe pedagógica, alunos e a comunidade, em um trabalho de valorização da memória do movimento das Ligas Camponesas, em um processo de conhecimento interdisciplinar.

Nessa sessão, apresentaremos o diálogo da pesquisa com os educadores sujeitos da pesquisa, apontando peculiaridades de suas trajetórias pessoais e profissionais. A busca por esses sujeitos deu-se em um processo de “garimpagem” bastante comum no trabalho do pesquisador. Nesse processo, consideramos as peculiaridades de suas ações e relações sociais estabelecidas na escola investigada, e de acordo com a proposta

temática da pesquisa. Nesse sentido, Castro lembra-nos que os atores de uma pesquisa precisam ser selecionados cuidadosamente, pois é fundamental que eles tenham condições de responder às questões da pesquisa e de dar as informações necessárias (CASTRO, 2010).

Os dados aqui apresentados foram fornecidos por educadores e educadoras, supervisoras e gestores, através de entrevistas semiestruturadas. Todos os sujeitos trabalham ou trabalharam na **Escola Municipal Luiz José Gonçalo** em períodos diversos, entre os anos de 2005 e 2022. A escola recebeu esse nome em homenagem ao morador que fez a doação do terreno para construção da escola no distrito de Inhaúá em Sapé/PB, sabe-se que esse território é originário de assentamentos, porém os moradores não se identificam como assentados.

Essa interlocução de memórias é de suma importância para a produção científica, como também para as práticas cotidianas de ensino nos ambientes educativos ao trabalhar sempre com processos históricos ocorridos em tempos anteriores. Sobre esse feito, Le Goff (2003, p. 471) afirma: “A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens”.

Acerca dessa observação, abrem-se possibilidades para perceber que o tema das Ligas Camponesas nessa escola começa a frutificar práticas educativas, consideradas como iniciativas de educação para Nunca Mais que se vestem de pressupostos de uma educação popular, aqui entendida como alternativa em todo espaço educativo. Torna-se importante a voz dos alunos (as) educandos (as) no escutar e dialogar. Freire (2018, p. 111) afirma: “O educador que escuta aprende a difícil lição de transformar o seu discurso às vezes necessário ao aluno em uma fala com ele”.

A primeira entrevistada foi a educadora Ana Maria Almeida Rodrigues⁷⁶, que no ano de 2005, começou a trabalhar na escola Luiz José Gonçalo com professora, em 2008 passou ao cargo de gestora sendo eleita pelo corpo docente, pelos estudantes e pela comunidade, permanecendo no cargo até o ano de 2015. Contextualiza a educadora

⁷⁶Ana Maria de Almeida Rodrigues, além do cargo de gestora da EMEIEF Luiz José Gonçalo, também foi gestora da Escola de Artes e ativista – atualmente é diretora da Biblioteca Municipal Augusto dos Anjos, ambientes onde desenvolveu e desenvolve trabalhos importantes unindo educação, cultura e arte.

quando a escola através das ações de professores e gestores abre o currículo para o território e a comunidade camponesa.

Quando entrei na gestão comecei a sentir que faltava algo no nosso ensino, e aos poucos passei a realizar algumas mudanças e implantar coisas novas, principalmente no PPP da escola, que começou a ser pensado junto com toda equipe docente, e nessas reuniões para formular o PPP foi sugerido colocar o tema das ligas camponesas pra que fizesse parte do documento e assim poderíamos começar a falar sobre João Pedro Teixeira, Elizabeth e todos os camponeses que fizeram parte das ligas e que se tinha conhecimento. Toda equipe docente e a comunidade, porque a comunidade sempre está presente nas decisões da escola, aceitaram é de bom grado. Então quando foi em 2012 começamos a trabalhar todos os anos com o tema e a inserir em momentos diversos, depois de um tempo foi inserido no calendário escolar a Semana das Ligas Camponesas, mas a escola já trabalhava bem antes com a temática (*Entrevista com Ana Maria Almeida Rodrigues, mes de 2022*).

A Escola Luiz José Gonçalo já estava entre as escolhas para ser uma das instituições do campo de pesquisa, desde as inquietações iniciais, pelo fato de ter sido pioneira no município a incluir no Projeto Curricular da Escola o tema das Ligas Camponesas e João Pedro Teixeira. Nos registros fotográficos e nos livros de atas da escola, é possível encontrar informações relativas ao momento em que a gestora e os professores realizaram reuniões para inclusão dessas temáticas no Projeto Político-Pedagógico desde 2010. Sobre as Ligas Camponesas desenvolveram alguns trabalhos, inclusive peças teatralizando a biografia de João Pedro e sua família.

A partir de 2016, a gestão e o quadro de docentes da escola foi modificado, porém, as ações voltadas para a preservação da memória das Ligas Camponesas e da família Teixeira continuaram a reverberar a cada novo ano. A perseverança e renovação dessas ações compôs um projeto sócio-comunitário e pedagógico da escola, com um sentido mais profundo, como um projeto social de vida. Nasceu de uma semente plantada durante a gestão escolar da professora Ana Maria de Almeida Rodrigues, efetiva da rede municipal, que exerceu o cargo nessa unidade de ensino do ano de 2008 a 2015. (SANTANA, 2020)

A segunda educadora entrevistada foi a professora Rosalinda Falcão Soares é pedagoga de formação, mestra em educação e doutoranda em educação na UFPB, nascida no campo conhece os dramas do território e suas lutas. Foi por alguns anos orientadora

e supervisora na escola, e acompanhou de perto a implementação Semana Temática das Ligas Camponesas.

Praticamente quando cheguei a escola ainda não trabalhavam com a temática de forma tão acentuada, geralmente era trabalhado de forma muito esporádica, não havia uma sistematização, como está acontecendo agora depois que foi instituído no calendário socioeducativo instituído a partir de 2018 (*Entrevista com Rosalinda Falcão Soares, junho de 2021*).

A terceira educadora entrevistada foi Maria Selma Santos de Santana, é pedagoga de formação, mestra em educação pela UFPB. Nascida e criada na realidade rural, educadora e supervisora da escola do campo, conhece os dramas e conflitos vivenciados no território e também cria nesse contexto tramas educativas.

Quando iniciei na escola já havia o trabalho com a temática das ligas camponesas, mas ainda não estava instituído no calendário como acontece agora, desde 2016. Mas tivemos umas formações do PNAIC aqui, e nessas formações a coordenação solicitava dos professores que fosse criado um calendário socioeducativo, aí então foi sugerido as escolas que se criasse esse calendário, então foi nesse calendário construído coletivamente que se incluiu alguns temas, não era assim currículo comum a todas as escolas, era específico de cada escola. Mas de todas as escolas que acompanhei a Luiz José Gonçalo foi pioneira na inserção da temática no calendário socioeducativo da escola (*Entrevista com Maria Selma Santos de Santana, junho de 2021*).

É oportuno ressaltar que o trabalho pedagógico com ênfase na relação entre educação e cultura local, passou a ser explorado com mais frequência a partir desse período, comprovando que o trabalho com os temas que compõem o calendário socioeducativo/ ou sociocultural das escolas e o calendário letivo e do município na atualidade já eram desenvolvidos na EMIEF Luiz José Gonçalo entre os anos de 2010 e 2016. (SANTANA, 2020)

A quarta educadora entrevistada foi Jandira sobrenome, ela é pedagoga de formação, e está na escola já a 25 anos, um ano após a fundação da escola a mesma já iniciou seu trabalho na escola. Jandira é a professora entrevistada mais antiga na escola, é moradora do distrito de Inhauá onde está situada a escola. É uma educadora que faz com amor o seu trabalho. Nascida em família pobre, ela é o exemplo de pessoa que viu na profissão, não apenas um caminho para vencer as dificuldades no plano social, mas um caminho para a sua realização profissional em busca de afirmação e transformação.

Quando eu comecei só existia uma sala de aula mutiseriada que compreendia a 2^a, 3^a e 4^a series (hoje essa nomenclatura foi modificada para anos), na época nós tínhamos como supervisora Rosalinda Falcão, após um tempo Ana Maria entrou como gestora, e após veio Selma trabalhar como supervisora e nos orientar. Foi a partir da gestão de Ana Maria que começamos a trabalhar a temática das ligas camponesas, e começamos a ter esses conhecimentos sobre educação do campo, e com a chega de Selma foi ainda mais aprofundado nosso trabalho, porque antes Rosalinda fazia um bellissimo trabalho sobre a educação do campo só que ela fazia com todas as escolas e não tinha esse nome na verdade era ensino rural. E a partir dai fomos conhecendo a importância de se trabalhar os nomes das pessoas que lutavam pelas terras, pessoas que tinham um processo no qual eles defendiam todo o campo, em relação aos trabalhadores, toda essa questão, ai foi a partir dai que começou no município a se trabalhar com o calendario socioeducativo, e a escola deu continuidade ao trabalho com a temática das ligas camponesas. *(Entrevista com Jandira sobrenome, mes de 2022).*

O quinto entrevistado foi o educador Paulo Roberto, historiador de formação, mestrando em história pela UFPB, é professor de história na escola desde 2017.

Estou na escola desde 2017, que foi o ano que os professores que passaram no concurso foram chamados, e agora em março de 2022 completo 5 anos que leciona nesse lócus. A escola sempre me acolheu de forma muito aconchegante, desde o início que cheguei lá eles procuraram sempre fazer com que eu estivesse em um ambiente legal de trabalho, e isso me fez me sentir muito bem e a partir disso a gente foi construindo um vinculo entre os professores, gestores, alunos e a comunidade escolar no geral, tem uma integração muito boa e isso a vem construindo, no meu caso, desde 2017 *(Entrevista com Paulo Roberto, mes de 2022).*

A sexta educadora entrevistada foi Tatiane Santos da Silva, é formada em contabilidade e licenciada em matemática, e foi professora nos anos de 2016 a 2019.

Eu entrei na escola em 2016, bem nova, e eu não tinha experiência como professora de matemática, porque eu não era formada e logo quando eu entrei eu cursava contabilidade, e pela necessidade que a escola tinha de um professor de matematica eu aceitei ficar, logo após eu entrei na licenciatura de conclui o curso de matemática, mas foi um grand edesafio pra mim, principalmente no início eu trabalhava os cinco dias na semana, eu peguei todas as turmas, depois né fui fazer a licenciatura fui pegando mais experiência mais conhecimento foi um grande desafio e mesmo assim eu fui tentando que fui buscando, e no primeiro ano me deparei com o calendário socioeducativo, eu não sabia trabalhar, porque eu tinha que pegar aquele conteúdo e trabalhar na matemática e no mês de julho quando se trabalha as ligas camponesas e João Pedro Teixeira, quando veio esse tema eu disse pronto, o que vou trabalhar na matemática com as ligas camponesas? Eu não tinha conhecimento nada era aquelas pesquisa que a gente fazia na internet que não tem muita coisa, então só o que eu trabalhava eram as datas. Mas depois com o

passar dos anos, como já tinha experiência de trabalhar então foi esclarecendo mais e foi tendo mais conhecimento dos conteúdos e assim foi muito bom, e a experiência na escola Luís José Gonçalo, é uma excelente escola porque lá todo mundo trabalha unido, é lugar que a gente se sente seguro pra trabalhar porque se eu não sei eu vou lá converso com a professora Jandira, converso com o professor Edmilson e eles iam esclarecendo então é uma unidade de ensino nota 10. Mesmo não estando mais na rede de ensino de Sapé/PB, falo pra todo mundo o quanto sou grata pelo tempo que passei lá na escola. *(Entrevista com Tatiane Santos da Silva, mes de 2022).*

O sétimo entrevistado foi o educador Edmilson Severino do Nascimento, é pedagogo de formação, e desde 2017 é o gestor da escola Luiz José Gonçalo, durante esses anos ainda foi redistribuído para outra escola, porém a pedido da própria comunidade ele foi recolocado na gestão da escola.

A escola está localizada em uma comunidade rural e ainda é muito forte o sentimento de luta e resistência trazido na memória dos trabalhadores do campo, e nós como escola precisamos preservar essa memória. Assim fazendo com que nossas crianças, adolescentes e jovens, e toda comunidade possam ressignificar a memória dessa luta e dos movimentos do campo *(Entrevista com Edimilson Severino do Nascimento, mes de 2022).*

Nas falas de cada educador e educadora percebemos como as primeiras iniciativas visando ativação da memória das Ligas Camponesas começaram na direção da escola até que nos tempos atuais envolveu as demais escolas e a Secretaria Municipal de Educação a exemplo da Semana das Ligas Camponesas em 2021 e a de 2022 em processo de mobilização e organização. Essa experiência é como uma semente plantada na terra de João Pedro e Elizabeth Teixeira, é uma construção coletiva que é inventada pela sensibilidade de quem vive no campo e conhece as dores e violações. Desse chão cheios de sementes germinam brotos de resitência, uma escola infincada na terra germina experiências inovadoras onde a memória é parte da identidade camponesa. Vale lembrar aqui a contribuição da orientadora e supervisora educacional Rosalinda Falcão Soares, e da supervisora Maria Selma Santos de Santana que enraizadas no território, que de forma pioneira tomaram iniciativas que incluíram os nomes de João Pedro e Elizabeth Teixeira e dos companheiros das ligas camponesas no calendário letivo escolar anual, para serem trabalhados tanto pelas escolas do campo como também da cidade. De iniciativas micros as educadoras rurais conseguiram germinar outras iniciativas, até que envolveu outros

profissionais (orientadoras, supervisoras e coordenadoras) e gestores junto a Secretaria de Educação do Município.

A partir do ano de 2016, começou a ser instituído na rede municipal a criação de um “Calendário Socioeducativo Escolar”, com o objetivo de contemplar datas significativas para serem trabalhadas nas escolas, em suas localidades específicas. Então, algumas unidades de ensino decidiram contemplar temáticas relacionadas à Liga Camponesa. Naquele ano, também tivemos um encontro formativo para professores, reforçando a importância do referido tema para o município, o qual foi mediado por pessoas que compõem a “Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba”⁷⁷, com participação da neta de João Pedro Teixeira e de outras personalidades, sobreviventes ao golpe militar de 1964, as quais deram seus depoimentos. No entanto, alcançou um público mínimo de professores. *(Entrevista com Maria Selma Santos de Santana, junho de 2021)*

Superar o tempo de resistência com ações isoladas até tempos favorável que se reconheça o direito à memória e à verdade como parte da educação democrática tem sido um processo tensionado, de modo que, chegar ao sistema municipal de ensino é uma etapa relevante da experiência.

Mesmo sendo ações isoladas ainda, acredito que despertou nos participantes a vontade de incluir o tema das Ligas Camponesas de alguma maneira no currículo trabalhado nas escolas. Assim, nos debates para organização do ano letivo de 2017, foi lembrado de se colocar como temática “A semana das Ligas Camponesas”, como já existia a semana dedicada a Augusto dos Anjos. Até então, a semana ainda não constava no calendário letivo anual do município. Para aprofundar essas mudanças, foi preciso ter acesso aos documentos escolares, calendários socioeducativos, planos de ensino ou outros registros, a fim de averiguar mais detalhes importantes. *(Entrevista com Rosalinda Falcão Soares, junho de 2021)*

Um fato histórico de âmbito nacional relevante de se destacar foi o reconhecimento de João Pedro Teixeira em 2012 no livro dos Heróis e Heroínas da Pátria no Panteão da Pátria⁷⁸, ao lado de Zumbi dos Palmares, Tiradentes e Santos Dumont, sendo reconhecido como herói nacional na luta pela reforma agrária.

⁷⁷ “A Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB) foi criada pelo governador Ricardo Vieira Coutinho por meio do Decreto nº 33.426, de 31 de outubro de 2012 (...)” (CEV- PB - Relatório Final, p. 25, 2017)

⁷⁸ Lei nº 13.598, de 8 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 9 de janeiro 2018, edição 6, seção 1, página 1, inclui João Pedro Teixeira no Livro “Heróis e Heroínas da Pátria”, mártir da luta pela Reforma Agrária no Nordeste.

O processo de diálogo iniciado em Sapé em 2017 quando em reunião os professores preparavam a programação do ano letivo de 2018, devido a mudança do calendário letivo anual, aprovado pelo Conselho Municipal de Educação (CME), foi instituído dentro do currículo oficial, entre outros temas, a Semana Temática das Ligas Camponesas João Pedro Teixeira e Elizabeth Teixeira, que compreende os dias de 16 a 19 de julho. De 1962 até 2022 são 60 anos depois da morte de João Pedro Teixeira que sua biografia e atuação à frente da luta dos trabalhadores rurais chegam ao espaço escolar como conteúdo oficial, saindo da clandestinidade. A Semana das Ligas Camponesas de 2022, terá como tema - Memória aos 60 anos do assassinato de João Pedro Teixeira: resistência dos mártires da terra. Uma iniciativa coletiva articulando educadores populares e militantes sociais, sindicatos, associações de assentamentos rurais, movimentos e grupos culturais, universidades e gestão escolar.

Para isso é preciso identificar o que está presente e o que está ausente no desenho curricular e na prática pedagógica dos educadores, neste sentido, faz-se necessário compreender a construção do currículo como um processo de disputa de poder (SILVA, 2007), analisando o jogo de forças presentes no cenário político e educacional, de modo que interesses, ideologias e visões de mundo diferentes permeiam as decisões acerca do desenho curricular (MAGENDZO, 2006, p. 36).

5.3 Experiências de uma educação para Nunca Mais na Escola Municipal José Luiz Gonçalves: A Semana das Ligas Camponesas – João Pedro Teixeira e Elizabeth Teixeira.

O ponto de partida para construção dessa narrativa que veio para registrar as memórias de um percurso de educabilidade, inquietações, questionamentos e resistência no território das ligas camponesas. Do texto, delinear-se os caminhos seguintes, constando de leituras em livros, teses, dissertações, TCCs e artigos científicos sobre o movimento. Nesse estágio se deu a aproximação com o contexto vivido no passado para fazer a interlocução com o presente. Nessa perspectiva, o percurso segue simultaneamente as leituras para compor a parte teórico-metodológica, como também aprofundar o conhecimento acerca do fenômeno a ser investigado

Na educação, o município de Sapé dispõe de 38 unidades de ensino na rede municipal, dois memoriais (Memorial Augusto dos Anjos e Memorial das Ligas Camponesas), 1 escola de Artes, 4 unidades de ensino estadual e outros espaços

educativos, como organizações não governamentais de cunho filantrópico e algumas escolas da rede privada. Entre os estabelecimentos que compõem a rede pública, nenhuma escola foi nomeada contemplando João Pedro Teixeira.

As escolas em território de resistência camponesa em sua maioria refletem o que Todorov chama de abusos da memória, considerando que, ao longo do período autoritário, a história oficial tem inserido nomes vinculados ao projeto militar e as oligarquias rurais em detrimento dos lutadores populares em escolas, ruas e praças, deixando os lugares de memória silenciados. No território de Sapé algumas escolas têm o nome da comunidade onde está localizada ou de alguns moradores, como é o caso da escola que é o nosso campo de estudo. Na busca por espaços no território sapeense e outros que preservem a memória histórica do referido líder camponês, identificamos seu nome em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) e na sede do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), bem como na rodovia que liga Café do Vento (trecho da BR-230) a Sapé.

No que se refere à formação dos professores da rede municipal, posso dizer que, ao longo dos anos, desde quando componho a educação deste município, não me recordo de ter havido alguma que tratasse especificamente da temática das Ligas Camponesas. Faço ressalvas ao encontro formativo, supracitado neste texto, ofertado pela Comissão da Verdade, com professores da Universidade Federal da Paraíba, ligada ao Núcleo de Direitos Humanos. Esse momento se classifica como uma ação isolada, que atingiu uma porcentagem muito pequena de professores da rede municipal.

De 2016 a 2018, foi possível perceber que algumas escolas exploraram a temática de forma muito sutil, sem grandes exposições em nível de rede municipal. Nas escolas, das quais tive mais proximidade, observei que o tema foi trabalhado pelos professores por meio de aulas expositivas, de cópias ou pesquisas de textos encontrados na internet, de dramatizações representando a biografia de João Pedro, no recorte de tempo entre seu casamento com Elizabeth até o seu assassinato. Entre as atividades realizadas pelas escolas observadas, durante a referida semana temática, no ano de 2018, destaco, como avanço no debate, a exibição do filme “Cabra marcado para morrer,” para as turmas de EJA (Educação de Jovens e Adultos), as palestras realizadas com a participação da neta de João Pedro, Juliana Teixeira, além de um levantamento feito pela orientadora educacional, Rosalinda Falcão Soares, acerca das monografias e trabalhos de conclusões de cursos feitos por habitantes de Sapé, sobre Ligas Camponesas. (*Entrevista com Maria Selma Santos de Santana, junho de 2021*)

No ano de 2019, o calendário letivo permaneceu no mesmo formato, com a semana temática: Ligas Camponesas “João Pedro e Elizabeth Teixeira”, que aconteceu

entre os dias 15 e 19 de julho. Tanto em 2018, como no ano seguinte tais temáticas estão publicadas nas diretrizes do município: orientação para funcionamento das escolas da rede municipal de ensino, garantindo seu acontecimento, enquanto contemplação de assuntos locais a serem inseridos no currículo escolar, como pudemos observar nas atas do Conselho Municipal de Educação.

As experiências realizadas pela Escola Municipal Luiz José Gonçalo têm sido criadas a partir do pouco material sobre a história das Ligas Camponesas de Sapé/PB que se tinha conhecimento através da internet, e dos poucos livros publicados. Durante o percurso da pesquisa, percebemos que os educadores ainda contratavam dificuldades para desenvolver o trabalho sobre a memória das ligas camponesas, visto que a ausência de materiais didáticos ainda se mantém ausentes, de modo que continuam a alegar a pouca visibilidade e reconhecimento na história local no que se refere à temática sugerida.

Se tem a ver com aspectos ligados, ou não, à formação dos professores, ainda não sei, mas se percebe uma carência, um silenciamento, que perpassam âmbitos escolares, em relação a esse fato histórico local de repercussão estadual e nacional, mas que tudo leva a crer, pela fala de professores e alunos (as), que existem lacunas tanto na formação, quanto em materiais didáticos para se trabalhar no interior das escolas, apesar de já existirem avanços na interlocução entre a educação e a memória. *(Entrevista com Maria Selma Santos de Santana, junho de 2021)*

Vale ressaltar o trabalho feito pela ONG Memorial das Ligas e Lutas Camponesas recebendo para visitação orientada de escolas locais e de outros municípios como sítio de memória, ou mesmo, universitários e movimentos sociais e assentamentos rurais. Em 2019, a entidade tem firmado parceria entre a rede municipal de ensino de Sapé e o Memorial, concretizada numa turma de Educação de Jovens e Adultos na escola da comunidade de Barra de Antas, a qual funciona no anexo construído pela mobilização da entidade. Atualmente, a turma de EJA em questão não está mais em funcionamento na sede do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, devido a Pandemia do COVID 19 houve o fechamento das escolas e assim com a dificuldade do ensino remoto e evasão não foi possível das continuidade a essa experiência.

Neste sentido, Valencia; Díaz e Villafañe (2014, p. 60, apud TAVARES, 2022, p.101) indicam a relevância de uma pedagogia da memória: “a pedagogia da memória como projeto de formação [...] anima processos sociais para revelar novas formas de

ensino e dialogar com as tradições de uma história que invisibilizou acontecimentos, sujeitos e contextos”.

Nesse movimento de acontecimentos, no ano de 2018, ocorreram atividades diversas na Semana temática: Ligas Camponesas “João Pedro e Elizabeth Teixeira”, entre os dias 15 e 18 do mês de julho, como proposta do calendário letivo anual e do calendário socioeducativo da escola.

Participei de uma ação educativa com Juliana Teixeira, neta de João Pedro Teixeira, em uma palestra na qual houve exposição de slides mostrando aspectos como conceito, surgimento do movimento se constituiu, fazendo relação com fragmentos históricos da trajetória vivida pela família Teixeira, tanto em aspectos pessoais como nos aspectos referentes às ações da Liga Camponesa.

A atividade pedagógica aconteceu, ironicamente, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Pedro Ramos Coutinho, nome patronal que chamou a atenção de uma aluna durante a palestra, por corresponder ao nome de um dos supostos mandantes do ato cruel que tirou a vida do líder camponês homenageado na aula. A aluna, timidamente disse: “Quer dizer que nessa história, o herói virou bandido e o bandido virou herói, como sempre acontece ainda hoje? Queria entender por que nossa escola tem o nome do homem que mandou matar, quando deveria ter o nome dele”, o assassinado. Antes que a palestrante desse uma resposta, ou fizesse comentário sobre a indagação, uma professora respondeu, dando uma explicação de que o terreno foi doado pela família Coutinho, e que tais familiares não tinham nada a ver com os erros de um membro familiar que ficou no passado. Se a resposta da professora não foi suficiente, pelo menos a pergunta da aluna exigiu alguma resposta. *(Entrevista com Maria Selma Santos de Santana, junho de 2021)*

Podemos perceber que esse momento demonstrou indícios de que o trabalho pedagógico com a temática em questão avançou, deixando de ser uma “simples” exposição de fatos da história local, e passando a ser uma atividade que propôs a reflexão crítica de fatos históricos tão atuais na história local do município de Sapé, despertando para outros detalhes ainda não revelados nos conteúdos programáticos e nos livros didáticos. Outro aspecto considerado relevante que poderá despertar curiosidades para pesquisas futuras aparece na intervenção feita pela professora citada na entrevista, que parece passiva ao falar que a família de Pedro Ramos Coutinho não tem nada a ver com seus atos de crueldade do passado.

A palestra aconteceu também no turno da noite com os alunos (as) da Educação de Jovens e Adultos que, por sinal, assistiram posteriormente ao documentário “Cabra marcado para morrer”. Com esse público a exposição foi dialogada, sempre com um movimento de interlocução das lutas do passado com as lutas do presente, sendo motivo de

admiração deles ouvir a história da Liga Camponesa de Sapé e de João Pedro Teixeira e seus companheiros sendo contada “sem medo”, como disse um aluno. Outro aspecto possível foi o uso da linguagem poética para ilustrar de forma dinâmica, a organização, os objetivos e as possibilidades de continuidade da luta travada pelas Ligas Camponesas. Através da leitura coletiva do poema de Antônio Costa⁷⁹, intitulado “As Ligas Camponesas”.

Por ter sido uma imagem extraída da internet, o texto acompanhava a figura de um homem usando chapéu e carregando uma enxada nas costas. Antes de ver a letra, iniciou-se a leitura da imagem, da qual os alunos com mais idade, não só ficaram atentos, como também fizeram comparações com a vida cotidiana de agricultores da própria família ou de seus conhecidos. A conversa foi bem interessante e a maior surpresa para ali foi descobrir que a Escola Estadual Gentil Lins, muito conhecida por eles, foi sede da primeira reunião da Liga Camponesa de Sapé. (*Entrevista com Maria Selma Santos de Santana, junho de 2021*)

É oportuno ressaltar que o trabalho pedagógico na escola com ênfase na relação entre educação e história local, comprova que o trabalho com os temas que compõem o calendário socioeducativo/ ou sociocultural das escolas e o calendário letivo e do município na atualidade já eram desenvolvidos na EMIEF Luiz José Gonçalves entre os anos de 2010 e 2016.

Figura 14 – Projeto de Leitura, coordenado pela educadora Jandira.



Fonte: Fotos do acervo da Escola EMIEF Luiz José Gonçalves

⁷⁹ Antônio da Costa é poeta e artista plástico brasileiro, nascido em 24 de abril de 1972, no Sítio Chã de Areia, município de Pilar, estado da Paraíba. É autor da letra do Hino Oficial de Pilar e de 18 livros de poesia. Informações do site <https://www.recantodasletras.com.br/biografias/4797868>. Acesso em: 09 janeiro de 2022.

Retomando a apresentação do que foi observado em 2019, na semana temática João Pedro e Elizabeth Teixeira, várias atividades foram realizadas, das quais foi destacamos os vídeos produzido pela turma do 7º ano, narrando um pouco da história de João Pedro Teixeira, com foco na trama dos latifundiários planejando seu assassinato. Isso mostra que, em 2019, as atividades educativas foram um pouco mais além do que exposição ou contação feita pelos professores nos anos anteriores, o tema instigou a capacidade criativa e artística dos estudantes, bem como proporcionou a sensação de estudar fragmentos da história local, na perspectiva sugerida pela educação popular, dos sujeitos na produção do próprio conhecimento.

As ações em relação a semana das ligas na escola são pensadas e preparadas alguns dias antes, porque precisamos colher material, pensar no que vamos construir junto com os alunos, e pra que isso aconteça antes fazemos um planejamento com toda equipe escolar, não é algo que nasce pronto, e todo ano procuramos realizar algo novo. E durante o planejamento é dividido o que cada professor vai fazer com cada turma, isso envolve todas as disciplinas e após o trabalho realizado fazemos a culminância com a apresentação de tudo o que foi produzido. *(Entrevista com Edmilson, junho de 2021)*

Em 2018, quando ainda estávamos no modo presencial, fazíamos peças teatrais, confecções de cartazes, confecção de poemas, desenhos, só que acabamos não arquivando esse material, até mesmo porque esses registros encontram-se disponibilizados publicamente no facebook da escola. Já em 2020, no ano que começou a pandemia do COVID 19, todo trabalho foi realizado de forma on-line, mas nem por isso deixamos de produzir, e criamos com os alunos os *podcasters*⁸⁰, foi um trabalho excelente que nós fizemos juntos com os alunos. E como na escola eles já estão acostumados a realizarem esses trabalhos ficou fácil desenvolver, mesmo que de forma remota, essa nova experiência, e no dia da exibição que era a culminância os próprios alunos ficaram encantados. Então é muito bom quando a gente vê que os alunos estão empenhados em participar. *(Entrevista com Tataiana e Paulo Roberto, junho de 2021)*

⁸⁰ É uma forma de publicação de ficheiros multimídia (áudio, vídeo, foto, PPS, etc.) na Internet, e aos utilizadores acompanhar a sua atualização. O utilizador pode, assim, meramente acompanhar, ou até mesmo a descarregar automaticamente o conteúdo de um podcast. A palavra "podcaster" é uma junção de iPod - marca do aparelho multimídia homónimo, da Apple Inc., que é sigla de "Personal On Demand" (numa tradução literal, algo pessoal e sob demanda) - e broadcasting (radiodifusão).

Figura 15 - Oficina de Podcast do Projeto Ciranda Literária



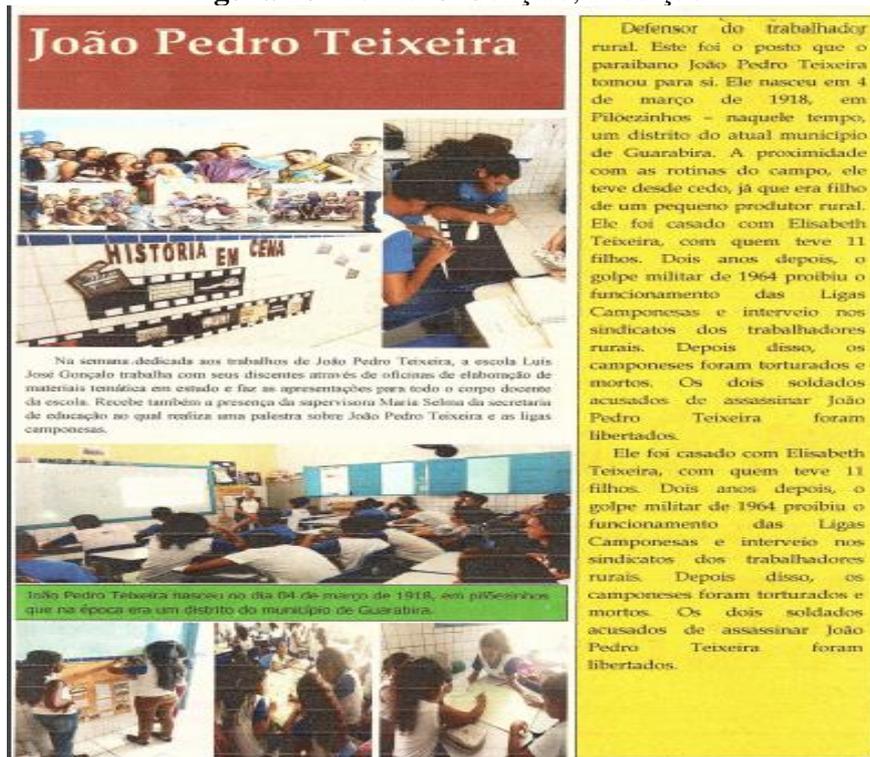
Fonte: Fotos do acervo da Escola EMIEF Luiz José Gonçalves, 2020.

Como consta no caderno de planejamento, esse processo de criação do *podcaster* foi realizado através de um cronograma por semanas, quando os professores envolvidos nesse processo realizaram a busca do material, e após esse primeiro momento foi feita uma divisão por etapas: primeiro, separação do material sobre quem era João Pedro Teixeira; segundo momento, separação de material sobre quem era Elizabeth Teixeira; terceiro momento, identificação das João Pedro como líder das Ligas Camponesas de Sapé; produção de texto e gravação dos *podcaster*. Após a gravação do áudio foi enviado aos professores responsáveis pelo *podcaster*, resultando em cinco capítulos, e cinco semanas de apresentação.

O Jornal do Gonçalves, criado a partir de um projeto para abranger toda a escola, no incentivo ao desenvolvimento da leitura e escrita. Em decisão coletiva dos professores, gestão, coordenação e alunos (as), criaram esse jornal que, além de circular na escola, expande-se para os familiares. Toda estruturação, desde as manchetes, fotografias e edição, é feita por um coletivo de alunos (as), com acompanhamento de professores. (Entrevista com Jandira, junho de 2021)

No ano de 2019, o jornal teve quatro edições, onde foram divulgadas as atividades culturais que se destacam na escola e na comunidade, geralmente as mesmas ações do Calendário Socioeducativo. Na segunda edição o jornal dedicou uma página às atividades sobre a Semana de João Pedro Teixeira e Elizabeth Teixeira.

Figura 16 - Jornal O Gonçalves, 2ª edição.



Fonte: Fotos do acervo da Escola EMIEF Luiz José Gonçalves, 2019.

Trazemos a reflexão de Suzana Sacavino, educadora da Novamerica⁸¹, com experiência em formação para os direitos humanos na rede de ensino do Rio de Janeiro, quando afirma:

Uma educação em direitos humanos que promova o nunca mais deve estimular processos de trabalho em torno à memória e mirar a história desde a ótica e o ângulo dos vencidos e muitas vezes invisibilizados, aquela forjada pelas práticas dos movimentos sociais populares, pelos diferentes grupos discriminados e subalternizados, pelas suas lutas pelo reconhecimento e a conquista de seus direitos e cidadania na vida cotidiana, suas resistências e sua insistência em produzir outras maneiras de ser, outras sensibilidades, outras percepções para construir cidadania (SACAVINO, 2015, p. 73).

Desse modo, o processo educativo que articula a memória e o educar para o nunca mais deve ser desenvolvida, conforme Sacavino (2015, p.77) nos fala, com base

⁸¹ A NOVAMERICA é uma sociedade civil sem fins lucrativos que iniciou suas atividades em 1991. Sua sede central está situada na cidade do Rio de Janeiro e possui também um centro de atividades, o Centro Novamerica de Educação Popular, na cidade de Sapucaia, no interior do Estado de Rio de Janeiro. Atua no município de Rio de Janeiro e em municípios do interior do Estado de Rio de Janeiro e colabora com centros, organizações da sociedade civil e órgãos do setor público de outros Estados do Brasil. Realiza também projetos conjuntos, trabalhos e assessorias com centros e organizações de outros países da América Latina. <http://www.novamerica.org.br/ong/>

em quatro eixos pedagógicos: “vínculo passado-presente; desenvolvimento de uma memória crítica; construção do pensamento reflexivo crítico; promoção de uma cultura de direitos humanos”.

Acredito ser de extrema importância que o tema das ligas camponesas esteja inserido no currículo da escola, e dos alunos tomarem conhecimento, desde que esteja colocado de maneira imparcial, que eles possam julgar o que fazer, ou o que é o certo, ou o que é errado, mas que é uma parte importante da nossa história é. E assim, eu acredito que é importante, sim, fazer parte do currículo e a gente poder participar com eles dessa construção aí do conhecimento, das construções dos sentidos que eles vão ter, referente a essas questões. (Entrevista com o gestor Edmilson, 2021)

Já em 2021 a Semana Temática das Ligas Camponesas, que se encontra desde 2018 instituída no currículo socioeducativo das escolas, ganhou um novo formato, foi estruturada ampliando o escopo de ações já realizadas até então, a química que se gestaria a partir do diálogo de militantes sociais com professores rurais fez a diferença. Foi somado a sensibilidade com o compromisso pela educação para a memória, com atividades coletivas remotas onde familiares, músicos, atores, professores, estudantes e gestores da educação participaram juntos, e assim foi realizada uma semana sócio pedagógica com o objetivo de relacionar os elos como recordação, celebração, resistência e educação para a memória envolvendo escolas, movimentos sociais, movimentos culturais, grupos e núcleos de pesquisas universitários, sindicatos, associações e organizações populares e gestores públicos.

Alguns objetivos foram elencados para a construção e realização desse momento:

- Celebrar a memória das Ligas Camponesas na perspectiva da educação libertadora articulando com estudantes professores, militantes sociais e trabalhadores do campo e da cidade;
- Fortalecer as iniciativas desenvolvidas pela classe trabalhadora da Reforma Agrária, pelo direito a terra, pelo direito a vida e a defesa da democracia;
- Desenvolver ações de mudança coletiva com a classe trabalhadora ao meio em que exerce sua cidadania e ao direito à vida na atual conjuntura do homem do campo e da cidade.

Como objetivos específicos foram propostos:

- Compartilhar novos estudos e pesquisas sobre as Ligas Camponesas no município de Sapé e regiões;
- Homenagear a história dos camponeses e camponesas que tombaram na luta pela Reforma Agrária;
- Visitar a memória das lutas camponesas nas vozes dos movimentos sociais;

- Reconhecer os aspectos históricos, políticos, culturais e educativos do Memorial das Lutas e Ligas Camponesas;
- Articular as ações pedagógicas desenvolvidas pelas escolas da rede municipal e estadual dos municípios de Sapé e Sobrado, através da produção de vídeos didáticos com as escolas.
- Celebrar a luta do povo camponês (Programação da Semana das Ligas Camponesas, 2021)

O planejamento da Semana das Ligas e Lutas Camponesas de 2021 em meio remoto foi cuidadosamente realizado através de reuniões semanais ouvindo e discutindo sugestões de ações coletivas protagonizadas por membros do Grupo de Estudo e Pesquisa em Movimentos Sociais e Educação Popular – GEPMSEP e do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, sendo convidados para somar-se ao coletivo: militantes sociais, sindicalistas, lideranças dos assentamentos da reforma agrária, gestores da educação municipal e a Biblioteca de Sapé e municípios circunvizinhos, além de estudantes e professores da UFPB da linha de pesquisa em educação popular do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos e do Grupo de Pesquisa GEPEES-UFPB, campus Rio Tinto. Nesse ano, construímos um diferencial, os estudantes e professores assumiram o protagonismo da educação para a memória, a militância social e sindicalistas cuidaram de lembrar os defensores da luta pela terra, os pesquisadores e apoiadores, juntaram as mãos para conseguir viabilizar as condições de um encontro remoto. Da bordadeira da bandeira das Ligas, do marceneiro confeccionando as cruces, dos estudantes escrevendo poesias, criando jogos e biografias aprendendo e ensinando a palavra liberdade, formando ao longo da semana uma longa e coletiva Romaria da Vida.

Porém, pensando nas indagações que impulsionaram o estudo e considerando as singularidades que surgiram no decorrer da investigação, os roteiros semiestruturados serviram para mediar um diálogo que versou sobre como ocorreu a inserção da história das Ligas Camponesas João Pedro Teixeira no currículo da rede municipal de ensino de Sapé; sobre o sentimento dos professores ao trabalhar com a semana temática das Ligas Camponesas; sobre a opinião deles sobre a atualização dessa memória: como eles observaram o comportamento dos alunos(as) ao trabalhar com esse fragmento da história; sobre ações educativas realizadas por eles, considerando ações culturais e políticas e recursos didáticos para desenvolver as aulas com o tema. Foi um diálogo aberto; no entanto, esses destaques são as chaves que mais se aproximam do que se investiga neste trabalho dissertativo

Enfim, ao evocar a memória coletiva os(as) educadores(as) entrevistados(as) revelaram um elevado nível de convergência em vários pontos de suas narrativas. Não obstante, sabemos das limitações e das distorções, às vezes, evidentes e inevitáveis em suas lembranças, ora provocadas pelos esquecimentos, que são parte da memória, ora provocadas pela relação anacrônica entre elementos do presente e do passado evocado.

5.4 Resistência, emancipação e transformação social: a construção da Trama Freireana na formação de professores e a educação para Nunca Mais.

Não bastou apenas construir o discurso, foi necessária vivência na prática, foi preciso comprometer-se com a proposta conceitual e analítica das tramas freireanas, que exigiu um esquema de relações e conexões que contribuiu para a organização de um mapa teórico que mostrou a estreita relação de uma categoria central com as categorias fundantes do pensamento freireano a partir de toda pesquisa apresentada.

Desse modo, o campo conceitual esquematizado contribuiu para delimitar os conceitos e a dinâmica, das dimensões gerais identificadas durante a pesquisa e na sua relação com as obras de Paulo Freire, ganhando importância no processo de construção do conhecimento sobre a pedagogia freireana e como uma metodologia de análise que tem como fundamento político e pedagógico a educação popular e educação para Nunca Mais.

Freire norteia a construção das tramas pedagógicas quando nos orienta observar as palavras de forma relacional umas com as outras e “não isoladamente, mas na moldura das tramas às quais elas se encontram imbricadas. Isso permite uma compreensão totalizante e dinâmica dos conceitos, explorando suas relações de interdependência e diferentes ângulos de explicação e análise. (SAUL; SAUL, 2013).

Aqui nesta pesquisa, nos propusemos a produzir uma trama freireana tendo como centro uma categoria fundante dessa pesquisa em tela que é a pedagogia para Nunca Mais. A nossa construção sobre esse tema derivou-se, ao mesmo tempo, de inspirações das práticas dos educadores, de diálogos sobre história e memória, dos pressupostos epistemológicos da educação popular e da convicção da formação permanente.

A educação é permanente não porque certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de sua finitude. Mais ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza não apenas saber que

vivia, mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais. (SAUL, 2016, p. 25.)

A formação permanente é um tema amplamente discutido por Paulo Freire, sob diferentes ângulos. A sua construção sobre esse tema derivou-se, ao mesmo tempo, de inspirações de sua prática, de diálogos que manteve com educadores em redor do mundo e de suas convicções sobre a relevância da formação no ato de educar.

Em Freire (2005, p. 45), a educação é plena do exercício de libertação, conduzindo-nos a concluir que o ato de educar é um ato eminentemente político, acrescentaríamos, uma vez que sua prática é fundamental para a libertação dos oprimidos na construção de justiça social. Neste sentido, a educação não pode se tornar discurso vazio, algo que se possa jogar, depositar ou transferir para o outro. Ela pressupõe reflexão e prática, neste sentido, uma práxis reflexiva (FREIRE, 2005), onde cada ação gera reflexão, que proporciona uma nova ação, para outras reflexões, de forma contínua e dinâmica que se dá mediatizada por uma cultura humana em transformação.

Uma educação crítica que se pretenda libertadora relaciona-se com os sujeitos como protagonistas do processo de conhecimento rompendo com o uso e abuso dos sujeitos como objeto. O processo educativo de matriz emancipadora, trata o sujeito como titular de direitos capaz de assumir e direcionar sua transformação e este é um dever dos Direitos Humanos. Por toda a história de negação do oprimido que se tem visto na história, a vítima da opressão é levada a acreditar que essa situação é imutável e deve por isso ser aceita de forma resignada e dócil, negando-se a possibilidade natural de ser livre. A dimensão educativa dos Direitos Humanos deve trabalhar sobre este limite, não só com denúncias, mas propondo um processo educativo capaz de engendrar o inédito viável em seus anúncios do novo.

Freire (2005) sempre recusou o fatalismo e afirmava preferir a rebeldia, por esta nos inscrever na condição de agentes da escrita de nossas próprias vidas, provando que o humano é sempre maior do que os agentes de opressão que o diminuem. E fazia questão de enfatizar que devemos modificar as situações sociais de opressão pela nossa vontade e luta. Uma luta processual, como diria Flores (2009); e inconclusa como afirma Freire (2005).

É, nesse sentido, que o ato educativo deve responder à pergunta: quem educa o educador? E a gente vê que nas experiências socioeducativas na Escola Municipal Luiz José Gonçalo que os educandos e educadores prosseguindo juntos podem estimular e

desenvolver o valor da ética, da alegria, da criticidade, do diálogo, da liberdade e da ação. É condição, pois, para a compreensão da fraternidade humana, a construção de movimentos capazes de consolidar uma cultura que valorize e ressignifique a memória para a construção de uma pedagogia para Nunca Mais.

Admitindo a Educação como ação humana libertadora e transformadora da realidade opressora, do sofrimento pessoal e social, encontramos nela um poderoso instrumento de reflexão sobre o educar para Nunca Mais. Se é certo que é preciso construir uma cultura de direitos, nada é mais legítimo que se pense em um lugar na educação que seja capaz de oportunizar uma formação permanente. A partir disso, não podemos deixar de considerar essa formação como um processo de aprendizagem dialógica em que se constrói na humanização a positividade da educação popular, vista aqui como processo. Percebemos claramente que esta positividade é direcionada por um trabalho com valores humanos, que parte da perspectiva de um sujeito composto por diversas dimensões que precisam ser contempladas pelo processo educativo.

Nesta pesquisa a trama freireana foi se desenrolando a partir da expressão fundante que é o Educar para Nunca Mais, e a partir daí outras categorias foram se relacionando, entre elas: reflexão crítica; diálogo; ressignificação; relação teoria e prática; participação; formação permanente; educação emancipadora; e memória. Essa construção é a finalização do processo desenvolvido durante a pesquisa, onde dialogamos com todas as categorias elencadas na trama, desta forma procuramos afirmar a utilização dessa metodologia de análise, provando que todos os nossos questionamentos parte de um único conceito central.

A trama sintetiza os pontos que conectam as categorias freireanas ao conceito de educar para Nunca Mais. As categorias estão relacionadas em um movimento de ação e reflexão não em uma ordem hierarquizada, tendo em vista que a trama é um esquema circular, onde os conceitos dialogam e se complementam. Partindo do pressuposto de que as ações educativas no e com o Memorial das Ligas Camponesas e na Escola Municipal Luiz José Gonçalo revelam movimentos de resistências ao esquecimento, em suma, o esquema foi utilizado para mostrar as possíveis conexões estabelecidas entre o Educar para Nunca Mais, que é o conceito central, e os vários outros conceitos que se relacionam e se complementam entre si.

A partir dos conceitos selecionados, neste trabalho, para estabelecer a relação entre a proposta freireana de educação popular e a construção de uma prática que

ressignifique a memória e a história das lutas da liga camponesa de Sapé/PB na educação local, é possível elaborar a seguinte trama:

Figura 17 - Desenho da Trama Conceitual Freireana



Fonte: Bezerra, Julyanna de O. 2022.

- Educar para Nunca Mais e Educação Emancipadora

Educar para Nunca Mais e os princípios da educação emancipadora, são partes indissociáveis no processo educativo que tenha como objetivo a valorização e ressignificação da memória. Dessa forma, ter clareza sobre os pressupostos da educação emancipadora se faz indispensável para compreender a proposta de uma educação que esteja voltada para a formação do ser.

O processo educativo, seja no espaço formal da escola, ou nos fazeres cotidianos, é fundamentalmente formativo, entendido como o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas. Assim, a função primordial da educação emancipadora está na esperança da superação de quaisquer situações de opressão provocadas pela ordem social injusta, uma vez que a educação se apresenta como espaço privilegiado de conscientização. Neste sentido, compreendemos com Freire (2002 p. 66) que “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”.

A educação emancipadora se faz urgente e necessário na proposta da pedagogia problematizadoras e libertadora de Paulo Freire, assim como também no desenvolvimento da educação para Nunca Mais no território das Ligas Camponesas em Sapé/PB.

- Educar para Nunca Mais e Reflexão Crítica

A partir da realização das entrevistas com os/as educadores/as foi possível fazermos, em alguns momentos, uma reflexão crítica da realidade, uma vez que em nosso diálogo estávamos sempre discutindo as questões, e como afetam o dia a dia da ação pedagógica desses profissionais na instituição e na vida de cada um.

Constatamos que a leitura da realidade por parte dos/as educadores/as é a compreensão de que as relações se constituem com base no outro, no diálogo e na conscientização. Fazendo uma prática educativa que prioriza a necessidade do outro, e que a todo momento busca construir sua pedagogia com base no processo de luta de resistência à opressão da educação tradicional.

É nessa luta diária que os/as educadores/as buscam fazer da pedagogia freireana um meio de mobilizar as crianças e jovens da instituição a buscar em sua autonomia, se libertando da situação opressora e alienante, criando alternativas de empoderamento para a transformação da realidade existente.

- Educar para Nunca Mais e Diálogo

Freire via o diálogo como método de investigação pedagógica, que fazia com que as técnicas de ensino e de aprendizagem se incorporassem, não apenas a cada fragmento, que pudesse aparecer em vários e diferentes posicionamentos teóricos, mas para assegurar o desenvolvimento dialético de sua própria verdade, considerando elementos novos que emergiam do contexto social, portanto, para Freire (2003, p.115), diálogo “é uma relação horizontal de A com B. [...] Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, só o diálogo comunica”.

Diante da discussão realizada com os/as educadores/as, entendemos que não há como falar de uma educação que se volte para o reconhecimento do outro, sem que exista o diálogo, e esse foi um dos pontos levantados nas falas de todos/as, pois as formações oferecidas pela Secretaria de Educação do Município não contemplam com profundidade a dimensão do diálogo.

Assim, é incontestável a necessidade de diálogo entre o educar para Nunca Mais e diálogo no sentido de que a educação pode despertar no indivíduo a consciência de que ele é sujeito de direitos, e como tal, tem condições de se apropriar dos conteúdos que garantam a legitimidade de sua identidade e pertencimento. O trabalho educacional sobre essa perspectiva, vai construindo o lastro de uma cultura que, na verdade se faz na luta social e sua reflexão.

- Educar para Nunca Mais e Formação Permanente

Concordamos com Giroux (1986) e Freire (2001) no sentido de ser necessário e urgente que o/a educador/a assimile os princípios que orientam a atividade docente em direção à autonomia. Tendo-se em vista a formação deste profissional autônomo, ele terá mais condição de compreender e atuar de maneira mais efetiva sobre a diversidade cultural, procurando refletir sobre os aspectos intelectuais e sociais que envolvem a emancipação educativa.

Quando perguntamos sobre a formação permanente oferecida, as respostas foram praticamente as mesmas,

A gente não tem formação para criar as ações que viabilize a produção de ações educativas sobre memória das Ligas Camponesas, não tem uma formação prática. Nós não temos material didático, uma cartilha, um livro, ou então momentos que possamos dialogar com teóricos que trabalham a temática. Ah! Vamos ter uma formação sobre Ligas Camponesas, não até esse momento, desde 2017 que estou lá na escola, existe sim o trabalho da própria escola, mas não uma formação continuada, nós não temos, pelo menos eu não participei de nenhuma formação específica, e o material que a gente usa para a pesquisa é o que a internet tem nos oferecido, tem muita coisa boa, muita coisa que não é legal e que precisamos sempre orientar os alunos por onde devem ir seguindo e produzindo o material e é assim que a gente vai se virando para desenvolver esse trabalho sobre a memória das Ligas Camponesas da melhor forma possível. *(Entrevista Paulo Roberto, junho de 2021)*

Não há uma formação professores continuada em nem permanente em relação ao trabalho sobre as Ligas Camponesas de Sapé, e nem sobre a história local do município em um contexto mais geral, desde que assumi como educadora na escola, não sei se houve antes. *(Entrevista com Tataiana, junho de 2021)*

Foram oferecidas diversas capacitações, não especificamente para a memória das Ligas Camponesas. Mas capacitações de um geral que abarcava também esse conteúdo, então, por exemplo quando aconteciam seminários, ou algumas conferências, sempre tinha palestrantes que completavam essa parte de capacitação e a Secretaria

de Educação, na época que eu estava foi quando mais houve capacitação para os professores e depois deu uma parada, e foram pouquíssimos encontros. Mas como falei não uma formação específica. que apesar de ter havido isso, ainda precisamos de mais capacitação para isso, ou seja, de conhecimento e reconhecimento desse tema com mais profundidade, a gente precisa mais disso, principalmente dentro das escolas para que essa capacitação nos dê conteúdos de como abordar isso dentro da escola de como levar isso para os educandos, de forma pedagógica, mostrando como é que dentro da matemática eu posso trabalhar as Ligas Camponesas, onde é que em ciências eu vou trabalhar a temática, onde posso trabalhar em história, e tudo isso faz parte da história e memória de Sapé e das cidades circunvizinhas. Então é preciso que essas capacitações deem condições para que os professores consigam desenvolver/trabalhar essa história em sua disciplina, isso em todos os níveis de ensino, do infantil ao ensino médio, e não falo só a nível das escolas municipais, mas estaduais também, já que ainda não possível atingir a rede particular. Então assim precisa que os professores de cada área detenham esse conhecimento onde é que eu posso trabalhar com a temática, como posso desenvolver esse trabalho e quais os resultados que espero obter com essa experiência. Quando esses conteúdos são trazidos para o professor quem cresce além da escola é também a secretaria. As formações que aconteceram foram de forma geral, e era colocada dentro dessas formações a temática, mas de forma muito tímida, nunca teve uma formação específica e direcionada. *(Entrevista com Ana Almeida, junho de 2021)*

No que se refere à formação dos professores da rede municipal, posso dizer que, ao longo dos anos, desde quando componho a educação deste município, não me recordo de ter havido alguma que tratasse especificamente da temática das Ligas Camponesas. Faço ressalvas ao encontro formativo, ofertado pela Comissão da Verdade, com professores da Universidade Federal da Paraíba, ligada ao Núcleo de Direitos Humanos. Esse momento se classifica como uma ação isolada, que atingiu uma porcentagem muito pequena de professores da rede municipal. Se tem a ver com aspectos ligados, ou não, à formação dos professores, ainda não sei, mas se percebo uma carência, um silenciamento, que perpassam âmbitos escolares, em relação a esse fato histórico local de repercussão estadual e nacional, mas que tudo leva a crer, pela fala de professores e alunos (as) presentes nesse momento, que existem lacunas tanto na formação, quanto em materiais didáticos para se trabalhar no interior das escolas, apesar de já existirem avanços, como a realização das Semana das Ligas Camponesas de Sapé/PB nas escolas municipais. *(Entrevista com Maria Selma Santos de Santana, junho de 2021)*

No meu entendimento, a formação de professores do campo para saberem transversalizar a história e a memória das Ligas Camponesas passa por uma atualização acadêmica, que as universidades podem contribuir, a partir de uma nova historiografia que contempla pesquisas sobre as lutas e a realidade, no tempo e no espaço. Tal formação continuada deve ser aliada a uma aproximação com a população para a escuta de testemunhos, dos que sofreram diretamente ou indiretamente as consequências da luta por direitos e da resistência camponesa à opressão das elites e dos agentes do estado. Torna-se necessário um

olhar para o aproveitamento dos conteúdos transversais pré-definidos na legislação como educação ambiental, educação em direitos humanos, educação alimentar, multiculturalismo e cidadania para o diálogo com a história e a memória das Ligas Camponesas. (*Entrevista com Lúcia Guerra, abril de 2022*)

Ao fim do diálogo com os/as educadores/as, tomamos consciência de que a viabilização de uma proposta de formação permanente deve iniciar pela investigação das concepções e práticas que norteiam o fazer pedagógico dos professores. A proposta de compreensão da educação emancipatória, traz consigo a necessidade de superação de um modelo de educação, pautado na memorização e reprodução mecânica e descontextualizada do conhecimento, por isso o seu caráter eminentemente transformador e conscientizador.

Nessa caminhada, a contribuição da formação permanente é incontestável. Enquanto prática política e social, a escola é um lugar para formação de sujeitos, de construção de redes sociais, que devem ser pautadas em princípios democráticos, na ética, no respeito à diferença, e à dignidade humana.

- Educar para Nunca Mais e Participação

Acredito que a temática que versa sobre a memória das Ligas Camponesas de Sapé é de extrema importância, principalmente já deveria ter sido incluído no currículo oficial do município e não apenas do calendário socioeducativo, já que se trata da nossa história local. É importante esse trabalho com os estudantes, pois permite que eles estejam inseridos no processo de aprendizagem, não como o sujeito que recebe, mas sim como o sujeito que pratica a ação, está inserido no processo de participação é muito importante para formação do ser. (*Entrevista com Rosalinda Soares, junho de 2021*)

Dentre diversos momentos de participação, a entrevistada Maria Selma de Santana (2021) nos relatou um momento de sua participação durante a Semana das Ligas Camponesas em Sapé/PB.

O tema das Ligas Camponesas foi apresentado na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Usina Santa Helena, localizada em área rural, precisamente, na comunidade onde se situa o Memorial de Augusto dos Anjos e as ruínas da usina, cujo nome foi dado à escola. A palestra foi programada pela referida instituição para contemplar a semana temática das Ligas Camponesas: João Pedro Teixeira e Elizabeth Teixeira (nessa, Juliana Teixeira não esteve). Os alunos interagiram bem e fizeram várias perguntas na hora do debate interativo, inclusive comparando o líder camponês com o poeta. Após o diálogo, foi feita uma leitura coletiva do poema de Affonso Romano

de Sant'Anna, intitulado “Poema para Pedro Teixeira assassinado”⁸². Uma parte simbólica do poema foi lida coletivamente e repetida em coro como “grito de guerra”, por alunos (as) e professores. Foi possível sentir como ecoava forte, como se naquele momento, o passado estivesse presente. A simbologia representada nessa poesia que nasceu após a morte de João Pedro Teixeira, não é só a tristeza nem a dor da derrubada de um mártir, mas a força de sua esposa, companheira de lutas diárias, de casa para a lida do campo e de batalhas travadas pela Liga Camponesa de Sapé. E esse momento para mim mostrou a força da participação coletiva dos estudantes. (*Entrevista com Maria Selma Santana, junho de 2021*)

- Educar para Nunca Mais e Ressignificação

Ao mesmo tempo, nessa relação memória e educação, os lugares de memória se constituem em espaços de ensino-aprendizagem onde a memória coletiva se materializa e é recebida e resignificada pelas pessoas que neles transitam. Daí a importância de analisar suas contribuições desde os eixos pedagógicos do educar para o nunca mais, como são o vínculo passado-presente; o desenvolvimento de uma memória crítica; a construção do pensamento reflexivo crítico; e a promoção de uma cultura de direitos humanos (SACAVINO, 2015).

No diálogo com os educadores foi possível perceber que as ações educativas no território das Ligas Camponesas estão acontecendo e resignificando a história dos sujeitos partícipes dessa história. Seja através de um desenho que retrata a imagem a figura daqueles camponeses que lutaram, seja através de uma poesia escrita em sala de aula e até mesmo em uma debate após a apresentação de uma filme/documentário.

A riqueza dos modos de fazer de cada uma das experiências apresentadas pelos educadores entrevistados nos, permitiu apreender a relevância do trabalho para a resignificação da memória coletiva e reflexão sobre situações atuais de violações de direitos, contribuindo assim na luta por memória, verdade, justiça, reparação e garantias de não repetição e na construção de uma cultura de direitos humanos.

Muitas coisas foram silenciadas, e nós não podemos deixar com isso seja contínuo, em muitos momentos as falas foram restringidas, as pessoas não tiveram a liberdade e nem o incentivo de falar, e um dos objetivos é justamente esse, não deixar que nossos alunos também tenham suas vozes caladas, então de alguma forma precisamos falar e resignificar essa memória para que eles não percam a esperança de

⁸²SANT'ANNA, 1962, p. 14-16.

poder falar, de poder transformar, e continuar a valorizar a sua identidade camponesa. (*Entrevista Paulo Roberto, junho de 2021*)

- Educar para Nunca Mais e Relação Teoria e Prática

No sentido de pensar a formação de educadores/as, Paulo Freire orienta, em seu livro *Pedagogia da Autonomia* (1996), que ensinar exige reflexão crítica sobre a prática.

É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. O seu “distanciamento epistemológico” da prática enquanto objeto de sua análise deve dela „aproximá-lo” ao máximo. Quanto melhor faça esta operação tanto mais inteligência ganha da prática em análise e maior comunicabilidade exerce em torno da superação da ingenuidade pela rigorosidade. (FREIRE, 1996, p. 39).

Quando falamos em prática é fundamental a reflexão crítica da realidade, principalmente quando esse conceito se volta para a formação permanente na perspectiva da pedagogia freireana.

A Secretaria de Educação do Município de Sapé – PB, oferece cursos de formação continuada, mas não permanente, e não específicos sobre a temática das Ligas Camponesas, e que diante das discussões entendemos que, os cursos ainda não são suficientes, pois há a ausência de uma reflexão crítica mais profunda das práticas pedagógicas que priorize a conscientização e valorização da história local.

O diálogo vai se concretizando enquanto ação, realização e transformação coletiva, promovendo formulações e práticas que respondam aos desafios da educação em direitos humanos que priorize as relações étnico-raciais. Nessa categoria que se realiza a reflexão-ação-reflexão, onde está envolvida a explicação e análise da prática, a fundamentação de temas de análise da prática e a reanálise da prática pedagógica considerando a reflexão sobre a prática.

- Educar para Nunca Mais e Memória e Identidade

A mulher camponesa quando nasce e cresce debaixo das barracas de lonas nos acampamentos e marchas de lutas pela reforma agrária faz diferença na vida como educadora popular e como protagonista social. Como testemunha a coordenadora do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, Alane Maria Silva de Lima vive desde a

infância os processos de lutas e resistências.

Sou Alane Maria Silva de Lima, sou camponesa, nascida na comunidade tradicional de Barra de Antas, na época ainda não era comunidade tradicional. Com um ano e dez meses com minha família entrando no processo da luta pela reforma agrária viemos juntos para o assentamento padre Gino, que até então era a antiga Fazenda Santa Cruz de Gameleira antes de se tornar assentamento... fui me forjando dentro desse contexto de luta. Nasci numa comunidade ribeirinha e vim para uma área de assentamento projeto de reforma agrária. Vim para área de reforma agrária acompanhada pelo movimento e pastorais sociais. Sempre acompanhei meus pais nas ações de formação e ação prática. Na luta pela terra acontece muita ação de formação e momento de reflexão e ação prática. Ia para as reuniões da CPT, ia para o lazer da CPT(...)Foi quando foi criada a ECOVARZEA, a Associação dos Agricultores e Agricultoras Agro-geológicas da Várzea Paraibana que foi uma ação acompanhada pela CPT mas com o protagonismo dos agricultores (...) Em 2015 começamos a segunda turma de Pedagogia do Campo aqui na Paraíba pelo PRONERA. (...) Com 14 anos fui convidada para fazer parte da equipe da CPT para formação em agroecologia e meio ambiente. *(Entrevista com Alane Lima, abril de 2022)*

A educadora do campo Alane Maria Silva de Lima ressalta dois momentos fundamentais formativos ao longo da vida, as ações educativas desenvolvidas no processo da luta junto com a Pastoral da Terra, assim como, chamam atenção para a conquista do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) voltado para ações e projetos de educação destinados aos assentamentos da reforma agrária.

Em 2015 começamos a segunda turma de Pedagogia do Campo aqui na Paraíba pelo PRONERA. Como o problema da liberação das verbas do PRONERA na segunda gestão da presidente Dilma o curso demorou muito para iniciar. Conhecendo a UFPB como feirante me inscrevi no Curso de Agroecologia no Serviço de Tecnologia Alternativa em Pernambuco, alternando ações de formação e intervenção na comunidade de padre Gino. *(Entrevista com Alane Lima, abril de 2022)*

Com 14 anos Alane Maria Silva de Lima foi convidada pela CPT para a formação em agroecologia. Uma jovem mulher camponesa que começa a trilhar os caminhos da formação em agroecologia e educação do campo até chegar ao Memorial das Ligas e Lutas Camponesas no retorno com a família na ocupação camponesa na Fazenda Antas.

No dia que ocupou a Fazenda Antas foi o dia que minha irmã nasceu. Foi a partir da ocupação que se descobriu que aquela terra que estava sendo ocupada era a terra onde se iniciou as primeiras visitas das ligas camponesas com os posseiros, foi quando surgiu a necessidade de se ter um espaço de memória. Na época foi chamado de Memorial João Pedro Teixeira, o memorial foi uma casa que meu avô doou para igreja e depois a igreja doou para comunidade para ser o primeiro Memorial João Pedro Teixeira. Começou com registros fotográficos, doações de livros, com muita doação da comunidade. Irmã Tommy ainda estava por aqui e ajudou muito a reunir essas memórias orais. Foi quando ela fez as entrevistas para fazer o livro *Memórias do Povo (...)* Passou de Memorial João Pedro Teixeira para Memorial das Ligas Camponesas em 2006 quando foi criada a primeira diretoria, em que meu pai fez parte. Em 2009, quando teve a segunda eleição meu pai passou a presidir a organização do Memorial das Ligas Camponesas (*Entrevista com Alane Lima, abril de 2022*)

Segundo Alane Maria Silva de Lima a ideia coletiva de cuidar da memória das lutas camponesas surge quando dos processos de conflitos a identidade camponesa encontra-se ameaçada pela violência. Como afirma Candau (2021, p. 139) “O esquecimento ameaça as gerações, uma após outra, e os ancestrais distanciados de nós por algumas gerações somente se confundem em uma massa anônima”. A ocupação da Fazenda Antas por outras gerações de camponeses que se desdobrou na formação da comunidade tradicional de Barra de Antas ressignificou o território como lugar de resistência, alimentando sentimentos de pertencimento identitário e o sentimento de continuidade da luta em tempos históricos distintos.

Na medida que eu fui participando, o envolvimento com a CPT com a família agente passou a entender a importância daquele local. Eu passei a vida toda sendo forjada em um espaço de luta e memória e de resistência em que sempre era trago a necessidade de organizarmos enquanto classe camponesa, foi quando o Memorial em 2016, quando já estava no período pré-golpe, depois das eleições de Dilma, estavam os agricultores cansados com o processo desafios de produção, comercialização e representação e assumir aquele espaço que julgávamos importante e é importante. Agente não via outra pessoa para participar do Memorial. Agente cumpre esse papel de continuar a luta. Tentamos colocar outro agricultor, João Muniz, em 2018 agente fez a eleição. Pensava, meu Deus, agente vai ter condição de assumir? Ai Emília Moreira teve um papel fundamental de propor o meu nome, (*Entrevista com Alane Lima, abril de 2022*)

A presença da juventude camponesa e das mulheres camponesas em espaços de gestão alteram segundo Alane Maria Silva de Lima os caminhos do Memorial das Ligas Camponesas, que a partir de 2018 passa a ter uma coordenação composta de 4 mulheres

e 3 homens todos camponeses.

Em 2018, agente entendia que os modelos de diretoria eram falidos, modelos de representação e associação falidos. Eu enfrentei isso em casa, meu pai é uma liderança, mas a forma de trabalhar o poder já está ultrapassado. Não é fácil libertar das amarras que você passou a vida vendo e fazendo daquela forma. Tentar romper isso falando não cola muito. Cola se romper com a ação mostrando como é que funciona. Aí foi quando agente teve um grupo de 4 a 5 mulheres e 3 homens, todos camponeses das comunidades de padre Gino, Barra de Antas e do entorno do Memorial. Agente assumiu a diretoria em 2018 e assim foi um show. De lá pra cá enfrentamos desafios e tarefas. Agente que é agricultor tem que assumir a parcela da produção, da comercialização e tem que está em outros espaços de representação e ainda assumir uma presidência. É muito complicado para quem sobrevive da agricultura. Eu sou filha de agricultor, tive oportunidade de sair e estudar e retornar a comunidade. É a pior crise, principalmente em 2018, produzir e ir para feira. Depois do golpe, casei e tive filhos. A necessidade bateu a porta. Em 2019, gosto muito de fazer o que faço. Sabe o sentimento de missão? Mesmo cansativo você sente energizado. Foi quando surgiu um edital para contribuir com feiras agroecológicas. Concorri com 246 concorrentes e passei em primeiro lugar numa Ong que trabalha com agroecologia. Um trabalho a ser realizado noutro território, o da Borborema com 13 municípios. *(Entrevista com Alane Lima, abril de 2022)*

O trabalho de organização do Memorial das Ligas Camponesas exerce uma força simbólica para coordenação atual do Memorial que preza por uma gestão colegiada e composta de jovens assentados.

No Memorial a ação é coletiva. Com o envolvimento de todo mundo, a dedicação, entender aquele espaço como de memória, que faz com que agente continue faz toda a diferença. Entender que é um espaço de importância não só para o município mas para o mundo todo, então é o que faz com que agente avance, cada vez mais está melhorando, ta levanto o nome do memorial. Entender que o Memorial é um espaço de unidade de todos os movimentos sociais. Que é ali onde nasce todas as bandeiras de lutas pela reforma agraria e luta pela terra e outros movimentos sociais. *(Entrevista com Alane Lima, abril de 2022)*

Nesse sentido, a casa de João Pedro Teixeira, hoje Memorial das Ligas Camponesas exerce uma força simbólica original, como esclarece Alane Maria Silva de Lima:

A casa está situada num território de resistencia. Quando agente chega ali, é como se algo impulsionasse a agir. E um território de muita resistencia desde antes das Ligas Camponesas. Foi criado por famílias expulsas de fazendas, por pessoas que não tinham o que comer. Foi dali que surgiram as Ligas. Uma comunidade que hoje é extremamente

empobrecida, que tem seus direitos todos negados. Um território que tem seus direitos negados desde sempre. Não é por acaso, é porque sabem que é uma comunidade que tem um grande potencial de luta e que somos incapazes de medir. Então ter uma casa onde aconteceu os primeiros encontros e entendimentos de reflexão sobre o maior movimento de massa na América Latina pra gente é uma simbologia muito grande. O Memorial é memória viva porque teve continuidade. Agente traz sempre isso no nosso entendimento e buscamos aprofundar cada vez mais na perspectiva da museologia social e participativa. Depois que conseguiu concretizar a criação da ONG foi um passo fundamental para efetivar o fato de dizer existimos de forma formal como diz a lei. Ele cumpre um papel fundamental, além da casa ser um espaço histórico, porque é na casa onde havia o encontro com a família e os companheiros, mas é na casa que Elizabeth li todos os dias as notícias para os agricultores, é na casa onde ocorreu diversas tragédias. Então toda vez que agente chega ali é preciso se lembrar que a luta unifica e é bonita, tem sinonimo de família, mas dureza não vai deixar de existir. A casa em si representa que tem que ter resistencia e estratégia para permanecer vivo. Mesmo tando quase caindo, a força que a casa tem é muito forte. Tem uma energia pesada pelo contexto das Ligas Camponesas, foi muito duro para os camponeses, e é forte, porque mostra a capacidade de organização. Ela representa uma força. *(Entrevista com Alane Lima, abril de 2022)*

A casa dos sonhos de João Pedro, hoje desapropriada, também é lugar de produção familiar, o Memorial recebe famílias de Barra de Antas que produzem agricultura familiar para sobrevivência, um trabalho coletivo que cria novas tecnologias alternativas e experiências agroecológicas. Hoje, segundo Alane Maria Silva de Lima no terreno desapropriado para instalação do Memorial se tem cerca de 30 famílias trabalhando e produzindo para sobrevivência. Com a desapropriação da terra do Memorial foi possível criar alternativas de educação formal e não formal, articulando ações de Educação de Jovens e Adultos com a produção da agricultura familiar ecológica, criando a possibilidade de romper com os preconceitos socialmente forjados de criminalizar o povo da comunidade de Barra de Antas, que atualmente conta com 162 casas em média com 2 a famílias morando em condições precárias.

A identidade camponesa historicamente tem sido atravessada de violência e criminalização, presente no imaginário social até em tempos de democracia.

Agente está num território em que houve uma intervenção muito grande do grupo da várzea. As pessoas tiveram que negar a sua identidade de camponês para não ser perseguido, torturado e morto. Por isso toda vez e aonde vamos agente reafirma a nossa identidade. É importante agente reafirmar e trazer aquilo que nos foi tirado. É nosso papel, independente de ter uma formação acadêmica. O que me formou e me forjou foi toda uma classe que teve sua identidade retirada da forma mais perversa. É

uma forma de matar. É preciso dizer a todo mundo que você é camponês e camponesa sim. Só faz isso se for as escolas. Por causa dessa intervenção não é fácil você romper com uma formação e entendimento de que camponês é sinonimo de subversivo e ser preso. Principalmente minha geração que teve oportunidade de estudar no PRONERA que teve um papel fundamental de entender e nesse papel de despertar e entender a classe camponesa. Até hoje, quando agente se apresenta, sou camponesa, agente sente um impacto. Na Câmara Municipal, quando agente se apresenta, sou mulher camponesa, coordenadora do Memorial, causa um impacto só das pessoas ouvirem.(...) Se agente não trabalhar isso com as crianças agente vai ter outras gerações com crise de identidade, que vai achar que não tem responsabilidade com o campo, que se sair e voltar do campo tanto faz como tanto fez. Se não tivermos o fortalecimento da memória na educação agente vai ter uma sociedade fragilizada. (*Entrevista com Alane Lima, 2022*)

Segundo Pollak (1989; 1992), a memória é, em todos os níveis, um fenômeno construído nos âmbitos individual e social, e em parte é herdada, não como característica ontológica hereditária, mas porque não se refere apenas à vida física da pessoa. Segundo o autor, a memória é seletiva, e por isso grava, recalca, exclui, relembra, sofre flutuações em função do momento em que é articulada e que está sendo expressa, bem como possui uma ligação fenomenológica com a identidade. Na verdade, trata-se de um elemento constituinte do sentimento de pertencimento e construção da identidade pessoal e social, tanto individual como coletiva, pois é fator de continuidade e de coerência no processo de reconstrução da pessoa ou do grupo.

Como a construção da identidade se dá na relação com o outro, em referência, e que se faz por meio da negociação, a memória se inscreve no campo das relações de poder, como um valor disputado nos conflitos que opõem grupos políticos diversos e por isso é afirmação e resistência. Nesse processo de disputa, acontece o que o autor chama de enquadramento da memória que “se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las” (POLLAK, 1989, p. 9).

Para Pollak (1992) a memória individual ou coletiva é constituída por acontecimentos, por personagens e por lugares. Os acontecimentos podem ser vividos pessoalmente ou em grupo, ou ainda vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual o indivíduo pertence. No que diz respeito aos personagens podem ser pessoas encontradas no decorrer da vida, personagens frequentadas por tabela ou aqueles que nem pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa. Por sua vez, existem lugares da memória, lugares ligados a uma lembrança, que pode extrapolar o tempo cronológico. De acordo

com seus argumentos, esses elementos constitutivos da memória, conhecidos direta ou indiretamente, podem ser reais, empiricamente existentes, ou podem ser também projeção de outros eventos.

Diante da força da repressão aos camponeses na época das Ligas e a continuidade de violação de direitos desse segmento social, a educação para nunca mais se torna uma ação fundamental para o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas. Por meio de metodologias ativas é preciso que as atuais e futuras gerações conheçam profundamente a história de lutas e resistência camponesa, para não permitir que ela se repita. A educação para nunca mais que o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas vem desenvolvendo, embora voltado para os trabalhadores do campo, não se restringe a esse recorte, atua no sentido de conseguir aliados em outros segmentos da sociedade para a causa camponesa. *(Entrevista com Lúcia Guerra, abril de 2022)*

Nesse processo de entrevistas uma indagação foi fundamental para nossa conclusão: Por que Sapé não pode esquecer a história da resistência social e do movimento das Ligas Camponesas?

A história do município de Sapé é marcada pelos engenhos e usinas de açúcar com a concentração de terras e grande exploração da classe trabalhadora do campo, que pouco podia plantar culturas alimentares de subsistência. As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por movimentos reivindicatórios por melhores condições de vida e de trabalho, tendo em vista que a implantação da legislação trabalhista estava apenas vigorando para o trabalhador urbano e não chegava ao meio rural. As especificidades da luta no campo iam além dos direitos do trabalhador urbano, tendo em vista a relação com a terra, daí o surgimento das Ligas Camponesas. Hoje, a configuração de grande parte do território de Sapé é resultado da luta das Ligas Camponesas, pois é ocupado por sete assentamentos da reforma agrária, quais sejam: Padre Gino, Vinte um de Abril, Nova Vivência, Boa Vista, Rainha dos Anjos, Santa Helena e Vida Nova. A monocultura da cana-de-açúcar e do abacaxi continua, mas está assegurada a produção agrícola familiar, com a produção de culturas alimentares nos assentamentos. O que se conseguiu foi à custa de sofrimento, todo o tipo de violência, chegando ao assassinato e desaparecimento de lideranças e integrantes das Ligas, destruindo famílias e desarticulando o movimento. Portanto, atual geração e as futuras não podem esquecer a história da resistência do movimento das Ligas Camponesas. *(Entrevista com Lucia Guerra, abril de 2022)*

Porque essa foi uma luta do povo trabalhador, do povo que lutou e luta até hoje pela afirmação dos seus direitos, e nós não podemos deixar morrer essa memória. Porque essa história não pode ser apagada, como desejam muitos governantes. *(Entrevista com Tatiana, junho de 2021)*

Essa memória não pode ser esquecida porque é a nossa raiz, se a gente tira de nós o conhecimento de nossa raízes, o que vai ser o futuro nosso, se eu não mostrar essa realidade para o meu aluno, essa raiz que foi tão forte, e se falamos da 1ª Guerra Mundial, então por que não podemos falar também das Ligas Camponesas que é a história nossa, que a gente precisa conhecer, a gente precisa mostrar a realidade da história do campo território onde estamos vivendo não só os alunos, mas toda escola e toda comunidade e município. E precisamos manter viva essa memória. (*Entrevista com Jandira, junho de 2021*)

O educar para o nunca mais é um dos elementos que integra a Educação em Direitos Humanos, relacionada ao âmbito da pedagogia da memória e considerada uma importante mediação para a afirmação da democracia.

Segundo Pollak (1989; 1992), a memória é, em todos os níveis, um fenômeno construído nos âmbitos individual e social, e em parte é herdada, não como característica ontológica hereditária, mas porque não se refere apenas à vida física da pessoa. Segundo o autor, a memória é seletiva, e por isso grava, recalca, exclui, relembra, sofre flutuações em função do momento em que é articulada e que está sendo expressa, bem como possui uma ligação fenomenológica com a identidade. Na verdade, trata-se de um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, pois é fator de continuidade e de coerência no processo de reconstrução da pessoa ou do grupo.

Como a construção da identidade se dá na relação com o outro, em referência, e que se faz por meio da negociação, a memória se inscreve no campo das relações de poder, como um valor disputado nos conflitos que opõem grupos políticos diversos e por isso é afirmação e resistência. Nesse processo de disputa, acontece o que o autor chama de enquadramento da memória que “se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las” (POLLAK, 1989, p. 9).

Para Pollak (1992) a memória individual ou coletiva é constituída por acontecimentos, por personagens e por lugares. Os acontecimentos podem ser vividos pessoalmente ou em grupo, ou ainda vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual o indivíduo pertence. No que diz respeito aos personagens podem ser pessoas encontradas no decorrer da vida, personagens frequentadas por tabela ou aqueles que nem pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa. Por sua vez, existem lugares da memória, lugares ligados a uma lembrança, que pode extrapolar o tempo cronológico. De acordo

com seus argumentos, esses elementos constitutivos da memória, conhecidos direta ou indiretamente, podem ser reais, empiricamente existentes, ou podem ser também projeção de outros eventos.

Diante da força da repressão aos camponeses na época das Ligas e a continuidade de violação de direitos desse segmento social, a educação para nunca mais se torna uma ação fundamental para o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas. Por meio de metodologias ativas é preciso que as atuais e futuras gerações conheçam profundamente a história de lutas e resistência camponesa, para não permitir que ela se repita. A educação para nunca mais que o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas vem desenvolvendo, embora voltado para os trabalhadores do campo, não se restringe a esse recorte, atua no sentido de conseguir aliados em outros segmentos da sociedade para a causa camponesa. *(Entrevista com Lúcia Guerra, abril de 2022)*

Nesse processo de entrevistas uma indagação foi fundamental para nossa conclusão: Por que Sapé não pode esquecer a história da resistência social e do movimento das Ligas Camponesas?

A história do município de Sapé é marcada pelos engenhos e usinas de açúcar com a concentração de terras e grande exploração da classe trabalhadora do campo, que pouco podia plantar culturas alimentares de subsistência. As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por movimentos reivindicatórios por melhores condições de vida e de trabalho, tendo em vista que a implantação da legislação trabalhista estava apenas vigorando para o trabalhador urbano e não chegava ao meio rural. As especificidades da luta no campo iam além dos direitos do trabalhador urbano, tendo em vista a relação com a terra, daí o surgimento das Ligas Camponesas. Hoje, a configuração de grande parte do território de Sapé é resultado da luta das Ligas Camponesas, pois é ocupado por sete assentamentos da reforma agrária, quais sejam: Padre Gino, Vinte um de Abril, Nova Vivência, Boa Vista, Rainha dos Anjos, Santa Helena e Vida Nova. A monocultura da cana-de-açúcar e do abacaxi continua, mas está assegurada a produção agrícola familiar, com a produção de culturas alimentares nos assentamentos. O que se conseguiu foi à custa de sofrimento, todo o tipo de violência, chegando ao assassinato e desaparecimento de lideranças e integrantes das Ligas, destruindo famílias e desarticulando o movimento. Portanto, atual geração e as futuras não podem esquecer a história da resistência do movimento das Ligas Camponesas. *(Entrevista com Lucia Guerra, abril de 2022)*

Porque essa foi uma luta do povo trabalhador, do povo que lutou e luta até hoje pela afirmação dos seus direitos, e nós não podemos deixar morrer essa memória. Porque essa história não pode ser apagada, como desejam muitos governantes. *(Entrevista com Tatiana, junho de 2021)*

Essa memória não pode ser esquecida porque é a nossa raiz, se a gente tira de nós o conhecimento de nossa raízes, o que vai ser o futuro nosso, se eu não mostrar essa realidade para o meu aluno, essa raiz que foi tão forte, e se falamos da 1ª Guerra Mundial, então por que não podemos falar também das Ligas Camponesas que é a história nossa, que a gente precisa conhecer, a gente precisa mostrar a realidade da história do campo território onde estamos vivendo não só os alunos, mas toda escola e toda comunidade e município. E precisamos manter viva essa memória. (*Entrevista com Jandira, junho de 2021*)

Sapé não pode esquecer a história das Ligas Camponesas porque faz parte da formação da identidade local, porque faz parte de uma história de luta que sempre foi temida e silenciada, mas que precisa ganhar as páginas da história, as páginas dos livros didáticos, as telas de cinema, precisa ser vista, não como um movimento subversivo, mas sim como um movimento de luta e resistência dos camponeses por melhores condições de vida. (*Entrevista com Maria Selma Santana, abril de 2021*)

Neste sentido, é importante destacar o quanto a memória nos é fundamental para potencializar a nossa própria construção histórica enquanto sociedade. A história das Ligas Camponesas serve como exemplo até os dias atuais para aqueles(as) que buscam acesso a terra livre de exploração, assim como também uma vida digna no campo distante de relações abusivas e análogas a escravidão.

Os dados aqui apresentados foram analisados à luz da metodologia da trama conceitual freireana, e a todo momento esteve centrada no Educar para Nunca Mais, e foi construída a partir da obra freireana em harmonia com as contribuições de vários outros teóricos, assumindo assim possíveis diálogos com os pressupostos da educação popular e da educação para a memória. Na trama construída os conceitos dialogam entre si e complementam-se, pois ao mesmo tempo que o Educar para Nunca Mais exige uma reflexão crítica, possibilitando assim a ressignificação da memória das Ligas Camponesas, como forma de construção de educação emancipadora, pautada no diálogo e na participação social.

5.5 Aprendendo e ensinando memória com as Ligas Camponesas: por uma Pedagogia para Nunca Mais

O que é uma pedagogia para Nunca Mais? muitas vezes como educadores, queremos ensinar questões relacionadas a ditaduras e genocídios, e esses são assuntos complexos e sempre oferecem resistência, mas sua abordagem é necessária para que esses eventos não se repitam. Assim, concebemos que o campo da pedagogia da memória

surgiu como resultado das feridas produzidas ao longo do século XX, que confrontaram a humanidade e também a educação com os limites do projeto moderno.

Um projeto que, longe de seus "discursos" de emancipação do gênero humano (através, entre outras coisas, da educação), produziu duas guerras mundiais e inúmeras ações que marcaram a sangue e violência as sociedades modernas. e no contexto da Segunda Guerra Mundial, após o Holocausto, ocorreu uma série de reflexões filosóficas, epistemológicas e sociológicas que delinearão um novo campo dentro da pedagogia.

O filósofo Theodor W. Adorno, em sua palestra "Educação após Auschwitz", transmitida pela Rádio Hesse em 18 de abril de 1966 e publicada um ano depois, diz uma frase que precisamos ouvir e disseminar: "A principal tarefa da educação é que Auschwitz não se repita". A memória do Holocausto, depois de décadas reprimida e escondida, tornou-se o centro das representações do século XX.

Portanto, ao se falar em Educar para Nunca mais, fala-se, ao mesmo tempo, em uma avaliação do que é. Trata-se de uma resposta para afirmar ou para negar a nossa formação histórica e a realidade social na qual vivemos - na qual somos educados -, com base em informações, percepções, deduções, pedagogias do esquecimento ou memórias vivas de um tempo de movimentos em defesa do fim da censura, da anistia para os que lutaram contra a opressão, pelas eleições diretas, e constituinte livre e soberana. (ALBUQUERQUE e VIOLA, 2021, p. 394)

Assim, para que possamos construir uma pedagogia para Nunca Mais, é necessário entendermos a dimensão do que essa nova pedagogia pode representar no currículo escolar, desta forma é importante perceber as questões que atravessam a pedagogia para Nunca Mais, como herdeira da experiência do Holocausto, ou seja, como herdeira de uma experiência histórica que colocou em questão a razão:

- Como ensinar o que a educação tradicional não quer que seja ensinado?
- Como ensinar situações-limite na escola?
- O que dizer e como refletir sobre comportamentos que violam os Direitos Humanos?
- Como discorrer sobre o passado sem que ele se torne um lastro difícil de carregar?
- Como encontrar novos significados no passado que dão vitalidade ao presente?
- Como encarar que não há como recuperar o passado como um texto completo, progressivo e linear, mas aceitar que ele virá até nós intermitentemente, das brumas da memória?

A pedagogia para Nunca Mais é um campo pedagógico em construção que começa a delimitar seus temas a partir da experiência do Holocausto como ponto de virada da modernidade. Sua agenda é atravessada por questões (a construção de problemas, como gostamos de chamar a lógica da questão) mais do que pela enunciação de certezas ou verdades moralizantes; e essas questões envolvem questões educativas, pedagógicas, filosóficas, éticas e afetivas.

A proposta pedagógica como tal deve considerar, portanto, a historicidade da cidadania, enfatizando a incorporação dos direitos humanos e o passado recente como elementos vistos a partir da análise histórica, sendo esses tópicos relacionados a uma formação cidadã verdadeiramente crítica, onde o papel histórico da cidadania na construção do presente e do futuro. A memória histórica, como elemento essencial de combate à construção de uma sociedade sem passado, torna-se fundamental no quadro de uma educação para o "Nunca Mais".

En la medida en que el Estado durante esos períodos utilizó la violencia, la represión, la tortura, el secuestro, la censura, la persecución, la opresión, las desapariciones y asesinatos como prácticas y políticas del propio Estado, retomar esos marcos de la memoria es de fundamental importancia para afirmar la democracia en el presente y cualificarla para el futuro. No estamos hablando solo del pasado, sino potencialmente de qué forma queremos dar sentido al presente y al futuro, en la construcción y afirmación de sociedades democráticas con una ciudadanía activa, inclusiva y participativa. (SACAVINO, 2015, p. 70)

Nessa perspectiva, para o desafio de construir um país verdadeiramente democrático desde a educação escolar, é preciso questionar os discursos oficiais, seus significados e simbolismos. Enquanto perdurarem os resquícios das ditaduras, expressos em violência, racismo, machismo, homofobia e outras formas de discriminação e exclusão retardando a construção de uma democracia, será preciso denunciar a opressão e lutar para resgatar a memória do cidadãos. A partir disso, a pedagogia da memória:

(...) Supone romper la cultura del silencio, de la invisibilidad y de la impunidad presente en la mayoría de los países latinoamericanos, lo cual es un aspecto fundamental para la educación, la participación, la transformación y el desarrollo de la democracia. Exige mantener siempre viva la memoria de los horrores de las dictaduras, autoritarismos, persecuciones políticas, torturas, desapariciones, exilios y muchas más violaciones de los derechos humanos. Implica saber releer la historia con otros instrumentos y miradas, capaces de despertar energías de coraje, justicia, verdad, esperanza y compromiso que

impulsen la construcción y el ejercicio de la ciudadanía. (SACAVINO, 2015, p. 71)

Deste ponto de vista, a premissa de educar para "nunca mais" tem como foco principal posicionamento dos direitos humanos como eixo da criação de uma verdadeira democracia, para abandonar qualquer lógica que aponte para a minimização e exclusão dos indivíduos, ou seja, romper com a figura da subalternidade, reconhecendo a importância histórica de cada ser humano, potencializando identidades pessoais e coletivas na evolução histórica sociedades latino-americanas. Esta deve ser a ponte pela qual se constrói o presente com a perspectiva do passado recente.

Assim, uma pedagogia para o nunca mais em uma sociedade excludente e em crise ética, como a do alvorecer do século XXI aponta para a articulação de dois pressupostos: a) da pedagogia orientada para a emancipação e a autonomia; b) uma ética humanitária voltada para o reconhecimento do outro como um ser humano ao mesmo tempo igual – como componente da mesma natureza humana - e diferente em razão de viver em uma sociedade. (ALBUQUERQUE e VIOLA, 2021, p.392)

A pedagogia para Nunca Mais vem propor que façamos uma análise do presente a partir dos acontecimentos do passado recente para reconstruir os olhares subalternos e torná-los visíveis hoje. É importante gerar uma análise crítica da sociedade contemporânea, por isso devemos colocar essa metodologia em primeiro lugar na compreensão da realidade social na qual uma comunidade específica se desenvolve. Partindo da base de que as ideias das pessoas são subjetivas, podem ser identificados padrões que limitam comportamentos dentro da realidade social composta por uma enorme variedade de comportamentos Individual.

Segundo Albuquerque e Viola (2021, p.393)

Nesse sentido, educar para nunca mais é ação pedagógica que resulta da experiência educativa vinculada a um passado que não é só memória congelada, mas experiência que ainda permanece como urgente no nosso universo sócio/político e cultural. e é o principal canal de acesso à cidadania[...] O projeto político-pedagógico de uma Educação para Nunca mais, reflete a realidade e sempre se põe a favor ou contra algo existente com base em alguma verificação da "realidade rebelde" que desafia o ser humano.

Para alcançar uma aprendizagem significativa dentro da metodologia da pedagogia para Nunca Mais o ideal é que esse processo seja realizado de forma

construtivista, enfatizando essa construção com base nos estímulos do ambiente do aluno e seus interesses individuais. Nesse sentido, é importante perceber como o passado pode iluminar esse caminho, assim como as experiências do passado podem, no presente, contribuir de forma dinâmica e criativa para a transformação social.

O que demanda manter o fenômeno pedagógico como um diálogo aberto e se traduz em uma pedagogia que permite integrar desde a memória recuperada uma abordagem transdisciplinar da experiência que transita nos âmbitos políticos, estéticos e culturais. Sendo igualmente necessário considerar seus dois enfoques principais: o que se centra no desenvolvimento de valores, com forte componente emotivo; e o que se centra nos aspectos conceituais e procedimentais da aprendizagem.

A ousadia de propor Educar Para o Nunca Mais se vincula na compreensão de que, o processo histórico, pressupõem um movimento no tempo, se fundamenta nos valores éticos humanitários e nas relações que explicitam valores. A educação não ocorre nos limites do utilitário, não acontece no vazio, mas “[...num tempo que implica espaço e num espaço temporalizado, a educação, embora fenômeno humano universal, varia de tempo-espaço a tempo-espaço. A educação tem historicidade” (Freire, 2000, p.120, apud ALBUQUERQUE e VIOLA, 2021, p.394)

Segundo Sacavino (2015, p. 77) para que a Educação para Nunca Mais seja efetivamente desenvolvida é preciso se utilizar de eixos pedagógicos, que são complementares e oferecem distintas potencialidades a partir dos modos de fazer adotados em cada experiência educativa.

O vínculo passado-presente, segundo a autora, procura relacionar o passado recente de violações de direitos humanos com os atuais problemas da sociedade. O que demanda o diálogo entre os dois tempos, passado-presente, a fim de construir sentidos sobre esse passado em relação às necessidades do presente.

O desenvolvimento de uma memória crítica é outro dos eixos indicados pela autora. Com ele se busca valorizar o exercício do lembrar enquanto conhecimento social. Para isso o desafio é construir uma memória coletiva desde a experiência individual, com base, por exemplo, em histórias de vida.

A **construção do pensamento reflexivo e crítico** é mais um eixo pedagógico, que é adotado com a finalidade de formar um sujeito autônomo e ativo que se apropriando dessa memória coletiva contribui para a construção de uma sociedade democrática.

A **promoção de uma cultura de direitos humanos**, que pode ser pensada como um eixo fim, ou seja, para o qual convergem os anteriores, considera a educação em direitos humanos como mediação relevante na construção democrática e envolve o reconhecimento do

outro como sujeito de direito, uma cidadania ativa e participativa e a reversão das práticas autoritárias e colonizadoras.

A pedagogia para Nunca Mais surge como uma proposta de ensino que faz parte da a necessidade de educar as gerações mais jovens sobre questões delicadas como violações dos direitos humanos no passado histórico recente.

São essas narrativas compostas de lembranças e esquecimentos que compõem uma parte do conjunto das respostas que buscamos alcançar com esta pesquisa, evidentemente, sem a pretensão de findar qualquer questionamento, mas de construir uma versão dos fatos diferenciada daquela que a “história oficial”, ou a “história autorizada” (RICOEUR, 2007) já nos contou.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: LIÇÕES CONSTRUIDAS DA EXPERIÊNCIA DOS (DAS) EDUCADORES(AS) SOBRE A EDUCAÇÃO PARA NUNCA MAIS EM TERRITÓRIO DAS LIGAS CAMPONESAS

A pesquisa realizada confirma a Tese de que, a educação para nunca mais envolvendo o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas e Escolas Públicas tem fomentado experiências de uma pedagogia da memória. O entendimento do movimento das Ligas Camponesas e das formas de violência enfrentadas em tempos autoritários tem devolvido a palavra aos camponeses, que, articulando os sujeitos coletivos com as escolas reescrevem a memória das Ligas Camponesas, ressignificando a ideia de identidade e resistência camponesa. A educação para nunca mais ao desenvolver uma leitura crítica da opressão ressignifica a perspectiva da educação como prática da liberdade.

A indignação antecede o processo de luta, pois a experiência da dor da opressão e a consciência crítica do quanto as desigualdades sociais são concretas no dia a dia por meio dos conflitos agrários mobilizou os camponeses nos anos cinquenta a tecer o movimento das Ligas Camponesas, questionando as formas de violência e opressão no campo, como confirmam Francisco Julião (1962) e Assis Lemos (1996).

Atravessados pelos 21 anos de regime de exceção, o campo foi silenciado, suas lideranças assassinadas e ou presas. O processo de criação do Memorial das Lutas e Ligas Camponesas atravessou várias etapas, a casa onde morou João Pedro Teixeira desde a década de cinquenta que acolhia os camponeses expulsos pelo latifúndio, emergindo círculos de diálogos como lugar da palavra do oprimido. Durante a Ditadura Militar, o silenciamento interrompeu a vida de um dos movimentos populares mais expressivos dos camponeses nos anos que antecederam o golpe militar de 1964. Com a anistia e o retorno de Elizabeth Teixeira o campo começou a tensionar e caminhar na direção da tomada da palavra, evocando pela voz das testemunhas, a memória silenciada. Como afirma Freire (1987, p. 21), “uma sociedade em regime de dominação da consciência onde os dominadores mantem o monopólio da palavra” é necessário o círculo de cultura onde se aprende o exercício da palavra sem o risco de ser monopolizada e silenciada (Freire, 1987, p. 21).

Com a presença de Elisabeth Teixeira, a Pastoral da Terra e os movimentos dos trabalhadores rurais, surgem das mãos e as vozes da resistência a necessidade de cuidar da memória das lutas camponesas. A comunidade de Barra de Antas em tensão e conflitos permanentes, uma vez que ainda não conquistou a posse da terra, cria o Memorial das Ligas Camponesas como espaço de união das lutas sociais.

Não bastasse o silenciamento dos tempos de ditadura, os camponeses continuam ameaçados pelos projetos econômicos que teimam em apagar os vestígios da resistência camponesa. A casa de João Pedro Teixeira, que nos anos cinquenta fez as forças oligárquicas tremerem e apoiarem o golpe militar de 1964, hoje, como sítio de memória, convertido num espaço de educação popular e de educação para nunca mais, reúne as forças do campo e da cidade, mantendo viva a memória do movimento das Ligas Camponesas e suas lideranças. Nesse processo, chama atenção a ousadia dos educadores rurais e da EMEIEF Luiz José Gonçalo no município de Sapé/PB, como espaço de produção de conhecimento, construindo processos educativos sobre a Educação para Nunca Mais articulando os(as) Educadores (as) Populares e as escolas.

Um território que enfrentou o tom da repressão durante 21 anos de regime de exceção, não consegue superar o silenciamento sem um processo educativo crítico. Se ontem as Ligas Camponesas ao denunciar a violência e a exclusão social teve suas lideranças assassinadas e desaparecidas, hoje, os nove assentamentos da região de Sapé refletem a relevância da consciência crítica forjada na luta contra a opressão e violência no campo.

São nove assentamentos criando alternativas de sobrevivência física e política, criam experiências inovadoras de agricultura familiar com a proteção do meio ambiente, criam as feiras agroecológicas com alimentos orgânicos, organizam escolas do campo e formação do campo associando história local, educação popular e Educação de Jovens e Adultos, superando anos de dominação e opressão.

As tentativas de apagamento da memória encravada sobre a família de João Pedro Teixeira e demais familiares dos trabalhadores em luta, denunciada nos relatórios das comissões de verdade, ou mesmo, os processos de divisão dos filhos da família de João Pedro Teixeira e até da alteração dos nomes dos mesmos para silenciá-los, os longos dezessete anos de vida clandestina de Elizabeth Teixeira, Marta na clandestinidade afastada à força dos filhos, o uso sistemático do nome dos opressores nos nomes das escolas rurais para perseverar a pedagogia do oprimido e a política de silenciamento não conseguiram, no entanto, fazer com que a resistência camponesa se apagasse.

Se a luta pela terra em tempos presentes não conquistou, ainda, a Reforma Agrária em face da ditadura que se instalou de 1964-1985, como continua Elizabeth Teixeira e gritar em seus noventa anos de vida e resistência, como que, teimando em não silenciar as vozes do campo, a velha alfabetizadora dos tempos de clandestinidade,

continua ensinando em cada encontro com os camponeses a soletrar a palavra resistência, para alertar, no tempo presente, que a luta não findou.

O eco dos gritos dos camponeses tombados, ainda hoje escutados nos roçados e nas romarias, não deixa o latifúndio dormir em berço esplêndido. Os assentamentos rurais estão encravados em Sapé, Mari e Miriri, Itabaiana e região do brejo paraibano. São verdadeiras escolas vivas do nunca mais. Cada trabalhador, educador e liderança que são forjados na luta até conquistar o assentamento rural desenvolvem a consciência crítica do tamanho da opressão e do quanto o latifúndio continua teimando em submergir, ao contrário, continuam renovando suas formas de reinvenção da opressão.

Mesmo assim, o debate sobre a memória “incômoda”, sobretudo das Ligas camponesas, referente aos impasses e dificuldades retratados no cotidiano das escolas, impulsiona a busca por uma formação mais consistente sobre o tema, que tende a circular do viés pedagógico para o político e vice-versa. Esses conflitos e contrastes que ora parecem ser de cunho político e ideológico, ora de cunho formativo ou informativo, têm contribuído para o crescimento dos interesses por tirar do esquecimento essas memórias no campo da educação escolar.

Professores e escolas que brotam com nomes de opressores, são capazes de reinventar a luta também pelo ato educativo. As Semanas das Ligas Camponesas instituídas pelos educadores e educandos refletem o potencial desse território como lugar de memória. Entretanto, mesmo com conquistas, continuam enfrentando assombrações como a do negacionismo e da alienação dos tempos de silenciamento. Nem tudo é luz, pois a sombra da ideologia continua afetando os educadores. Questionam: como num lugar de memória viva como é Sapé, que teima em recordar das Ligas Camponesas, ainda encontramos professores da rede de ensino que não conhecem a história subterrânea das Ligas Camponesas?

Nos encontros entre professores, assentados e sindicalistas para organizar a Semana das Ligas e Lutas Camponesas é possível decifrar as demandas de educação para nunca mais, já que, a história das Ligas Camponesas foram escritas pelo opressor enquanto a história dos vencidos foi abafada e proibida.

O sentido da resistência foi sentido e entendido durante a pesquisa, pois mesmo em tempos de Covid-19, numa situação de isolamento social, os(as) educadores(as) não se calaram, e realizaram a Semana das Ligas e Lutas Camponesas. Nunca se teve tão presente e unido, mesmo enfrentando o medo da morte e do desaparecimento, como foi, os tempos em que a pandemia amedrontou o mundo, o Brasil, Sapé e o campo. Os

obstáculos da Covid-19 para pesquisa de campo, embora tenham interferido na observação direta e no diálogo com os educadores, mobilizou a criatividade para desenhar outras formas de diálogo com os sujeitos da pesquisa, por meio remoto participamos de cursos com educadores do campo, mobilizamos e compomos a organização da semana das ligas camponesas, participamos de lives locais e nacional envolvendo os membros do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, conseguimos o apoio dos educadores para as entrevistas em meio remoto, aprofundamos a pesquisa bibliográfica e documental no possível.

Expericiamos a educação para o nunca mais com os protagonistas, aprendendo e ensinando a soletrar palavras resistência e memória com os personagens, interagindo o papel de pesquisador, extensionista e militante. A opressão é longa e teimosa, em tempos de retrocessos democráticos, continua desafiando o ato educativo. Mas as assombrações dos camponeses em marcha no território de Sapé não deixaram o silenciamento matar a utopia. Por isso, em cada ousadia e teimosia, em cada ato de tomada da palavra, em cada criação realizada durante os encontros e semanas em que professores e alunos de Sapé recordam, explicam por diferentes recursos porque lembrar das lutas camponesas fomos debulhando o sentido da pedagogia da memória do nunca mais nesse lugar de memória. Uma pedagogia da memória em diálogo com a educação popular confere aos sujeitos políticos um papel protagonista. Lembremos Fanon (2015, p. 26) quando afirma:

A luta de libertação é uma construção histórica. Um processo de criação de um novo sujeito criado na prática política de libertação. Uma luta pratica não só de ideias. Ele atribui a força motriz da luta contra o capitalismo colonial ao camponês. O colonialismo simboliza a negação sistematizada do outro, uma decisão obstinada de recusar ao outro qualquer atributo de humanidade.

O desafio de desconstrução de um processo histórico e cultural de silenciamento está em andamento no território de Sapé, alimentando-se do compromisso entre professores e alunos do campo, movimentos culturais, lideranças sindicais, movimentos de trabalhadores rurais, pastorais sociais, universidades e outras forças sociais aliadas. Dos encontros e círculos de memória, das semanas das Ligas e Lutas Camponesas, das Romarias da Terra e Feiras Agroecológicas, dos Encontros com a juventude e mulheres assentadas e das celebrações do dia 2 de abril as Ligas Camponesas se revestem de novos saberes e experiencias.

REFERENCIAS

ABRÃO, Paulo. TORELLY, Marcelo D. **Justiça de Transição no Brasil: a dimensão da reparação.** In: SANTOS, Boaventura de Souza et all. Repressão e Memória Política no contexto Ibero-Brasileiro: Estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal. Brasília/DF. Coimbra/Portugal. Ministério da Justiça/Comissão de Anistia: Universidade de Coimbra/Centro de Estudos Sociais, 2010.

ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

ADORNO, T.W. **Educação após Auschwitz.** In: Palavras e sinais. Modelos críticos 2. Petrópolis, Vozes, 1995.

ADORNO, Theodor W. **Lições de Sociologia.** 1ª ed. Lisboa: Edições 70, 2013.

ALBUQUERQUE, Paulo P; VIOLA, Solon Eduardo Annes. **Educação Para Nunca Mais!** In: 40 anos de da Anistia no Brasil – Lições de Tempos de Lutas e Resistências. TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares (Orgs.). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

ALVES, Janicleide. **MEMORIAL DAS LIGAS CAMPONESAS: preservação da memória e promoção dos direitos humanos.** 2014. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

ARAÚJO, Marcelo Mattos e BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Memorial da resistência de São Paulo.** São Paulo: Pinacoteca, Memorial da Resistencia de São Paulo, 2009.

ARENDT, Hannah. **As Origens do Totalitarismo.** São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2004.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro.** São Paulo: Perspectiva, 1990.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo: antissemitismo, imperialismo e totalitarismo.** Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais.** São Paulo: Vozes, Edição de Bolso, 2014.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma educação do campo.** 5. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2011.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Currículo, território em disputa.** Petrópolis: Vozes, 2013.

AUED, Bernardete W. **A vitória dos vencidos. Partido comunista brasileiro - PCB e Ligas camponesas (1955-64).** Florianópolis: Universidade/UFSC, 1986.

- AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BACHELARD, Gaston. **Conhecimento comum e conhecimento científico**. In: Tempo Brasileiro São Paulo, nº28, p. 47-56, 1972.
- BANDEIRA, Lourdes Maria; MIELE, Neide; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (Org.). **Eu marcharei na tua luta! A vida de Elizabeth Teixeira**. João Pessoa: UFPB, 1997.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2015
- BITTAR, Eduardo C. B. **Educação e metodologia para os direitos humanos: cultura democrática, autonomia e ensino jurídico**. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (Org.) Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.
- BASTOS, Ellide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BRASIL, Comissão de Anistia e Ministério da Justiça. **Justiça de transição: Manual para América Latina**. Nova Iorque/EUA: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório Vol. 1**. Dezembro 2014. Disponível em http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório Vol. 2**. Textos Temáticos. 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf
- BRAVO, R. S. **Técnicas de investigação social: Teoria e exercícios**. 7 ed. Ver. Madrid: Paraninfo, 1991.
- BENEVIDES, Cezar. **Camponeses em marcha**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.
- BENEVIDES, Maria Victoria. **Educação em Direitos Humanos: de que se Trata?** São Paulo, FE-USP, 2000 (palestra de abertura do Seminário de Educação em Direitos Humanos). Disponível em: <https://www.hottopos.com/convenit6/victoria.htm>.
- BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política – Vol. I**. 11.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.
- BONET, Luciano. **Anticomunismo**. In: BOBBIO, Noberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. Tradução de Carmem C. Varriale (et. ali.). 12.ed. Brasília: Editora da UnB, 2004: 34-35.

BOSI, Alfredo. **Fenomenologia do olhar**. In: NOVAES, A. O olhar. São Paulo: Companhia das Letras, 1997

BRITTO, Saimon Lima; LIRA, Elizeu Ribeiro. **A reforma agrária e o surgimento das ligas camponesas no estado de Goiás entre 1960-1964**. In: Revista NERA. Presidente Prudente: v. 24, n. 57, pp. 338-354. Dossiê – 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/007/Downloads/8751-Texto%20do%20Artigo-32209-31978-10-20210612.pdf>. Acessado em: 20 de outubro de 2021.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto: 2021.

CARRILLO, A. T. **A Educação Popular como prática política e pedagógica emancipadora**. In: STRECK, D.; ESTEBAN, M. T. (org.). Educação popular: lugar de construção social coletiva. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 15-32.

CALDART, Roseli Salete. **Elementos para a construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo**. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire S. Azevedo de. Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. (Coleção Por uma Educação do Campo), V. 05. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 2004.

CAMARATE, André. Movimento Independente Mães de Maio. **Mães em luta: dez anos dos crimes de maíoi de 2006**. São Paulo: Ponte Jornalismo, 2016.

CAPES. **Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior**. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/2017-a-2020-cursos-da-pos-graduacao-stricto-sensu-no-brasil>. Acesso em: 29 julho 2020.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962 -1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2010.

CATANI, D. et. al. (Org.). **Docência, memória e gênero: estudos sobre formação**. São Paulo: Escrituras, 1997. 112 p.

CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. M. K. **Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método**. Informação & Sociedade: Estudos, v. 24, n. 1, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/92625>. Acesso em: 12 jul. 2022.

COSTA, Odah Regina Guimarães. **Constituições brasileiras, legislação e terras devolutas**. Revista da Faculdade de Direito da UFPR. 1987, v. 24, p. 153-191. Disponível em: https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Politica_Agraria/7COSTAdevolutas.pdf

COSTA, Fernando Ferreira da. **Ligas Camponesas: seu legado e suas marcas na construção de uma (re)existência no território de Barra de Antas, Sapé – PB**. (Geografia) João Pessoa/UEPB, 2021.

CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2021**. 36ª edição do relatório. Goiânia: CPT Nacional, 2022. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downloads?task=download.send&id=14271&catid=41&m=0>. Acessado em: 12/07/2022.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos**. São Paulo: ANDHEP/DVD, vídeo, 2009. 1 DVD de 15 minutos.

DANTAS, Gildázio. **CEDOP – Centro de Documentação Popular da Paraíba. Memórias de Fé, Lutas e Artes**. João Pessoa: CEDOP, s/d.

ESTEBAN, M. T.; TAVARES, M. T. G. **Educação Popular e a Escola Pública: Antigas questões e novos horizontes**. In: STRECK, D.; ESTEBAN, M. T. (org.). Educação Popular – Lugar de construção social coletiva. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 293-307.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 3ª ed. Lisboa: terra livre, 2015.

FERREIRA, Juraci Marques. **Sobrado dos meus ancestrais**. Sapé/PB: F&A Gráfica e Editora LTDA, S/D.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; MELO, V. L. B. E. (Orgs.). **Direito à memória e à verdade - saberes e práticas docentes**. 1. ed. João Pessoa: CCTA, 2016.

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo. Da morte de Vargas aos dias atuais**. São Paulo: Contexto, 2015.

FLEURI, R.M. **Conversidade: diálogo entre universidade e movimentos sociais**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2019.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. 3ª Edição. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

FREIRE, P. FAUNDEZ, A. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo **Educação e atualidade brasileira**. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2011.

FREITAS, Maria Ester de. **Viver a Tese é preciso**. In: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto (Org.). *A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações*. 2. ed. São Paulo – SP: Cortez, 2006.

FORMAGGINI, Beth. **Memória para uso diário**. Rio de Janeiro: GTNM-RJ/4Ventos/União Europeia, 2007, 94’

GADOTTI, Moacir e ABRÃO, Paulo (Org.). **Paulo Freire, anistiado político brasileiro**. Brasília: IPF, 2012.

GAMBOA, Silvio A. Sánchez. **Pesquisa em Educação: estruturas lógicas e tendências metodológicas**. 1987. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 1987.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2012.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Prefácio**. In: SILVA, Eduardo Jorge Lopes da; RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva. *Pesquisa em Educação: discussões teórico-metodológicas de produções do PPGE/UFPB (2013-2017)*. João Pessoa/PB: Editora do CCTA, 2019.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil: 1964- 1985**. São Paulo: Cortez, 1994

GIACOMELLI, Gabriele. **Igreja viva. Uma análise da dimensão educativa da ação pastoral popular da arquidiocese da Paraíba (1966 – 1973)**. 2001. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa

GIROUX, H. **Teoria crítica e resistência em educação: para além das teorias da reprodução**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

GOHN, M. G. **Sociedade Civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs**. Meta: Avaliação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 238-253, maio/ago. 2013.

GUIDO, Cristina. **Verbetes biográfico Celso Monteiro Furtado**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, s/d. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/celso-monteiro-furtado>. Acessado em: 21/05/2022.

GUEDES, Nonato; MELLO, José Octávio; BARBOSA, Sebastião; OLIVEIRA, Carla Mary S. Oliveira e NÓBREGA, Evandro. (Orgs.) **O jogo da verdade – Revolução de 64 - 30 anos depois**. João Pessoa: A União, 1994.

GRUPO TORTURA NUNCA MAIS DO RIO DE JANEIRO. **Resistencia, substantivo feminino**. Rio de Janeiro: GTNM, 2020 (live com Cecília Coimbra).

HALBAWCHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HAM, Antônia M. Van et al. **Memórias do povo – João Pedro Teixeira e as ligas camponesas na Paraíba. Deixemos o povo falar**. João Pessoa: Ideia, 2006.

HOBSBAWM, Eric. **Viva la revolución: a era das utopias na América Latina**. Tradução Pedro Maia Soares. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. Tradução de: Maria Viviana V. Resende. 2. ed., revista. – Brasília: MMA, 2006.

HUYSSSEN, A. **Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JOUTARD, P. **Reconciliar história e memória?** Revista da FAEEBA, Educação e Contemporaneidade. Salvador, v. 14, n. 23, p. 205-212, janeiro/junho 2005.

JULIÃO, Francisco. **O que são as ligas camponesas?** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1962.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1996. 541 p

LEMOS, Francisco de Assis. **Nordeste: o Vietnã que não houve – ligas camponesas e o golpe de 64**. Londrina: UEL, 1996.

MAGENDZO, A. **Educación en Derechos Humanos, un desafío para los docentes de hoy**, Editorial LOM, 2006, Santiago de Chile.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

MATTA, Roberto da. **A casa e a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro FASE, 1989.

MEDEIROS, E. A. De. DIAS, A. M. I. (2015). **O estado da arte sobre a pesquisa em educação do campo na região nordeste (1998 – 2015)**. Cadernos De Pesquisa, 22(3), 115–132. <https://doi.org/10.18764/2178-2229.v22.n3.p.115-132>

MÈLICH, Joan-Cales. **A memória de Auschwitz – O sentido antropológico dos direitos humanos**. In: CARVALHO, Adalberto Dias de (Org.) A educação e os limites dos direitos humanos. Porto: Editora Porto, 2000, p. 47-61.

MELO NETO, José Francisco de. **Educação Popular: enunciados teóricos**. Vol. 2. Editora do CCTA. 2008.

MEMORIA DA RESISTENCIA DE SÃO PAULO. **Memorial da resistência, 10 anos**. São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo, 2018.

MITIDIERO JR, Marco Antônio. A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba. São Paulo: USP, 2008.

CITTADINO, Monique. **A Política-partidária na Paraíba – 1945/1058**. In: Populismo e Golpe de Estado na Paraíba (1945/1964). João Pessoa: Universitária/Ideia, 1998.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

MOROSINI, M.; FERNANDES, C. **Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções**. Revista Educação por escrito, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014.
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/issue/view/865>

MÜLLER, Angélica; FAGUNDES, Pedro Ernesto. **O trabalho das comissões da verdade universitárias: rastreando vestígios da repressão nos campi durante a ditadura militar**. Cienc. Cult., São Paulo, v. 66, n.4, out./dez. 2014.

MUNIZ, Roberto Silva. **A Fabricação de João Pedro Teixeira: como o Herói Camponês**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande.

MUNIZ, Iranice Gonçalves. **Os 41 Anos da Lei de Anistia e a Família de Elizabeth Altina Teixeira**. In: Giuseppe Tosi, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, Maria de Nazaré Tavares Zenaide. *40 anos da anistia no Brasil: lições de tempos de lutas e resistências: homenagem a Lelio Basso e Linda Bimbi*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021 p. 481-503.

NOVAIS, Regina Reyes. **De corpo e alma. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo), 1987.238p.

NUNES, Paulo Giovani Antonino Nunes, [et al.] **Relatório final**. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. João Pessoa: A União, 2017.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Trad. Yara Khoury. Projeto História, São Paulo: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, n.10, p.7-28, dez. 1993.

OEA. **Relatório Nº 31/20. Caso 12.332. Margarida Maria Alves e Familiares.** Brasil. Aprovado pela Comissão eletronicamente em 26 de abril de 2020. Disponível em: https://www.oas.org/pt/cidh/decisiones/2020/BR_12.332_PT.PDF. Acesso em 28/05/2022.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Maio de 1968: os silêncios da memória.** In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória.* Campinas: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (2007) **As formas do silêncio, no movimento dos sentidos.** Campinas: Editora da Unicamp.

PARAÍBA. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba; Paulo Giovani Antonino Nunes, [et al.] – João Pessoa: A União, 2017.

PARAÍBA. **Um relato a partir da memória dos seus protagonistas.** In: Revista do Centro de Estudos Rurais, UNICAMP-SP, março de 2011, N 1, V,5., p. 83-117.

PESSOA, Victor Gadelha. **As Ligas Camponesas da Paraíba: História e Memória.** 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio.** In: Estudos históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

POLLAK, M **Memória e identidade social.** *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212

PORTO, Maria das Dores; LAGE, Iveline. **CEPLAR: História de um sonho coletivo.** 1º Edição, Paraíba: Departamento de produção Gráfica/SEC - PB, 1995.

ROSAS, Agostinho da Silva. **Criatividade em Educação Popular: um diálogo com Paulo Freire.** (Doutorado em Educação). João Pessoa, 2008.

RODINO, Ana Maria. **Cómo enseñar el pasado reciente en las transiciones democráticas?** In: CALAÇA, Suelídia Maria; MAGNO, Alexandre; PEQUENO, Marconi Pimentel e ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares (ORGs.) *Políticas públicas e educação em e para os direitos humanos e educação.* João Pessoa: Editora da UEPB, 2019.

ROJAS, Maria Luisa Ortiz. **Trabajando com las memorias de la ditadura para nunca más la experiencia del museo de la memoria y los derechos humanos em Chile: Sus desafios em el contexto actual.** In: FRANÇA, Marlene Helena de Oliveira e ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. (Orgs.) *Direitos Humanos, estado de exceção e lutas democráticas na América Latina.* João Pessoa: Editora do CCTA-UFPB, 2020.

RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. **Mimese, memória e violência. Aberturas críticas para uma cultura dos direitos humanos.** In: RODINO, Ana Maria; TOSI, Giuseppe; FRENANDEZ, Monica Beatriz e ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. *Cultura e educação em direitos humanos na América Latina.* João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. p.234- 264.

SACAVINO, Suzana. **Pedagogía de la memoria y educación para el “nunca más” para la construcción de la democracia.** In: *FOLIOS*, Segunda época • Número 41 • Primer semestre de 2015 • pp. 69-85.
<http://www.scielo.org.co/pdf/folios/n41/n41a05.pdf>

SANTANA, Selma Santos de. **A relação entre educação escolar e ação cultural e política em Sapé/PB através de um olhar para a história do líder camponês João Pedro Teixeira.** (Mestrado em Educação). - João Pessoa, 2020.

SANTIAGO, M. E.; BATISTA NETO, J. **Formação de professores em Paulo Freire: uma filosofia como jeito de ser-estar e fazer pedagógicos.** *Revista e-Curriculum*, v. 7, n.3, p. 1-19, 2011. Disponível em:
 <<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/7598>>. Acesso em: 15 set. 2021.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. **Memória Coletiva e Teoria Social.** São Paulo: Annablume, 2003.

SANTOS, Yann Gomes dos. **O que resta do latifúndio - justiça de transição no meio rural paraibano.** (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas). João Pessoa, 2017.

SAUL, Ana Maria. SAUL, Alexandre. **Mudar é difícil, mas é possível e urgente: um novo sentido para o projeto político-pedagógico da escola.** In: *Revista Teias*. V. 14, n. 33. Programa de Pós-Graduação em Educação – ProPEd/UERJ, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/view/1590>. Acessado em: 15 de junho de 2019.

SAUL, Ana Maria. **Políticas e Práticas Educativas Inspiradas no Pensamento de Paulo Freire: pesquisando diferentes contextos.** *Currículo sem Fronteiras*, v. 14, p. 129-142, 2014a. Disponível em:
[ttp://www.curriculosemfronteiras.org/vol14iss3articles/saul.pdf](http://www.curriculosemfronteiras.org/vol14iss3articles/saul.pdf). Acessado em: 20 mar. 2019.

SAUL, Ana Maria. **Paulo Freire: contribuições para o ensino, a pesquisa e a gestão da educação.** In: BRITO, Regina Lúcia Giffoni Luz de; SAUL, Ana Maria; ALVES, Robson M. (orgs.). *Ensinar-aprender: a inspiração de Paulo Freire para a prática docente.* Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014b. Disponível em:
<http://www.letracapital.com.br/loja/ciencias-humanas/163-paulo-freire-contribuicoespara-o-ensino-a-pesquisa-e-a-gestao-da-educacao.html>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SAUL, Alexandre. **Prática teatral dialógica de inspiração freireana: uma experiência na escola, com jovens e adultos.** 2011. Dissertação (Mestrado) - PUC/SP, São Paulo, 2011.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. **1º Prêmio Municipal Educação em Direitos Humanos da Cidade de São Paulo: relatos de experiência.** São Paulo: SMDHC, 2014.

- SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Ditadura militar no Brasil – a vez e a voz dos perseguidos**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.
- SCOCUGLIA, Afonso Celso. **As provas da ditadura na política e na educação: O inquérito policial militar (IPM) da Paraíba (a964-1969)**. João Pessoa: UFPB, 2015.
- SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Populismo, ditadura e educação. Brasil/Paraíba, anos 1960**. João Pessoa: UFPB, 2009.
- SCOCUGLIA, Afonso Celso. **A história da CEPLAR e o movimento social**. In: GUEDES, Nonato et al. O jogo da verdade – revolução de 64 - 30 anos depois. João Pessoa: A União, 1994.
- SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Educação popular do sistema Paulo Freire aos IPMs da Ditadura**. São Paulo e Editora Universitária da UFPB, 2001.
- SCOCUGLIA, Afonso Celso. **A Educação Popular nos Tempos da Ditadura: o método Paulo Freire, a justiça fardada e as reações conservadoras**. Campina Grande: EDUEPB, 2018.
- SILVA, Alessandra Santiago da. **Educar, Contar e Brincar para resistir: relato de experiência**. In: TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lucia de F.G. e ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. 40 anos da anistia no Brasil – lições de tempos de lutas e resistências. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.
- SILVA, S. F. da; MELO NETO, J. F. de. **Saber Popular e Saber Científico**. Revista Temas em Educação, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 137–154, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/25060>. Acesso em: 12 jul. 2022
- SILVA, Severino Bezerra da. **Memórias Camponesas na Paraíba (1960 a 1980), organizações/lutas e catolicismo popular: Uma Contribuição histórica à Educação do Campo**. In: BATISTA, Maria do Socorro Xavier (Org.). Movimentos Sociais, Estado e Políticas Públicas de Educação do Campo: Pesquisa e Práticas educativas. João Pessoa: UFPB, 2011.
- SILVA, Valdir de Lima. **O arquivo pessoal de Heliton Santana como fonte de informação e memória: a militância social na Paraíba**. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba, 2019.
- STÉDILE, João Pedro. **Questão agrária no Brasil**. São Paulo/SP: Editora Atual, 1997.
- STÉDILE João Pedro; FERNANDES B.M. **Brava gente**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2005.
- STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: Programas de Reforma Agrária (1946 – 2003)**. 2ª Edição. São Paulo/SP: Expressão Popular, 2012.
- STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: História e Natureza das Ligas**

- Camponesas (1954 – 1964)**. 2ª Edição. São Paulo/SP: Expressão Popular, 2012.
- STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: O debate a esquerda (1960 – 1980)**. 2ª Edição. São Paulo/SP: Expressão Popular, 2012.
- TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emília; MENEZES, Marilda. **As ligas camponesas na paraíba: um relato a partir da memória dos seus protagonistas**. RURIS – UNICAMP. Vol 5, Nº 01. Campinas – SP, 2011. Acessado em <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris>. Acessado em: 02/04/2019.
- THIESEN, Icléia. **Memória institucional**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988.
- TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Barcelona: Paidós, 2000.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Volume 1. Rio de Janeiro: Paz e terra. 1987.
- WALDIR e TICÃO. Padre. **Dom Paulo Evaristo Arns. Pastor das periferias, dos pobres e da justiça**. São Paulo: Casa da Terceira Idade Tereza Bugolim, 2015.
- WESTIN, Ricardo. Arquivos. Agência Senado. Edição 71. **Questão agrária, 2020**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios>. Acesso em: 07 maio 2022.
- VILELA, Eugênia (2000). **“Os arquivos da dor”**, in: Carvalho, Adalberto Dias de (Org.). *A educação e os limites dos direitos humanos: ensaios de filosofia da educação*. Porto: Editora Porto, 126-138.
- VIOLA, Solon Eduardo Annes; ALBUQUERQUE, Paulo P. **Entre cronos e kairós: cuidado com o esquecimento da memória!** In: Direitos Humanos, Estado de Exceção e Lutas Democráticas na América Latina. FRANÇA, Marlene Helena de Oliveira; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares (Orgs.). João Pessoa: Editora do CCTA, 2020.
- XAVIER, Wilson José Félix. **As práticas educativas da Liga Camponesa de Sapé: memórias de uma luta no interior da Paraíba**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- ZENAIDE, M. N. T.; BEZERRA, J. O. **A produção acadêmica em memória, verdade e justiça na UFPB (2007-2020): o que revelam as pesquisas científicas**. Informação & Sociedade: Estudos, v. 30, n. 4, p. 1-31, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n4.57791 Acesso em: 07 maio 2022.
- ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. **Educar para nunca mais: memória e resistência camponesa em Mari, PB, Brasil**. In: Revista Interdisciplinar em Direitos Humanos. Bauru/SP: Observatório da Educação em Direitos Humanos da UNESP. jul./dez. 2014, v. 2, n. 3, p. 113-130.

a) Fontes Orais

ENTREVISTA com Rosalinda Falcão Soares a autora em 04 de maio de 2021.

ENTREVISTA com Maria Selma Santos de Santana em 04 de maio de 2021.

ENTREVISTA com Ana Maria Almeida em 17 de junho de 2021.

ENTREVISTA com Tatiane Santos da Silva em 17 de junho de 2021.

ENTREVISTA com Paulo Roberto em 18 de junho de 2021.

ENTREVISTA com Edmilson Severino do Nascimento em 21 de junho de 2021.

ENTREVISTA com Irm. Tonny em 11 de janeiro de 2022.

ENTREVISTA com Lúcia de Fátima Guerra em 11 de abril de 2022.

ENTREVISTA com Alane Lima em 02 de maio de 2022.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro da Entrevista Semiestruturada

ROTEIRO DA ENTREVISTA

A) MEMÓRIA E IDENTIDADE CAMPONESA

- O que a memória das Ligas Camponesas representa para a formação de uma identidade camponesa no meio rural?

B) ESQUECIMENTO E MEMÓRIA

- Como a política de esquecimento foi implantada após o golpe de 1964 de modo a tentar impedir a memória coletiva das ligas e resistências camponesas?

- Quais os obstáculos e ou as formas de apagamento de vestígios tem ocorrido para se evitar a memória coletiva das Ligas Camponesas?

- Qual a importância do livro “Memórias do Povo – João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas na Paraíba: Deixemos o Povo fala” para construção da memória?

- Por que Sapé não pode esquecer a história da resistência social e do movimento das Ligas Camponesas?

C) LIGAS CAMPONESAS NA EDUCAÇÃO

- O que o município de Sapé tem feito para preservar a memória das Ligas Camponesas?

- Como é possível promover uma formação de professores do campo para saberem transversalizar a história e a memória das Ligas Camponesas?

- Como pode ser possível articular o ensino da memória camponesa nos conteúdos educativos de história, geografia e outras disciplinas da educação básica?

- Quais as parcerias têm sido construídas entre o Memorial das Ligas Camponesas e os Governos do Estado e dos Municípios para recordar e promover uma educação do nunca mais na região das Ligas Camponesas? (Prêmio de Redação João Pedro Teixeira, desapropriação da Casa, Rua João Pedro Teixeira – Parnamirim/RN, Contorno Rodoviário, Comissão Estadual da Verdade, e outros)

- Qual o papel do testemunho na educação para o nunca mais? O testemunho dos familiares e dos sobreviventes das Ligas Camponesas? (Vilela)

- Como o ato da palavra da vítima e ou da família pode contribuir na educação para nunca mais? (o ato da palavra – Freire)

D) EDUCAÇÃO NO MEMORIAL DAS LIGAS E RESISTENCIA CAMPONESA

- Como tem sido sua trajetória na criação e na implementação do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas?

- Qual tem sido a contribuição sociopolítica e educativo-cultural do Memorial das Ligas Camponesas para a luta no campo?

- Como o Memorial das Ligas Camponesas pode ser um ponto de convergência da Educação para Nunca Mais, religando escolas, assentamentos, sindicatos, Secretaria de Educação e Município?

E) RECURSOS PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO PARA MEMÓRIA DAS LIGAS CAMPONESAS

- Que aspectos e temas podem incorporar uma proposta pedagógica de educar para Nunca Mais sobre as Ligas Camponesas?
- Quais os recursos educativos podem ser usados na educação da memória da luta e resistência camponesa?
- Qual o significado das marchas e romarias da terra na educação para o nunca mais?
- Qual a importância da celebração do dia 02 de abril pelo Memorial das Ligas e Lutas Camponesa?

F) EDUCAÇÃO PARA O NUNCA MAIS

- Qual a importância da educação para nunca no Memorial das Ligas e Lutas Camponesas?
- Como as escolas podem potencializar o fato histórico da inclusão de João Pedro Teixeira no Panteão da Pátria como herói da liberdade?

APÊNDICE B - Roteiro da Entrevista Semiestruturada com os Educadores

A) MEMÓRIA E IDENTIDADE

- Qual a **importância das Ligas Camponesas** para o município de Sapé?
- Como a **educação sobre a memória das Ligas Camponesas** pode contribuir para a formação da identidade do homem rural?

B) DIREITO À MEMÓRIA E EDUCAÇÃO POPULAR NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

- Como as escolas da região de Sapé têm realizado **ações educativas e culturais de memória das Ligas Camponesas**?
- Como a educação na escola rural pode inserir a **história local das lutas dos trabalhadores rurais por direitos**?
- Qual a **contribuição a educação popular pode dar para a educação da memória** das Ligas Camponesas em escolas, sindicatos e na comunidade da região de Sapé?

C) ESQUECIMENTO E MEMÓRIA

- Como o desconhecimento da história das LC fortalece a política de esquecimento recentemente adotada durante o período autoritário no país?
- De que forma a violência ocorrida nos tempos das Ligas Camponesas têm criado obstáculos para educação para a memória nas escolas rurais de Sapé?
- Quais as demandas de formação para a educação para a memória das Ligas Camponesas?

D) TESTEMUNHOS E MEMÓRIA

- Como a família dos trabalhadores rurais podem contribuir como testemunho da memória das Ligas Camponesas?
- Como a história familiar constituir um recurso didático na educação para a memória das Ligas Camponesas?

E) MEMORIAL DAS LIGAS E RESISTENCIA CAMPONESA - ESPAÇOS DE RESISTENCIAS E EDUCAÇÃO PARA A MEMÓRIA

- Qual tem sido o papel do Memorial da Ligas Camponesas junto a educação no município de Sapé e aos trabalhadores e assentamentos rurais?
- Como o Memorial das Ligas Camponesas pode ser um ponto de convergência da Educação para memória das Ligas Camponesas, religando escolas, assentamentos, sindicatos, Secretaria de Educação e Município?
- Como você participa das ações promovidas pelo Memorial das Ligas Camponesas?

F) RECURSOS PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO PARA NUNCA MAIS

- Qual o significado das marchas e da celebração do dia 02 de abril para a recordação da luta de resistência das Ligas Camponesas?
- Como o município de Sapé tem incorporado a memória dos trabalhadores do campo nos nomes de bairros, loteamentos, escolas e agrupamentos comunitários?
- Quais as propostas da Secretaria de Educação de Sapé para o fortalecimento de uma Pedagogia que eduque para o Nunca Mais?
- Quais as parcerias construídas com o Governo do Estado e Município para incorporar as Ligas Camponesas na educação pública e na comunidade? (Prêmio de Redação João Pedro Teixeira, desapropriação da Casa, Rua João Pedro Teixeira – Parnamirim/RN, Contorno Rodoviário, e outros)

G) CURRÍCULO PARA MEMÓRIA: UM CAMPO EM DISPUTA

- Como a **memória das Ligas Camponesas atravessa o currículo** da educação do campo e da EJA?
- Como as escolas rurais têm planejado e desenvolvido **ações educativas e culturais que promovem a memória das Ligas Camponesas no currículo** da educação do campo e da EJA?
- Quais os **conteúdos e as estratégias pedagógicas** são usados nas escolas rurais para promover a recordação das Ligas Camponesas como tema transversal?
- Na democracia, como a educação para a memória das Ligas Camponesas é parte do **currículo da educação para a cidadania**?

H) JOÃO PEDRO TEIXEIRA NO PANTEÃO DA PÁTRIA E DA LIBERDADE

- Qual a importância da inclusão de João Pedro Teixeira no **Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves** como herói nacional para o município de Sapé?
- Como o município de Sapé tem divulgado a inclusão de João Pedro Teixeira no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves como herói nacional?

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

| | | |
|---|---|---|
|  | UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO |  |
|---|---|---|

Esta pesquisa versa sobre “**A RESSIGNIFICAÇÃO DA MEMÓRIA NOS VESTÍGIOS DA LUTA**”. e está sendo desenvolvida por JULYANNA DE OLIVEIRA BEZERRA, aluna do doutorado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Prof.^a. DR^a. MARIA DE NAZARÉ TAVARES ZENAIDE.

O objetivo do estudo é analisar como a memória das Ligas Camponesas tem sido objeto de ações educativas realizadas pelo Memorial das Ligas Camponesas e na Escola Luiz José Gonçalo no município de Sapé/PB, fortalecendo a busca por uma educação capaz de formar sujeitos de direitos que possam saber resistir às formas de autoritarismo em espaços sociais onde a violência impôs o esquecimento da história de lutas sociais. A pesquisa está ancorada nos elementos teóricos-conceituais e metodológicos da Educação Popular, a partir de uma abordagem qualitativa de caráter exploratório. Como estudo de natureza qualitativa a proposta insere a pesquisa bibliográfica, documental e a entrevista semiestruturada, envolvendo os Educadores Populares da rede municipal de ensino que desenvolvem ações junto ao Memorial, membros de movimentos e pastorais sociais e Instituições de Ensino Superior.

Para tanto defendemos a seguinte proposição de Tese: A resignificação da memória em território das Ligas Camponesas a partir da articulação entre a educação popular e o Educar para Nunca Mais, ao mesmo tempo em que rompe com o ciclo da violência e do esquecimento, potencializa a construção de ações educativas na direção de uma consciência crítica da história social capaz de forjar processos de resistências, emancipação e mudança social.

Solicitamos a sua colaboração para entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos acadêmicos e publicar em revistas científicas. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde.

De acordo com a Resolução nº 466/12 da CONEP/MS, considera-se que toda pesquisa envolvendo seres humanos envolve risco. Entretanto este estudo emprega técnicas de pesquisa em que não se realiza nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas ou psicológicas e sociais dos indivíduos que participam da pesquisa, entre os quais se consideram: questionários, entrevistas, revisão bibliográfica e documental, nos quais não se identifique nem seja invasivo à intimidade do indivíduo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. O pesquisador está a sua disposição para

qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa. Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Endereço e Informações de Contato da Pesquisadora

Endereço:
Rua José Lúcio dos Santos, 432.
Bairro: Funcionários II
CEP: 58078-220
Telefone: +55 (83) 998550268
E-mail: july_ufpb13@hotmail.com

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Ao colocar sua assinatura ao final deste documento, **VOCÊ**, de forma voluntária, na qualidade de **PARTICIPANTE** da pesquisa, expressa o seu **consentimento livre e esclarecido** para participar deste estudo e declara que está suficientemente informado(a), de maneira clara e objetiva, acerca da presente investigação. E receberá uma cópia deste **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**, assinada pelo(a) Pesquisador(a) Responsável.

João Pessoa/PB, ____ de _____ de 2020.

Assinatura do (a) Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador Responsável

ANEXOS

ANEXO A – Parecer com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPB

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP- 3774116

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A RESSIGNIFICAÇÃO DA MEMÓRIA NOS VESTÍGIOS DA LUTA

Pesquisador: JULYANNA DE OLIVEIRA BEZERRA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 26387119.5.0000.5188

Instituição Proponente: CENTRO DE EDUCAÇÃO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.67442.805

Apresentação do Projeto: Tema inédito nas avaliações

Objetivo da Pesquisa: coerente a proposta de trabalho

Avaliação dos Riscos e Benefícios: comuns a esse tipo de pesquisa

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa: bem-organizada

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória: atende as exigências institucionais

Recomendações: nenhuma

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações: nenhuma

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|--|--|------------------------|------------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1467812.pdf | 10/11/2019 20:13:28 | JULYANNA DE OLIVEIRA BEZERRA | Aceito |
| Outros | INSTRUMENTO_PARA_COLETA_DE_DADOS.pdf | 10/11/2019 20:13:28 | JULYANNA DE OLIVEIRA BEZERRA | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / | TCLE.pdf | 10/11/2019 20:13:28 | JULYANNA DE OLIVEIRA BEZERRA | Aceito |
| Orçamento | ORCAMENTO.pdf | 10/11/2019 20:13:28 | JULYANNA DE OLIVEIRA BEZERRA | Aceito |
| Cronograma | CRONOGRAMA.pdf | 10/11/2019 20:13:28 | JULYANNA DE OLIVEIRA BEZERRA | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | PROJETO_DETALHADO.pdf | 10/11/2019 20:13:28 | JULYANNA DE OLIVEIRA BEZERRA | Aceito |
| Declaração de Instituição e Infraestrutura | DECLARAÇÃO_pdf | 10/11/2019 20:13:28 | JULYANNA DE OLIVEIRA BEZERRA | Aceito |
| Declaração de Instituição e Infraestrutura | DECLARAÇÃO_pdf | 10/11/2019 20:13:28 | JULYANNA DE OLIVEIRA BEZERRA | Aceito |

| | | | | |
|--|--|------------------------|------------------------------|--------|
| Declaração de Instituição e Infraestrutura | DECLARAÇÃO_.pdf | 10/11/2019 20:13:28 | JULYANNA DE OLIVEIRA BEZERRA | Aceito |
| Declaração de Instituição e Infraestrutura | DECLARAÇÃO_.pdf | 10/11/2019 20:13:28 | JULYANNA DE OLIVEIRA BEZERRA | Aceito |
| Declaração de Instituição e Infraestrutura | DECLARAÇÃO_.pdf | 10/11/2019 20:13:28 | JULYANNA DE OLIVEIRA BEZERRA | Aceito |
| Outros | FOLHA_DE_ROSTO.pdf | 10/11/2019 20:13:28 | JULYANNA DE OLIVEIRA BEZERRA | Aceito |
| Folha de Rosto | CERTIDAO_DE_APROVACA O_DO_PROJETO.pdf | 10/11/2019 20:13:28 | JULYANNA DE OLIVEIRA BEZERRA | Aceito |

Situação do Parecer: Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP: Não

JOAO PESSOA, 16 de Dezembro de 2019.

Assinado por: Eliane Marques
Duarte de Sousa (Coordenador(a))

ANEXO B - Reunião com o prefeito de Sapé para tratar da desapropriação do MLC em 2010

MEMORIAL
LIGAS CAMPEONESAS
Informativo Memorial das Ligas Camponesas

Acontecimentos

Sapé, Maio/Junho de 2010 - Ed. 1 - Ano I

5

Evento lembra 48 anos do assassinato do líder camponês João Pedro Teixeira

Centenas de trabalhadores e trabalhadoras homenageam João Pedro Teixeira em Sapé

A ONG - Memorial das Ligas Camponesas realizou no último dia 02 de abril, uma homenagem à memória do líder camponês João Pedro Teixeira, assassinado no município de Sapé, em 1962. O chefe do gabinete pessoal do presidente da república, Paulo Roberto Martins Maldos participou das homenagens aos 48 anos de morte do líder camponês e visitou as famílias de trabalhadores acampados no povoado de Barra de Antas, povoado do município de Sapé.

O evento contou com uma celebração ecumênica e política, ministrada pelo padre Hermínio Canova, às 15h, logo após, os trabalhadores e trabalhadoras, além de algumas autoridades, acompanharam uma caminhada que saiu do pátio da Escola Municipal Cândida Emília, às margens da Rodovia PB 073, no município de Sobrado, vizinho a Sapé,

seguido até a casa onde morou João Pedro Teixeira e sua família. Acaminhada terminou no Memorial João Pedro Teixeira, onde encontra-se um importante acervo de fotos, livros e outros materiais que guardam a história das Ligas Camponesas em Sapé e região. O evento encerrou com a encenação de uma peça teatral sobre a vida de João Pedro Teixeira.

O evento foi acompanhado por Elizabeth Teixeira, viúva do camponês, que também visitou o local onde foi assassinado João Pedro.

O Evento contou com a participação do Prefeito de Sapé, João Clemente Neto, do ex-superintendente do Incra/PB, Frei Anastácio, docentes da Universidade Federal da Paraíba, representantes de movimentos sociais e de um grande número de trabalhadores e trabalhadoras de diversas localidades do estado.



Elizabeth Teixeira visita monumento construído no local onde João Pedro Teixeira foi assassinado



Elizabeth Teixeira discutida em sua antiga residência em Barra de Antas



Jovens dramatizam a história de João Pedro Teixeira em frente a igreja de Barra de Antas em Sapé

ONG e Governo Municipal discutem desapropriação da casa de João Pedro



Casa onde João Pedro morou com a família em Barra de Antas



Reunião com o prefeito João Clemente para discutir a desapropriação do terreno e da casa de João Pedro

A direção da ONG – Memorial das Ligas Camponesas – está mantendo diálogo com o poder público municipal no sentido de acertar pontos do processo de desapropriação do terreno e do imóvel onde morou o líder camponês João Pedro Teixeira e sua família. A desapropriação resultará em indenização a ser paga pelo município aos atuais proprietários e posteriormente o imóvel será destinado a fins de preservação da história do município.

Segundo o advogado da Ong, Garibaldi Pessoa, a direção do Memorial tem planos de transformar a casa em um museu, que comportará o acervo histórico que está sendo formado na sede provisória do memorial, também localizado em Barra de Antas. "O local será um ambiente de

pesquisas, visitação e conservação da história do município, onde o próprio imóvel conta parte de uma das histórias mais importante do nosso país: a história das ligas camponesas. Todo o acervo de fotos, documentos e objetos será disposto no futuro museu das ligas", disse Garibaldi.

O prefeito Sapé, João Clemente Neto (João da Utiliar), demonstrou interesse no projeto e já está levantando a documentação do imóvel e brevemente estará providenciando o ato legal de desapropriação. "Vamos inclusive estudar a possibilidade de se criar um roteiro turístico na região, abrangendo a história de Augusto dos Anjos, das Ligas Camponesas e de outros vultos de nossa região como José Lins do Rego em Pilar e

pontos históricos como as Pedras de Ingá, já que estamos inseridos em um amplo consórcio de municípios nessa região.

O Chefe do Gabinete Pessoal do Presidente da República, Paulo Roberto Martins Maldos, enviado pelo presidente Lula especialmente a Sapé para acompanhar o processo de desapropriação do imóvel, gostou do andamento da organização do evento em que lembrou os 48 anos do assassinato de João Pedro Teixeira e elogiou a Ong pelo trabalho realizado no município. Paulo Maldos também participou das negociações com o prefeito e vai viabilizar os passos seguintes à desapropriação que consistem no tombamento, restauração e transformação do imóvel em museu.

Memorial já conta com importante acervo histórico sobre as Ligas Camponesas

O Memorial João Pedro Teixeira já dispõe de um significativo acervo sobre as Ligas Camponesas. São livros,

jornais, fotografias, objetos da época, monografias e vídeos que estão sendo doados por populares, estudantes e entidades. O memorial está

localizado no Povoado de Barra de Antas, no Município de Sapé, e está aberto à visitação. Agende uma visita pelo fone: 3283-1020.

ANEXO C - OFICIO 004/2011 – Audiência de desapropriação

**MEMORIAL DAS
LIGAS CAMPONESAS**

Povoado de Barra de Antas – Zona Rural - Sapé-PB – CEP: 58340-000
Contatos: 8836-0340 / 9110-9610 / 3283-1020 (Jorge Galdino)

Ofício nº 004/2011 – ONG – MLC

Sapé, 12 de dezembro de 2011.

Ao Senhor Lúcio Flavio Vasconcelos
Secretário Executivo Chefe da Casa Civil
João Pessoa – PB

Assunto: Solicitação de Audiência.

Senhor Secretário,

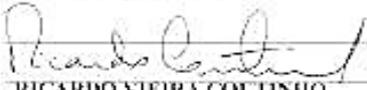
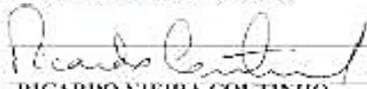
1. A Diretoria da Ong – Memorial das Ligas Camponesas – solicita o agendamento de audiência com Sua Excelência o Governador Ricardo Coutinho, para tratar de assuntos referentes ao evento que marca os 50 anos do assassinato de líder camponês João Pedro Teixeira, no povoado de Barra de Antas, em Sapé-PB.
2. Na audiência também serão abordados assuntos referentes à desapropriação do imóvel rural que pertenceu a João Pedro e Elizabeth Teixeira, para a edificação do futuro Memorial das Ligas Camponesas.
3. Certos do atendimento de nossa solicitação, agradecemos antecipadamente a atenção que o Governo do Estado da Paraíba tem destinado a nossa causa.

Respeitosamente,

Luiz Damázio de Lima
LUIZ DAMÁZIO DE LIMA
Presidente

*Chiqui de gabinete
Nidia Gonçalves
12.12.2011*

ANEXO D - Decreto nº 32.257/2011 – Desapropriação da casa e terreno

|  Diário Oficial | João Pessoa - Sexta-feir |
|---|---------------------------------|
| <p>§ 3º A Secretaria de Estado da Administração Penitenciária, o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública do Estado da Paraíba terão assento próprio e obrigatório na composição do referido Conselho.</p> <p>§ 4º O Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública do Estado da Paraíba encaminharão lista tripartite ao Governador do Estado, para a devida nomeação.</p> <p>§ 5º Os membros titulares terão mandato de 02 (dois) anos com possibilidade de recondução para um único período subsequente.”</p> <p>Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 14 de julho de 2011; 123º da Proclamação da República.</p> <div style="text-align: center;">  RICARDO VIEIRA COUTINHO Governador </div> | |
| <p>DECRETO Nº 32.257, DE 14 DE JULHO DE 2011</p> <p style="text-align: center;">Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel rural que menciona e adota outras providências.</p> <p>O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições constitucionais que lhe confere o art. 86, inciso IV, da Constituição do Estado, e tendo em vista os Arts. 2º, 4º e 5º, alínea “k” do Decreto-Lei nº 3.365/41,</p> <p>DECRETA:</p> <p>Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma faixa de terra rural, com 4,83 hectares, incluindo a casa sede, encravada no imóvel denominado Sítio Antas do Sono, situada no município de Sapé, objeto de matrícula nº 8/1865, fls. 28, do Livro 2-H do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sapé, pertencente ao Sr. Severino Pereira Bastos, limitando, ao norte, com a estrada vicinal do parque de vaquejada; ao sul, com terras do mesmo proprietário; a leste, com a comunidade de Barras de Antas e, a oeste, com o Rio Gurinhém.</p> <p>Art. 2º O referido imóvel destina-se à instalação do “Museu Histórico das Lutas Camponesas no Nordeste”.</p> <p>Art. 3º É de natureza urgente a desapropriação de que trata este Decreto, para efeito de imediata imissão na posse do imóvel descrito, de conformidade com o disposto no art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365/41.</p> <p>Art. 4º Fica a Procuradoria Geral do Estado, através da Procuradoria do Domínio autorizada a promover, em conjunto ou isoladamente, a desapropriação do imóvel por meios amigáveis ou judiciais.</p> <p>Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 14 de julho de 2011; 123º da Proclamação da República.</p> <div style="text-align: center;">  RICARDO VIEIRA COUTINHO Governador </div> | |

Fonte: Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, 2021.

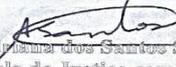
ANEXO E - Imissão Provisória de Posse

AUTO DE IMISSÃO PROVISÓRIA DE POSSE

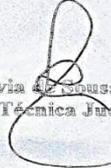
Aos **03 (três) dias do mês de fevereiro do ano de 2012 (dois mil e doze)**, nesta cidade e comarca de Sapé, em cumprimento ao mandado de **IMISSÃO PROVISÓRIA DE POSSE** de nº 004, expedido pelo Juízo da 3ª Vara, extraído dos Autos de Desapropriação sob nº035.2012.000.000-1, em que é autor o **ESTADO DA PARAIBA** e requerido **JORGE RODRIGUES DOS SANTOS e SEVERINO PEREIRA BASTOS**, no átrio do Fórum desta comarca **IMITIMOS PROVISORIAMENTE na POSSE de DOIS IMÓVEIS RURAIS FORMADOS POR UMA FAIXA DE TERRA RURAL JÁ SOMADA DE 7,07 há, ENCRAVADOS NO SÍTIO ANTAS DO SONO, ZONA RURAL DE SAPÉ, DEVIDAMENTE DESCRITOS NOS DECRETOS EXPROPRIATÓRIOS Nº32.257 e 32.889, NA CERTIDÃO DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SAPÉ (EM ANEXO), BEM COMO NO MEMORIAL DESCRITIVO CONSTANTES DOS CITADOS AUTOS, o ESTADO DA PARAIBA, na pessoa de seu Procurador JOSE MORAIS DE SOUTO FILHO, OAB 2670, Brasileiro, casado, RG 400.713 SSP/PB, CPF 219.890.014-91.**

Efetuada a supracitada **IMISSÃO PROVISÓRIA DE POSSE**, lavramos o presente auto que, lido e achado de acordo, vai devidamente assinado por nós, **Oficiais de Justiça e pelo imitado.**


Paulo Roberto de Araújo Silva
Oficial de Justiça Avaliador


Adriana dos Santos Soares
Oficiala de Justiça companheira


JOSE MORAIS DE SOUTO FILHO
Procurador do Estado


Flávia Franca Montenegro
Técnica Judiciária


Telmar Santos de Souza
Técnico Judiciário

ANEXO F - OFICIO 007/2011 – Solicitação restauração da casa

Presidente

**MEMORIAL DAS
LIGAS CAMPONESAS**Povoado de Barra de Antas – Zona Rural - Sapé-PB – CEP: 58340-000
Contatos: 8836-0340 / 9110-9610 / 3283-1020 (Jorge Galdino)

Ofício nº 007/2011 – ONG – MLC

Sapé, 08 de fevereiro de 2012.

Ao Senhor Lúcio Flavio Vasconcelos
Secretário Executivo Chefe da Casa Civil
João Pessoa – PB

Assunto: Solicitação à SUPLAN.

Senhor Secretário,

1. Em decorrência da desapropriação e a Imissão de Posse concedida pelo Juiz da Comarca de Sapé, dos imóveis rurais do Sítio Antas do Sono, no Povoado de Barra de Antas, Zona Rural do Município de Sapé, solicitamos de Vossa Excelência que seja encaminhado requerimento à SUPLAN - Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado, no sentido de prover a devida restauração da casa onde morou o líder camponês João Pedro Teixeira.
2. A medida se faz necessária mediante o estado precário em que se encontra o imóvel, com risco de perder as características históricas, características tão importantes e que motivaram o processo de desapropriação para que no local seja construído o Museu Histórico das Lutas Camponesas no Nordeste.
3. Faz-se necessário ainda que o Estado provenha a devida vigilância para garantir a integridade física do imóvel, evitando assim ações de vândalos que venham a depredar o patrimônio ora adquirido pelo Governo do Estado.
4. Diante das alegações acima elencadas e certos do pronto atendimento de nossas reivindicações, agradecemos a atenção sempre dispensa a nossa instituição.

Respeitosamente,

Leuz Damazio de Lima

Paulo
On 08/02/2012
Emmanuel Conserva de Andrade
Chefe de Gabinete do Secretário
Executivo Chefe da Casa Civil

ANEXO G - Encontros do dia 02 de abril em memória do assassinato de João Pedro Teixeira



Fonte: ALMEIDA, Ana Maria. 2014.



Fonte: ALMEIDA, Ana Maria. 2013.



Fonte: GEPMSEP. 02 de abril 2022.



Fonte: BEZERRA. Julyanna de Oliveira. 02 de abril 2022.



Fonte: BEZERRA. Julyanna de Oliveira. 02 de abril 2022.



Fonte: BEZERRA. Julyanna de Oliveira. 02 de abril 2022.

Especial

REDAÇÃO São Paulo
 REDAÇÃO São Paulo - São Paulo

A UNIÃO - João Pessoa, Paraíba, 02 de abril de 2022 25

60 anos depois, ainda é preciso entender por que mataram João Pedro

Líder camponês ousou lutar por um mundo mais justo para si e para seus companheiros, falando sobre uma reforma agrária que, passadas seis décadas, ainda não alcançou a maior parte dos trabalhadores do campo

Nara Valença
 nara@uniao.com.br

Cinco tiros de fuzil destruíram João Pedro. O camponês tombou sobre a terra pela qual lutou a vida inteira, encharcando-a com o seu sangue. Ao lado do corpo, um pacote de livros que havia comprado para os filhos. Não queria que eles tivessem a mesma sorte do pai.

Em 2 de abril de 1962.

Na estrada que liga Cabé do Vento a Sapé, o

homem que mal sabia ler e escrever, negro, pobre, pai de 11 filhos era apunhalado por pistoleiros. Homens pagos por latifundiários que, a despeito de toda terra, dinheiro e poder que tinham, temeram suas ideias, suas palavras e ações. E, então, usaram o de costume: a violência, as armas, a bala.

Imaginavam que assim exterminariam João Pedro e suas ideias.

Coube ao então deputado Raimundo Azeite crissurar aos mandantes do crime que, apesar do "servi-

ço" feito, eles haviam buscado inotrovemente na sentença de se livrarem de João Pedro. "É inútil matar camponeses. Eles sempre vivem".

O discurso antológico do parlamentar, publicado na íntegra pelo jornal A União na edição de 4 de abril, ainda presenciar: "Antes de morrer João Pedro era apenas a silhueta de um homem no asfalto. Mas, agora, parai banos, João Pedro virou zumbi, virou assombração. É uma sombra que se alonga pelos caminhos, que bate forte na porta das casas grandes e dos engenhos."

“

Antes de morrer João Pedro era apenas a silhueta de um homem no asfalto. Mas, agora, parai banos, João Pedro virou zumbi, virou assombração

Raimundo Azeite



@jornalauniao



ANEXO H - Semana das Ligas Camponesas 2021

CONVITE

CONVIDAMOS VOSSA SENHORIA PARA PARTICIPAR DA SEMANA DAS LIGAS E LUTAS CAMPONESAS, QUE ACONTECERÁ ENTRE OS DIAS 19 E 23 DE JULHO DE 2021, EM FORMATO ON-LINE, COM O INTUITO DE CELEBRAR A MEMÓRIA DAS LIGAS CAMPONESAS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO LIBERTADORA. AGRADECENDO VOSSA ATENÇÃO, AGUARDAMOS CONFIRMAÇÃO !

TRANSMISSÃO:

 **CANAL DO YOUTUBE
FCJA OFICIAL E ADUFPB.**

REALIZAÇÃO:



Fonte: GEPMSEP. 2021



Fonte: GEPMSEP. 2021.



Fonte: GEPMSEP. 2021.



Fonte: GEPMSEP. 2021.